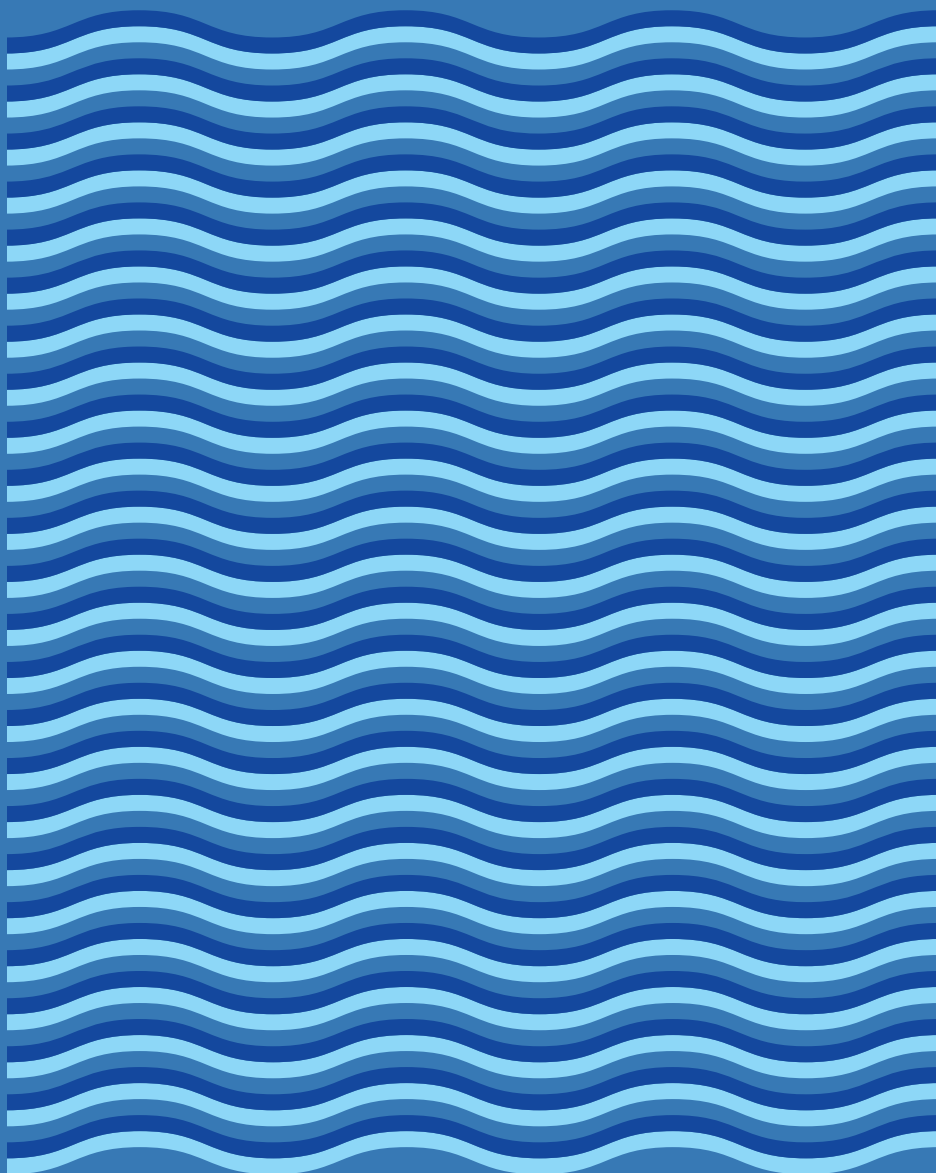
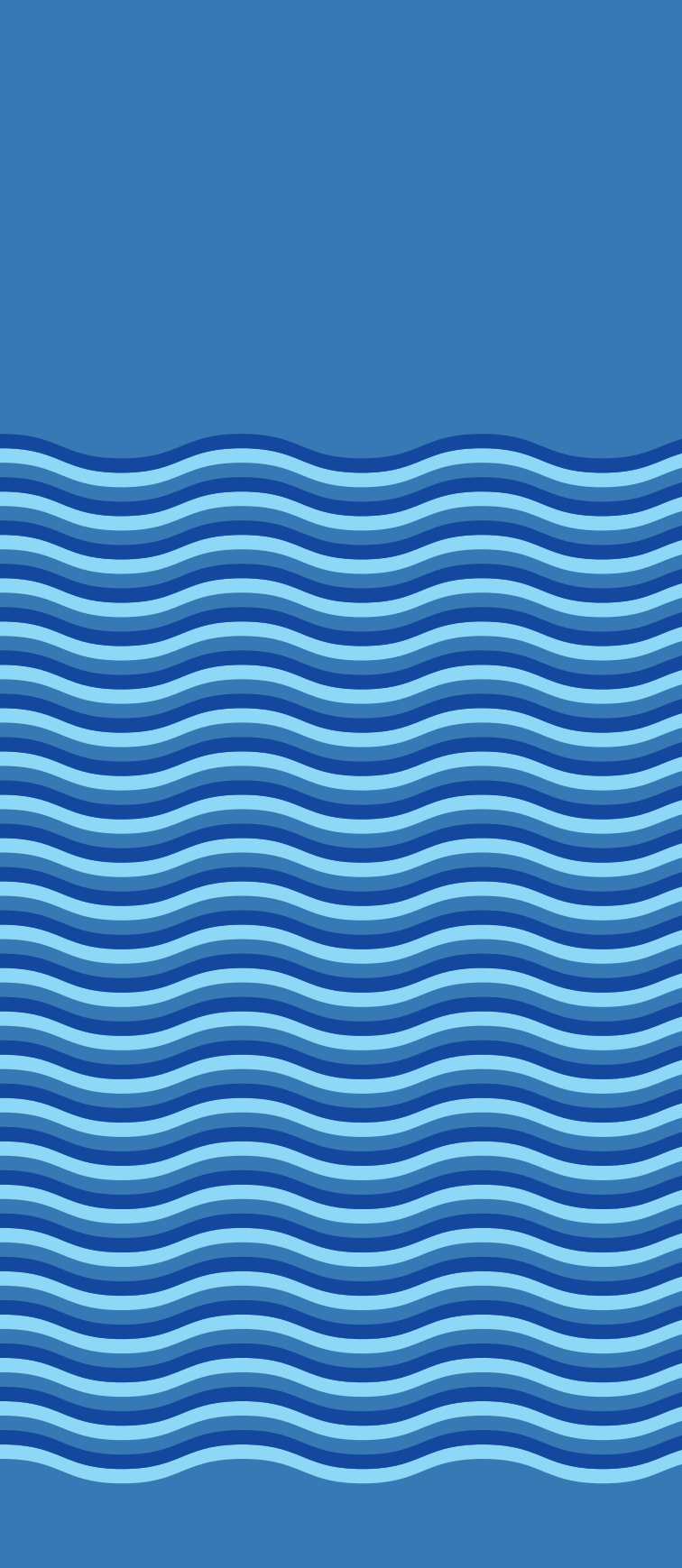


TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 22 / NÚMERO 1 / 2023

TEMPO





TRIEB

A **TRIEB**, revista semestral da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ – publica artigos inéditos que se referem ao campo teórico e clínico da psicanálise e suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são, necessariamente, acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

EDITORAS

Magda Rodrigues Costa

Maria Elisa Alvarenga

Maria Noel Brena Sertã

COLABORADORA

Maria Inês Tornaghi Grabowsky F. Basto

CONSELHO EDITORIAL

Admar Horn

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ, Membro Efetivo da Sociedade de Psicanálise de Paris; Membro Titular do Instituto de Psicossomática de Paris- Pierre Marty (IPSO).

Aurea Maria Lowenkron

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Professora Adjunta do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Saúde Mental da Infância e da Adolescência); Doutora em Ciências da Saúde pela UFRJ.

Ivan Figueira

Doutor em Psiquiatria, IPUB-UFRJ; Professor Adjunto da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Jane Russo

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional, UFRJ; Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social, UERJ.

Laura Mello Machado

Mestre em Psicologia Clínica, PUC-RIO; Diretora da InterAge Consultoria em Gerontologia e representante da Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia nas Nações Unidas.

Luiz Fernando Guedes Gallego Soares

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Coordenador da atividade “Psicanálise & Cinema”.

Marcelo Marques

Psicanalista, Association Psychanalytique de France.

Marcia Rozenthal

Doutora em Psiquiatria, Professora da Escola de Medicina e Cirurgia da UNI-Rio e Coordenadora do Centro Multidisciplinar de Pesquisa e Extensão sobre o Envelhecimento - CEMPE.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ; Editor Regional da Revista Brasileira de Psicanálise.

Rosine Jozef Perelberg

Psicanalista, Training Analyst of the British Psycho-Analytical Society; Doutora em Antropologia Social, London School of Economics, University of London.

Ruth Lerner Froimtchuk

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Wania Maria Coelho Ferreira Cidade

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

Wilson Amendoeira

Psicanalista, Membro Efetivo da SBPRJ.

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Tatiana Podlubny

SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA

Celyne Maués

REVISÃO

André Luiz A. Vale

Tomás Sertã

TRADUÇÃO

Maria Izabel Varella

Tomás Sertã

EDITORES ANTERIORES:

Fernando José Barbosa Rocha - 1991 a 1993

Miguel Calmon Du Pin e Almeida - 1994 a 2001

Fernando José Barbosa Rocha, Marci Doria Passos e Viviane Frankenthal - 2002 a 2010

Aloysio Augusto d'Abreu - 2011 a 2012

Sherrine Maria Njaine - 2011

Maria de Fátima Amin - 2012 a 2016

Maria do Carmo Palhares - 2011 a 2018

Munira Aiex Proença - 2016 a 2018 e 2006 a 2017 (consultora editorial)

Bernard Miodownik - 2013 a 2018

Karla Loyó - 2018 a 2021

TRIEB

SOCIEDADE BRASILEIRA
DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO
VOLUME 22 / NÚMERO 1 / 2023

TEMPO

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICANÁLISE DO RIO DE JANEIRO

Rua David Campista, 80 – Humaitá – CEP 22261-010 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tels.: (21) 2537-1333 – (21) 2537-1115

E-mail: sbprj@sbprj.org.br | revistatrieb@sbprj.org.br

Home Page: www.sbprj.org.br

CONSELHO DIRETOR DA SBPRJ - Biênio 2023 - 2024

Presidente: Ruth Naidin	Diretora do Conselho Profissional: Margaret Waddington Binder	Diretora da Clínica Social: Mônica Taunay
Vice-Presidente: Miguel Calmon du Pin e Almeida	Secretária do Conselho Profissional: Wania Peçanha de Oliveira	Secretária da Clínica Social: Renata Martinelli
Primeira Secretária: Adriana Guimarães Lasalvia	Diretora do Conselho Científico: Letícia Tavares Neves	Diretora do Centro de Estudos Psicanalíticos: Haydée Côrtes de Barros S. Pina Rodrigues
Segunda Secretária: Magda Rodrigues Costa	Secretária do Conselho Científico: Marina Magalhães Leitão Miranda	Secretária do Centro de Estudos Psicanalíticos: Rebeca Nonato Machado
Primeira Tesoureira: Gabriela Psczcol Krebs	Diretora do Departamento de Publicações e Divulgação: Maria Fernanda Borges Rossi	Diretora do Departamento de Comunidade e Cultura (DCC): Sonia Verjovsky
Segunda Tesoureira: Clara Sauberman	Secretária do Departamento de Publicações e Divulgação: Indira Stevanato	Secretária do Departamento de Comunidade e Cultura (DCC): Maria Teresa Naylor Rocha
Diretora do Instituto de Formação Psicanalítica: Ana Maria Sabrosa Gomes da Costa Nogueira	Diretora do Departamento de Difusão da Psicanálise: Michelle Gorin Zaidhaft	
Vice-diretor do Instituto de Formação Psicanalítica: Bernard Miodownik	Secretária do Departamento de Difusão da Psicanálise: Lucia Moret	

T825 **TRIEB** / Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro – SBPRJ
Nova série, v.1, n.1 (2002).

Semestral
Publicada desde 1991 – n.10, 2001.
ISSN 1517 – 185 X

1. Psicanálise – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

CDD 616.891705
04-1101

Disponível na Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP.
Periódico indexado na base Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br).

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Sumário

EDITORIAL	9
Neste instante	
ENTREVISTAS	15
Jorge Bruce	
Maria Inês Lamy	
Marília Aisenstein	
CORRESPONDÊNCIA	
40 minutos antes do nada	45
Miguel Calmon du Pin e Almeida	
Pedro Duarte	
ARTIGOS TEMÁTICOS	
A temporalidade do <i>Nachtraglichkeit</i> de Freud em uma vinheta clínica: uma retranscrição <i>a posteriori</i> sobre a interpretação, a sugestão e a construção em psicanálise	65
Eduardo Zaidhaft	
Monah Winograd	
Os jogos virtuais e as novas realidades: o uso possível do objeto	83
Gizela Turkiewicz	
Sobre os sonhos de futuro	97
Manola Vidal	
O tempo da memória e do esquecimento	111
Maria Esther Mihich Ribeiro de Castro	

O que o psicanalista faz com o tempo? **123**
Mariano Horenstein

ARTIGO ORIGINAL

Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica:
a questão da psicose no caso Schreber **143**
Lazlo A. Ávila

Comentário sobre *Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia
psicanalítica: a questão da psicose no caso Schreber* **162**
Sérgio Costa de Almeida

INTERFACE

O tempo e suas vicissitudes **171**
Luiz Alberto Oliveira

CONFERÊNCIAS

A ética da psicanálise hoje **185**
Cláudio Laks Eizirik

FORMAÇÃO PSICANALÍTICA

Trocando experiências **201**
Alícia Beatriz Dorado de Lisondo
Maria Cristina Leão

PSICANÁLISE E CINEMA

45 anos **221**
Susana Muszkat

PSICANÁLISE E LITERATURA

Resenha: Sonhos de Einstein Evelye Garioli Louzada	227
---	------------

MEMÓRIA **TRIEB**

Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise Anna-Maria de Lemos Bittencourt	233
---	------------

Comentário sobre <i>Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise</i> Betty Fuks	241
--	------------

Agradecimento aos pareceristas	247
--------------------------------	------------

Instruções aos autores	249
------------------------	------------

Neste instante.

Um vulcão borbulha, uma jangada balança, um brinquedo se quebra,
uma prece é rezada.

Uma laje é batida, um avião decola, um sino toca, um mendigo esmola.

Uma rede é lançada, um tesouro se esconde, uma criança aprende, uma
doença é curada.

Uma vida alvorece, uma letra se escreve, uma fronteira é cruzada, um
jovem se atreve.

Uma lembrança é evocada, um casal se enlaça, uma luz se apaga, um
sonho é sonhado.

Neste instante.

Quando divulgamos a chamada para o tema TEMPO, acreditávamos que toca-
ríamos o desejo de autores e, concomitantemente, imaginávamos dificuldades
que poderiam surgir para abordar o tema.

Lembremos da reflexão de Santo Agostinho¹:

“Que é, pois, o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a
quem indaga, já não sei... Portanto, se o presente, para ser tempo, deve tornar-se
passado, como podemos afirmar que existe, se sua razão de ser é aquela pela qual
deixará de existir? Por isso, o que nos permite afirmar que o tempo existe é a sua
tendência para não existir.”

Passado, presente e futuro encontram-se invariavelmente emaranhados no psi-
quismo, levando Freud a formular sobre a atemporalidade do inconsciente. A

1. Confissões. Livro 11. Capítulo XIV.

rememoração, as possibilidades de escuta e de narração, os processos de perla-boração, ressignificação, construção, a própria transformação, se dão à revelia e a despeito da passagem do tempo. Assim, poderíamos até nos aventurar a dizer que, apesar de não diretamente concebido pela psicanálise, o tempo está tão presente quanto estão o ar que respiramos, o chão em que pisamos, o sangue que nos circula, a pele que nos envolve.

Recebemos com entusiasmo e satisfação trabalhos de excelente qualidade científica e literária.

Começamos pelos psicanalistas entrevistados: Jorge Bruce (Peru), Maria Lia Aisenstein (França) e Maria Inês Lamy (Rio de Janeiro), que nos responderam com altas doses de criatividade e profundidade psicanalítica. Um registro para a história da nossa revista.

Seguimos com a seção *Correspondência*, em que Miguel Calmon du Pin e Almeida e Pedro Duarte realizaram uma troca digital de passes, consistente e filosófica, e, ademais, finamente bem-humorada.

A pluralidade conceitual e teórica é marca dos artigos temáticos deste número.

No seu trabalho *A temporalidade do Nachträglichkeit de Freud em uma vinheta clínica: uma retranscrição a posteriori sobre a interpretação, a sugestão e a construção em psicanálise*, Eduardo Zaidhaft e Monah Winograd abordam a importância do *après-coup* para a compreensão da temporalidade em psicanálise e destacam que a lógica do *a posteriori* na transferência evoca questões sobre as técnicas da interpretação, da sugestão e da construção.

A partir do conceito de uso de objeto (Donald Winnicott), Gizela Turkiewicz apresenta uma reflexão bastante atual sobre a influência da inteligência artificial do jogo virtual *Fortnite* na subjetividade de seus jogadores, no artigo intitulado *Os jogos virtuais e as novas realidades: o uso possível do objeto*.

Em *Sobre os sonhos de futuro*, Manola Vidal analisa as produções oníricas em duas vinhetas clínicas e reflete sobre a relação entre o tempo e a construção de significados, utilizando os conceitos de ideograma e pictograma afetivo.

Em *O tempo da memória e do esquecimento*, Maria Esther Mihich Ribeiro de Castro propõe uma reflexão sobre o tempo e sua relação com o binômio esquecimento e lembrança, ressaltando a importância da memória como espaço vivo e simbólico.

Mariano Horenstein realiza um passeio por diversas concepções do tempo em psicanálise em seu ensaio *O que um psicanalista faz com o tempo?*. A sua rica abordagem é ainda ilustrada com material de sua clínica.

Em *Artigos Originais* encontra-se o trabalho *Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica: a questão da psicose no caso do Dr. Schreber*. Lazlo A. Ávila discute as relações entre a psicopatologia psiquiátrica e a psicopatologia psicanalítica, utilizando o caso Schreber como cenário expositivo, a partir de um modelo de formação de sintomas mentais, desenvolvido na Escola de Psicopatologia de Cambridge, liderada por G. E. Berrios. Em seguida, são apresentados os comentários de Sérgio Costa de Almeida, que atendeu a convite da equipe editorial da **TRIEB**. Lazlo e Sérgio estabeleceram um diálogo de alto padrão científico.

Para a seção *Interface* convidamos o físico e doutor em Cosmologia Luiz Alberto Oliveira, que nos brindou com um instigante artigo intitulado *O tempo e suas vicissitudes*, sobre o qual oferecemos um pequeno spoiler:

“Assim, no interior do ser vivo reside seu passado; ali se encontram os princípios, os planos e organogramas, que dirigirão o processo de reelaboração deste indivíduo quando se reproduzir. Dentro do vivo, o Passado. Fora do vivo, no exterior da membrana, se distribuem elementos com que o vivo ainda irá se encontrar; em alguns casos serão nutrientes, que ele assimilará e que vão mantê-lo, em outros casos, serão venenos, que em última instância acabarão por decompô-lo, isto é, por desfazer a unidade coletiva que chamamos de indivíduo, restando apenas blocos estruturais menores. Fora do vivo, o Futuro.”

Pareceu-nos imprescindível a publicação da conferência de Cláudio Laks Eizirik, *A ética da psicanálise hoje*, proferida na aula de abertura do ano letivo de 2023, no Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ. Eizirik inicia a conferência selecionando algumas ideias da filosofia sobre a ética para, posteriormente, oferecer a visão sobre a ética psicanalítica de alguns dos principais autores da psicanálise. Para finalizar, utiliza-se da sua longa trajetória para, em seus termos, “contextualizar e colocar em palavras as vastas emoções e pensamentos imperfeitos que me acompanham ao longo do ciclo vital analítico.”

O filme *45 anos* (2015), do roteirista, produtor e diretor inglês, Andrew Haigh, que tem como enredo a preparação da festa de celebração dos 45 anos de união de um casal é sensivelmente resenhado por Susana Muszkat, na seção *Psicanálise e Cinema*.

Na seção *Psicanálise e Literatura* a resenha coube a Evelyze Garioli Louzada, que nos trouxe “Sonhos de Einstein” de Alan Lightman. O livro é um diário de sonhos, em que cada um deles apresenta uma possibilidade de mundo para distintas e criativas concepções do tempo.

Em *Formação Psicanalítica*, encontra-se a *Troca de experiências* entre uma psicanalista experiente e uma psicanalista em início de formação, Alícia Beatriz Dorado de Lisondo e Maria Cristina Leão, respectivamente. A conversa, que se deu através de uma plataforma virtual e foi posteriormente transcrita e revisada pelas autoras, tratou de relevantes temas da atualidade e de relevante interesse para todos nós, analistas em processo contínuo de formação.

Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise, de Anna-Maria de Lemos Bittencourt foi o artigo escolhido para republicação na seção *Memória TRIEB*. Originalmente publicado em 2006, o trabalho – extremamente atual em sua temática - aborda as dificuldades que cercam a escrita psicanalítica, aproximando-a da criação artística e atrelando a narrativa à vivência emocional encarnada do analista escritor.

Atendendo o convite da equipe editorial, Betty Fuks se debruçou sobre o artigo de Anna-Maria, oferecendo a sua cultura psicanalítica e literária em uma sensível e inspirada resenha crítica do trabalho.

“A arte que permite Anna-Maria expor sua confiança no futuro da transmissão da psicanálise consiste em saber, como Freud bem mostrou a todos nós, que há coisas que só a poesia, com seus meios específicos, pode indicar.”

Finalizamos, expressando nosso profundo agradecimento aos autores do número, por nos oferecerem suas ideias com coragem e entusiasmo; aos pareceristas, pela minuciosa avaliação dos manuscritos recebidos; à equipe de tradução, revisão e diagramação, pelo cuidadoso trabalho feito; e aos nossos leitores, por estarem conosco.

As Editoras

Entrevistas

Entrevistas

Jorge Bruce¹

Maria Inês Lamy²

Marilia Aisenstein³

O que a psicanálise pode nos dizer sobre o tempo?

Jorge Bruce

A categoria do tempo é tão ubíqua quanto inacessível. No momento em que acreditamos tê-la encontrado, ela deixou de ser e de estar. Talvez isso ajude a entender o fato de que na psicanálise não há uma, mas várias, talvez muitas maneiras de compreender o tempo. Desde o aqui e agora – *hic et nunc* – até o lá e então. O tempo da sessão, uma das principais críticas de Lacan contra o modelo clássico do enquadramento, contém todas as variantes possíveis, o que tentarei explicar um pouco mais na resposta à segunda pergunta proposta pela **TRIEB**.

Permitam-me dar um exemplo retirado de um filme muito divertido, dirigido por Renny Harlin e concebido para grandes públicos. Em espanhol se intitula *Alerta en lo Profundo*⁴, título que traz consigo involuntárias conotações psicanalíticas. Em inglês, *Deep Blue Sea*. Trata-se de um filme sobre uns tubarões cuja inteligência foi multiplicada quando neles foram inoculados alguns compostos do cérebro humano, em um experimento para encontrar a cura contra o Alzheimer. Isso é, por si só, interessante no que tange à noção de tempo, pois os tubarões, no recinto fechado do laboratório no meio do mar, não so-

1. Psicanalista da Sociedade Peruana de Psicanálise.

2. Membro da Escola Brasileira de Psicanálise/AMP. Mestre em Psicologia PUC-Rio. Diretora da EBP/Seção Rio de Janeiro no biênio 2023-2025.

3. Psicanalista, membro didata da Sociedade de Psicanálise da Grécia e da Sociedade Psicanalítica de Paris.

4. O título brasileiro é *Do fundo do mar*. (N.T.)

mente desenvolvem sua inteligência, mas também uma capacidade de prever e de recordar inexistente em qualquer outra espécie que não a humana (veremos mais sobre esse ponto na resposta à segunda pergunta). Em uma das cenas em que os tubarões já romperam o cerco e estão caçando os pesquisadores para poder escapar, um cozinheiro e um engenheiro do MIT conversam.

Enquanto procuram com angústia encontrar uma maneira de sair desse lugar em que os papéis foram invertidos e em que eles foram transformados em prisioneiros, o cozinheiro explica para o engenheiro: “um minuto segurando um pedaço de carvão ardente pode parecer um século; uma hora fazendo amor com minha namorada pode parecer um segundo”. A isso o engenheiro responde: “em todos os anos que passei no MIT, nunca escutei um exemplo mais claro da teoria da relatividade”. Aqui, faço uma pequena digressão, pertinente para outra consideração acerca do que a psicanálise pode – ou deveria – nos dizer sobre o tempo. O cozinheiro, que é negro, responde algo assim (cito de memória, então isso pode ser de outra parte do filme): “o problema é que, nos filmes de brancos, o personagem negro sempre morre”. Cabe mencionar que o filme é de 1999. Desde então a diversidade vem ganhando espaço nos produtos audiovisuais.

A relação entre a questão do racismo e o tempo não é tão absurda como parece à primeira vista. A racialização, a discriminação e a segregação recorrem a mecanismos como a negação, o desmentido ou a alucinação negativa. No entanto, as vítimas desses processos de exclusão tanática também são expulsas do tempo. Em nossos países, é frequente que a presença dos discriminados pela racialização seja invisibilizada tanto no aqui e agora como no processo de historicização. A historiadora peruana Cecilia Méndez escreveu um ensaio intitulado “Incas sim, índios não: apontamentos para o estudo do nacionalismo criollo no Peru”⁵.

Este é um desafio que nós, psicanalistas, temos pendente. Encerro minha resposta com a seguinte pergunta: o que a psicanálise pode dizer-nos sobre o tempo que ela ainda não nos tenha dito? Penso que os problemas da América Latina proporcionam um material inédito para respondê-la.

5. Tradução nossa. No original, “Incas sí, indios no: Apuntes para el estudio del nacionalismo criollo en el Perú” (N.T.)

Idioma original

1 - ¿Qué nos puede decir el psicoanálisis sobre el tiempo?

La categoría de tiempo es tan ubicua como inaccesible. En el momento en que creemos haberla encontrado, ha dejado de estar y de ser. Acaso eso ayude a entender que en el psicoanálisis no hay una sino varias, acaso muchas maneras de entender el tiempo. Desde el aquí y ahora *-hic et nunc-* hasta el otrora y allá. El tiempo de la sesión, una de las principales críticas de Lacan al modelo clásico del tiempo del encuadre, contiene todas las variantes posibles, lo cual intentaré responder un poco más en la segunda pregunta de *TRIEB*.

Permítanme poner un ejemplo tomado de una película, dirigida por Renny Harlin y pensada para grandes audiencias, muy entretenida. En español se titula *Alerta en lo Profundo*, título que conlleva involuntarias connotaciones psicoanalíticas. En inglés *Deep Blue Sea*. Se trata de un film sobre unos tiburones cuya inteligencia ha sido multiplicada inoculándoles algún compuesto del cerebro humano, en un experimento para encontrar una cura contra el Alzheimer. Esto es en sí mismo interesante en lo que hace a la noción de tiempo, pues los tiburones del recinto cerrado del laboratorio en medio del mar, no solo desarrollan su inteligencia sino una capacidad de prever y recordar inexistente en cualquier especie que no sea la humana (veremos este punto en la respuesta a la segunda pregunta). En una de las escenas en las que los escualos ya rompieron el encierro y están cazando a los experimentadores para poder huir, conversan un cocinero y un ingeniero del MIT.

El cocinero, mientras esperan con angustia encontrar una manera de salir de ese lugar en el que se han invertido los roles y son ellos los prisioneros, le explica al ingeniero: “un minuto sujetando un carbón ardiente puede sentirse como un siglo; una hora haciendo el amor con mi novia, puede parecer un segundo”. A lo que el ingeniero responde: “en todos los años que pasé en el MIT nunca escuché un ejemplo más claro de la teoría de la relatividad”. Aquí hago una pequeña digresión, pertinente para otra consideración acerca de lo que el psicoanálisis nos puede -o nos debería- decir acerca del tiempo. El cocinero, que es negro, responde algo así (cito de memoria, por lo que puede haber sido en otro pasaje del filme): “el problema es que en las películas de blancos, el personaje negro siempre muere”. Es oportuno mencionar que se trata de una cinta de 1999. Desde entonces la diversidad ha ido ganando terreno en los productos audiovisuales.

Lo del racismo y el tiempo no es tan jalado de los pelos como parece a primera vista. La racialización, la discriminación y la segregación, recurren a

mecanismos como la negación, la desmentida o la alucinación negativa. Pero también se expulsa del tiempo a las víctimas de esos procesos de exclusión tanática. En nuestros países de suele invisibilizar la presencia de los discriminados por la racialización tanto en el aquí y ahora, como en el proceso de la historización. La historiadora peruana Cecilia Méndez escribió un ensayo titulado “Incas sí, indios no: Apuntes para el estudio del nacionalismo criollo en el Perú”.

Este es un desafío que los psicoanalistas tenemos pendiente. Termine mi respuesta con esta pregunta: ¿Qué puede decirnos el psicoanálisis sobre el tiempo que no nos haya dicho todavía? Pienso que los problemas de Latinoamérica proporcionan un material inédito para responderla.

Maria Inês Lamy

“Exu matou um pássaro ontem com a pedra que jogou hoje” – esse provérbio iorubá parece saído da obra freudiana. Em “Lembranças encobridoras” (1899/1962a), Freud revoluciona as noções de memória e de tempo. Ao contrário do que se poderia pensar, diz ele, é comum recordarmos não o essencial, nem mesmo o traumático, mas um detalhe aparentemente inócuo. E, tomando como exemplo uma lembrança de um suposto paciente seu de 38 anos (que James Strachey, editor da Standard Edition, nos revela ser o próprio Freud), acaba por concluir que a recordação vívida de um fato, a princípio insignificante, de sua infância mais remota (aos dois, três anos), havia sido, na verdade, construída por associação com acontecimentos e fantasias de seus 17 anos para dar conta das dificuldades pelas quais ele passava aos 20. Subvertendo totalmente a noção de tempo, é assim que o inconsciente funciona – na contramão da ordem cronológica, por retroação, *só depois* podemos saber o que terá acontecido ou mesmo o que teremos sido.

Em “A interpretação dos sonhos” (1900/1962b), Freud dá o nome de atemporalidade à relação do inconsciente com o tempo, já que, na chamada “via régia para o inconsciente”, personagens e lembranças dos mais diversos tempos podem-se associar. Ademais, Freud está, com isso, frisando o caráter indestrutível do desejo – sempre presente, sempre pronto a eclodir, desde sempre.

Retroação e atemporalidade – dois modos de o inconsciente se mover no tempo.

Se o inconsciente é atemporal e subversivo à cronologia, obedece, no entanto, com fidelidade às suas próprias leis. Ignora a simples contiguidade

no tempo, mas não escapa de ter sempre como motor a força incessante do desejo, que, para se manifestar, se utiliza de significantes⁶.

Marilia Aisenstein

Essa é uma questão muito difícil. A complexidade reside na interrelação entre um dado ontológico, relativo à essência do tempo como dado do ser, e a questão metafísica da busca pelo princípio e suas causas, aquilo que a filosofia denomina como “transcendência” das coisas em si mesmas. Para Kant, o tempo é um “*a priori* transcendental”.

A noção de vida é intrinsecamente relacionada ao tempo, posto que ela implica um começo e um fim, a historicidade da vida psíquica e da vida orgânica. Consequentemente, não se pode pensar o psiquismo sem o dado *a priori* do “tempo”.

O tempo é uma realidade espacialmente mensurável. O sol se levanta e se põe em horas definidas, que podem ser cronometradas e que se repetem. Mas o tempo vivido é subjetivo. A “realidade psíquica” tempo não coincide necessariamente com o tempo real. Um minuto pode parecer uma eternidade e um mês pode passar como cinco segundos. Segundo André Green, o inconsciente ignora o tempo e a consciência ignora esse desconhecimento do inconsciente (Green, 2007, pp. 78-84).

Uma anedota clínica: um paciente havia feito o que se pode chamar de “uma bela análise” de nove anos. Eu começava a pensar que poderíamos terminá-la, mas o paciente nunca evocava um fim possível. Enquanto eu me perguntava como poderia falar-lhe a respeito disso, ele chega um dia, deita-se no divã e me diz: “seu gato envelheceu”. Interessada, eu respondo: “sim, não só meu gato, mas talvez também você e eu”. Ele fica em silêncio por um longo momento e então me diz: “É incrível, me dei conta de repente que já faz anos que venho aqui. Achei que ficaria aqui eternamente”. Isso me permite acrescentar: “A eternidade não existe; tudo tem um começo e um fim, até mesmo uma análise.”

6. “São as *gotas* que ligam as pérolas do colar ao catarro do pai e ao corrimento de Dora; o *amarelo* do vestido da adolescente se une ao *amarelo* das flores da infância, na lembrança encobridora; ou ainda é o *branco* dos lobos que leva às roupas *brancas* no caso do Homem dos Lobos.” Assim como esta citação, outras ideias aqui expostas foram retiradas do texto: Lamy, M. I. (2000). O tempo em psicanálise. *Cadernos de Psicanálise SPCRJ*, 16(19).

Partindo desse pequeno exemplo, eu acrescentaria que o encontro entre o tempo como realidade mensurável e o tempo subjetivo de um sujeito é, a meu ver, símbolo da castração. Esse encontro representa a lei à qual todo ser humano pode apenas se submeter.

O que a psicanálise pode nos ensinar sobre o tempo? O poeta Borges comparou o tempo a um rio que nos carrega, mas que também está dentro de nós.

O tempo não é um conceito metapsicológico; não há uma teoria freudiana do tempo e, no entanto, o tempo rege nossa vida psíquica, nem que seja por meio do conflito entre o desejo de mudança e a compulsão à repetição, sobre a qual André Green escreveu que representa o “assassinato do tempo” (Green, 2007).

Para Freud, nossa morte, e então o tempo, não existem no inconsciente; o sonho é, assim, “anacrônico”, pois todos os tempos nele se manifestam. Eu diria que a psicanálise, enquanto corpus científico, nada nos ensina sobre o tempo ao qual ela está submetida, como todo ser e mesmo todas as coisas – até mesmo as pedras envelhecem. A questão psicanalítica é tentar compreender como, isto é, através de quais mecanismos, pode se instalar uma temporalidade, a fortiori sempre subjetiva, no psiquismo da criança?

No meu entendimento, a resposta deve ser procurada através da concepção freudiana do masoquismo erógeno primário. Descrito em 1924 em *O problema econômico do masoquismo*, esse masoquismo primário é um estágio muito precoce (assim como o narcisismo primário) em que se dá a imbricação das duas pulsões, e onde o recém-nascido vai, graças ao trabalho psíquico da mãe, passar da necessidade do leite ao desejo da mãe.

Se tomarmos o exemplo do bebê que tem fome: a fome é uma necessidade que, graças à inscrição do traço mnêmico da satisfação, vai se transformar em desejo. Há uma primeira passagem, da necessidade de leite para o desejo do seio, sucedida de uma segunda passagem, da expectativa do seio à do objeto-mãe. Essas passagens implicam trabalho psíquico. Como no sonho, mas em estado de vigília, a criança que tem fome vai alucinar, imaginar sua mãe que chega, o que implica um tempo de espera. Para que essa espera seja tolerável, é preciso que ela seja masoquistamente investida.

A partir da ligação entre a libido, enquanto força que impele, e a pulsão de morte, enquanto movimento que desata e imobiliza, o masoquismo primário permite a integração dessa capacidade de espera. Isso se realiza, evidentemente, graças à mãe.

Uma mãe “suficientemente boa” é aquela que, através das suas palavras, saberá fazer o bebê esperar: “espere, meu bebê, vou pegar você no colo, mas não agora... você vai ter sua mamadeira já já...” Ela envolve a criança com palavras, oferece-lhe representações de palavras e de coisas. Ela permite, assim, à criança viver uma expectativa que implica a confiança no objeto.

Para mim, é a integração dessa capacidade de esperar que permite ao psiquismo da criança o acesso a uma temporalidade inicialmente subjetiva, que a realidade material confrontará mais tarde com o tempo objetivo e mensurável.

Idioma original

1-Que peut nous dire la psychanalyse sur le temps ?

Il s’agit d’une question très difficile, la complexité réside dans les interrelations entre une donnée ontologique, soit touchant à l’essence du temps comme donnée de l’être, et à la question métaphysique de la recherche du principe et de ses causes ; Ce que la philosophie nomme « transcendance » des choses en elles-mêmes. Pour Kant le temps est un « à priori transcendantal ».

La notion de vie est intrinsèquement corrélée au temps puisqu’ elle implique un début et une fin et l’historicité de la vie psychique et de la vie organique.

On ne peut par conséquent pas penser le psychisme sans l’ à priori de la donnée « temps ».

Le temps est une réalité spatialement mesurable, le soleil se lève et se couche à des heures définies qui peuvent être chronométrées et se répètent. Mais le temps vécu est lui subjectif. La « réalité psychique » temps ne coïncide pas forcément avec le temps réel. Une minute peut sembler une éternité et un mois peut passer comme cinq secondes. Selon André Green l’inconscient ignore le temps et la conscience ignore cette méconnaissance de l’inconscient (Green, 2007, pp. 78-84).

Une anecdote clinique : un patient avait fait ce qu’on peut nommer « une belle analyse » de 9 ans. Je commençais à me dire que nous pourrions terminer mais le patient n’évoquait jamais une fin possible. Alors que je me demandais comment lui en parler il arrive un jour, s’étend sur le divan et me dit « Votre chat a vieilli ».

Intéressée je lui réponds « Oui mais pas seulement mon chat mais peut-être aussi vous et moi ».

Il se tait longuement puis me dit « C'est incroyable, je réalise soudain que cela fait des années que je viens. Je me croyais installé ici pour l'éternité ».

Ce qui me permet d'ajouter « l'éternité n'existe pas, ; tout a un début et une fin, même une analyse. »

Me fondant sur ce court exemple j'ajouterais que la rencontre du temps= réalité mesurable avec le temps subjectif d'un sujet est à mes yeux le symbole de la castration. Cette rencontre représente la loi à laquelle tout humain ne peut que se soumettre.

Que peut nous enseigner la psychanalyse sur le temps ? Le poète Borges a comparé le temps à un fleuve qui nous emporte mais nous est aussi intérieur.

Le temps n'est pas un concept métapsychologique, il n'y a pas de théorie Freudienne du temps et pourtant le temps régit notre vie psychique si ce n'est qu'au travers du conflit entre le désir de changement et la compulsion de répétition dont André Green a écrit qu'elle représente le « meurtre du temps » (Green, 2007).

Pour Freud nôtre mort, donc le temps, n'existent pas dans l'inconscient d'ailleurs le rêve est « achronique » tous les temps s'y déploient. Je dirai que la psychanalyse entant que corpus scientifique ne nous enseigne rien sur le temps auquel elle est soumise comme tout être et même toute chose. Même les pierres vieillissent.

La question psychanalytique est de tenter de comprendre comment, c'est-à-dire au travers de quels mécanismes, peut s'installer une temporalité, à fortiori toujours subjective, dans le psychisme de l'enfant ?

A mon sens la réponse est à chercher au travers de la conception Freudienne du masochisme érogène primaire. Décrit en 1924 dans *Le Problème économique du Masochisme* ce masochisme primaire est un stade très précoce (à l'instar du narcissisme primaire) qui permet l'intrication des deux pulsions et où le nouveau-né va, grâce au travail psychique de la mère, passer du besoin de lait au désir de la mère.

Si nous prenons en effet l'exemple du bébé qui a faim : la faim est un besoin qui grâce à l'inscription de la trace mnésique de la satisfaction va se transformer en désir. Il y a un premier passage : du besoin de lait au désir du sein suivi d'un second passage de l'attente du sein à celle de l'objet-mère. Ces passages impliquent du travail psychique. Comme dans le rêve, mais à l'état de veille, l'enfant qui a faim va halluciner, imaginer, sa mère qui arrive ce qui implique un délai d'attente. Or pour que cette attente soit tolérable il faut qu'elle soit masochiquement investie.

De par la liaison de la libido= force qui pousse et de la pulsion de mort=-mouvement qui délie et immobilise, le masochisme primaire permet l'intégration de cette capacité d'attente. Ceci se fait évidemment grâce à la mère.

Une mère « suffisamment bonne » est celle qui au travers de ses mots saura faire attendre l'enfant, « attend mon bébé, je vais te prendre dans mes bras mais pas tout de suite... tu auras le biberon dans pas longtemps... » Elle enveloppe l'enfant avec des mots lui donne des représentations de mots et de choses. Elle lui permet ainsi une attente qui implique la confiance dans l'objet.

Pour moi c'est l'intégration de cette capacité d'attendre qui permet au psychisme de l'enfant l'accès à une temporalité, d'abord subjective que la réalité matérielle confrontera plus tard au temps objectif et mesurable.

2. Um processo psicanalítico se desdobra em múltiplas temporalidades. Do aqui e agora, da rememoração, da espera, da repetição, do instante, da construção, do tempo da sessão, da continuidade, do ritmo. Como a compreensão do tempo pode influenciar uma análise?

Jorge Bruce

Sobre essa pergunta da *TRIEB*, começarei dizendo que, para mim, a noção de *après-coup*, ressaltada pela psicanálise francesa, é essencial. Laplanche enfatiza que são necessários, em primeiro lugar, dois tempos para constituir um traumatismo psíquico, “a saber, o tempo do evento que deposita o seu traço e o tempo do seu revivescimento de origem interna” (Laplanche citado por Mijolla, 2005, p. 140). Porém, mais adiante, na mesma entrada sobre o conceito no *Dicionário Internacional da Psicanálise*, dirigido por Allain de Mijolla, Laplanche acrescenta um terceiro tempo:

Em vez de considerar somente o vetor temporal bipolar, ligando a criança ao adulto em que ela se tornou, convém adicionar-lhe um terceiro termo, exterior ao sujeito, a mensagem do outro adulto que se impõe à criança e que esta tem de traduzir. Sem dúvida, a noção de tradução seria suscetível de fornecer uma elucidação renovada do *a posteriori* [*après-coup*] freudiano (Laplanche citado por Mijolla, 2005, p. 141)

Cabe dizer que o tempo da sessão psicanalítica também não é unívoco, e que a petição de Bion de analisar sem desejo nem memória é, em larga medida, uma petição de princípio. André Green admirava um poema de Borges, ele

que analisou no último ensaio de seu livro *La Déliaison* (que se poderia traduzir como *A desvinculação*), intitulado “Le Progrès et L’Oubli” (“O progresso e o esquecimento”). Trata-se de “El Otro Tigre” (“O outro tigre”⁷). É um poema esplêndido e de uma profundidade insondável. Borges também faz alusão a três tempos: o tempo do tigre “(seu mundo não tem nomes nem passado, / nem há futuro, só um instante certo.)”.

Na segunda estrofe, Borges nos apresenta um segundo tempo ou registro: “Corre a tarde em minha alma e eu pondero / que o tigre vocativo de meu verso / é um tigre de símbolos e sombras, / uma série de tropos literários / e de *memórias* da enciclopédia” (grifo meu).

Vale a pena citar *in extenso* a terceira (não é por acaso que o poema esteja dividido assim) e última estrofe do poema:

*Procuraremos um terceiro tigre.
Como os outros, também será uma forma
de meu sonho, um sistema de palavras
humanas, não o tigre vertebrado
que, para além dessas mitologias,
pisa a terra. Bem o sei, mas algo
me impõe essa aventura indefinida,
insensata e antiga, e persevero
em procurar pelo tempo da tarde
o outro tigre, o que não está no verso.*

André Green comenta o poema de Borges. Tem o cuidado de salientar que não pretende analisar Borges (com quem teve uma conversa pessoal), mas que, pelo contrário, foi Borges, com seu texto, que o interpelou. “Meu interesse por esse poema”, comenta Green, “provinha de que sua metáfora me parecia recobrir todos os paradoxos da psicanálise”.

Green destaca especificamente as representações de coisa e palavra, mas não tenho dúvidas de que outro paradoxo psicanalítico inscrito no poema é o dos tempos em que transcorre nosso trabalho. Tempos que não são estáticos, ainda que o trauma e a compulsão à repetição, tudo o que faz o trabalho do ne-

7. Borges, J.L. (1960/2008). “O outro tigre”. In: *O fazedor*. Trad. Josely Vianna Baptista, pp.98-101. Cia das Letras. (N.T.)

gativo e da pulsão de morte, tentem congelá-lo, como um tigre dente-de-sabre agachado no mais profundo da filogênese, tal como o demonstra o medo do escuro de todas as crianças do planeta (pois, antes do descobrimiento do fogo, os homínidos eram a presa desse predador pré-histórico).

É interessante que a noção freudiana de *Nachträglichkeit* seja tão difícil de traduzir para outros idiomas. Foi Lacan quem primeiro tomou consciência do lugar fundamental desse termo no processo analítico. As novas experiências, como sublinham Laplanche e Pontalis em seu *Vocabulário*, permitem aceder, especialmente por meio do trabalho analítico, a um novo sentido, a uma eficácia psíquica. Não estamos condenados à repetição dantesca do ciclo destrutivo do traumático.

Idioma original

2.Un proceso psicoanalítico se despliega en múltiples temporalidades. Del aquí y ahora, del recuerdo, de la espera, de la repetición, del instante, de la construcción, del tiempo de la sesión, de la continuidad, del ritmo... ¿Cómo puede influir la comprensión del tiempo en un análisis?

Sobre esta pregunta de *TRIEB* comenzaré diciendo que para mí la noción, resaltada por el psicoanálisis francés, de *après-coup* es esencial. Laplanche enfatiza que se requieren, en primera instancia, dos tiempos para constituir un trauma psíquico, “a saber, el tiempo del acontecimiento que deja su huella y el tiempo de la reviviscencia de origen interno”. Pero más adelante, en la misma entrada sobre el citado concepto en el *Dictionnaire International de la Psychanalyse* dirigido por Allain de Mijolla, Laplanche añade un tercer tiempo: “En lugar de tomar en cuenta solamente el vector temporal bipolar, que enlaza al niño con el adulto, conviene agregar un tercer término, exterior al sujeto, el mensaje del otro adulto que se impone al niño y que éste debe traducir. Sin duda, la noción de traducción podría aportar una aclaración nueva al *après-coup* freudiano.” (La traducción del francés es mía).

Huelga decir que el tiempo de la sesión psicoanalítica tampoco es unívoco, y que la petición de Bion de analizar sin deseo ni memoria, es en buena cuenta una petición de principio. André Green admiraba un poema de Borges, el cual analizó en su libro *La Déliason* (podría traducirse como La Desvinculación), en el último ensayo titulado *Le Progrès et L'Oubli* (El Progreso y el Olvido). Se trata de El Otro Tigre. Es un poema espléndido y de una profundidad

insondable. Borges alude también a tres tiempos: el tiempo del tigre “(En su mundo no hay nombres ni pasado/Ni porvenir, solo un instante cierto.)”.

En la segunda estrofa, Borges nos presenta un segundo tiempo o registro: “Cunde la tarde en mi alma y reflexiono/Que el tigre vocativo de mi verso/Es un tigre de símbolos y de sombras/Una serie de tropos literarios/Y de *memorias* de la enciclopedia (las cursivas son mías).

Vale la pena citar *in extenso* la tercera (no es casualidad que el poema esté dividido así) y última estrofa del verso:

*Un tercer tigre buscaremos. Éste
Será como los otros una forma
De mi sueño, un sistema de palabras
Y no el tigre vertebrado
Que, más allá de las mitologías
Pisa la tierra. Bien lo sé, pero algo
Me impone esta aventura indefinida,
Insensata y antigua, y persevero
En buscar por el tiempo de la tarde
El otro tigre, el que no está en el verso.*

André Green comenta el poema de Borges. Se cuida muy bien de precisar que no pretende analizar a Borges (con quien había tenido una conversación personal), sino que, a la inversa, fue Borges con su texto quien lo interpeló a él. “Mi interés por ese poema, comenta Green, venía de que su metáfora me parecía recubrir todas las paradojas del psicoanálisis.”

Green menciona específicamente las representaciones de cosa y palabra, mas no tengo duda de que otra paradoja psicoanalítica inscrita en el poema es la de los tiempos en los que transcurre nuestro quehacer. Tiempos que no son estáticos, aunque el trauma y la compulsión de repetición, todo lo que hace al trabajo de lo negativo y la pulsión de muerte, intenten congelarlo como un tigre dientes de sable agazapado en lo más profundo de la filogénesis, tal como lo demuestra el miedo a la oscuridad de todos los niños del planeta (pues antes del descubrimiento del fuego los homínidos éramos la presa de ese depredador prehistórico).

Es interesante que la noción freudiana de *Nachträglichkeit* sea tan difícil de traducir a otros idiomas. Fue Lacan quien primero se percató del lugar fundamental de dicho término en el proceso analítico. Las nuevas experiencias, como

subrayan Laplanche y Pontalis en su Vocabulario, permiten acceder, en particular mediante el trabajo analítico, a un nuevo sentido, a una eficacia psíquica. No estamos condenados a la repetición dantesca del ciclo destructivo de lo traumático.

Maria Inês Lamy

De fato, há múltiplas temporalidades no processo analítico. A partir da constatação de que não é a cronologia que comanda nossa vivência do tempo, Lacan propôs o tempo lógico. Diz ele que há um tempo próprio de emergência do inconsciente, uma pulsação, um movimento de abertura e fechamento. O inconsciente se abre a cada vez em que se produz uma formação do inconsciente, por vezes em forma de tropeço – e cabe ao analista, nestes instantes fugazes, sem perda de tempo, aí intervir com seu ato, qualquer que ele seja, sob o risco de deixar passar o que importa e compactuar com o adiamento neurótico.

À sequência linear e sucessiva do tempo cronológico, Lacan (1998a) opõe a pulsação do tempo lógico, que ele divide em três momentos:

- o instante de ver – definido como um instante de fulguração;
- o tempo para compreender – tempo de elaboração e;
- o momento de concluir – em que a pressa e a urgência levam à conclusão.

Esses três tempos podem ser pensados a respeito de qualquer fatia em que se escolha repartir a análise: seja o intervalo desde a ideia de procurar um analista até a chegada ao consultório; ou o período de todo o processo analítico; ou ainda o tempo de duração de uma sessão. Tempo, pois, de funcionamento do inconsciente, mas, também tempo a ser aproveitado, ou melhor, ocasionado pelo analista que, com seu ato, provoca a emergência do desejo.

Ao eterno adiamento do neurótico (“ainda não”) ou à lamentação e revolta neuróticas (“não dá mais tempo”), Lacan propõe a função da pressa, a urgência em concluir, o corte. O analista, com seu ato, intervindo nas associações significantes do paciente, pontua, frisa, sublinha a emergência do desejo. Testemunhando o valor da função da pressa, Luiz Fernando Veríssimo, bem-humorado, respondeu sem pestanejar sobre a musa inspiradora de seus textos: “O prazo!”.

Lacan, ao frisar a função da urgência, não está distante de Freud que, em seu belo texto “Sobre a transitoriedade” (1916[1915]/1962c), discorre sobre a finitude do tempo em seu aspecto de limite último, castração. Diz Freud que a transitoriedade e a iminência da perda podem provocar desolação e revolta, como em seu companheiro de passeio, um jovem poeta que, prevendo a chegada do inverno, se impede de usufruir da beleza da primavera. Ou, ao contrário,

a condição efêmera proporciona o luto pelo objeto perdido, que possibilita a substituição e o relançamento do desejo. É por não serem perenes que os objetos adquirem valor. É por não ser eterna que a vida nos é tão cara.

Quando afirma que a repetição nunca é do mesmo, Lacan (1963-64/1979) aponta um caminho para o trabalho analítico. Na contramão da insistência neurótica no igual, a modo de um “já conheço os passos dessa estrada”⁸, cabe ao analista pinçar o que surge de novo, abrindo espaço para a contingência, para a surpresa. As marcas traumáticas não desaparecerão, mas o modo de lidar com elas pode mudar, um “saber fazer” é inventado.

Marília Aisenstein

Parece-me que a minha resposta um pouco longa à primeira questão já propôs elementos de resposta para essa segunda pergunta.

Sim, é evidente que todo processo analítico se desenvolve em temporalidades diversas, até por vezes contraditórias. É perfeitamente compreensível, já que o tempo não existe no inconsciente, e que ele é, por outro lado, imposto na sua estrita realidade mesurável pelo quadro analítico.

A análise induz à regressão sob suas distintas formas: temporal, tópica, formal. A regressão implica um *vai-e-vem* entre o passado e o presente, entre a palavra e a imagem. Compreende-se então a carga emocional que toma o analisando e que se estabelece nas sessões. A regra fundamental obriga o paciente a converter a totalidade do seu mundo psíquico e somático em linguagem. Se refletirmos sobre isso, trata-se de um constrangimento, de uma violência incontestável.

Além disso, a compulsão à repetição, que procura abolir, imobilizar a temporalidade, entra em conflito com o processo de transformação que permanece o objetivo verdadeiro de uma cura analítica.

No curso de uma análise, movimentam-se temporalidades muito diferentes; os retornos do recalcado são irrupções do passado no presente. A transferência carrega também reminiscências de histórias longínquas e soterradas.

À questão de saber como a compreensão do tempo poderia influenciar uma psicanálise, eu diria que o psicanalista é o garantidor do tempo real e mensurável, ao qual também ele é submetido enquanto portador do quadro analítico. Parece-me que cabe ao analista reintroduzir o tempo real no “tempo

8. “Retrato em branco e preto” (1968), letra de Chico Buarque e melodia de Tom Jobim.

fora-do-tempo” da cura. No entanto, ele pode também provocar por suas interpretações choques do encontro entre passado, por vezes traumático, esquecido, e a evolução atual da cura.

De fato, eu diria que a prática da psicanálise, tanto para o paciente como para o psicanalista, nos confronta com tempos diferentes, contraditórios. Em uma palavra, com um tempo “explodido” tal qual magistralmente mencionado por André Green (2000).

Idioma original

2. Un processus psychanalytique se déploie dans de multiples temporalités. D’ici et maintenant, du souvenir, de l’attente, de la répétition, de l’instant, de la construction, du temps de séance, de la continuité, du rythme... Comment la compréhension du temps peut-elle influencer une analyse ?

Il me semble que ma réponse un peu longue à la première question a déjà proposé des éléments de réponse à cette seconde question.

Oui il est évident que tout processus analytique se déploie dans des temporalités diverses, voire parfois contradictoires. C’est parfaitement compréhensible puisque le temps n’existe pas dans l’inconscient et qu’il est d’autre part imposé dans sa stricte réalité mesurable par le cadre.

L’analyse induit la régression sous ses formes diverses : temporelle, topique, formelle. La régression implique des allers-retours entre passé et présent, entre le mot et l’image. On comprend dès lors la charge émotionnelle qui emporte l’analysant et se déploie dans les séances. La règle fondamentale, elle, oblige le patient à convertir la totalité de son monde psychique et somatique en langage. Si l’on y réfléchit il s’agit d’une contrainte d’une violence incontestable.

De plus la compulsion de répétition, qui cherche à abolir, immobiliser la temporalité, entre en conflit avec le processus de changement qui reste le véritable but d’une cure analytique.

Au cours d’une analyse des temporalités très différents se bousculent ; les retours du refoulé sont des irruptions du passé dans le présent. Le transfert lui amène aussi des réminiscences d’histoires lointaine et enfouies.

A la question de savoir comment la compréhension du temps pourrait-elle influencer une psychanalyse je dirais que le psychanalyste est le garant du temps réel et mesurable auquel d’ailleurs il est lui-aussi soumis, entant que porteur du cadre.

Il me semble qu'il revient à l'analyste de réintroduire le temps réel dans le « temps hors-temps » de la cure. Par contre il peut aussi provoquer de par ses interprétations des chocs de la rencontre entre passé parfois traumatique, oublié et l'évolution actuelle de la cure.

De fait je dirais que la pratique de la psychanalyse, pour le patient comme pour le psychanalyste, nous confronte à des temps différents, contradictoires, en un mot à un « temps éclaté » tel qu'en a magistralement parlé André Green (2000).]

3.Nós psicanalistas costumamos nos dizer “em permanente formação”. Entretanto, pareceria que o nosso tempo corre mais devagar que o tempo do mundo, da história e da cultura. Estariam as formações psicanalíticas – as da IPA e tantas outras – preparadas para as transformações pelas quais o mundo vem passando?

Jorge Bruce

Não. Nossas instituições não estão preparadas para a aceleração frenética das mudanças no mundo. Na verdade, nunca estiveram, o que não significa que devemos nos adaptar a essa mutação acelerada. Nosso método oferece um espaço inestimável para a reflexão, para preservar a cocção a fogo baixo, para saltarmos dessa montanha-russa de emoções imperativas e, em última análise, angustiantes e carentes de sentido. Mesmo assim, nossa preservação desse tempo capaz de resistir às exigências de um mundo capturado pela pressa não significa ignorar que nossos locais de trabalho pertencem a esse mundo, a esse tempo, a essas transformações.

Não podemos pretender existir à margem da realidade material, do ruído do tempo, como se intitula um romance de Julian Barnes (*The noise of time*) sobre Shostakovich, que viveu na era de Stalin. Diferentemente de Stravinski, que saiu da Rússia e se opôs à ditadura stalinista, Shostakovich fez grandes concessões. No entanto, essas concessões se deram no espaço político – ele presidiu a associação de compositores russos –, mas não em sua música, que foi sempre revolucionária.

É preciso trabalhar nesse espaço transicional entre a realidade psíquica e a material. Os Botella diziam sobre o objeto: *Toujours dedans, aussi dehors*. Sempre dentro, também fora. Os recentes Comitês da IPA, como os da IPA na Comunidade e no Mundo, de cujo *Response Team* (Time de resposta) me orgulho de participar, nos indicam o caminho. Um destes comitês, por exemplo, é o de Preconceitos, Discriminação e Racismo, presidido por Abel Fainstein.

Não obstante, essas novas organizações no interior da IPA não são necessariamente bem-vistas pelo *mainstream* das instituições psicanalíticas. Algo como: “muito bom, mas isso não é psicanálise”. Esse é precisamente o ponto cego. Tentar ignorar que a sociedade em que vivemos é como o *terroir* em que crescem as vinhas das quais sairá o vinho. O Tannat uruguaio, por exemplo, é uma cepa que cresce em solo pedregoso, como o Pinot Noir. Esse vinho é uma maravilha, mas não seria possível se a uva não saísse das parreiras que crescem nesse solo, com essas características.

Nós, latino-americanos, temos a responsabilidade e a oportunidade de produzir uma psicanálise enraizada na nossa realidade única. Problemática, difícil como um terreno acidentado, mas da qual pode sair um produto original e valioso, desde que não nos alienemos diante da pressão das transformações do mundo, nem a ignoremos. Menos ainda cair na compulsão da repetição dos modelos importados dos grandes centros de produção intelectual, mas construindo uma psicanálise própria, estreitamente vinculada à nossa cultura e à nossa realidade.

Idioma Original

3. Los psicoanalistas tendemos a decir que estamos “en formación permanente”. Sin embargo, pareciera que nuestro tiempo corre más lento que el tiempo del mundo, de la historia y de la cultura. ¿Estarían preparadas las formaciones psicoanalíticas -las de la IPA y tantas otras- para las transformaciones por las que atraviesa el mundo?

No. Nuestras instituciones no están preparadas para la aceleración frenética del cambio en el mundo. Lo cierto es que nunca lo han estado. Lo cual no significa que debamos adaptarnos a esa mutación acelerada. Nuestro método ofrece un espacio invaluable para la reflexión, para preservar la cocción a fuego lento, para bajarnos de esa montaña rusa de emociones imperativas y, en última instancia angustiosas y carentes de sentido. Sin embargo, nuestra preservación de ese tiempo capaz de resistir a las exigencias de un mundo atrapado por la premura, no significa desconocer que nuestros recintos de trabajo pertenecen a ese mundo, a ese tiempo, a esas transformaciones.

No podemos pretender existir al margen de la realidad material, del ruido del tiempo, como se titula una novela de Julian Barnes (*The Noise of Time*) sobre Shostakovich, quien vivió la era de Stalin. A diferencia de Stravinski,

quien salió de Rusia y se opuso a la dictadura estalinista, Shostakovich hizo grandes concesiones. No obstante, esas concesiones se dieron en el espacio político -presidió la asociación de compositores rusos-, pero no en su música, que siempre fue revolucionaria.

Es preciso trabajar en ese espacio transicional entre la realidad psíquica y la material. Los Botella decían sobre el objeto: *Toujours dedans, aussi dehors*). Siempre adentro, también afuera. Los recientes comités de la IPA como el de La IPA en la Comunidad y en el Mundo, a cuyo *Response Team* (Equipo de respuesta) me honro en pertenecer, nos indican el camino. Uno de estos comités, por ejemplo, es el de Prejuicios, Discriminación y Racismo, presidido por Abel Fainstein.

No obstante, estas nuevas organizaciones al interior de la IPA no necesariamente son bien vistas por el *mainstream* de las instituciones psicoanalíticas. Algo así como, está muy bien, pero eso no es psicoanálisis. Ese es precisamente el punto ciego. Pretender ignorar que la sociedad en la que vivimos es algo así como el *terroir* en el que crecen las viñas de las que saldrá el vino. El Tannat uruguayo, por ejemplo, es una cepa que se da en terreno pedregoso, similar al del *Pinot Noir*. Ese vino es una maravilla, pero no sería factible si la uva no saliera de las parras que crecen en ese terreno, con esas características.

Los latinoamericanos tenemos la responsabilidad y la oportunidad de producir un psicoanálisis enraizado en nuestra realidad única. Problemática, difícil como un terreno agreste, pero de la cual puede salir un producto original y valioso, a condición de no alienarnos ni ante la presión de las transformaciones del mundo, ni ignorarlas. Menos aún caer en la compulsión de repetición de los modelos importados de los grandes centros de producción intelectual, sino construyendo un psicoanálisis propio, en estrecha vinculación con nuestra cultura, con nuestra realidad.

Maria Inês Lamy

Essa questão, da qual não podemos nos esquivar, é extremamente importante e complexa. Freud não se absteve de pensar as exigências e vicissitudes de seu tempo e as discutiu em alguns textos fundamentais: “Considerações contemporâneas sobre a guerra e a morte”, “Psicologia das massas e análise do eu”, “O futuro de uma ilusão”, “O mal-estar na civilização” etc.

Aprendemos com Freud que devemos nos deixar guiar pelos princípios da psicanálise, mas não sem colocá-los à prova, à luz dos desafios da “subjetividade

da época” (Lacan, 1998b), que se apresenta como resposta às formas de emergência do real. Tarefa complexa e desafiadora – cabe à psicanálise pensar o mal-estar de seu tempo, sem perder de vista seus princípios, o que implica não se colar às explicações oriundas de outros campos. Levando em conta o que as observações sociais nos apontam, impõe tentar extrair o viés propriamente psicanalítico.

Segundo Lacan (1998b), é preciso que o psicanalista “conheça bem a espiral a que o arrasta sua época na obra contínua de Babel, e que conheça sua função de intérprete na discórdia das línguas” (p. 322). A vida no nosso tempo – com diferentes línguas, bolhas e coletivos – constitui nossa matéria de trabalho.

Em 1967, de forma profética, Lacan (2003) apontou a segregação dos tempos que viriam e, em “O triunfo da religião” (2005), indicou que a religião, como produção de sentido, seria inesgotável. “O real vai avançar e a religião se tornará mais forte” (p. 79). Hoje, além do acirramento da segregação – racial, de classe e de gênero – convivemos com o fenômeno do negacionismo e com o fanatismo religioso.

Todos esses aspectos desafiam os psicanalistas e nos convocam ao trabalho.

Marilia Aisenstein

Parece-me que essas duas últimas questões são duas faces de uma mesma pergunta. De fato, somos hoje constringidos a nos questionarmos sobre o que pode se tornar a psicanálise, esse lento trabalho de desenterramento de um passado recalcado ou afastado, trabalho que privilegia a “via longa”, indicada por Freud em 1911 nas *Formulações sobre os dois princípios do curso dos eventos psíquicos* (Freud, [1912] 1984), em um momento da história da humanidade que privilegia a urgência, a rapidez, a eficácia imediata. Nós somos, hoje, confrontados com o “fast food” e com a “fast análise” proposta nas mídias sob a forma de terapias breves, cognitivas, rápidas, eficazes etc.

Trata-se de uma verdadeira questão: seria preciso ceder a essa moda do “bom e rápido” e tentar rearranjar os nossos protocolos ou, ao contrário, lutar para defender e impor aos pacientes uma psicanálise clássica de, no mínimo, três sessões semanais que levará anos...

Pessoalmente, acredito que se deva a todo preço conservar o espírito da psicanálise freudiana clássica. Isso não quer dizer negar a evolução proveniente da história; Freud recebia seus pacientes seis dias por semana e se queixava da “crosta de resistência da manhã de segunda-feira”. Suas análises, no entanto,

duravam um, dois ou no máximo três anos. A cura do Homem dos Ratos, por exemplo, começa em outubro de 1907 e chega ao fim em janeiro de 1909.

Em nossos dias, ninguém teria a ideia de propor uma análise de seis sessões semanais, nem de considerar uma cura terminada em 14 meses. Da mesma forma, passamos de cinco sessões para três ou quatro, e às vezes até mesmo duas – com o que não concordo, pois não acredito que um verdadeiro processo analítico que induza à regressão possa se instalar assim.

Penso, no entanto, que seja possível fazer trabalho analítico de qualidade face a face. Hoje, com a globalização, as viagens frequentes e os deslocamentos profissionais, muitos pacientes jovens não podem mais se comprometer com o protocolo clássico. Estimo que, ao invés de propor-lhes análises de divã instáveis, porque não regulares, eles possam se beneficiar de um trabalho analítico de face a face em um ritmo de uma sessão por semana, ou mesmo a cada 15 dias. No entanto, tais análises só podem ser conduzidas por analistas muito experientes. De fato, para divergir de maneira útil do quadro clássico, é preciso tê-lo praticado por muito tempo e tê-lo integrado profundamente.

Idioma original

3.Nous, psychanalystes, avons l’habitude de dire que nous sommes « en formation permanente ». Cependant, il semblerait que notre temps soit plus lent que le temps du monde, de l’histoire et de la culture. Les formations psychanalytiques – celles de l’IPA et bien d’autres – seraient-elles préparées aux transformations que traverse le monde ?

Il me semble que ces deux dernières questions sont les deux faces d’une même interrogation. En effet nous sommes aujourd’hui contraints à nous demander ce que peut devenir la psychanalyse, lent travail de dés-enfouissement d’un passé refoulé ou écarté, travail qui privilégie la « voie longue » prônée par Freud en 1911 dans *Formulation sur les Deux Principes du Cours des Évènements psychiques*, (Freud, [1912] 1984), dans un moment de l’histoire de l’humanité qui privilégie l’urgence, la rapidité, l’efficacité immédiate. Nous sommes aujourd’hui confrontés au « fast food » et à la « fast analyse » proposée dans les médias sous forme de thérapies brèves, cognitives, rapides, efficaces.....etc. etc.

Il s’agit là d’une vraie question : faut-il céder à cette mode du « vite et bien » et chercher des aménagements de nos protocoles ou faut-il au contraire

nous battre pour défendre et imposer aux patients une psychanalyse classique de trois séances hebdomadaires minimum qui prendra des années...

Personnellement je crois qu'il faut à tout prix conserver l'esprit de la psychanalyse Freudienne classique. Ceci ne veut pas dire nier l'évolution due à l'histoire ; Freud recevait ses patients 6 jours par semaine et se plaignait de « la croute de résistance du Lundi matin ».

Ses analyses par contre duraient un, deux ou trois ans maximums ; La cure de l'Homme aux Rats par exemple débute en Octobre 1907 et prend fin en Janvier 1909.

De nos jours personne n'aurait l'idée de proposer six séances ni de considérer une cure terminée après 14 mois. De même nous sommes passés des cinq séances à trois ou quatre et parfois même à deux, ce avec quoi je suis en désaccord car je ne crois pas qu'un vrai processus analytique induisant la régression puisse s'installer ainsi.

Je pense par contre qu'il est possible de faire du travail analytique de qualité en face à face. Aujourd'hui avec la mondialisation, les voyages fréquents, les déplacements professionnels beaucoup de jeunes patients ne peuvent plus s'astreindre au protocole classique. J'estime qu'au lieu de leur proposer des analyses de divan bancales, car non régulières, ils peuvent bénéficier d'un travail analytique de face à face à des rythmes d'une séance par semaine ou même tous les 15 jours mais ces cures ne peuvent être mené que par des psychanalystes très expérimentés. En effet pour diverger utilement du cadre classique il faut en effet l'avoir longuement pratiqué et profondément intégré.

4. Vivemos no tempo da pressa, da cultura do excesso, da imagem, do gozo irrefreável, da exigência por resultados a curto prazo. De que modo a cronologia da urgência e da produtividade afetam a clínica psicanalítica?

Jorge Bruce

Seria absurdo pretender existir à margem do imperativo categórico; é assim que Kant se referia à consciência do tempo no sujeito. Essa lei moral kantiana que predomina na atualidade exige conquistas imediatas, em que o êxito deve estar associado a condições materiais e fama. Isso afeta não somente a técnica psicanalítica – cuja proverbial lentidão é contraintuitiva nessa época vertiginosa –, mas também a identidade dos psicanalistas. Uma coisa é com violão e outra com cajon (instrumento de música popular), como se diz no Peru.

O discurso oficial dos psicanalistas é o de resistir a esses cantos de sereia. Porém, todos sabemos na prática isso é falso. Muitos de nós, psicanalistas, sucumbimos a esse mandamento cultural do êxito material e das recompensas narcisistas. Ninguém está imunizado contra esse vírus insidioso e mutante. Ainda por cima quando temos de enfrentar a concorrência de uma diversidade de modelos terapêuticos: desde os mais sérios até os mais apegados à cultura *new age*. Em seu célebre poema “Ítaca”, Kavafis nos previne: “Nem Lestrigões nem Cíclopes, / nem o áspero Posêidon encontrarás, / se não os tiveres imbuído em teu espírito, / se teu espírito não os suscitar diante de si.”⁹.

Essas referências à Odisseia de Ulisses aludem à condição humana, é claro. De fato, em que pese se tratar de um elogio da viagem (Ulisses demorou vinte anos para regressar à ilha rochosa de Ítaca), Ulisses encontrou-se *sim* com todos esses obstáculos, que, de acordo com Kavafis, estavam em sua alma. Como estão na de todo ser falante, e nós, psicanalistas, certamente não somos a exceção. A clínica psicanalítica pode pretender existir à margem dessa viagem, em que a urgência nos impõe exigências ameaçadoras para o tempo da escuta, das associações livres e da atenção flutuante.

A tecnologia atual, especialmente no que diz respeito à análise remota, nos coloca um desafio ineludível. Nos anos em que tive o privilégio de representar a América Latina no Board da IPA, discutíamos apaixonadamente acerca da validade da análise nessas condições. Isso foi antes da pandemia de COVID, quando as objeções foram barradas pelas férreas exigências da realidade.

Isso não significa que a discussão tenha se esgotado. Foi algo como uma trégua, um espaço para pensarmos em como poderíamos preservar o essencial de nosso precioso método, sem ignorar as exigências determinantes do “novo normal”. Tenho a esperança de que essa experiência imprevisível, que nos desfamiliarizou a todos, tenha servido para sacudir-nos da monotonia em que muitos caímos, acreditando que nosso tempo era imutável. Nunca foi nem nunca será.

9. “Ítaca”, de Konstantinos Kavafis. Trad. Haroldo de Campos. Disponível em <https://talkingreek.wordpress.com/2016/04/05/itaca-por-konstantinos-kavafis/>.

Idioma Original

4. Vivimos una época de prisas, de cultura del exceso, de imagen, de disfrute imparable, de exigencia por resultados a corto plazo. ¿Cómo afecta la cronología de la urgencia y de la productividad a la clínica psicoanalítica?

Sería absurdo pretender existir al margen del imperativo categórico; así se refería Kant a la conciencia del tiempo en el sujeto. Esa ley moral kantiana que predomina en la actualidad, exige logros apremiantes, en donde el éxito suele estar asociado a las condiciones materiales y la celebridad. Esto afecta no solo a la técnica psicoanalítica -cuya proverbial lentitud resulta contrainstituitiva en esta época vertiginosa-, sino a la identidad de los psicoanalistas. Una cosa es con guitarra y otra con cajón (instrumento de música popular) se dice en el Perú.

El discurso oficial de los psicoanalistas es el de resistir a esos cantos de sirena. Pero todos sabemos que en la práctica esto es falso. Muchos psicoanalistas sucumben a ese mandato cultural del éxito material y las recompensas narcisistas. Nadie está inmunizado contra ese virus insidioso y mutante. Máxime cuando debemos enfrentar la competencia de una multitud de modelos terapéuticos: desde los más serios hasta los más apegados a la cultura *new age*. En su célebre poema Ítaca, Kavafis nos previene: “Ni a los lestrigones ni a los cíclopes, ni al salvaje Poseidón encontrarás, si no los llevas dentro de tu alma, si no los yergue tu alma ante ti.”

Estas referencias a la Odisea de Ulises se refieren a la condición humana, claro está. Lo cierto es que, pese a ser un elogio del viaje (Ulises demoró veinte años en regresar a la isla rocosa de Ítaca), Ulises *sí* se topó con todos esos obstáculos que, de acuerdo a Kavafis, estaban en su alma. Como lo están en la de todo ser hablante, y los psicoanalistas ciertamente no somos la excepción. La clínica psicoanalítica no puede pretender existir al margen de ese viaje, en el que la urgencia nos impone unas exigencias amenazantes para el tiempo de la escucha, las asociaciones libres y la atención flotante.

La tecnología actual, señaladamente en lo que atañe al análisis remoto, nos plantea un reto ineludible. En los años que tuve el privilegio de representar a Latinoamérica en el Board de la IPA, discutíamos apasionadamente acerca de la validez del análisis en esas condiciones. Esto fue antes de la pandemia del COVID, en donde las objeciones fueron barridas por las férreas exigencias de la realidad.

Lo cual no significa que la discusión se haya agotado. Fue algo así como una tregua, un espacio para pensar en cómo podíamos preservar lo esencial de nuestro precioso método, sin ignorar las exigencias determinantes de la “nueva normalidad”. Tengo la esperanza de que esa experiencia imprevisible que nos desfamiliariizó a todos, haya servido para sacudirnos de la modorra en la que muchos habíamos caído, creyendo que nuestro tiempo era inmutable. Nunca lo fue y nunca lo será.

Maria Inês Lamy

A psicanálise está inserida no mundo contemporâneo, mas também deve tomar distância em relação ao entorno. Nos tempos atuais, em que objetos são oferecidos para tamponar o mal-estar, cabe à psicanálise apontar para o impossível da satisfação plena. Só assim é possível, nas frestas das demandas exigentes, a abertura de uma posição desejanete.

A psicanálise busca inserir um intervalo na exigência superegoica de produtividade, no excesso que se impõe como demanda do Outro social. Cabe salvaguardar, ou mesmo instaurar, o tempo do sujeito e do desejo, que se contrapõe à aceleração imposta pelo Outro. Para isso, é preciso que se entre em contato com a impossibilidade da satisfação absoluta. Entre o impulso e o ato deve-se presentificar o espaço da fantasia. O tempo para compreender, proposto por Lacan, mostra aí sua relevância.

Diante da exigência irrespirável que se impõe nos dias de hoje, a psicanálise deveria ocupar a função que Lacan (1974) lhe atribuiu certa vez: de um “pulmão artificial”. Ou, quem sabe, o analista possa ter a sabedoria que se atribui tradicionalmente aos mais velhos. Escreve Paulo Leminski (2013): “Só mesmo um velho/ para descobrir,/ detrás de uma pedra,/ toda a primavera” (p. 16).

Marília Aisenstein

Parece-me que já respondi em parte esta última questão, no que concerne à realidade atual. É preciso fazer frente a essa onda que preconiza a urgência e os resultados a curto prazo. Mas o combate não está perdido, a meu ver, e isso ao menos por duas razões.

Primeiro, os resultados obtidos com as terapias breves, cognitivas ou outras podem se mostrar eficazes de imediato, mas não duram muito tempo. Aliás, questionei-me sobre essas “melhoras rápidas” e diria que, ainda que tais terapias ignorem a força da transferência, é graças à transferência com um terapeuta,

qualquer que seja, que repousa a melhora em relação ao sintoma. A segunda razão diz respeito ao fato de que a psicanálise é a única terapia no mundo que ajuda e sustenta os processos de pensamento. Para além de toda melhora sintomática, a análise abre para o paciente vias da reflexividade e do pensamento. Para Hannah Arendt, viver e pensar são uma só e mesma coisa (Arendt, 2013).

Para terminar, gostaria de retornar à metapsicologia freudiana.

Em 1920, Freud substitui a primeira teoria das pulsões (libido sexual/auto-conservação) pela segunda, onde introduz uma pulsão de morte, que se combina e se opõe à libido. Freud foi levado a essa transformação em razão de fracassos clínicos ligados à reação terapêutica negativa, ao masoquismo clínico, às organizações que hoje nomeamos por “*borderline*”. A introdução da pulsão de morte é uma revolução porque se trata de uma força que separa e imobiliza. Em 1938, Freud a descreve ainda como “moção separadora” no *Esboço de psicanálise*. Isso quer dizer, para mim, que face à libido que impulsiona à criação de unidades cada vez maiores, essa instância separadora instala o “atraso”, e então, a temporalidade. O pensamento participa das duas pulsões; para refletir é preciso poder ligar, mas também separar.

Idioma original

4. Nous vivons à une époque de précipitation, de culture de l'excès, de l'image, de la jouissance imparable, de l'exigence de résultats à court terme. Comment la chronologie de l'urgence et de la productivité affecte-t-elle la clinique psychanalytique ?

Il me semble avoir déjà en partie répondu à cette dernière question en ce qui concerne la réalité actuelle. Il nous faut en effet tenir tête à cette vague qui prône l'urgence et les résultats à court terme.

Mais le combat n'est pas perdu, ceci à mon avis pour au moins deux raisons : Les résultats obtenus grâce aux thérapies brèves cognitives ou autres peuvent se montrer efficaces dans l'immédiat mais ne tiennent pas longtemps.

Je me suis d'ailleurs interrogée sur ces « améliorations rapides » et dirais que bien que ces thérapies ignorent la force du transfert c'est grâce au transfert sur un thérapeute, quel qu'il soit, que repose l'amélioration symptomatique.

La seconde raison réside en ce que la psychanalyse est la seule thérapie au Monde qui aide et soutient les processus de la pensée. Au-delà de toute amélioration symptomatique l'analyse ouvre pour le patient les voies de la réflexivité et de la pensée. Pour Hannah Arendt (vivre et penser sont une seule et même chose.

Pour terminer je voudrais retourner à la métapsychologie Freudienne. En 1920 Freud remplace la première théorie des pulsions : libido sexuelle/auto-conservation par la seconde où il introduit une pulsion de mort qui se combine et s'oppose à la libido. Freud a été amené à ce changement en raison d'échecs cliniques liés à la réaction thérapeutique négative, au masochisme clinique, aux organisations que nous nommons aujourd'hui « border-line ».

L'introduction de la pulsion de mort est une révolution car elle est une force qui sépare et immobilise. En 1938 Freud la décrit encore comme « motion séparatrice » dans *L'Abregé de Psychanalyse*. Cela veut dire, à mon sens, que face à la libido qui pousse à créer des unités de plus en plus grandes cette instance séparatrice installe le « délais », donc la temporalité. La pensée participe des deux pulsions, pour réfléchir il faut pouvoir lier mais aussi séparer.

Referências (Jorge Bruce)

- Green, A. (1971). La déliaison. *Littérature*, 3, 33-52.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1967). *Vocabulaire de la psychanalyse*. PUF.
- Méndez, C. (2000). *Incas sí, indios no: Apuntes para el estudio del nacionalismo criollo en el Perú*. Instituto de Estudios Peruanos.
- Mijolla, A. (2005). *Dictionnaire International de la Psychanalyse*. Grand Pluriel.

Referências (Maria Inês Lamy)

- Freud, S. (1962a). Screen memories. In S. Freud, *Standard edition*: Vol. III. Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1899).
- Freud, S. (1962b). The interpretation of dreams. In S. Freud, *Standard edition*: Vol. IV. Hogarth Press. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1962c). On transience. In S. Freud, *Standard edition*: Vol. XIV. Hogarth Press. (Trabalho original escrito em 1915 e publicado em 1916).
- Lacan, J. (1974). Déclaration à France Culture a propos du 28^e Congres International de Psychanalyse. *Le Coq-Héron*, 46/47, 3-8.
- Lacan, J. (1979). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1963-64).
- Lacan, J. (1998a). O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar.

- Lacan, J. (1998b). Função e campo da palavra e da linguagem. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. In J. Lacan, *Outros escritos*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2005). *El triunfo de la religión, precedido de Discurso a los católicos*. Paidós.
- Leminski, P. (2013). *Toda poesia*. Companhia das Letras.

Referências (Marília Aisenstein)

- Arendt H. *La Vie de l'Esprit* PUF tome I, 2013.
- Green, A. *From the ignorance of time to the murder of time. From the murder of time to the misrecognition of temporality in psychoanalysis*. Bulletin of the European psychoanalytical Federation, 2007, 61: 78-84.
- Green, A. *Le Temps Éclaté*, in Éditions de Minuit, 2000.
- Freud S. (1912) in *Résultats, Idées, Problèmes I* Paris PUF 1984
- Freud S (1938) *Abrégé de Psychanalyse* Paris, PUF, 1975.
-

Tradução do francês: Maria Izabel Varella

varellabel@gmail.com

Tradução do espanhol: Tomás Sertã

Tomas.serta@gmail.com

Jorge Bruce

jbrucex6@gmail.com

Maria Inês Lamy

mariaineslamy@gmail.com

Marília Aisenstein

Marilia.aisenstein@gmail.com

Correspondência

Correspondência – TEMPO

40 minutos antes do nada

Miguel Calmon du Pin e Almeida¹

Pedro Duarte²

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

Querido Pedro,

nós que já tivemos a oportunidade de nos encontrar em diferentes lugares, até mesmo indo para o Maracanã devidamente uniformizados com a camisa do Flamengo, nos propomos a mais uma aventura que, espero, resulte também em novas possibilidades de encontro.

E, para isso, tomo o cotidiano do nosso encontro casual, e com a camisa do Flamengo, para começar também pelo cotidiano que nos cerca.

Quando julgávamos que, ajudados pela tecnologia, teríamos mais tempo para nos dedicar ao ócio e ao lazer, verificamos que, pelo contrário, mais nos ocupamos, mais nos comprometemos com diferentes projetos, levados pela fascinante espiral do “tudo é possível”.

E novamente nos falta tempo.

Penso que todos nós temos sido surpreendidos pela mesma armadilha e pelas dificuldades de entendimento que ela gera.

Fala-se de tempo comprimido, de aceleração do tempo, que ideia é esta que preside (ou que ideias são estas que presidem) nossa concepção contemporânea de tempo?

Em tempos de individualismo exacerbado, os limites não se apresentam com contornos tão claros e assim continuam a pressionar por satisfação. Não há impossível que ordene a experiência humana. Tudo é excesso. Tudo é assusta-

1. Psicanalista, membro efetivo da SBPRJ.

2. Professor de filosofia da PUC-Rio.

doramente possível. Nós, os indivíduos, sideramos em torno desse excesso, não nos ancoramos a nenhum lugar e repetimos insistentemente nossas tentativas de buscar uma inscrição neste mundo.

O resultado da fascinação desta espiral se revela na clínica das depressões e das compulsões que terminam por se traduzir, quando tudo não é alcançado, como fracasso do sujeito.

Permita-me uma citação:

Mas de tempos em tempos, depois destes estados de satisfação que em certo sentido podemos chamar de estados obsessivos da emoção e da vontade, parece que somos dominados pelo seu contrário; para o expressarmos também com conceitos de hospício, subitamente começa na Terra uma intensa fuga de ideias, depois da qual toda a vida humana vê-se transferida para novos eixos e centros. A causa profunda de todas as grandes revoluções não está no progressivo acúmulo de condições insuperáveis, mas no desgaste da coesão que apoiava o contentamento artificial das almas. (MUSIL, ANO, p.376).

Há certos livros que marcam nossas vidas. Mais do que livros, por vezes certas passagens nos marcam a vida ao nos oferecerem a possibilidade de um novo ordenamento das coisas do mundo. Esta citação de Robert Musil é uma delas. Ela me persegue. Não me é incomum começar a pensar a partir dela os mais variados problemas. Esta expressão, “desgaste da coesão que apoiava o contentamento artificial das almas”, me persegue porque nela encontro duas ideias que me são muito caras: a primeira, que a coesão se desgasta por ser artifício da cultura e por isso exige seu constante recomeço; e a segunda, enquanto implica o porvir como próprio às condições da existência humana, isto é, mudanças não correspondem necessariamente a erros que, se evitados, as tornariam desnecessárias.

Destaco que na concepção de desgaste o que está em questão não são as razões profundas, mas o processo, a instauração de uma processualidade que nos permite acompanhar o ritmo e o movimento das coisas e de nós mesmos.

Contente em poder conversar com você,

Forte abraço,
Miguel Calmon.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

Meu caro, Miguel!

Quando decidimos começar esta troca de cartas, logo pensei em exclamar: e vamos falar do Flamengo? Não é que você começa por aí? Não deixa de surpreender que o tempo, tantas vezes sentido particular e subjetivamente, deixe marcas idênticas para duas pessoas diferentes. Fomos remetidos ao mesmo instante: um encontro casual no metrô – a caminho do Maracanã. Não foi nenhum debate intelectual ou encontro social que nos veio à memória. Foi o futebol. Foi essa paixão comum e em comum. Você, psicanalista, sabe muito bem: o começo tem sempre a ver com o desejo, mais do que com a cronologia. Lembramos, no tempo, do desejo chamado futebol. Suspeito que seja um sinal de que, como dizem por aí, começamos com o pé direito.

Começamos algo que tem um tanto de ficção: trocar cartas. Pois nenhum de nós está de fato escrevendo em um papel, colocando em um envelope, postando no correio e deixando um objeto material viajar no espaço e passar um tempo até que, desde o seu remetente, encontre seu destinatário. Em sua carta, você fala de nossa época acelerada e de como a promessa das tecnologias de comunicação – de que, graças a elas, teríamos mais tempo – permanece incumprida. Cá estamos, em ato, comprovando sua tese: não temos tempo para cartas reais, trocamos e-mails como se fossem cartas; e, repare, meus alunos na universidade não cessam de me dizer que e-mail é coisa de velho, é ultrapassado, pois agora as comunicações se dão pelo WhatsApp e outras redes. Talvez eles não saibam o que é uma carta. Certamente nunca chegaram a escrever uma.

Não há nisso, contudo, qualquer nostalgia. Nós é que, saudosos de cartas, estamos aqui as emulando. Não duvido que as mensagens de WhatsApp ou seja lá o que for possam carregar tantas emoções, ideias, sentimentos, anúncios, surpresas, medos, raivas ou amores quanto as cartas. Entretanto, há uma diferença de tempo. Cartas demoram. Mensagens online são rápidas. Cartas carregavam uma incerteza sobre quando ou até se chegariam. Mensagens online podem até contar com mecanismos de certificação imediata de seu recebimento. Das cartas às mensagens online, talvez uma mudança histórica tenha se passado: de um tempo da espera e da angústia até um tempo da urgência e da ansiedade. Evidentemente, não há exclusão simples aqui: havia urgência e ansiedade antigamente e há espera e angústia hoje. Mas, a ênfase e a predominância podem ter mudado. Será? O que você acha disso? Estarei me precipitando, com uma deformação profissional de filósofo, em classificações sumárias da experiência?

Seja como for, parece-me certo que nós, humanos modernos, somos muito mais determinados pela temporalidade tecnológica do que a dominamos. Por isso, os objetos da tecnológica comunicacional criam por si mesmos as novas necessidades e possibilidades que colonizam o tempo. Não haverá mais tempo livre graças a máquinas que fazem mais trabalhos, pois é da sua engrenagem criar mais trabalho, mais fazer, mais produção, mais consumo. Mais. O imperativo da era tecnológica do capitalismo tardio é de excesso. De resto, preencher o tempo é escapar ao que poderia surgir do seu vazio, que é o mais importante: o tempo não é uma coisa diante de nós. Nós somos tempo, já que, como dizia o poeta Octavio Paz, não são os anos, nem os dias e nem as horas que passam – somos nós que passamos. E isso não mudou.

Um grande abraço,
Pedro.

Rio, 30 de março de 2023.

Querido Pedro,

concordo com você quanto às cartas e aos e-mails. Assim como vive nos e-mails a esperança de eles não serem apenas espasmos imediatos e reativos a qualquer incômodo, vive também, e desde sempre, nas cartas o desejo do “chegar logo”, da resposta imediata, online. As cartas sonham em serem online; e os e-mails sonham a esperança de serem cartas.

O poeta Ferreira Gullar nos dizia em seu “Traduzir-se”

*Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.*

*Uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.*

*Uma parte de mim
pesa, pondera:
outra parte
delira.*

*Uma parte de mim
almoça e janta:
outra parte
se espanta.*

*Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.*

*Uma parte de mim
é só vertigem:*

*outra parte,
linguagem.*

*Traduzir uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?*

(GULLAR, 2013, pp.19-20)

Mesmo correndo o risco da nostalgia, é a idade, eu penso que vivemos um tempo que enfatiza mais a questão de “vida ou morte” do que a arte.

A arte requer o tempo. Requer o vazio. Não o vazio cheio das angústias, insatisfações e tarefas por realizar, o vazio da falta de tempo; mas o vazio do que se abre para o novo, vazio que se abre para ... o vazio, para a realidade que nos excede, sempre, e nos convida e implica para habitá-lo.

“Traduzir uma parte na outra parte”, significa dizer de outra maneira, reunir estes dois vazios (sempre presentes) em uma unidade dinâmica, e, com certeza, este é o nosso melhor destino: questão de vida ou morte e arte.

Mas, em tempos de individualismos exacerbados, prepondera a questão de vida ou morte, sem arte ou com pouca arte.

Nas clínicas das depressões e das compulsões não lidamos preferencialmente com interpretações. Jogamos com o tempo, introduzindo ritmos, pausas, respiração, vazios, apostando que eles possam nos fazer viver para além da queda no vazio e morrer.

Diante da desertificação psíquica, face à pobreza da vida de associações em certos pacientes, Michel D’Uzan dizia que “eles nos suicidam”.

Para sobreviver a este empurrão para o “suicídio”, empenhamos no encontro com tais pacientes a “arte da conversação”, um uso criativo de um desdobramento de um dos *Ensaio*s de Montaigne, que implica no constante relançamento da conversa, bem ao estilo de Sherazade, heroína das Mil e Uma Noites.

Tudo para não perder tempo!! Ou seria para não perder o tempo?

Viver o mais possível no menor registro de tempo, bater recordes, são as premissas?

Teremos todos nos tornado “crianças sábias”?

Diante do inalcançável daquilo que buscamos alcançar, estaremos “fugindo para frente”?

Onde fica o tempo para o tempo da fruição?

Onde fica o tempo para a “petite mort”, metáfora criativa utilizada pelos franceses para descrever o tempo que se segue ao orgasmo?

Como diria Caetano Veloso, orgasmo agora é só para relaxar?

Querido Pedro, tem momentos em que tenho sentido saudade do tempo em que o tempo não era o adversário a ser vencido.

Forte abraço,
Miguel.

P.S.: e amanhã tem Mengão!! ÔÔÔÔ, vai pra cima dele, Mengô!!

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2023.

Olá, Miguel!

Começo do fim, o que já diz muito sobre o tempo: fui ontem ao Maracanã, pois, embora o Flamengo não estivesse tão bem, era Fla-Flu! E, como dizia Nelson Rodrigues, torcedor tricolor e torcendo metafisicamente nossa cronologia do tempo, o Fla-Flu nasceu quarenta minutos antes do nada. Estava certo. Mas, no meu caso, tinha outro motivo que tornava irresistível ir: no Campeonato Carioca – ao contrário do que ocorre nas competições nacionais quando quem tem o mando de campo pode colocar só a sua torcida no estádio – ainda temos o Maracanã dividido, como era na minha infância e juventude. No sul, Flu. No norte, Fla. Torcidas se olham, disputam quem canta mais alto, assim como os times competem em campo. É lindo demais. Coisa do tempo das cartas, e não dos e-mails. A dor de tomar um gol, sentir o silêncio ao redor e ouvir, ao mesmo tempo, a alegria do outro lado pulando é algo único, assim como a felicidade de fazer um gol e gritar a todos os pulmões enquanto se olha a quietude na arquibancada adversária. Nós todos temos as nossas nostalgias, e às vezes o ontem está presente no hoje; como emoções de cartas podem estar presentes em escritas de e-mails.

Fiquei pensando nisso que você escreveu: parece que cartas gostariam de ser e-mails e e-mails gostariam de ser cartas. Pois a relação temporal que você sugere, a meu ver, é análoga a outra. Se cartas gostariam de ser e-mails pela velocidade destes, mas os e-mails gostariam de ser cartas pela durabilidade daquelas, algo nisso remete à própria finitude humana. Nós somos mais como e-mails. Podemos ser ágeis, curtos ou longos, o tempo é incerto, rápido ou lento. E gostaríamos de ser como cartas, que são guardadas e aspiram à imortalidade. Curiosamente, entretanto, se nós, mortais, gostaríamos muitas vezes de sermos imortais, os seres imortais não raro têm o desejo da mortalidade: é o caso de alguns momentos dos deuses gregos, mas também dos vampiros, ou daquela espécie de “imortais” que aparecem em um conto do escritor argentino Jorge Luis Borges. Os imortais invejam a intensidade que a brevidade da vida traz. Mortais desejam a permanência. Imortais desejam a efemeridade. Será que sempre se quer aquilo que não se tem? Será que a falta é, de uma só vez, o avesso e o móbil do desejo? Sei que isso é assunto primeiro, primário e principal da psicanálise – então, o que você acha?

Lembrei-me, ainda, que o Freud, em um breve e maravilhoso texto sobre “a transitoriedade”, fala também algo nesse sentido. Ele narra um passeio

de dois amigos, e um deles lamenta que a beleza das flores brotando na primavera se perca porque, em breve, elas estarão mortas. O outro, contudo, inverte o raciocínio e afirma que o significado da beleza nem sequer está para além daquela brevidade, mas se enraíza nela. O sentido de beleza associa-se intimamente ao sentimento de que aquilo é raro e precioso, o que, no caso, quer dizer um sentimento do tempo mortal. Os imortais do conto de Borges talvez reagissem preguiçosamente à beleza das flores na primavera, uma vez que dispõem das eternas primaveras para contemplá-las. Falta-lhes a falta. Curiosamente, esses seres que têm todo o tempo do mundo são os que não têm o sentido mesmo do tempo.

O tamanho desta carta já excede o combinado, e ainda tenho muito mais a falar a partir do que você disse! Mas três coisas já adianto: adorei o poema do Ferreira Gullar; parece-me decisiva essa conversação que não se faz só de interpretação, mas com ritmos, pausas, respiração, vazios; quero voltar ao Caetano para falar desse tempo em relação com o orgasmo, e na verdade com o sexo. Fica pra próxima carta!

Ah, sim, ontem, no passado, o Flamengo ganhou de 2x0, mas o jogo final é só na semana que vem, no futuro; no presente, podemos já cantar: “domingo, eu vou ao Maracanã, vou torcer pro time que sou fã”!

Abraço,
Pedro.

Rio de Janeiro, 03 de abril de 2023.

Querido Pedro,

you sabe como fica fácil jogar futebol quando a bola não “chega quadrada”. O passe, a capacidade de deslocamento, o drible imprevisto, tudo fica mais fácil. É assim que me sinto quando recebo seus passes. Fica fácil jogar assim.

Compartimos a ideia de que um dos impulsos mais ferozes que toma conta de todos nós quando queremos definir, seja o tempo, ou, mais ainda, a nós mesmos, é o desejo de substancializar tudo. Transformar tudo em coisa, como se assim pudéssemos tê-la, a definição, o fundamento, concretamente dominado, inescapavelmente definido.

Guimarães Rosa tem um conto sobre isso. Ele o chama de “O Espelho”, e trata do desejo de apreender concretamente do que somos feitos, de olhar no fundo de nossos olhos para capturar o “verdadeiro eu”.

Ele começa por nos advertir que os espelhos são misteriosos e se pergunta: “Mas – que espelho? Há-os ‘bons’ e ‘maus’, os que favorecem e os que detraem; e os que são apenas honestos, pois não” (ROSA, 1988, p.65). Nosso interlocutor nos lembra que “Tirésias, contudo, já havia predito ao belo Narciso que ele viveria apenas enquanto a si mesmo não se visse... Sim, são para se ter medo, os espelhos” (ROSA, 1988, pp.66-67)

E, assim, tudo começa no dia que nosso herói vê uma figura hedionda refletida no espelho de um banheiro, para logo então perceber que se tratava dele mesmo. “Desde aí, comecei a procurar-me - ao eu por detrás de mim” (ROSA, 1988, p.67). Nesta procura insana do si mesmo, nosso herói, após despir sua imagem de tudo o que lhe seria acessório, se olha no espelho e... nada vê. E, incapaz de ver seus próprios olhos, ele se desespera. “Seria eu um... des-almado? Então, o que se fingia de um suposto *eu*, não era mais que (...) um entrecruzar-se de influências, e tudo o mais que na impermanência se indefine?” (ROSA, 1988, p.71).

Querido Pedro, isso é um passe que um Zico seria capaz: “*é tudo o mais que na impermanência se indefine!*” “*Salto mortal*”, nos dirá Guimarães Rosa, na impermanência e na indefinição. Sem rede. Sem garantias.

No conto de Guimarães Rosa vemos e somos vistos pelo conto na força do desejo que reside em todos nós de dizer “a coisa” e da angústia que nos atravessa ao vê-la insistentemente escapar. O umbigo, o nó de onde tudo emana. O fundamento. O eu como coisa. Nós, os psicanalistas, temos dificuldade em aceitar que inconsciente não é coisa que se esconde. Verdade não diz respeito a

uma proposição que um sujeito enuncia sobre uma “coisa”, mas uma equivocação através da qual se realiza uma abertura. É esta abertura que funda o homem como tal. Verdade é originalmente mistério, dissimulação da dissimulação.

Levado por meu pai, eu frequento o Maracanã desde os meus quatro anos. Vivi inúmeras vitórias, igualmente derrotas, alguns campeonatos, e todos deixam em mim um rastro de memórias, todas presentes e revividas na expectativa da decisão do Fla x Flu deste próximo domingo. No entanto, nada permite antever o resultado do jogo.

Tal como nos sugere Guimarães Rosa diante da necessidade e urgência do salto mortal, sem rede ou garantias, iremos todos ao Maracanã torcer pela vitória do nosso time do coração.

Uma entrega corajosa ao impermanente e ao indefinido.

Contudo, o que nos sustenta, seja qual for o resultado, é que “(...) Eu teria um desgosto profundo, se faltasse o Flamengo no mundo...”

Saudações rubronegras.
forte abraço,
Miguel.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

Oi, Miguel.

Essa coisa do tempo que, contudo, não é coisa alguma; eis outro modo de apontar que o tempo não é uma substância ou um objeto diante de nós, como você diz. Hoje em dia quase ninguém mais gosta muito de falar do Martin Heidegger, o grande filósofo do século XX, embora eu considere que por isso era tão decisiva a distinção que ele fazia entre ser e ente. Nossa tendência moderna de objetificar tudo é tratar o ser – que é um processo de ser, um sendo, um devir, um movimento – como se fosse o ente – uma coisa parada, estável, apreensível. Não é para menos, entretanto, que tentamos dar ao tempo essa estabilidade fechada que ele não tem, uma vez que nós sentimos o tempo em nossa finitude, em nossa própria e irrevogável mortalidade.

Isso ajuda a entender qual a razão para que, desde Platão, a filosofia tenha buscado a verdade como eternidade, o que se fortaleceu durante a Idade Média, com a ideia de Deus. Buscava-se, pela transcendência, algo além do tempo do ser e do ser do tempo. Por isso, a palavra mais importante do grande livro de Heidegger, *Ser e tempo*, é precisamente a que menos chama a atenção: “é”. Pois nossa tradição costumou separar ser ou tempo, verdade ou história. O desafio é achar a conjunção de ser e tempo, da qual Heidegger fala filosoficamente, e que, voltando ao Caetano e à sua carta anterior, ele pensou como poucos ao cantar lindamente o sexo no disco *Abraço*, de 2012.

Caetano nos conta que, “quando o galo cantou, eu ainda estava agarrado ao seu pé e à sua mão, uma unha na nuca, você já maluca, de tanta alegria do corpo, da alma e do espírito são”. Por um momento, comenta que “o relógio parou”. Logo, porém, a explicação: “eu queria parar, nesse instante de nunca parar”. O extraordinário do prazer faz ele perguntar: “o que fiz para merecer essa paz, que o sexo traz?” E “você se consterna e diz: ‘não, não se pode, ninguém pode ser tão feliz’”. Já no fim, entretanto, o tempo volta. “Deixa o tempo seguir, mas quedemos aqui, deixa o galo cantar”, diz Caetano, em referência ao amanhecer quando o galo canta (ecoando o que, desde *Qualquer coisa*, de 1975, já dizia: “de madrugada a gente ainda se ama”, “eu faço samba e amor até mais tarde, e tenho muito sono de manhã”; e “eu só queria que não amanhecesse o dia”).

Essa canção chama-se “Quando o galo cantou” e, em sua poesia, há esse achado: um instante de nunca parar. É um achado porque, aqui, não se escapa do tempo para a eternidade, embora a cronologia desapareça: o relógio parou. Dizem que Aristóteles tinha entendido, na sua *Ética a Nicômaco*, o que aconte-

ce neste tempo do prazer, ao dizer que, a cada instante seu, haveria um quê de inteiro e completo, ou que a forma do prazer é perfeita, suspendendo assim a contagem quantificada. Será? Logo ele, Aristóteles, que definira, em sua *Física*, o tempo como número do movimento, isto é, como uma medida, que é justamente contagem quantificada? Não sei, mas faz sentido isso.

Voltando às suas preocupações, o problema contemporâneo talvez tenha sido a elevação da quantificação do tempo à forma de tudo o que é, enquanto os gregos, como Aristóteles, ao menos restringiam essa ideia de medida, reconhecendo que há experiências, como a do prazer, de outra ordem. Quando dizem hoje que tempo é dinheiro, o que é terrível não está apenas na colonização capitalista do ser, mas na submissão do tempo à medida. Pois dinheiro não é nada em si. É uma medida. Como dizia o velho e combalido Karl Marx, é um equivalente universal, para o qual tudo só varia quantitativamente. Hoje, até o prazer é contabilizado: ao invés de abrir a experiência do instante, que é singular e medida de si mesmo, ele é calculado quantitativamente, em uma compulsão que desconhece o que Caetano também canta naquela música – a paz que o sexo traz.

Um abraço,
Pedro!

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023.

Querido Pedro,

como prosseguir nossa conversa depois do resultado do Fla x Flu deste fatídico domingo de Páscoa? O Flamengo perdeu. E perdeu feio, Pedro!

Sofri quieto e não respondi às merecidas gozações dos tricolores.

Vida que segue. Claro.

Mas para a vida prosseguir, resta saber o que fazer com a dor de uma perda que eu não desejei. Aliás, muito pelo contrário, que torci para não acontecer.

Resta saber o que fazer com a dor que aquela “*figura hedionda*” que vimos refletida imprevisivelmente no espelho nos causa sem que soubéssemos se tratar de nós mesmos, como no conto de Guimarães Rosa.

Pois, como nos diz o escritor mineiro, é deste modo que se instala em cada um de nós a incessante procura “*do eu por detrás do eu*”.

O que fazer desta dor que não desejei e sequer sabia ser minha?

Trata-se da mesma investigação levada a cabo por Édipo-rei, na tragédia de Sófocles.

Também a mesma empreendida por todos nós diante da morte das pessoas queridas, o que, segundo Freud, desperta em todas as crianças o desejo de filosofar sobre a origem dos mistérios, ou seja, do mistério de tudo aquilo que excede a seu umbigo.

Se a morte alcança quem não conheço, posso ignorá-la; se toca aqueles que odeio, posso dizer que morreram porque assim eu o quis; mas, Pedro, e quando o Flamengo perde? E quando a morte chega para aqueles que amamos? Aí nenhuma das possibilidades acima citadas satisfaz e nos vemos, nós, as crianças, obrigadas a lançar nossos olhares para além dos nossos umbigos.

Como nos diz Rilke na Oitava Elegia:

*(...) Tudo aqui é distância – lá
era alento. Depois da primeira
pátria, como parece a segunda
incerta e sem abrigo! Bem-aventurada
a pequena criatura que sempre permanece
no seio que a criou; ó tu, mosca feliz,
que saltas interiormente ainda mesmo
nas núpcias: o ventre é tudo. (...).*

(RILKE, 1976, p.47)

“*Salto mortal*” (Guimarães Rosa) que desafia o espanto fundamental causado pela “*distância da primeira pátria*” e, ao mesmo tempo, abre e nos lança, *incertos e sem abrigo*, para a realidade constitutiva da humanidade sujeito humano, *a segunda pátria*, lá onde o “*ventre não é tudo*”.

Você nos mostrou em sua primeira carta que “*não é o tempo que passa; nós é que passamos por ele*”, nós é que nos sujeitamos a ele, da mesma maneira como nos ensina Carlos Drummond de Andrade com a pedra no meio do caminho. A princípio, ignorantes de nosso destino humano, lamentamos a pedra sem reconhecer que ela é a razão da necessidade do caminho. Sem pedra não há caminho.

Uma outra dimensão, agora temporal, da revolução copernicana em que deixamos de ser o centro e senhor de tudo o que nos acontece e nos tornamos transeuntes, um caminho dentre várias possibilidades de caminhos.

Como no Fla x Flu!

Aceitar que o Flamengo perdeu o jogo e o campeonato envolve e implica operações complexas, delicadas, a maior parte delas inconscientes, mas sem as quais a dor da perda é intolerável e não se estabelecem as condições necessárias para que se abra e se instale a humanidade dos homens.

Saudações rubronegras,
Miguel.

P.S.: já comprou seus ingressos para a Copa do Brasil, Libertadores e Brasileirão?

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023.

Salve, Miguel!

Continuamos após a derrota. No fim da sua carta você me pergunta pelos ingressos por vir: já estão comprados desde o começo deste ano e até o fim. Ganhar ou perder é do jogo. A gente vai ao Maracanã porque ama o Flamengo. Então, não tem outro jeito. Só resta continuar. Sempre. Depois de qualquer coisa. Isso é o tempo. Cazuza já cantava que “o tempo não para”. E confesso que essa derrota acachapante de 4x1 para o Fluminense, na final, não foi tão dolorosa quanto eu imaginaria. Não sei se porque o Flamengo jogava mal desde o início do ano. Não sei se porque, antes, desde 2019, ganhamos tanto que perder não é desesperador. Não sei se porque o Fluminense jogou tão bem que não achei que tínhamos chance e, ao menos, salvou a partida da mediocridade.

Mas, o tema é tempo, então, devo dizer: a parte que mais me apavorava era um fantasma. Um fantasma do passado. Meu assombro era ver, no jogo de hoje, outro, que ocorreu em 1995, quando o Flamengo perdeu de 3x2 do Fluminense: nosso time estava no seu centenário, tínhamos contratado o então melhor jogador do mundo, Romário, e buscamos um empate que nos daria o título por 2x2 – mas, no último minuto, o ex-ídolo rubro-negro, agora com camisa tricolor, Renato Gaúcho, fazia um gol de barriga. O pior, para mim, era esta lembrança. Pois, como dizia o William Faulkner, o passado não passa, ele sequer é passado. Fla-Flu é memória, é atenção e é expectativa.

No mais, perder – não apenas no sentido de uma derrota, como no jogo, mas no sentido daquilo que deixa de ser – é parte da essência do tempo, não é? Estar no tempo é ter a dádiva do nascimento e do novo, por um lado, mas também a dor da morte e do fim, por outro lado. Há um poema da Elizabeth Bishop emocionante a esse respeito, ou melhor, a respeito da arte de aprender a perder. Na tradução de Paulo Henriques Britto, o poema soa assim – e com ele me despeço, torcendo para aprendermos essa arte.

*A arte de perder não é nenhum mistério;
Tantas coisas contêm em si o acidente
De perdê-las, que perder não é nada sério.*

*Perca um pouquinho a cada dia. Aceite, austero,
A chave perdida, a hora gasta bestamente.
A arte de perder não é nenhum mistério.*

*Depois perca mais rápido, com mais critério:
Lugares, nomes, a escala subsequente
Da viagem não feita. Nada disso é sério.*

*Perdi o relógio de mamãe. Ah! E nem quero
Lembrar a perda de três casas excelentes.
A arte de perder não é nenhum mistério.*

*Perdi duas cidades lindas. E um império
Que era meu, dois rios, e mais um continente.
Tenho saudade deles. Mas não é nada sério.*

*- Mesmo perder você (a voz, o riso etéreo
que eu amo) não muda nada. Pois é evidente
que a arte de perder não chega a ser mistério
por muito que pareça (Escreve!) muito sério.
(BISHOP, 2012, p.363)*

Referências bibliográficas

- BISHOP, E. (2012). *Poemas escolhidos*. Trad. Paulo Henriques Britto. Companhia das Letras.
- GULLAR, F. (2013). *Na vertigem do dia*. José Olympio.
- MUSIL, R. (1989). *O homem sem qualidades*. Nova Fronteira.
- RILKE, R.M. (1976) *Elegias de Duíno*. Trad. Dora Ferreira da Silva. Editora Globo.
- ROSA, J.G. (1988). *Primeiras estórias*. Nova Fronteira.

Miguel Calmon du Pin e Almeida

mcalmon.trp@terra.com.br

Pedro Duarte

p.d.andrade@gmail.com

Artigos temáticos

A temporalidade do *Nachträglichkeit* de Freud em uma vinheta clínica: uma retranscrição *a posteriori* sobre a interpretação, a sugestão e a construção em psicanálise¹

Eduardo Rocha Zaidhaft²

Monah Winograd³

RESUMO: Este artigo investiga nuances significativas da noção de *Nachträglichkeit* nas produções freudiana e pós-freudianas, principalmente a escola francesa de psicanálise, bem como sua possível manifestação na dinâmica analista-analisando. A pesquisa foi conduzida através de revisão bibliográfica e análise de caso clínico. Os resultados destacam a importância do *après-coup* para a compreensão da temporalidade em psicanálise, envolvendo a causalidade psíquica, a constituição da subjetividade e o tratamento em psicanálise. Conclui-se que essa lógica *a posteriori* na transferência evoca questões sobre as técnicas da interpretação, da sugestão e da construção e pode ser elucidada por meio das noções de retranscrição e falha da tradução.

PALAVRAS-CHAVE: Freud; *Nachträglichkeit*; *après-coup*; *a posteriori*; retranscrição

1. Trabalho originado da monografia de Eduardo Rocha Zaidhaft em sua Especialização em Psicanálise e Contemporaneidade (CCE/PUC-Rio), de seu trabalho de conclusão do Curso de Técnica Psicanalítica do Instituto de Formação Psicanalítica da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (IFP/SBPRJ) e de seu projeto de tese de Doutorado em Psicologia Clínica (PSI/PUC-Rio), este último sob orientação da Prof.^a Dr.^a Monah Winograd.

2. Psicólogo e psicanalista. Professor da Universidade Estácio de Sá (MED/UNESA), Doutorando em Psicologia Clínica (PSI/PUC-Rio), Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ) e Membro Provisório da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ/FEBRAPS/IPA).

3. Psicanalista. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Psicanálise e Subjetividade (LAPSU) e do Laboratório de Humanidades Digitais da PUC-Rio.

Nunca pretendi que se pudesse inserir a realidade no passado e assim trabalhar no tempo em sentido contrário. Entretanto, pode-se sem dúvida inserir ali o possível, ou melhor a cada momento o possível insere-se ali. Na medida em que a realidade nova e imprevisível cria a si mesma, sua imagem se reflete atrás de si mesma no passado indefinido: essa nova realidade encontra a si o tempo todo como se tivesse sido possível; mas é somente no momento exato de seu surgimento real que começa a sempre ter sido, e é por isso que digo que sua possibilidade, que não precede a realidade, a terá precedido assim que essa realidade surgir.

(Bergson citado por Žižek, 2008, p. 273)

Introdução

De acordo com a conceituação de Etchegoyen (2002), uma *interpretação* em psicanálise pode ser definida como “uma explicação que o analista dá ao paciente (a partir do que este lhe comunicou) para lhe proporcionar um novo conhecimento de si mesmo” (p. 192). O autor enfatiza que tal intervenção deve ser verídica, desinteressada, conduzir a um *insight*, além de ser pertinente e oportuna. Importante salientar que o momento adequado para a sua ocorrência é primordial e deve ser levado em consideração em função do contexto e do *timing* terapêutico. Busch (2013), por sua vez, acrescenta que a interpretação deve abranger tanto o “lá e então”, quanto o “aqui e agora”, bem como estabelecer uma conexão entre ambos os tempos.

Todavia, para Winnicott (1994), o como e quando fazer uma interpretação não tem nada de objetivo, uma vez que devem ir “mais além do reflexo do retorno do material apresentado” (p. 166), ao mesmo tempo em que o sonhar, o pensar e até mesmo o comunicar ao analista já são considerados efeitos do tratamento, cabendo ao analista muitas vezes não interpretar o material trazido pelo analisando. De maneira próxima, para Ogden (2013), a comunicação da interpretação requer que antes a dupla analista-analisando tenha desenvolvido, de maneira intersubjetiva, uma linguagem própria, ou seja, que o terceiro analítico já esteja em cena. O tempo na análise é uma questão complexa, especialmente quando o paciente fornece um material não como um Eu integrado, mas em estados nos quais as delimitações individuais em relação ao mundo exterior encontram-se desestruturadas.

Todavia, a referência a esses autores, além do rico material teórico-clínico que nos fornecem sobre a questão do *timing*, permite que se entreveja

um problema de ordem metapsicológica. A esse respeito, a seguinte citação de Pontalis (1994) se faz contundente:

Paradoxo: medimos o tempo das sessões, fixamos seu número, seus dias e suas horas, indicamos as datas de suas interrupções etc. O calendário, o tempo dos relógios, nós os conhecemos tão bem antigo quanto um bom obsessivo. E, no entanto, aquilo que tentamos atingir, que tentamos fazer vir, é justamente o fora do tempo. (p. 106-107)

Sob esse mirante, este trabalho tem como objeto não o tempo do *timing* e do *setting* exatamente, ou seja, de quando fazer ou não fazer uma interpretação, e quais seriam as propriedades que a tornariam oportuna ou veraz, mas mais precisamente a atemporalidade do inconsciente, condensada no termo *Nachträglichkeit*. Apesar disso, se quando se diz que aqui se discutirá não o tempo do *timing*, mas o “fora do tempo” – expressão interessante que articula essa problemática do tempo com o inconsciente –, faz-se necessária a ressalva de que o que aqui se objetiva em última instância não é principalmente a conceituação metapsicológica do *Nachträglichkeit*, amplamente desenvolvida, mas as retroações, por assim dizer, desse conceito sobre a clínica.

Portanto, este trabalho buscará estudar de que forma o conceito de *a posteriori* – ou, na tradução francesa feita por Lacan (1996), o *après-coup* – se figura como central na concepção pós-freudiana do tempo, indicando sua manifestação transferencial por meio de uma vinheta clínica. Com tal propósito, esse conceito será descrito a partir, sobretudo, do referencial fornecido por Laplanche. Neste registro, fora o paradoxo acusado por Pontalis (1994) – entre o *setting* e o inconsciente –, será explorado mais especificamente outro paradoxo, oriundo da inflexão que a noção de *a posteriori* impõe às concepções de causalidade e temporalidade em psicanálise. Em um primeiro momento, se buscará fazer uma revisão teórica sobre a conceituação que Laplanche (2006) faz da noção de Freud para evidenciar o caráter bidirecional da temporalidade em psicanálise, ao mesmo tempo linear, conforme a flecha do tempo, e retroativo, sob efeito do *a posteriori*. Com essa fundamentação teórica realizada, se encontrará em um termo de Freud – o de retranscrição⁴ –, oriundo ainda das suas formulações

4. Gerbasi e Costa (2015) também utilizam o conceito de *Nachträglichkeit* considerando sua relevância para o processo de retranscrição. Ademais, é feita uma comparação bastante interessante dessas noções com o conceito do neurocientista contemporâneo Eric Kandel, chamado “memória reconsolidada”,

pré-psicanalíticas, uma ferramenta que condensa no bojo da teoria psicanalítica essa bidirecionalidade. Em outras palavras, uma vez feita a revisão dessa conceituação laplancheana da noção de Freud, se abordará, a partir de uma vinheta clínica, como esse caráter paradoxal da temporalidade *a posteriori* tem como desdobramento um paradoxo análogo na prática psicanalítica.

Genealogia do *Nachträglichkeit*

Paulo César de Souza, no livro *As palavras de Freud* (2010), realiza uma análise etimológica sobre o campo semântico que o substantivo *Nachträglichkeit* envolve. Como diz o autor, o verbo *nachtragen* significa em sua análise literal algo como um “ressentir”, de modo a “levar, carregar (*tragen*) depois (*nach*)” (p. 205). Do mesmo modo, sua forma adjetiva ou adverbial – o *nachträglich* – pode dizer respeito a uma qualificação de “atrasado” em português. Por outro lado, especialmente em sua forma verbal, pode também significar “acrescentar (algo) a um escrito, a uma fala” (p. 205), havendo, assim, uma unanimidade entre essas acepções no que diz respeito a um “‘depois’, seja espacial ou temporal” (p. 205). O verbo *tragen*, todavia, também se evidencia como de suma importância para outros conceitos psicanalíticos, como é o caso, por exemplo, da ideia de transferência, a *Übertragung*.

Em resumo, conforme Laplanche e Pontalis (1982/2001), Freud utilizou o *Nachträglichkeit* para caracterizar suas concepções de temporalidade e causalidade psíquicas. Apesar de sua posição central na temática, devido a problemas nas primeiras traduções francesa e inglesa, foi um termo que recebeu pouca ênfase nas teorizações pós-freudianas mais imediatas à morte do autor. Segundo os teóricos da linha francesa abordada, a tradução inglesa de J. Strachey (“ação diferida”) desconsiderou a causalidade de um tempo *a posteriori*. Vale ressaltar que Freud inclusive sublinhava em seus manuscritos originais sua referência ao *Nachträglichkeit*, uma noção que “começa por impossibilitar [...] um determinismo linear que considere unicamente a ação do passado sobre o presente” (Laplanche & Pontalis, 1982/2001, p. 33). Portanto, é um equívoco a compreensão de que os psicanalistas deveriam ver apenas no passado do sujeito a verdade de seus anseios presentes, como tão comumente foram acusados. Borges (2011) compreende que “Laplanche sustenta que a tradução inglesa expressa um sentido colado à flecha do tempo e a uma concepção unidirecional da teoria da sedução” (p. 63), mas que essa temporalidade linear é imprecisa por desconsiderar uma bidirecionalidade causal inscrita pelo con-

ceito de *a posteriori*, que, como afirma Dahl (2011), é composto por dois vetores temporais, um progressivo e outro regressivo.

Desse modo, apesar de ser notável a frequência com que Freud se serve da ideia de *a posteriori*, houve certo atraso entre os psicanalistas em reconhecer a necessidade de conceituá-la de maneira mais aprofundada. A título de ilustração, em seu texto um tanto experimental *Thalassa*, Ferenczi (2011) já articulava a bidirecionalidade dos processos psíquicos, ao mesmo tempo regressivos e prospectivos. Mesmo assim, coube, sobretudo, a autores posteriores, ligados à escola francesa, como J. Lacan, A. Green, J. Laplanche e J. André, o destaque sobre essa causalidade temporal bidirecional em meio ao texto de Freud, revelando a importância da noção de forma mais explícita.

Maia e Andrade (2010), seguindo os passos internos à obra de Freud destacados por Laplanche (2006)⁵, apresentam a evolução do conceito de *a posteriori*, também chamado de “só-depois” pelos autores, incluindo as suas discontinuidades. Segundo os autores brasileiros, a primeira vez que Freud (1895/2016a) utiliza o termo *a posteriori* é em *Estudos sobre a histeria*, durante o período da técnica catártica. Freud o utiliza para descrever pacientes que padecem do que designa como “histeria de retenção” – pessoas que adoecem após dedicarem-se exaustivamente a certa tarefa, geralmente cuidados de um familiar doente. No contexto em questão, o termo *a posteriori* não tem o mesmo significado que terá posteriormente na obra de Freud – isto é, de uma retroação –, mas o sentido de um efeito retardado. Os autores também apontam que essa formulação pode ser vista não somente à luz do ponto de vista econômico – ou seja, da ab-reação que ocorre após o fim de uma tarefa exaustiva –, mas também como um elemento que antecipa a concepção freudiana do luto, que será formulada de modo mais substancial 20 anos depois.

Como segunda fase de conceituação, mas ainda nesse período sob a égide da “teoria da sedução”, Maia e Andrade (2010) destacam outros três sentidos para a noção de *a posteriori* no texto freudiano demarcados por Laplanche (2006), que se unificam pela caracterização dada a eles de se operarem em dois tempos, apesar de seus diferentes matizes. Os três sentidos dessa concepção em dois tempos

5. Para se ter como referência uma outra análise dessa problemática, consultar Thomä e Cheshire “*Freud's Nachträglichkeit and Strachey's deferred action*” (1991). Sobre esse último texto, contudo, Souza (2010) comenta que os autores se basearam conscientemente somente no índice remissivo da *Standard Edition* das obras completas de Freud, não sendo possível, assim, verificarem as outras traduções que Strachey, o tradutor inglês, fez sobre o *nachträglich*.

do *a posteriori*, unidos pela hipótese de fundo de que a histeria teria como etiologia uma sedução real sofrida pelas pacientes quando crianças, são as seguintes:

(a) em relação à terceira parte de *Projeto para uma psicologia científica*, Freud (1950[1895]/1977) utiliza o termo *nachträglich* para se referir a percepções que não são atualmente recebidas pelos órgãos dos sentidos. Seria, portanto, uma “consciência secundária”, que permitiria, pela associação das percepções a palavras, a possibilidade de serem memorizadas e acessadas posteriormente sob a forma de representações.

(b) em segundo lugar, no caso Emma (Freud, 1895/2016a), o *a posteriori* refere-se a uma sedução real ocorrida no passado, a qual a criança foi incapaz de inscrever psiquicamente à época, mas que posteriormente foi reavivada por um acontecimento inócuo que se associou à lembrança anterior e por isso provocou uma reação emocional intensa semelhante à experiência original. Apesar de que essa concepção, se mal compreendida, pudesse já indicar o sentido de uma retroação, é necessário constatar, tal qual Laplanche (2006) destaca, como esse processo ainda era pensado nos termos de uma linearidade determinista. Nessa concepção, não havia ainda ressignificação, somente um afeto retido, que só pôde manifestar-se posteriormente.

(c) o terceiro sentido de *a posteriori* no contexto da teoria da sedução, de acordo com a leitura laplancheana, já aponta para o sentido de uma retroação, mesmo que de forma ainda incipiente. As cartas de Freud (1887-1904/1986) à Fliess em abril e maio de 1897 destacam a associação entre as percepções primevas e as compreensões posteriores feitas pelo sujeito e apresentam a compreensão de que as fantasias históricas resultam desses intervalos sucessivos em que as percepções anteriores são retranscritas psiquicamente. Nessa concepção, o psiquismo operaria em uma constante estratificação das memórias, que não mais se organizam em meros dois tempos, tal qual o caso Emma, mas em sucessivas traduções de inscrições anteriores. Como apontam Maia e Andrade (2010), “o esquema em dois tempos do ‘caso Emma’ – pré-pubertário – pós-pubertário – é generalizado em *n* tempos” (p. 79), sendo o recalque a recusa da tradução. Nessa fase, o que é duplo no *a posteriori* não é exatamente a existência de dois tempos, mas a uma bidirecionalidade de a percepção, ao mesmo tempo, se referir a um texto originariamente inscrito no psiquismo e a “um projetar-se na direção da forma que a tradução tomará” (Maia & Andrade, 2010, p. 79), por via de sua retranscrição.

A terceira fase de conceituação do *a posteriori* refere-se a um período de transição, entre novembro e dezembro de 1896. Em novembro, Freud (1887-1904/1986) havia pela primeira vez substantivado o termo que até então utili-

zava apenas de forma adjetiva/adverbial (de *nachträglich* para *Nachträglichkeit*). No mês seguinte, abandona a teoria da sedução, e propõe que o trauma originário não necessariamente precisa ser factual e objetivo, mas em geral um trauma fantasmático, oriundo de tensões interiores ao organismo. Isso levantou o problema sobre a inacessibilidade em relação ao acontecimento/traumatismo original, uma vez que esse não se reportaria a um acontecimento da história individual. Nesse período, há para Freud, portanto, uma impossibilidade de síntese dessa antinomia intrínseca à fantasia individual: ao mesmo tempo em que recusa um puro retrofantasiar, em que as representações do passado são puramente oriundas do presente, não fica claro qual seria, então, sua origem. De qualquer modo, é formulada uma teoria na qual se confere *não somente* uma crença no determinismo do passado em relação ao presente, mas, *ao invés disso*, uma possibilidade desse tempo posterior ter efeitos sobre o anterior.

Após o abandono da teoria da sedução, este impasse – entre, de um lado, o determinismo do passado sobre o presente e, de outro, essa tendência estratificante do psiquismo atual retroagir sobre o passado – se explicita ainda mais. Conforme ressaltam Maia e Andrade (2010), embora Freud não tenha utilizado o termo *nachträglich* explicitamente nas cartas de outubro de 1897, ele discutiu como o problema da fantasia histórica poderia ser considerado uma mera fantasia retrospectiva, em vez de ser progressivamente determinado: “um crítico severo poderia dizer, com respeito a isso, que tudo foi retrospectivamente fantasiado, e não progressivamente determinado” (Freud, 1887-1904/1986, p. 271). Desse modo, nas palavras de Laplanche (2006), haveria uma impossibilidade de dialetizar a oposição entre a causa originária e a hipótese puramente retroativa.

Laplanche questiona a origem dessas fantasias do desenvolvimento individual e interpreta que Freud propõe que as fantasias originárias do psiquismo individual seriam subprodutos de acontecimentos factuais da evolução humana. Ou seja, na quarta fase de conceituação do *Nachträglichkeit*, os eventos que levam ao trauma originário ontogenético não surgem do nada, mas estão relacionados a condições filogenéticas anteriores, da evolução da espécie humana e da vida em geral, de modo que não é correta a ideia de que, para Freud (1905/2016b), devido ao trauma ser fantasmático, ele prescinde de um componente factual. Em suma, nessa leitura laplancheana, o abandono da hipótese da sedução ontogenética habilita para Freud uma concepção filogenética das causas das fantasias originárias. Essa concepção de *a posteriori* sofisticada a concepção anterior, na medida em que inclui, dentro do processo de retranscrição, as representações anteriores ao próprio indivíduo.

Ao mesmo tempo, como será apresentado em *Totem e tabu* (Freud, 1912-1913/2012) alguns anos depois, esses indivíduos têm o poder, como seus antepassados, de transformar as aquisições cursadas em vida em traços herdados. Desse modo, no desenvolvimento do *Nachträglichkeit*, referido à superação da teoria da sedução, o empenho de Freud (1905/2016b) é o de explorar os elementos filogenéticos fundamentais à fantasia individual, dados pelos estádios orgânicos da psicosssexualidade, e expressando uma causalidade do passado sobre o presente. No entanto, a sua concepção de um inconsciente não patológico permitiu que ele reconhecesse como as pulsões são não apenas oriundas das excitações internas filogenéticas, tampouco das excitações externas ontogenéticas, por assim dizer, mas também das representações inconscientes do mundo interno individual que retroagem sobre essas excitações sob a forma da experiência do fantasiar, na qual se produz uma causalidade do presente sobre o passado.

A quinta fase do conceito de *Nachträglichkeit* na obra de Freud retoma as noções de sedução e trauma no caso d'O homem dos lobos (Freud, 1918[1914]/2010d). Nesse texto, Freud explora como um sonho desencadeou a neurose de seu paciente, o que é feito teoricamente por meio de certa deformação da teoria do trauma em dois tempos. Considera que o sonho em questão remeteria, em um segundo tempo, a uma causa anterior, à “cena primária”, em que o paciente testemunhou seus pais durante o coito. Maia e Andrade (2010) destacam que Freud, nesse contexto, busca se opor à concepção de Jung, na qual o passado seria apenas uma “reconstrução imaginativa [...] para as necessidades causadas no presente” (p. 81) e empreende a reconstrução de um acontecimento cuja memória é descontínua, mas baseada em uma cena real. Como indicam Laplanche e Pontalis (1982/2001), a cena primária “constitui um acontecimento que pode ser da ordem do mito, mas que já está presente, antes de qualquer significação introduzida *a posteriori*” (p. 63). Em outras palavras, a oposição à Jung leva Freud (1918[1914]/2010d) à manutenção do ponto de vista de que sempre há uma factualidade nas origens de um trauma, mesmo que estas sejam filogenéticas. Assim, na visão laplancheana, Freud suscita um determinismo *a posteriori* e *a priori*.

A retranscrição do *a posteriori* na clínica

Para explorar a questão do *a posteriori* transferencial, principalmente em relação com os traumas precoces, o psicanalista contemporâneo Jacques André (2008; 2013), influenciado por Laplanche (2006), apresenta duas características

essenciais desse conceito. A primeira delas é a retroação, que se relaciona à significação posterior de um acontecimento passado. Como aponta André (2013), “essa dimensão constitui o comum da reflexão do historiador” (p. 128), mas não é aquilo que mais caracteriza o *Nachträglichkeit* de Freud. O aspecto mais distintivo dessa teoria é o componente traumático, relacionado ao conceito de recalque e vocalizado pela ideia de um golpe-só-depois (*après-coup*), conforme tradução de Lacan. Nessa acepção, são necessários pelo menos dois golpes “para se formar um trauma psíquico” (p. 128).

André (2013) aponta uma questão em relação a esse aspecto menos evidente do conceito: se o *a posteriori* na visão freudiana condensa, ao lado da retroação, também um recalque, também um “fora do tempo” (Pontalis, 1994), é preciso se indagar se todo efeito de retroação, inclusive aquele estimulado pela interpretação da transferência, inclui também um contorno de trauma. Lendo-se o texto de André (2013), a resposta é afirmativa, de modo que a interpretação, assim como as manifestações inconscientes atuadas na transferência, têm a potencialidade de serem simultaneamente traumáticas e simbolizantes. Essa percepção é implícita nas técnicas, tanto de Freud 1918[1914]/2010d), quando estabelece um prazo para o término do tratamento do homem dos lobos; como na de Lacan (1998), ao introduzir a interrupção da sessão antes do horário previsto. Nessa perspectiva, o recalque se apresenta não somente como “uma simples forma de afastar, de rejeitar, é também uma transformação, uma resignificação” (André, 2013, p. 129). De forma análoga, segundo Borges (2011), a noção de *a posteriori* é “valiosa para nosso estudo porque condensa dialeticamente em seu significado duas noções diametralmente opostas que nos são caras: a de trauma e a de simbolização” (p. 4).

A ambiguidade presente no conceito de *a posteriori*, que se refere tanto à bidirecionalidade causal quanto ao par trauma/simbolização, já era percebida por Freud (1887-1904/1986) em sua correspondência com Fliess:

Como você sabe, estou trabalhando com a hipótese de que nosso mecanismo psíquico se forma por um processo de estratificação: o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias — a uma retranscrição. Assim, o que há de essencialmente novo a respeito de minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se desdobra em vários tempos; que ela é registrada em diferentes espécies de indicações. [...] os sucessivos registros representam a realização psíquica de épocas sucessivas da vida. [...] Gostaria de enfatizar o fato de que os registros sucessivos

representam conquistas psíquicas de fases sucessivas da vida. Na fronteira entre duas dessas fases é preciso que ocorra uma tradução do material psíquico. Explico as peculiaridades das psiconeuroses através da suposição de que essa tradução não se tenha dado no tocante a uma parte do material, o que acarreta certas consequências. [...]. Quando falta uma transcrição posterior, a excitação é tratada de acordo com as leis psicológicas vigentes no período psíquico precedente e seguindo as vias abertas naquela época. [...] Uma falha de tradução — eis o que se conhece clinicamente como “recalcamento”. (Freud, 1887-1904/1986, p. 208-209, grifos do autor)

A retranscrição, portanto, é uma noção que sintetiza o trabalho bidirecional passado-presente e presente-passado, ao mesmo tempo em que abre margem para articular essa bidirecionalidade à questão do recalcamento, que seria resultado de uma falha na transcrição das memórias do passado em relação às posteriores e que conseqüentemente impediria a associação dessas memórias entre os diferentes sistemas psíquicos. Ademais, a retranscrição estaria diretamente relacionada à possibilidade de novos arranjos psíquicos, o que é um requisito para o tratamento psicanalítico. Como salientam Antonello e Gondar (2012): “A capacidade de rearranjos dos traços mnêmicos nos diz que a memória é altamente seletiva, dinâmica, mutável e pode ser construída *a posteriori*” (p. 128), sendo a retranscrição o processo que produz essa estratificação do psiquismo e a possibilidade de cura. Portanto, a retranscrição é pertinente tanto quando se instala um trauma, devido a uma falha na tradução, quanto na tentativa de simbolizar a fantasia infantil, inclusive que ocorre durante a psicoterapia, em que o efeito de *a posteriori* está a serviço de “mudança psíquica em relação às camadas mais primitivas do psiquismo” (André, 2013, p. 127).

Quando se pensa nos efeitos dessa concepção metapsicológica sobre a prática clínica, cabe considerar que, devido ao movimento de retranscrição das marcas psíquicas, os momentos decisivos do desenvolvimento pessoal atuados na transferência *não apenas* emergiriam como uma reprodução do passado no presente durante o encontro analítico – uma compulsão à repetição e um retorno do recalcado –, mas, *ao invés disso*, por via dessa atuação repetitiva oriunda do traumatismo, seriam inscritos simbolicamente pelo efeito de retroação do *a posteriori*. Ou seja, mais precisamente, a transferência permitiria a inscrição do recalcado no lugar da ausência de simbolização, sendo o *Nachträglichkeit*, portanto, um conceito inerente à terapêutica da psicanálise, especialmente quando a problemática do paciente é menos endereçada ao recalque e mais endereçada ao prejuízo representacional (Cidade & Zornig, 2016).

Sugestão ou interpretação? Nenhum dos dois! Melhor a construção

Essa revisão teórica sobre o conceito de *a posteriori* revela como há uma diferença em se discutir a temporalidade psicanalítica como uma questão de *timing* ou como uma questão acerca das formas de causalidade psíquica. Com base nessa segunda perspectiva, apresentarei uma vinheta clínica que expande a discussão sobre o *a posteriori* e a retranscrição psíquica no âmbito psicoterápico.

Uma senhora na terceira idade procurou minha ajuda devido a sua queixa de depressão, alegando já ter passado por uma psicoterapia relativamente longa para tratar dessa mesma questão. Ela buscava ajuda em relação a um acontecimento ocorrido há pouco mais de um ano, quando um de seus netos teve uma doença grave. Antes do ocorrido, a relação com o neto trazia certo alento às angústias relativas à morte prematura de sua mãe e aos conflitos com o pai, que já se encontrava bastante debilitado pela idade. Durante a hospitalização do neto, a minha paciente ficou encarregada de cuidar dele, já que seus pais tinham outras três crianças pequenas sob seus cuidados. Sua descrição desse momento era ambivalente: por um lado, sentindo-se sobrecarregada com as atribuições; por outro, sentindo uma grande aproximação com seu neto preferido. A despeito da tensão, em algumas ocasiões, mencionou que o contato com o neto enfermo lhe trazia satisfação.

Para a felicidade da família em geral, o menino recuperou-se da doença e retornou à casa dos pais. Ao contrário do que se esperava, contudo, a paciente, que não tinha adoecido durante a internação do neto, reagiu rerepresentando a depressão da qual se queixava para mim ao início da análise. Ela descrevia uma falta de sentido em sua vida, mas relatava de maneira incessante as atividades de seu dia-a-dia, em especial com o referido neto. À luz das ideias de Freud (1893-1895/2016a), esse quadro me evocava o diagnóstico de uma histeria de retenção, que, como vimos, são relativas à primeira fase de elaboração do conceito de *a posteriori*, em que este ganha o sentido de um efeito retardado.

Durante o tratamento, a paciente faltava com frequência às sessões agendadas. Permaneceu em análise, desse modo, por um período de dois anos. A importância que devotava à análise coexistia à irregularidade, o que, do meu ponto de vista, repetia comigo sua ambivalência perante o neto e a doença. Eu interpretava que a desconfiança perante os objetos era a contrapartida de seu apego por eles, e indicava uma desconfiança para com seus próprios objetos internos. Isso sugeria uma transferência na qual ela retranscreveria comigo seu modo de se relacionar com o neto.

Em certo momento do tratamento, decidi interpretar a transferência da paciente, o que resultou em uma reação inesperada: ela cometeu um ato falho e me chamou pelo nome do neto.

Por um viés, escutei ao relato da paciente, identifiquei alguns elementos de sua história e estabeleci conexões com o que se passava no momento atual – ou seja, uma tentativa de inscrever associações que poderiam não estar presentes devido a uma falha em sua transcrição. As lembranças do passado, por estarem assim recalçadas, eram compelidas a se repetirem na relação comigo, o que era exemplificado pela ambivalência. Ao comunicar minha interpretação, eu favoreci a evocação de marcas mnêmicas até então inconscientes, que, uma vez adentrando a consciência, mesmo que de forma deformada pela resistência transferencial, permitiriam a liberação dos afetos antes estrangulados pelo recalçamento. Nesse cenário, o ato falho ganha o estatuto de uma confirmação, ou seja, indicou que a interpretação favoreceu a recordação de uma memória recalçada. A grande questão seria se, tratando-se de uma repetição compulsiva, de uma retranscrição pura e precisa, a interpretação do recalçado teria algum poder terapêutico, de mudança psíquica, pelo simples fato de que ele se tornou consciente.

Existem outras formas de se analisar esse acontecimento, contudo. Alguém poderia afirmar que a paciente simplesmente agiu de acordo com uma sugestão: não há garantias de que havia um elemento prévio que associava passado e presente. A função da minha intervenção, de apontar o lugar transferencial no qual a paciente me colocava – de que era tratado por ela como seu neto –, teria sido a de inculcar uma correspondência, produzir certa subjetividade conforme minha própria verdade. Nessa análise, o ato falho também ganha o estatuto de uma verificação, mas, no caso, a verificação de uma hierarquia entre mim e a analisanda: não se trataria de uma retranscrição, mas de uma inscrição inédita, de uma sugestão, ou seja, não há uma representação previamente existente e até então encoberta.

Olhando em retrospectiva essas duas formas de se perceber o mesmo acontecimento clínico, não restam dúvidas de que o mesmo ato, aquele de comunicar à paciente certa leitura que fiz dela, pode ser visto sob diferentes óticas. Se a ênfase recai em seu caráter de interpretação, fazemos uma leitura de que ela repete comigo o modo como se relaciona com seu neto. Se, por outro lado, notamos essa comunicação como uma sugestão, o que se deu foi o uso de um recurso externo para eliminar ou incluir certos complexos de marcas mnêmicas, à moda hipnótica. Haveria alguma solução a esse impasse? Há

alguma perspectiva que abra a possibilidade de a análise da transferência não representar nem uma inscrição psíquica dos delírios do analista na paciente (Freud, 1915/2010c, 1937/2018), tampouco uma mera repetição fatalista do passado, na qual a compulsão à repetição (Freud, 1914/2010b; 1920/2010e) é o único destino possível?

Retornando ao lugar de origem, se a aposta é a de que a transferência é o veículo para o tratamento, implicando assim certa transformação nos sujeitos envolvidos, é preciso compreender que o psiquismo está em constante processo de rearranjos, uma abertura ontológica alguns diriam. O tratamento psicanalítico promete mudança psíquica por meio da transferência, assumindo que o humano é aberto à sua transformação, e que, a despeito de ser compelido à repetição, tem a possibilidade de gestar uma diferenciação. Mas, para essa diferenciação, então seria necessário se compreender uma margem de falhas entre as sucessivas traduções, ou seja, um recalco secundário em jogo, para que a retranscrição não seja idêntica ao conteúdo do passado.

Como apontam Laplanche e Pontalis (1982/2001), “as manifestações transferenciais não são literalmente repetições, mas equivalentes simbólicos do que é transferido” (p. 520). Assim, ocorre uma retranscrição das “séries psíquicas” (Freud, 1912/2010a) quando o sujeito se depara com os objetos do mundo presente – no caso, com o analista. Isso abre novas vias de facilitação para a circulação libidinal, de retranscrições, que têm o poder de rearranjar a composição até então existente, seja no sentido do trauma desestruturante, seja no sentido da simbolização e elaboração. Dessa forma, os momentos decisivos do desenvolvimento pessoal, que surgem na transferência, não são meras reproduções do passado no presente durante o encontro analítico, sob a forma da lembrança ou de uma memória, mas, sobretudo, seriam significados *a posteriori* por via desse encontro, inscrevendo um recalco ao mesmo tempo em que o desvela.

Desse modo, quando falamos da transferência como uma retranscrição, caracterizada pela lógica *a posteriori*, o que queremos dizer exatamente? De um retorno do mesmo, de algo idêntico a si próprio, ou de algo que retorna, mas que paradoxalmente se recria? De certo estado de coisas que se transpõe do passado para o presente sem qualquer articulação com o novo contexto em que ocorre, ou de um acontecimento que é determinado pelas contingências históricas precedentes, mas que, pela sua própria contingência atual, delas se desvia, recriando-se? Sob essa segunda acepção, a análise da transferência ganha características de uma reatualização paradoxal: ela não

apenas repete o passado, mas, ao invés disso, constrói o passado por meio do encontro presente. Sob essa acepção, ao compreendermos que a transferência é a retranscrição de uma história, há como implicação um aumento da importância da ideia de construção em análise (Freud, 1937/2018), em lugar de categorias como sugestão e interpretação. Nesse sentido, o analisando não somente é compelido a repetir seu passado, mas, pelo contrário, o faz a fim de uma adaptação subjetiva no presente, e cujo sentido é o futuro. Em suma, sob a ótica da transferência enquanto retranscrição de uma história, o que ocorre é uma dobra temporal na qual o sujeito, ao mesmo tempo em que opera uma regressão a estados psíquicos anteriores, visa a uma progressão destes. Nesse sentido, caberia resgatar a ideia de Ferenczi (1914/2011) sobre a regressão thalássica, a função do trauma como canal à criação e as articulações que Gondar (2016) estabelece entre essas concepções psicanalíticas e a ideia de “fuga para frente”.

Considerações finais

Como tangenciado antes, ao final do século XIX, Freud (1893-1895/2016a) entendia que o trauma sexual era a origem da histeria. Seria por meio da rememoração da cena traumática que se traria o rumo à cura. Conforme o desenvolvimento de sua obra, contudo, notou a existência de expressões e origens do trauma que diziam respeito a dimensões outras, para além da realidade objetiva. O que estaria sob análise, doravante, seria o modo particular como a subjetividade se relaciona com os objetos da vida e com toda a fantasia que os envolve. A transferência para com o analista seria, nessa linha de raciocínio, mais uma relação objetual desse tipo, e o veículo através do qual novas relações objetais podem ser estabelecidas entre o sujeito e os fatos do mundo. Sob essa concepção técnica, a cura não apontaria mais para um reestabelecimento de certa funcionalidade perdida, por ocasião do trauma e do esquecimento que o sucedeu, mas para uma retranscrição, junto à figura do analista, da história do sujeito. Neste breve ensaio, me utilizei de um caso para compreender essa ideia de que a transferência é a retranscrição *a posteriori* de uma história.

O *a posteriori* possibilita para os sujeitos, portanto, a liberdade de retroagir ao menos na maneira como as determinações passadas lhes causam efeitos. A liberdade da ação subjetiva opera como um desenho animado: ao andar sobre um precipício, é somente quando o sujeito olha para baixo que a

queda, já pressuposta, pode ser postulada (Žižek, 2008). É somente na medida em que se retranscreve e falha em alguma tradução no instante presente que o passado se desenrola para o futuro. Desse modo, existe a possibilidade de o sujeito ser capaz de produzir ações, inclusive terapêuticas, sobre si e o mundo. Minha paciente, ao mesmo tempo em que repetia comigo a relação com seu neto, produzia a própria possibilidade de me ver enquanto tal. Vemos aí a bidirecionalidade temporal com a qual Freud se via retroagido a considerar, um exemplo prático da retranscrição psíquica e sua evidência produzida pela técnica psicanalítica.

The temporality of Freud's *Nachträglichkeit* in a clinical vignette: *a posteriori* retranscription about interpretation, suggestion and construction in psychoanalysis

*ABSTRACT: This article investigates significant nuances of the notion of *Nachträglichkeit* in both Freudian and post-Freudian texts, particularly in the French school of psychoanalysis, as well as its possible manifestation in the analyst-analysand dynamics. The research was conducted through literature review and clinical case analysis. The results highlight the importance of *après-coup* for understanding temporality in psychoanalysis, involving psychic causality, subjectivity constitution and treatment in psychoanalysis. It is concluded that this *a posteriori* logic in transference raises questions about interpretation, suggestion and construction techniques and can be elucidated through the notions of retranscription and translation failure.*

*KEYWORDS: Freud; *Nachträglichkeit*; *après-coup*; *a posteriori*; re-transcription.*

La temporalidad del *Nachträglichkeit* de Freud en una viñeta clínica: una retranscripción *a posteriori* sobre interpretación, sugestión y construcción en psicoanálisis

*RESUMEN: Este artículo investiga las sutilezas significativas de la noción de *Nachträglichkeit* en el texto freudiano y post-freudiano, principalmente por la escuela francesa de psicoanálisis, así como su posible manifestación en la dinámica analista-analizando. La investigación fue realizada a través de revisión bibliográfica y análisis de casos clínicos. Los resultados destacan la importancia del *après-coup* para la comprensión de la temporalidad en psicoanálisis, involucrando la causalidad psíquica, la constitución de la subjetividad y el tratamiento en psicoanálisis. Se concluye que esta lógica *a posteriori* en la transferencia evoca cuestiones sobre las técnicas de la interpretación, de la sugestión y de la construcción y puede ser elucidada a través de las nociones de retranscripción y fallo de la traducción.*

*PALABRAS CLAVE: Freud; *Nachträglichkeit*; *après-coup*; *a posteriori*; retranscripción.*

Referências

- André, J. (2008). O acontecimento e a temporalidade: O *après-coup* no tratamento. *Psicanálise e Cultura*, 31(47), 139-167.
- André, J. (2013). O *a posteriori* transferencial dos traumas do início da vida. *Ágora*, 16, 127-140.
- Antonello, D. & Gondar, J. (2012). As diferenças na memória no âmbito da obra freudiana: Contribuições à teoria do trauma. *Psicanálise e Barroco em revista*, 10(2), 119-138.
- Borges, G. M. (2011). *Neurose traumática: Fundamentos e destinos* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Busch, F. (2013). O aqui-e-agora trabalhável e o porquê do lá-e-então. *Livro Anual de Psicanálise*, 27(1), 119-138.
- Cidade, N. O. P. & Zornig, S. A.-J. (2016). Trauma, temporalidade e inscrição psíquica. *Cadernos de Psicanálise*, 38(35), 29-47.
- Dahl, G. (2011). Os dois vetores temporais de *Nachträglichkeit* no desenvolvimento da organização do ego: A importância do conceito para a simbolização dos traumas e ansiedades sem nome. *Jornal de Psicanálise*, 44(80), 95-114.
- Etchegoyen, H. (2002). *Fundamentos da técnica psicanalítica* (2ª ed.). Artmed.
- Ferenczi, S. (2011). Thalassa: Ensaio sobre a teoria da genitalidade. In S. Ferenczi, *Obras completas: Psicanálise III*. WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1977). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. I. Imago*. (Trabalho original escrito em 1895 e publicado em 1950).
- Freud, S. (1986). *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Imago. (Trabalho original publicado entre 1887 e 1904).
- Freud, S. (2010a). A dinâmica da transferência. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 10*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912).
- Freud, S. (2010b). Recordar, repetir e elaborar. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 10*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010c). Observações sobre o amor de transferência. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 10*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010d). História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”). In S. Freud, *Obras completas: Vol. 14*. Companhia das Letras. (Trabalho original escrito em 1914 e publicado em 1918).
- Freud, S. (2010e). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 14*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (2012). Totem e tabu. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 11*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado entre 1912 e 1913).
- Freud, S. (2016a). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Obras completas: Vol. 2*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado entre 1893 e 1895).

A temporalidade do *Nachträglichkeit* de Freud em uma vinheta clínica: uma retranscrição *a posteriori* sobre a interpretação, a sugestão e a construção em psicanálise

- Freud, S. (2016b). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In S. Freud, *Obras completas*: Vol. 6. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (2018). Construções na análise. In S. Freud, *Obras completas*: Vol. 19. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1937).
- Gerbasí, G. L. B. S. & Costa, P. J. (2015). As transformações da memória: Articulações entre Sigmund Freud e Eric Kanderl. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 33(1), 77-89.
- Gondar, J. (2016). Trauma, cultura e criação: Ferenczi com Christophe Türcke. *Tempo Psicanalítico*, 48(2), 135-148.
- Lacan, J. (1996). *Os escritos técnicos de Freud*. Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar.
- Laplanche, J. (2006). *Problématiques VI: L'après-coup*. PUF.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (2001). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1982).
- Maia, L. & Andrade, F. (2010). *Nachträglichkeit*: Leituras sobre o tempo na metapsicologia e na clínica. *Estudos de Psicanálise*, (33), 75-90.
- Ogden, T. (2013). Sobre a arte da psicanálise. In T. Ogden, *Revêrie e interpretação: Captando algo humano*. Escuta.
- Pontalis, J.-B. (1994). A estação da psicanálise. *Jornal de Psicanálise*, 27(52), 95-112.
- Souza, P. C. (2010). *As palavras de Freud: O vocabulário freudiano e suas versões*. Companhia das Letras.
- Thomä, H. & Cheshire, N. (1991). Freud's *Nachträglichkeit* and Strachey's deferred action: Trauma, constructions and the direction of causality. *International Review of Psycho-Analysis*, 18(3), 407-427.
- Winnicott, D. W. (1994). A interpretação em psicanálise. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas*. Artes Médicas.
- Žižek, S. (2008). O circuito da liberdade. In S. Žižek, *A visão em paralaxe*. Boitempo.

Recebido: 17/04/2023

Aceito: 26/06/2023

Eduardo Rocha Zaidhaft
eduardozaidhaft@gmail.com

Monah Winograd
monahwinograd@icloud.com

Os jogos virtuais e as novas realidades: o uso possível do objeto¹

Gizela Turkiewicz²

RESUMO: Os jogos eletrônicos têm se tornado cada vez mais presentes na infância e na adolescência no mundo contemporâneo, fenômeno que nos leva a pensar sobre o impacto deste modo de jogar na constituição da subjetividade. Considera-se a diferença entre jogar e brincar, tendo este características maleáveis e que possibilitam o uso da imaginação, e, aquele, estrutura e regras fixas, sem que as barreiras entre eles sejam intransponíveis. Dialogando com o trabalho de Tanis, que investiga a interação e a influência da inteligência artificial do jogo virtual *Fortnite* na subjetividade de seus jogadores, a autora discute sobre as múltiplas possibilidades de uso dos jogos virtuais, utilizando-se do conceito do uso de objeto.

PALAVRAS-CHAVE: jogos virtuais, subjetividade, relações de objeto, uso do objeto, fort-da.

Introdução

Desde a década de 1980, os jogos eletrônicos, ou videogames, vêm se inserindo progressivamente em nossa cultura e passaram a fazer parte do repertório de brinquedos e jogos de crianças e adolescentes. A partir da década de 1990, particularmente nos últimos vinte anos, com a democratização da internet, acompanhamos o surgimento dos jogos on-line e das múltiplas possibilidades de acesso a eles, que têm se tornado praticamente onipresentes na infância e na

1. Texto concebido como comentário do trabalho "Do fort-da ao Fortnite: hiperconectividade e exaustão", de Bernardo Tanis, apresentado em reunião científica na SBPSP em 13/08/2022 e adaptado para publicação na TRIEB.

2. Psiquiatra e psicanalista, membro associado da SBPSP.

adolescência dos indivíduos do mundo ocidental. Este fenômeno nos intriga, tanto como cidadãos quanto como analistas, e nos leva a pensar sobre qual seria o impacto da inserção deste novo modo de jogar, que nem sempre faz as vezes do brincar, na constituição da subjetividade infantil e adolescente.

Dentre os jogos eletrônicos populares na atualidade, há uma modalidade específica, a dos chamados “jogos de tiro”, que têm em comum o objetivo de atirar e matar os adversários, seja individualmente ou em equipes. Dentre estes, o *Fortnite*³ tem sido o mais jogado no mundo nos anos de 2022 e 2023 (Souza, 2022). Lançado em 2011, ele está disponível em versões para videogames, computadores e dispositivos eletrônicos portáteis. De lá para cá, houve desenvolvimentos, tanto da inteligência quanto da interface do jogo, mas o objetivo inicial, de lutar, defender-se e eliminar inimigos mantém-se semelhante nas diversas versões.

No artigo “Do *fort-da* ao *Fortnite*: hiperconectividade e exaustão”, Tanis (2022) propõe-se a investigar o impacto das transformações socioculturais na constituição da subjetividade, a partir da relação dos jogadores com o *Fortnite*. O autor estabelece um paralelo com o *fort-da*, jogo infantil paradigmático para a psicanálise, buscando diferenciar o que definimos como um brincar estruturante e se questionando se os jogos eletrônicos desta modalidade poderiam ter um caráter lúdico.

No *fort-da*, a criança se utiliza de um objeto comum como brinquedo (o carretel) para colocar em cena a repetição de uma situação desagradável que o afeta (o afastamento da mãe), até que, ao assumir o controle do objeto, a brincadeira pode propiciar uma conquista na simbolização. No *Fortnite*, a cena é estabelecida pela interface do jogo, e múltiplos jogadores interagem em times para eliminar seus adversários, até que haja um único vencedor.

Em seu trabalho, Tanis (2022) reflete sobre a importância decisiva do brincar na constituição da subjetividade infantil, a partir de ideias de Freud, Winnicott, Bion, Green e Roussillon, propondo-nos a pensar quais seriam as condições de tempo e espaço para que o jogo tenha função simbolizante. Para tanto, considera a diferença entre brincar e jogar, sendo o primeiro livre e maleável, o que privilegia a imaginação (como o *fort-da*), e o segundo, estruturado, competitivo, com objetivos pré-estabelecidos (como o *Fortnite*). No entanto, aponta que a barreira entre jogar e brincar não seria necessariamente intransponível. Acrescenta que os jogos eletrônicos atuais são uma articulação entre o

3. <https://www.fortnite.com>

jogo, o jogador e a inteligência artificial, e que esta responde de acordo com a relação particular de cada usuário com o jogo, o que poderia levar a uma lógica de dominação do indivíduo pela máquina. No entanto, ainda que a subjetividade seja marcada pelos modos históricos de representação, ela não é responsável pela totalidade do funcionamento psíquico. Nesta dialética, propõe-se a seguinte questão: os paradigmas do brincar estariam sendo ressignificados na era digital?

Em diálogo com este texto, em que o autor se coloca muitas perguntas, convidando seus leitores para o jogo investigativo psicanalítico, buscamos pensar um fenômeno relativamente novo, mas bastante inserido na cultura contemporânea: o *Fortnite* e seu impacto na vida psíquica de crianças e adolescentes. Quem sabe, possamos extrapolar nossa linha de pensamento para outros jogos virtuais que se apresentam como novas realidades na contemporaneidade.

Discussão: entre jogar e brincar na realidade virtual

Através das palavras de um pequeno jogador, de 10 anos, buscamos a compreensão do *Fortnite* (FN):

“O FN começou, em 2011, com um *salve o mundo*, era um modo história em que você tinha que matar uns monstros para ganhar, e era sozinho, você não conseguia jogar com amigos. Em 2017, o FN decidiu lançar um modo chamado *Battle Royale*, que você pode jogar com amigos ou sozinho, contra outras pessoas, e o objetivo é eliminar todo mundo para só sobrar você, ou você e seus amigos. Tem uma variedade de armas e também itens de cura. Em 2019, lançaram um modo criativo, em que você cria o que quiser, como se fosse um *Minecraft*⁴, mas você tem um limite de espaço, você não pode criar muitas coisas, se não, começa a travar. O FN foi muito legal para mim na pandemia porque eu conseguia falar com meus amigos e fazer alguma coisa legal com eles, como se fosse brincar, só que online... Na pandemia, eu não conseguia falar com eles, e no FN, a gente conseguia, porque tem um chat de voz. O grupo se une para matar outras pessoas, ou cada um pode jogar sozinho, só que o grupo não se mata, o grupo, ele se une.”

4. *Minecraft* é um jogo virtual em que se constroem estruturas e biomas em um mundo tridimensional, a partir da descoberta e extração de matérias-primas e ferramentas artesanais. Além de criar o próprio mundo, pode-se combater inimigos, cooperar ou competir com outros jogadores.

A fala do jovem jogador revela algumas das múltiplas possibilidades de olhar e de uso de um jogo, além da intimidade com que as novas gerações se inserem no mundo virtual. Em diálogo sobre o FN, ele revelou ainda que este nem sempre é um jogo de várias vidas, mas que “se você morrer e tiver um amigo junto, ele pode te salvar, e se você estiver jogando sozinho, morre e acabou, mas pode sempre começar uma nova partida”.

Aqueles que nasceram na década de 1980, e hoje são pais, analistas, tios e educadores dos “nativos virtuais”, estão entre as últimas gerações que irão se lembrar da chegada do computador em casa, da internet discada, de um tempo em que não existia telefone celular. A partir dos anos 2000, as crianças já nascem com a onipresença da internet e de seu fácil acesso através de múltiplos dispositivos, e lhes parece difícil conceber um mundo sem tudo isso. Nós, ao mesmo tempo, admiramo-nos e nos espantamos ao assistirmos os pequenos que, antes do desenvolvimento da linguagem falada e escrita, intuitivamente interagem com telas responsivas a seus comandos e fazem aparecer magicamente fotos, vídeos, músicas, jogos virtuais, ou a face de seus avós que moram longe numa videochamada. Estas já não tão novas tecnologias são desenvolvidas para serem simples, intuitivas, envolventes, captadoras da atenção por sua resposta rápida, satisfação imediata e pela rolagem infinita.

Os primeiros videogames, cujo paradigma é o Atari, tornaram-se populares em meados dos anos 1980. A chegada do jogo em casa era um acontecimento e sua dinâmica de funcionamento pouco lembrava os jogos virtuais da atualidade; as opções de jogos eram limitadas, seu padrão bastante repetitivo e eles possibilitavam pouca interação com o oponente, quando se jogava em dupla, era preciso esperar a vez. Depois, surgiu o Nintendo e outros de sua geração, com jogos com narrativas e fases mais complexas, que possibilitaram maior interação entre jogadores e tinham o objetivo de chegar até uma fase final e “zerar” (ou encerrar).

Uma importante característica que diferencia os jogos atuais dos primeiros videogames é que eles parecem ter um caráter infinito. Ainda que em muitos seja possível “zerar”, quando o jogador volta, ele não tem um caminho pré-determinado a seguir, de forma que será sempre um novo jogo. Além disso, a inteligência artificial por trás do jogo não é um programa com rotas já traçadas, mas interage e responde de forma particular a cada indivíduo, de acordo com a estratégia utilizada. Cada um cria seu avatar a partir de diversas possibilidades de tipos físicos, acessórios, armas, defesas; é uma espécie de personagem de si mesmo que está dentro do jogo e não fora. A interação entre jogadores acontece

em tempo real, seja pelos avatares, seja pelo chat, e é possível mesmo que eles não estejam no mesmo lugar.

Em 30/07/2022, o jornal O Estado de São Paulo apresentou a seguinte manchete: “*Fortnite* faz jovem ganhar bolsa em 28 faculdades nos Estados Unidos”. A matéria conta a história de um brasileiro de 20 anos, procedente de escola pública, que recebeu bolsa para estudar nos EUA por suas habilidades como atleta profissional de FN, integrando a equipe de sua faculdade, como acontece com os esportes convencionais. Os *eSports*, ou esportes eletrônicos, incluem modalidades que têm competições individuais ou por equipe, entre eles o FN. Seus torneios têm alcance mundial e movimentam investimentos consideráveis, estimulando jovens a tornarem-se e-atletas profissionais.

A notícia ilustra a magnitude da inserção do FN na cultura atual, e nos convoca a pensar as novas realidades como fenômenos constitutivos das subjetividades no mundo contemporâneo. Constituímo-nos a partir do olhar do outro, do espelho no olhar da mãe (ou de quem lhe faz as vezes), do *handling*, do *holding* e do ambiente; sendo este constituído não apenas pela mãe, mas pai, família, comunidade, cidade, nação, enfim, toda a cultura, que está sempre situada em determinado tempo e espaço. Ao considerarmos as mudanças impostas pelas novas tecnologias, as brincadeiras tradicionais de hoje não são as mesmas da geração anterior, assim como estas também não eram as das gerações passadas. No entanto, as diferenças entre estas não parecem ter a magnitude do salto tecnológico que vivenciamos hoje em dia.

Os jogos eletrônicos podem ser considerados uma das brincadeiras tradicionais desta geração, assim como Richard brincava com seus navios e aviões enquanto Melanie Klein o atendia durante a guerra? Neste sentido, a guerra que acontece internamente em cada criança e adolescente, que está se havendo com a difícil tarefa de crescer, estaria posta em cena no FN? O jogador faz alianças, tem seus pares, uma equipe, inimigos, um grande outro para combater, o desejo de eliminar seus adversários, a violência posta em jogo.

Em “Narrativa da análise de uma criança”, acompanhamos o trabalho de Klein (1961/1994), sessão a sessão, com Richard, um menino em fase de latência. Nesta análise, são postas em cena as angústias paranoides que originaram seus sintomas fóbicos, manifestas através de um cenário de guerra que se estabelece por meio de desenhos e jogos que se passam entre analista e paciente. O conteúdo está quase que invariavelmente relacionado a invasões, organizações defensivas, ataques, territórios ocupados, navios e aviões de guerra. Cada um desses elementos vai progressivamente sendo correlacionado com as angústias de Ri-

chard em relação ao medo da invasão de suas fronteiras e o terror de sua própria agressividade contra seus objetos internalizados. Há dois conflitos em paralelo: a guerra interna em Richard e a II Grande Guerra que acontece fora e põe em risco a sobrevivência, cuja eclosão desencadeia o agravamento de seus sintomas.

As guerras vivenciadas pelas crianças de nosso tempo, particularmente aquelas que estão longe de zonas oficiais de conflito, diferem daquela vivida por Richard e Klein. No entanto, a violência não deixa de estar presente, seja no âmbito coletivo, seja no âmbito daquilo que é intrinsecamente humano, da agressividade que se passa dentro de cada indivíduo e o põe em relação com o mundo externo.

Ainda que se parta dos pressupostos de que bebês e crianças pequenas não jogam FN, e de que aqueles que o fazem tenham estabelecida a concepção de objeto como algo separado de si mesmo, a sobreposição entre mundo interno e realidade que persiste no decorrer da vida e a oscilação entre as relações de objeto total e parcial em diferentes tempos, levam-nos a considerar que estes jogos podem funcionar como um espaço em que se encena a criação e a destruição de objetos, e que há diferentes modos de jogá-los, em que o objeto pode ou não ser reconhecido como outro, a depender da relação que cada jogador estabelece com o jogo.

A agressividade que se manifesta nos jogos de tiro poderia prevenir situações de atuação violenta fora do jogo, ou, pelo contrário, ela seria capaz de estimular comportamentos violentos? Esta situação parece-nos muito mais complexa do que este determinismo de causa e efeito. Os jogos de tiro são apenas um dentre os fenômenos socioculturais que têm papel na formação da subjetividade dos jovens do nosso tempo, que é também formada e transformada por outros múltiplos fatores, tanto intrapsíquicos quanto intersubjetivos. Portanto, talvez se torne problemático quando a existência do adolescente dentro do jogo se sobreponha à vida real, tornando-o ensimesmado no mundo virtual.

Winnicott (1958/2021) propõe que: “A integração da personalidade não é alcançada em um certo dia, numa certa hora. Ela vai e vem, e mesmo quando alcançada de forma exitosa, pode ser perdida devido a alguma contingência, uma situação ambiental adversa” (p. 372). Para o autor, a agressividade tem papel fundamental nesta integração, ela é sinônimo de atividade. Desde o início da vida motora, os impulsos de amor primitivo do bebê em direção à mãe têm uma qualidade destrutiva, impelindo o indivíduo na busca por um não-eu, experiência que só traz satisfação à medida que encontra oposição no ambiente (o próprio não-eu). Este, por sua vez, constitui-se como objeto separado do eu pela própria

experiência de agressividade e oposição. Assim, do ponto de vista do bebê, é o impulso agressivo que cria a externalidade. A constituição de mundo interno só é possível na medida em que o indivíduo esteja bem alojado no interior de seu corpo, capaz de distinguir entre si mesmo e objeto, entre real e fantasia.

Seria reducionista afirmar que os jogos virtuais são mera representação de mundo interno. No entanto, eles ora podem funcionar como tela projetiva de angústias do jogador, ora podem ser reconhecidos como objeto apartado do eu, e esta oscilação parece depender tanto de possibilidades do indivíduo que antecedem o uso do jogo, quanto de condições do ambiente (de dentro ou fora do jogo) que o levem a diferentes graus de sofrimento.

Propomos, ainda, alguns desdobramentos da questão da relação do indivíduo com os jogos virtuais: se os jogos que possuem inteligência artificial são capazes de responder individualmente a cada usuário, como a inteligência artificial pode interferir ou se relacionar com a subjetividade humana?

Em ampla investigação sobre o infantil, Tanis (2021) ressalta que é neste momento que se situa um dos principais eixos da constituição da subjetividade humana, revelada e expressa pelas primeiras inscrições da experiência cultural e simbólica. Na contemporaneidade, o infantil não escapa do passar acelerado do tempo, experiência que deriva de uma sociedade de consumo generalizado e de busca pela satisfação imediata, em que sobra pouco espaço para o tédio e para se vivenciar o cansaço.

Segundo Han (2017), o cansaço tem uma função de desarme, habilitando o homem para a serenidade e a busca do não-fazer – “No olhar longo e lento do cansado, a decisibilidade cede lugar a uma serenidade” (p. 77). O autor diferencia este do cansaço do esgotamento, que nos incapacita de fazer qualquer coisa, um cansaço solitário, que individualiza e isola, resultante da sociedade de desempenho. O sujeito da sociedade de desempenho visa acima de tudo ao próprio prazer; nesta busca, ele não se preocupa com a competição entre pares, seu principal competidor é si mesmo – “ser sua melhor versão” –, o que impossibilita a relação com o outro, algo que é fortalecido pela comunicação digital, cujos novos meios, pobres em alteridade, facilitam o desaparecimento da realidade e das relações intersubjetivas.

Ao transpormos estas ideias para as crianças e jovens chamados “nativos digitais”, a busca incansável e interminável por uma gratificação que nunca chega pode ser representada pelo uso compulsivo dos jogos virtuais, muitas vezes marcado pela não percepção da presença de um outro. A inteligência artificial por trás da interface gráfica do jogo, nos casos mais sofisticados, é capaz de pre-

ver padrões estabelecidos de resposta de quem joga, e interagir particularmente com cada um, o que parece ser capaz de alimentar um ciclo de compulsão à repetição e de isolamento.

Ainda que o jogo se apresente como interação entre duas inteligências, humana e artificial, parece-nos haver algo intrinsecamente humano que escapa da previsibilidade nesta relação. Se, mesmo nas relações intersubjetivas, o inconsciente só nos é acessível parcial e indiretamente, consideramos que há aspectos da humanidade que permanecem intangíveis e imprevisíveis, mesmo para os mais complexos modelos estatísticos. Neste sentido, pode-se dizer que cada jogador de FN relaciona-se com o jogo à sua maneira.

Para ilustrar, trago o exemplo de Luna, adolescente de 15 anos que procurou análise em meio à pandemia. Na visão dos pais, ela estava jogando on-line por tempo demais, negligenciando a escola e suas outras relações. Para Luna, sua questão era o que nomeou de fobia social. Ao aprofundarmos o significado deste termo para ela, descobrimos juntas que o retorno ao ambiente escolar, e mesmo aos encontros com amigos, depois de um longo período de isolamento, era uma grande ameaça. Aos poucos, vão se evidenciando aspectos paranoides e autorreferentes, e o jogo, num primeiro momento, parecia-lhe o único lugar seguro. Lá, ninguém a julgava, era extrovertida, brincalhona, tinha amigos de várias partes do país, além de manter contato com alguns colegas da escola. Outras vezes, a mesma Luna virava noites jogando compulsivamente, sem se importar se teria aula no dia seguinte ou se seus pais entrariam no quarto inúmeras vezes pedindo que parasse. Nestes momentos, sentia que nada mais valia a pena, além do jogo.

Propomo-nos a pensar a relação dos jogadores com o FN, a partir do conceito de uso do objeto. Winnicott (2019a) diferencia relação de objeto de uso do objeto. A relação de objeto pode ser descrita como uma experiência do sujeito como ser isolado, em que o objeto ganha significado por meio de mecanismos de projeção e introjeção, e as primeiras relações se estabelecem a partir da introjeção de objetos parciais, antes mesmo que o sujeito perceba o objeto como algo apartado de si mesmo (Klein, 1959/1991).

Para Klein, na relação de objeto parcial, o objeto de amor é visto como parte do corpo do bebê, sem autonomia em relação a ele; é algo a ser devorado ou rejeitado, na medida das necessidades ou desejos do bebê. É quando percebe a falta da mãe que a criança pode ter um primeiro vislumbre dela como objeto total, passando a levá-la em consideração, temer por seu desaparecimento e a interessar-se em cuidar dela (Cintra & Figueiredo, 2010). Mesmo nas relações de objeto total, o ambiente está em segundo plano.

O uso do objeto é uma capacidade que extrapola a relação de objeto; primeiro nos relacionamos, para depois podermos fazer uso de um objeto. No entanto, para que possa ser usado, ele deve necessariamente ser percebido como real, estar fora da área de controle onipotente do sujeito. É isso que diferencia relação e uso. Esta é uma capacidade que o indivíduo desenvolve, que depende da presença de um ambiente que possibilite a sobrevivência do objeto. Para que possa ser usado, o objeto é antes criado e destruído no mundo interno da criança, mas precisa sobreviver à agressividade que o destrói. Ou seja, ele destrói internamente o objeto e o aniquila, mas quando este sobrevive, a percepção de sua existência possibilita que se faça uso dele (Winnicott, 1971/2019a).

Se considerarmos o FN como objeto (como um brinquedo), caberia nos perguntarmos qual o uso possível que se faz dele. O jogo pode ocupar o espaço do brincar, da criatividade, da cultura, de espaço potencial de troca intersubjetiva, mas também funcionar como lugar de descarga, de repetição compulsiva e tela projetiva de sofrimento psíquico. O mesmo jogo pode ser ora um, ora outro, e ambas as possibilidades podem coexistir no mesmo jogador, como me parecia ser o caso de Luna.

Durante os primeiros tempos da pandemia, os jogos virtuais resumiam toda a sua existência. Ela se refugiou neste espaço por meses a fio, onde vivia todas as suas relações de mundo interno e intersubjetivas. O sintoma que se apresenta como “fobia social” revelava ansiedades paranoides significativas, que em muito antecederam a este período, mas que parecem ter eclodido com o distanciamento social e se agravado posteriormente, na retomada das atividades. Ela acreditava estar sendo observada por todos, avaliada, julgada pela forma de seu corpo, que sentia como uma massa disforme e inadequada. Percebia-se completamente fora de lugar em sua família, incapaz de corresponder aos ideais parentais, que pareciam ter altas expectativas em relação a ela. Ainda que ela formalmente desconhecesse este fato, sua mãe havia adoecido gravemente no começo de sua vida, e a ameaça de morte atravessava a relação entre elas. A dúvida sobre a sobrevivência da mãe a seus ataques estava sempre presente, e era constantemente posta em cena no jogo, espaço que Luna podia onipotentemente controlar.

Ao mesmo tempo, havia outro uso possível do jogo, que se manifestava quando era capaz de se interessar por quem eram os outros jovens com quem interagira, e os reconhecer como sujeitos para além do jogo. Oscilava entre os dois polos, enquanto no mundo real, ao retomar suas atividades, ia percebendo tudo o que tinha a enfrentar: os últimos anos de escola, o primeiro namoro, a escolha profissional e o reconhecimento²³ dos pais, seus primeiros objetos de

amor, como seres inteiros e falíveis. Enfrentamento que não tem se mostrado simples ou sem embates, e que resulta em angústias que fazem com que ela oscile entre um uso compulsivo de álcool, que em sua visão facilita que ela esteja em situações sociais, e o retorno ao jogo, que ora é compulsivo, ora é um refúgio do brincar, enquanto procura fazer a passagem para a vida adulta.

Pode ser tênue a linha que delimita o uso repetitivo e mortífero dos jogos virtuais de seu uso criativo. No entanto, as possibilidades criativas destes jogos e as interações que se estabelecem na realidade virtual parecem refletir aspectos da vida psíquica que neles se manifestam por terem se tornado brinquedos de nosso tempo. O que diferencia o brincar de apenas jogar parece situar-se no uso que se faz destes jogos. O brincar acontece num espaço que não é apenas no mundo interno, e não é fora, mas num espaço entre estes, naquele que chamamos de espaço potencial, que possibilita o fazer criativo. Para brincar é preciso fazer coisas, construir, e não apenas desejar ou pensar, e fazer coisas demanda tempo e espaço (Winnicott, 1971/2019b). É assim que do jogo se faz brincar.

Para pensar a questão do brincar no jogo virtual, Tanis (2022) faz a associação do *Fortnite* com o *fort-da*, o que não parece ser uma questão meramente semântica, o FN tem algo do *fort-da*. No jogo do carretel, o neto de Freud (1920/2010), em vez de chorar a ausência da mãe, põe em cena um controle onipotente de aparecer e desaparecer, em que é ele quem determina o destino do objeto, evitando o desprazer da dor da separação. Nos jogos eletrônicos, a dor e a frustração de perder são aplacadas pela possibilidade infinita de reiniciar uma nova partida. A ideia de aparecer e desaparecer com poucos cliques traz a ilusão de um controle onipotente do jogo, além da promessa de que é possível tornar-se invencível. Possibilidade que, para um adolescente que tem o desafio de perceber seus objetos e relações como falíveis, é um dos aspectos que pode tornar o jogar compulsivo, num constante evitar da frustração, que não permite criar tempo e espaço para elaboração da perda.

O desprazer de perder é rapidamente aplacado por um começar de novo, e o jogo se torna uma tentativa repetitiva de controle de vivências desprazerosas, sejam elas originadas dentro ou fora do videogame. Parece haver uma satisfação nesta repetição relacionada à descarga pulsional, que aniquila a possibilidade do brincar criativo, podendo levar o jogador a um estado de não vida na realidade externa ao jogo.

Em seu trabalho “O intrapsíquico e o intersubjetivo: pulsões e/ou relações de objeto”, Green (2005), retomando Freud, articula a ideia de objeto e pulsão como um par indissociável, uma vez que esta só pode ser ligada a partir

da presença do objeto. A pulsão, força que se situa no limite entre o psíquico e o somático, revela-se a partir desta presença, ao mesmo tempo em que a construção do objeto interno só é possível por meio do investimento pulsional. Assim, a relação de objeto se estabelece através do direcionamento da pulsão ao objeto e de sua articulação com ele.

Acrescentamos a isto as ideias de Roussillon (2015), que propõe que a ligação das primeiras pulsões depende da qualidade das experiências subjetivas primárias, que podem contribuir ou ser um obstáculo para a ligação pulsão-objeto. Para que esta ligação seja bem-sucedida, é necessário que o objeto sobreviva à intensidade das forças pulsionais. É a sobrevivência que torna possível a passagem de relação de objeto para o uso de um objeto, pois, ao sobreviver, ele passa a ser objetivamente percebido, separado da área de onipotência infantil, e pode ser visto como verdadeiramente externo e distinto do objeto das pulsões.

Em consonância com as ideias de Winnicott, Roussillon (2015) propõe que a destrutividade é necessária para a criatividade – “para algo novo surgir é preciso destruir o estado anterior” (p. 95). Assim, violência e destrutividade não podem ser consideradas sinônimos de pulsão de morte, é preciso considerar como elas se articulam com outra grande força, a da criatividade e do amor. O que chamamos de pulsão de morte seria a falha desta ligação, levando ao desligamento entre pulsão e objeto, resultante de falhas iniciais da função materna como espelho.

Quando olhamos para as inúmeras possibilidades do FN e dos jogos virtuais, suas interfaces, seus modos criativos, a necessidade de se construir ambientes, defesas e estratégias, parece-nos que ele pode ser utilizado como um espaço criativo. No entanto, ora ele é capaz de possibilitar interações, como as que mantiveram os adolescentes em contato, mesmo nos piores momentos da pandemia; ora ele é um fazer repetitivo, que pode levar ao isolamento e ao afastamento da realidade. Estes estados podem variar entre jogadores – há os que jogam de forma compulsiva e mortífera, e os de forma predominantemente lúdica; mas mesmo estes podem oscilar entre momentos criativos e outros para os quais o jogo se torna puro lugar de descarga.

A possibilidade de se fazer um uso suficientemente bom do jogo parece associar-se à capacidade prévia do uso criativo do brincar, à percepção do jogo (objeto) como algo apartado de si e a condições do ambiente que permitam que o mundo da criança ou do adolescente não se restrinja ao videogame, mas que ele possa ir e voltar, habitar diversos mundos alternadamente, fazendo uso das muitas possibilidades da cultura. Ainda que esta tarefa possa

parecer um tanto ideal, e sabendo que em muitos momentos ela irá falhar, nós, como pais e profissionais de saúde mental, podemos estar ao lado, procurando entender estes fenômenos sem reduzir o indivíduo que joga a seu avatar, mas considerando-o por inteiro.

Se reduzirmos os jogos virtuais a algo a ser rechaçado, seja por argumentos que se valham de seu caráter compulsivo e alienante, seja por aqueles sobre como a inteligência artificial, a serviço do capitalismo, procura controlar a humanidade, corremos o risco de ficar aprisionados em nossos próprios avatares e de não escutar as demandas do mundo contemporâneo. Afinal, o FN e outros jogos de tiro vêm se estabelecendo como paradigmas da cultura. Nós, que somos dinossauros do mundo virtual, podemos escolher não olhar e tentar reduzi-los a um perigo, ou fazer uso dos instrumentos da psicanálise para observá-los e tomá-los em consideração como uma das marcas desta geração. Não olhar para a onipresença da inteligência artificial, para o caráter compulsivo dos jogos virtuais, para a realidade virtual que imita a vida, seria ignorar o que acontece com o mundo no qual todos estamos inseridos.

Quando aceitamos o convite para jogo, e adentramos a realidade virtual de nossos pacientes, temos a chance de olhar de perto e aprender com eles sobre as novas realidades e suas múltiplas possibilidades. E, quem sabe, ainda possamos funcionar como tradutores do jogo para a experiência humana, seja fazendo uso dele como metáfora, ou criando vida subjetiva onde ela pareça não existir.

Virtual games and new realities: the possible use of the object

ABSTRACT: *Electronic games have become increasingly present in childhood and adolescence in the contemporary world, a phenomenon that leads us to think about the impact of this way of playing on the constitution of subjectivity. We consider the difference between play and playing, the latter having malleable characteristics that allow the use of imagination, and the former having fixed structure and rules, without insurmountable barriers between them. In dialogue with the work of Tanis, who investigates the interaction and influence of artificial intelligence of the virtual game Fortnite on the subjectivity of its players, the author discusses the multiple possibilities of playing virtual games, using the concept of object use.*

KEYWORDS: *virtual games, subjectivity, object relations, object use, fort-da.*

Los juegos virtuales y las nuevas realidades: el uso posible del objeto

RESUMEN: *Los juegos electrónicos se han vuelto cada vez más presentes en la infancia y adolescencia del mundo contemporáneo, fenómeno que nos lleva a pensar en el impacto de esta forma de jugar en la constitución de la subjetividad. Se considera la diferencia entre el juego y el jugar (juego lúdico), teniendo este último características maleables que permiten el uso de la imaginación, y el primero estructura y reglas fijas, sin que las barreras entre ambos sean infranqueables. Dialogando con el trabajo de Tanis, que investiga la interacción e influencia de la inteligencia artificial del juego virtual Fortnite en la subjetividad de sus jugadores, la autora discute las múltiples posibilidades de uso de los juegos virtuales, utilizando el concepto de uso de objeto.*

PALABRAS-CLAVE: *juegos virtuales, subjetividad, relaciones de objeto, uso de objeto, fort-da.*

Referências

- Cintra, E. M. U. & Figueiredo, L. C. (2010). Pequena reconstituição da história dos sistemas kleinianos. In E. M. U. Cintra & L. C. Figueiredo, *Melanie Klein: estilo e pensamento* (pp. 76-123). Escuta.
- Freud, S. (2010). Além do princípio do prazer. In S. Freud, *Obras completas*: Vol. 14 (pp. 161-239). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920).
- Green, A. (2005). O intrapsíquico e o intersubjetivo: pulsões e/ou relações de objeto. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 12(1), 51-83.
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Klein, M. (1991). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos* (pp. 280-297). Imago. (Trabalho original publicado em 1959).
- Klein, M. (1994). *Narrativa da análise de uma criança: o procedimento da psicanálise de crianças tal como observado no tratamento de um menino de dez anos*. Imago. (Trabalho original publicado em 1961).
- Souza, M. (2022). Confira quais são os 10 jogos mais jogados do mundo. *Esports.net*, recuperado de <https://www.esports.net/br/guias/jogos-mais-jogados-do-mundo/>
- Tanis, B. (2021). Posfácio: O infantil à flor da pele. In B. Tanis, *O infantil na psicanálise: memória e temporalidades* (pp. 187-218). Blucher.
- Tanis, B. (2022). Do *fort-da* ao *Fortnite*: Hiperconectividade e exaustão. *Jornal de Psicanálise*, 55(102), 47-60.
- Roussillon, R. (2015). A função do objeto na ligação e desligamento das pulsões. *Livro Anual de Psicanálise*, XXIX, 95-113.
- Winnicott, D. W. (2019a). O uso de um objeto e a relação por meio de identificações. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 141-153). Ubu editora. (Trabalho original publicado em 1971).

Gizela Turkiewicz

Winnicott, D. W. (2019b). O brincar: proposição teórica. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 69-90). Ubu editora. (Trabalho original publicado em 1971).

Winnicott, D. W. (2021). A agressividade em relação ao desenvolvimento emocional. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise* (pp. 371-392). Ubu editora. (Trabalho original publicado em 1958).

Recebido: 30/04/2023

Aceito: 29/06/2023

Gizela Turkiewicz

gizela.turkiewicz@gmail.com

Sobre os sonhos de futuro

Manola Vidal¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre a relação entre o tempo e a construção de significados a partir dos conceitos de ideograma e pictograma afetivo. Apresentará duas vinhetas clínicas cujo recorte será o de produções oníricas através das quais tais conceitos serão discutidos como um critério para reflexões sobre a resolução de situações de impasse. Esta discussão utilizará premissas teóricas encontradas na obra de Wilfred Ruprecht Bion bem como em autores contemporâneos próximos as mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: sonho; tempo; impasse; Bion.

Introdução

O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre a relação entre o tempo e a construção de significados a partir dos conceitos de ideograma e pictograma afetivo. Apresentará duas vinhetas clínicas, cujo recorte será o de produções oníricas através das quais tais conceitos serão discutidos como um critério para reflexões sobre a resolução de situações de impasse. Esta discussão utilizará premissas teóricas encontradas na obra de Wilfred Ruprecht Bion, bem como em autores contemporâneos próximos às mesmas.

O território para o qual se pretende dirigir as reflexões sobre os sonhos é aquele construído a partir do tensionamento produzido pela teoria do sonhar em Bion (1962/1975; 1967/1994d) e aquela apresentada por Freud (1900/1969a). Dentre as premissas freudianas sobre os sonhos, encontramos que os mesmos servem ao princípio do prazer, possuindo a função de garantir a continuidade do sono e, principalmente, realizar desejos que provocariam

1. Membro convidado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), Mestre e Doutora em Saúde da Mulher e da Criança (FIOCRUZ-IFF), Pós-Doutora em Psicanálise e Saúde Mental (UFRJ-IPUB).

desprazer se conscientes e, por isso, permaneceriam recalcados, inconscientes. Os conteúdos manifestos do sonho serão traduzidos pelo psicanalista, tornando possível compreender o conteúdo latente a eles relacionado. O trabalho do sonho apresenta-se como o de condensação, de deslocamento, de representabilidade, incluindo o uso de símbolos, sensorialidade e, principalmente, imagens visuais. O processo primário, característica dos processos inconscientes, seria sua forma de funcionamento psíquico em oposição ao processo secundário característicos dos processos conscientes.

Em Bion (1962/1975; 1967/1994d) há um deslocamento do trabalho do sonho para o sonhar. O sonhar ocorreria durante o dia, bem como durante o sono da noite. No estado de vigília, os restos diurnos são transferidos para o inconsciente, transformados e reenviados para o consciente através de uma seleção realizada pela barreira de contato² que, como um filtro invisível, sempre presente, inclui as funções da atenção e da percepção. O sonho, por outro lado, será uma forma de pensamento que integra o princípio do prazer e o da realidade e as formas de funcionamento psíquico provenientes do processo primário e do secundário através da função alfa. A função alfa atua sobre as impressões sensoriais das emoções e, tendo êxito, produz elementos alfa que podem ser armazenados e utilizados como pensamentos oníricos. As impressões sensoriais da experiência emocional seriam a causa inicial do sonho e, assim, a função alfa nos permite compreender os significados das experiências emocionais, pois transforma suas impressões sensoriais em elementos alfa mentalizados. O uso da mentalização na transformação das impressões sensoriais das emoções media o impacto dos elementos beta³, impressões sensoriais cruas.

As transformações das impressões sensoriais e emocionais no processo de aquisição de significados podem avançar em duas direções: na primeira, temos o trabalho de dessensorialização (Sandler, 2009) realizado pela função alfa e, na segunda, as novas composições que se dão no processo do aprender com a experiência emocional (Bion, 1962/1975), ou seja, as perdas de significados já existentes e o ganho de novos significados. A aquisição de novos significados é dinâmica, produz imagens e sentidos provisórios, e a não aquisição de novos significados apresenta a rigidez dos fanatismos (Sor & Senet, 2020).

2. Filtro ativo que tanto liga quanto separa, regulando a relação entre os sistemas consciente e inconsciente.

3. Matéria-prima apreendida pelo aparato sensorial que pode ser decodificada em elementos adequados ao pensar, ao sonhar e ao lembrar.

Compreendendo as situações de impasse como aquelas que podem não oferecer uma saída favorável para o trabalho terapêutico, temos a oportunidade de refletir sobre uma de suas formas⁴, que é a reação terapêutica negativa. No quinto capítulo do trabalho *O ego e o id*, Freud (1923/1969c) observa o comportamento de alguns pacientes que pioram quando há um reconhecimento de sua melhora e esta contradição estaria ligada ao desejo do demonstrar sua superioridade em relação ao psicanalista através da piora, justamente pelo progresso do próprio tratamento. Em *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937/1969d), podemos refletir sobre a relação terapêutica negativa através do supereu, da angústia, das pulsões de morte, da castração e do masoquismo que caracterizam sua expressão na transferência como ruidosa, dramática e destrutiva. Porém, nos aproximaremos de algumas premissas encontradas na obra de Bion, de forma a poder articular a reação terapêutica negativa com o objetivo deste trabalho, que é o de sua elaboração através do ideograma e pictograma afetivo.

No texto *Sobre arrogância* (Bion, 1994a), o autor faz referência aos mecanismos psicóticos a serem trabalhos, mesmo em pacientes neuróticos, nos quais a reação terapêutica negativa será concomitante ao aparecimento, de forma dispersa e sem correlação mútua, de conteúdos ligados à curiosidade, à arrogância e à estupidez que, por sua vez, indicariam uma catástrofe psicológica eminente. Na transferência teríamos a situação de ataque ao ego, esteja o ego no paciente ou no psicanalista, em função do ódio à realidade aliada à arrogância. No trabalho *Ataques ao elo de ligação* (Bion, 1959/1994c), as funções que operam entre um objeto e outro, entre o seio e a boca do bebê, entre uma ideia e outra e entre o psicanalista e o paciente são atacadas pela parte psicótica da personalidade. Tudo que seja sentido como vínculo, ligação, é atacado como forma de não saber, não conhecer ou entrar em contato emocional, tanto com a realidade interna, quanto com a externa. O paradigma é a inveja que ataca o que possa fazer sentido de ligação. Em especial, na relação com o psicanalista, possuiria a característica de atacar sua capacidade de pensar e também suas interpretações.

Os textos acima fazem parte do que conhecemos como a teoria do pensar e, mais adiante na obra do autor, realiza-se um deslocamento que também nos auxiliará na compreensão da reação terapêutica negativa a partir da cesura (Bion, 1977/1981). Este conceito se relaciona ao trânsito entre um estado mental para outro e, por se constituir enquanto vínculo, sinapse, expressa a ideia de mo-

4. Segundo Zimmerman (2008), as outras duas formas são a estagnação e a paralização.

vimento no tempo, uma flecha do tempo (Chuster, Soares & Trachtenberg, 2014) entre um antes e um depois. Possui um paradoxo que se apresenta através da experiência emocional desorganizadora que, ao mesmo tempo, se refere à emergência do surgimento de um novo significado. A cesura então é uma ideia de movimento que se define por suas possibilidades de oscilação paradoxal (Trachtenberg, 2013) entre a experiência emocional desorganizadora e a aquisição de um novo significado. Desta forma, a relação entre o impasse e a produção onírica, que será encontrada nas duas vinhetas clínicas, se refere ao movimento de oscilação paradoxal na cesura. Assim, nos aproximamos da proposta de se investigar a cesura e não o analista ou o analisando, o inconsciente ou o consciente, a sanidade ou a insanidade, mas a ligação entre estados mentais diferentes.

Os sonhos

Primeiro paciente

Situações de impasse anteriores ao sonho

Apesar da melhora relativa aos sentimentos de angústia vividos entre o sono e o despertar que o acompanharam durante os três primeiros anos de análise, da experiência de um novo relacionamento afetivo depois de anos sozinho e, principalmente, de ter conseguido realizar o luto de determinado mito pessoal ligado à ideia de um paraíso perdido, que se apresentava como a idealização do passado, o paciente apresenta uma piora. Insônia, ideia de que o tratamento, a psicanalista e sua teoria, não conseguem mais ajudá-lo, pois havíamos chegado a um limite, diz não compreender o que digo, que será melhor não “empacar” mais dinheiro e tempo, diz que procurará outra profissional e, em outros momentos, se assusta porque teme acreditar que não há cura para seu caso.

Sonho

O sonho considerado ocorre no quarto ano de análise, sendo que os anteriores, em sua maioria, repetiam cenas de fuga através de saídas para lugares abertos, nos quais encontrava situações que o faziam retornar para o ambiente fechado do qual havia fugido da cena anterior. Seus sonhos eram sempre contados no final da sessão, mas a narrativa deste iniciou a mesma:

“eu quero contar um sonho que tive esta noite que eu achei muito louco, muito estranho, essas loucuras que a gente sonha né? Mas como você diz que eles sempre querem dizer alguma coisa... eu estava fazendo aquele X

(cópia de um objeto) que eu te falei, estava ficando lindo e aliás está perfeito... Aí, eu não sei como aconteceu, eu sonhei que roubaram X, não sei quem foi mas eu fui procurar e roubaram, me deu uma dor, eu fiquei com uma raiva, e aí eu pensei: não vou fazer de novo, senti que não ia conseguir fazer outro, que não ia fazer de novo... é, que eu não tinha mais ânimo para fazer, fiquei tão triste... eu fiquei muito triste..."

Segundo paciente

Situação de impasse

Paciente consegue alcançar certa estabilidade nos relacionamentos amorosos e profissional, não se sentindo tão ameaçado com ideias de traição e sua disfunção sexual apresenta melhora expressiva. Na análise, porém, apresenta certa estagnação, não sabe mais o que dizer, diz não ter como saber e, depois de várias sessões com silêncios prolongados, começa a descrever os fatos do cotidiano sem nenhuma emoção e, quando há tentativa de remetê-los a algum significado ligado à sua realidade psíquica, reage com aspereza. Semanas antes deste sonho, o paciente produz uma série de atuações extra-analíticas com perdas afetivas e financeiras consideráveis, colocando em risco, inclusive, a possibilidade da continuidade do tratamento.

O sonho

Ocorre no segundo ano de análise e se refere a uma modificação importante de um sonho de repetição que ocorria desde sua adolescência e foram narrados até então durante o tratamento. Nos sonhos de repetição, o paciente estava na mesma praia, deitado na areia e com a preocupação de que a maré iria subir e, se ele não acordasse, poderia se afogar. Após a experiência de pavor que esta ideia lhe causava, se acalmava ao ver sua própria imagem no alto de uma pedra lhe observando, como se tomasse conta dele. Porém, para acordar, era como se a alma tivesse que vir e se encaixar "direitinho" no corpo, pois, se não fosse um encaixe perfeito, não acordaria e poderia se afogar.

"Eu tive aquele sonho, só que agora foi diferente, eu sabia que tava sonhando antes mas eu sentia uma agonia, um medo de não conseguir acordar, lembra? Eu tinha de me encaixar direitinho, sentir até nos dedos, se não me encaixasse direitinho né? Agora eu sabia que tava sonhando, como das outras vezes, mas apareceu um charuto, eu voltava para o meu corpo, sem problema, parecia que não era mais difícil, não estava mais na praia, tava

em X (local de trabalho) e via de uma janela de vidro meu amigo X, ele estava fazendo algum trabalho, parecia demolição, estava num lugar assim meio destruído, na verdade eu trabalhei com ele antes e ele era meu chefe, mas agora eu via ele de longe e fumava um charuto, assim sentado sabe, na boa. Aí eu pensei, tudo bem, tô dormindo mesmo e vou continuar. Antes eu acordava apavorado, meu medo era não voltar, agora o charuto me deu uma sensação de calma, eu podia continuar dormindo...”

Discussão

Considerando tais sonhos como sonhos de transferência, podemos reconhecer uma interface com as reações terapêuticas negativas por um lado e, por outro, com a possibilidade de o psicanalista poder utilizar as imagens do charuto e do objeto perdido como fato selecionado⁵. Assim, podemos pensar as reações terapêuticas negativas ligadas ao tempo que cada paciente possui para introjetar a função continente do psicanalista durante o processo terapêutico (Mitrani, 2001), aproximando-nos de uma forma de reverberação do tempo (Birksted-Breen, 2003) que pertence à relação primária com a mãe e possibilita o enraizamento do aparelho para sonhar os sonhos (Grinberg, 1967).

Já o uso do fato selecionado em sua relação com o conceito de pictograma afetivo nos permite apresentar um entrelaçamento entre o tempo e o processo de aquisição de significados a partir da experiência do psicanalista. Este, ao utilizar do fato selecionado como ferramenta de investigação de elementos antes dispersos que se apresentam conjugados, apresenta-nos uma forma de coerência que faz sentido para ele, o observador-psicanalista, mas não obrigatoriamente para o objeto observado (Sandler, 2009). Esta relação de coerência não pode ser compreendida a partir de uma relação lógica e, neste sentido, o fato selecionado é um conceito psicanalítico que possui importância epistemológica (Bion, 1962/1975). Um elemento é nomeado através da realização de um vínculo com outro elemento, oferecendo coerência ao que antes se apresentava disperso e estranho à vinculação, se aproximando de uma experiência emocional de *insight*.

5. Expressão emprestada da filosofia da matemática, cunhada por Jules Henri Poincaré (1943), que é citado por Bion por se referir ao valor de um resultado novo que é o da união de elementos conhecidos, mas que se encontram dispersos e estranhos. Esta união da dispersão e da estranheza repentinamente traz um resultado inovador, introduzindo ordem onde reinava a aparente desordem. O novo dá um valor aos fatos antigos que une.

Bion (1963/2004) sugere que sua utilização técnica na clínica psicanalítica se aproxima da proposta kleiniana (Klein, 1935/1991; 1948) de posição, ou seja, a relação da posição esquizoparanoide (PS) e da posição depressiva (D) com um objeto, mas lhe imprime uma dinâmica característica. Assim, insere o fato selecionado na compreensão de um movimento entre PS \leftrightarrow D que é dinâmico e não estático e que persiste durante toda a vida humana. Não seriam características da infância permanentes, mas um processo continuamente ativo, desde seu estabelecimento.

Grotstein (2011) acredita existir uma proposta de dialetização entre PS \leftrightarrow D, na qual uma posição é mediadora da outra, o que dilui o sentido patológico de posição esquizoparanoide. Esta dialética nos apresentaria um vértice binocular, uma visão a partir de dois lugares que, por sua vez, triangulariam com O⁶, a realidade última. Assim, PS \leftrightarrow D seriam vértices que fazem mediação com O e não possuiriam mecanismos distintos ou funcionamentos em separado, pois cada posição pode assumir necessidades da outra. Assim, o fato selecionado realiza um processo de síntese no fluxo entre a dispersão (PS) e a integração (D), respectivamente. Para Sandler (2009), é um momento de preparação para a interpretação que permite a construção de modelos que são transformados pelo psicanalista em uma linguagem compreensível para seus pacientes.

Para Stitzman (2021), podemos pensar que o tempo é uma função do fato selecionado, e este é uma variação da velocidade do tempo. No tempo do aqui e agora da sessão sua utilização se dá no processo que envolve a internalização da função continente do psicanalista. Nos sonhos relatados, foram as imagens do objeto roubado e do charuto que ofereceram significados anteriormente inexistentes para a psicanalista sobre estes pacientes. A utilização das imagens enquanto fato selecionado nos remete aos conceitos de ideograma e pictograma afetivo.

Bion (1957/1994a), ao tentar discriminar a natureza do material que o paciente usará para pensar, nomeia como ideograma uma forma inicial de armazenamento de ideias primitivas, que reúne uma série de fantasias e experiências arcaicas vividas com o objeto primordial. Com o impulso do paciente para comunicar, o ideograma pode ser evocado e transmitir um significado

6. Segundo Sandler (2021), sinal quase matemático para designar o âmbito numérico daquilo que desconhecemos; corresponderia ao que Freud chama de sistema psíquico inconsciente. Denominações pelos teóricos da ciência e filósofos seriam as de realidade última ou verdade absoluta. Em Bion, faz parte das aplicações da teoria das transformações e invariâncias à psicanálise.

desconhecido, revelando em sua construção a presença simultânea de conteúdos tanto da personalidade psicótica como da personalidade não-psicótica. O ideograma então, se refere ao momento quando uma impressão sensorial toma a forma de imagem ou de uma experiência emocional que pode se combinar em uma unidade que será armazenada ou comunicada pelo paciente (Bion, 1967/1994d).

Enquanto ideogramas, as imagens do charuto e do objeto roubado foram remetidas pelos pacientes para o espaço intersubjetivo, através da narrativa, como nos indica Imbasciati (1998). Tais imagens, utilizadas pela psicanalista a partir do senso comum compartilhado, nos aproximam da compreensão sobre as dificuldades de comunicação dos afetos pelo paciente inerentes à própria formação de representações e seu deciframento, bem como à assimilação de afetos que potencialmente possam modificar a estrutura afetiva anterior. Desta forma, nos aproximamos da concepção do autor (Imbasciati, 2001) sobre o desenvolvimento da mente como tendo qualidades simbopoiéticas progressivas, ou seja, uma simbologia progressiva que se apresenta no funcionamento inconsciente do adulto, na qualidade de uma estrutura simbopoiética protomental na comunicação dos afetos. Assim, no espaço da narrativa há um processo de transformação ou tradução, de operações protometais relativas a estruturas reguladoras de afetos, tais quais os processos de aprendizagem pela experiência (Bion, 1962/1975).

Estas imagens foram observadas como possuindo uma qualidade psíquica diferente das imagens de repetição dos sonhos anteriores que, em ambos os pacientes, possuíam as características de repetição, próximos da denominação de sonhos de evacuação dos elementos beta não transformados ou sonhos psicóticos (Grinberg, 1967; Segal, 1983) e não possibilitavam uma experiência compartilhada de conhecimento sobre a experiência emocional, uma transformação em K^7 .

Em relação ao segundo conceito, o do pictograma afetivo (Barros, 2000), consideramos um paradoxo: nos sonhos de repetição existe uma ausência de significados que exerce pressão no aparelho para pensar para a construção da presença de significados. O autor parte da premissa freudiana (Freud, 1900/1969a; 1917/1969b) de que uma das funções do processo de sonhar é produzir, de forma contínua, uma elaboração das experiências emocionais a

7. É uma das formas de transformação em psicanálise que se realiza para a apreensão da realidade.

partir de imagens. Sugere que existem três níveis de significados que se interpenetram simultaneamente na vida mental: os conteúdos de alto significado, relativos à dinâmica do recalque; os conteúdos que possuem um significado potencial, disponíveis para a interpretação; e os conteúdos com ausência de significado, que pressionam por significação quando novas situações emocionais confrontam o ego. Apresenta a noção de pictograma afetivo, referindo-se a esta dinâmica de significados, ou seja, a pressão exercida pela ausência de significado produziria imagens de significado latente que podem ou não adquirir um alto significado.

Neste confronto, entre uma nova situação e o ego, existiria um período de ausência de significado que se aproxima do que Ferro (1996) se refere sobre emoções em busca de um personagem, não necessariamente antropomórfico, que se torna então parte da narrativa. O pictograma afetivo será então uma forma primitiva de representação mental das experiências emocionais, fruto da função alfa, com a criação de símbolos através da figuração para o pensamento de sonho, sendo um primeiro passo em direção aos processos de pensamento. Os pictogramas ainda não são pensamentos e se expressam mais em imagens do que através do discurso verbal, mas ao mesmo tempo diferem dos elementos beta, pois estes são evacuados e/ou projetados do aparelho de pensar quando não transformados pela função alfa em elementos alfa. O pictograma afetivo contém então em estado potencial um alto significado, que pode ser trabalhado transferencialmente, e uma ausência de significado, que exerce pressão para se fazer figurável no aparelho de pensar. Sua ação nos sonhos é organizar as experiências afetivas que mobilizam fantasias inconscientes construídas ao redor de núcleos de significado, organizando as experiências emocionais. As imagens dos sonhos, descritos como fato selecionado, compreendem estes núcleos de significado e a relação entre eles.

Com a concepção de ideograma e de pictograma afetivo nos aproximamos das imagens do objeto perdido e do charuto como aquelas que condensam diferentes significados emocionais que nos auxiliaram na compreensão de como foram ultrapassadas as situações de impasse. Enquanto unidades simbólicas, ideogramas, estas imagens dinamizaram $PS \leftrightarrow D$, integrando conteúdos fragmentados e possibilitando a expansão e recombinação de fragmentos anteriormente sem significado, o das imagens nos sonhos de repetição. Enquanto pictogramas afetivos, representaram o significado potencial resultado da pressão exercida, que a ausência de significado impõe ao aparelho de pensar pensamentos.

Conclusão

As noções de ideograma e pictograma afetivo assinalaram que a figurabilidade onírica, quando utilizada como fato selecionado, nos permite expandir o pensar da dupla paciente-psicanalista, pois contribui não somente para a representação de uma série de fatos selecionados, mas também para o uso da intuição. Bion (1963/2004) nos propõe que a interpretação do psicanalista está dirigida ao tempo no futuro quando se utiliza a intuição. A emoção do paciente intuída pelo psicanalista teria de ser óbvia para o psicanalista, mas não ao paciente, pois quando óbvia para o paciente seria dolorosamente óbvia. Assim, através da interpretação são apresentados ao paciente elementos de uma emoção, antes de a mesma tornar-se dolorosamente óbvia. Nesta tarefa de antecipação, cabe ao psicanalista procurar por elementos de emoções que facilitassem suas deduções intuitivas e remetessem ao futuro potencialmente presente em cada sessão, ou seja, aos aspectos insaturados nas significações das emoções. Acredita-se então que a relação entre intuição e emoção na prática clínica apresenta-nos o sentido da verdade através de um paradoxo: os elementos de uma emoção teriam de ser óbvios para o analista, mas não para o paciente. Portanto, o uso da intuição que advém da experiência de observação do fato selecionado nos remete ao futuro.

As imagens oníricas do objeto perdido e do charuto apontaram para experiências emocionais com significados condensados, passíveis de abstração e simbolização. No sonho sobre a perda do objeto que foi construído como uma cópia, podemos nos aproximar do ideograma enquanto experiência emocional que se combinou por somatória em uma unidade, simbolizando o que antes não poderia ter sido significado afetivamente, pois havia evitação dos sentimentos de luto por um objeto original perdido. A defesa em relação à experiência afetiva do luto, realizada através da construção de cópias e objetos de arte, não seria mais possível e a ausência do objeto originalmente perdido pode então ser experienciada como perda. Porém, a situação de impasse apresentou-se, em um crescendo de lembranças sobre as várias situações de perda anteriores, até se chegar à consideração sobre a troca de terapeuta. Esta possível troca, que se daria em um momento de impasse, poderia ser por uma cópia, se as ansiedades depressivas não tivessem sido alcançadas através do sonho.

O sonho sobre a imagem do paciente que observava a si mesmo nos aproxima do trabalho clássico apresentado por Otto Rank (1925/1971) sobre a relação entre o duplo e o eu ideal, na qual o medo da morte e da autupu-

nição se manifestariam, mas também de Bion (1950/1967) com seu trabalho sobre *O gêmeo imaginário*. Bion trata da questão do duplo, correlacionando o aparecimento das fantasias de gemelaridade às primeiras relações objetais, aos conflitos edípicos precoces, às dificuldades do paciente para tolerar a realidade psíquica interna e à percepção de impossibilidade de controle sobre o objeto. Enfatiza a importância do componente visual neste tipo de pacientes e sua utilização a serviço das capacidades de observação e do teste de realidade. A partir de concepções kleinianas sobre o Édipo precoce e a identificação dos sujeitos com seus objetos internos pressupõe uma forma de aproximar a fantasia gemelar dos mecanismos da cisão e da identificação projetiva.

No relato pelo paciente das cenas finais nos sonhos de repetição, a do encaixe perfeito da alma com o corpo, que sempre traziam o estado de maior angústia, temos a representação de um mecanismo obsessivo que afetivamente é mais intenso do que a visão de ser observado por seu duplo. A cena de maior impacto afetivo continha o risco da maré subir e, se o encaixe perfeito não pudesse se realizar, haveria o risco de afogamento e morte. Poderíamos conjecturar que o espaço até o encontro-reencontro-encaixe, entre corpo e alma como o espaço de uma cesura (Bion, 1977/1981; Perrini, 2009). Neste sentido, os conteúdos da cesura permaneceriam para o paciente na forma de intuições embrionárias sobre um encontro temido e ao mesmo tempo necessário para sua sobrevivência. A imagem do charuto nos ofereceu um significado em potencial, uma possibilidade de ligação entre a alma e o corpo sem o risco do afogamento.

Ao finalizar, é importante assinalar que as reflexões aqui propostas se aproximam daqueles que investigam os sonhos de transferência (Stuart, 1993), bem como a relação entre eles com o que foi denominado por Jean Michel Quinodoz (2002) como “sonhos de virar a página”. Portanto, a característica da paradoxalidade dessas produções oníricas trouxe para discussão o processo constante de transformações relativo às oscilações entre as posições esquizoparanoide e depressiva ($PS \leftrightarrow D$) e a importância do fato selecionado como fator de modulação no tempo de tais oscilações para o processo de aquisição dos significados.

Sobre los sueños de futuro

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la relación entre el tiempo y la construcción de significados a partir de los conceptos de ideograma y pictograma afectivo. Presentará dos viñetas clínicas cuyo foco serán las producciones oníricas a través de las cuales se discutirán dichos conceptos como criterio de reflexión sobre la resolución de situaciones de impasse. Esta discusión utilizará premisas teóricas que se encuentran en el trabajo de Wilfred Ruprecht Bion, así como en autores contemporáneos cercanos a ellos..

PALABRAS CLAVE: sueño; tiempo; callejón sin salida; Bion.

About future dreams

ABSTRACT: The objective of this work is to reflect on the relationship between time and the construction of meanings based on the concepts of ideogram and affective pictogram. It will present two clinical vignettes whose focus will be oniric productions through which such concepts will be discussed as a criterion for reflections on the resolution of impasse situations. This discussion will use theoretical premises found in the work of Wilfred Ruprecht Bion as well as in contemporary authors close to them.

KEYWORDS: dream; time; impasse; Bion.

Referências

- Barros, E. M. R. (2000). Affect and pictographic image: The constitution of meaning in mental life. *International Journal of Psychoanalysis*, 81, 1087-1099.
- Bion, W. R. (1967). The imaginary twin. In W. R. Bion, *Second thoughts* (pp. 3-22). William Heineman. (Trabalho original publicado em 1950).
- Bion, W. R. (1975). *Aprendiendo de la experiencia*. Paidós. (Trabalho original publicado em 1962).
- Bion, W. R. (1981). Cesura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 15, 123-136. (Trabalho original publicado em 1977).
- Bion, W. R. (1994a). Sobre arrogância. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados: Second thoughts* (pp. 101-108). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1957).
- Bion, W. R. (1994b). Diferenciação entre a personalidade psicótica e a personalidade não psicótica. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados: Second thoughts* (pp. 45-62). Imago. (Trabalho original publicado em 1957).
- Bion, W. R. (1994c). Ataques ao elo de ligação. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados: Second thoughts*. Imago. (Trabalho original publicado em 1959).
- Bion, W. R. (1994d). *Cogitations*. Karnac. (Trabalho original publicado em 1967).

- Bion, W. R. (2004). *Elementos de psicanálise*. Imago. (Trabalho original publicado em 1963).
- Birksted-Breen, D. (2003). *The work of psychoanalysis, sexuality, time and the psychoanalytic mind*. Routledge.
- Chuster, A.; Soares, G. & Trachtenberg, A. (2014). *W. R. Bion: A obra complexa*. Sulina.
- Ferro, A. (1996). *In the analyst's consulting room*. Psychology Press.
- Freud, S. (1969a). Interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. I e II. Imago. (Trabalho original publicado em 1900).
- Freud, S. (1969b). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XIV (pp. 123-134). Imago. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (1969c). O ego e o id. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. 19 (pp. 23-83). Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1969d). Análise terminável e interminável. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XXIII (pp. 247-287). Imago. (Trabalho original publicado em 1937).
- Grinberg, L. (1967). Función del soñar y clasificación clínica de los sueños en el proceso analítico. In L. Grinberg, *Psicoanálisis: Aspectos teóricos y clínicos* (pp. 187-208). Alex Editor.
- Grotstein, J. S. (2011). *Um facho de intensa escuridão: o legado de Wilfred Bion à Psicanálise*. Artmed.
- Imbasciati, A. (1998). *Afeto e representação*. Editora 34.
- Imbasciati, A. (2001). The unconscious as symbolopoiesis. *Psychoanalytic Review*, 88(6), 837-876.
- Klein, M. (1948). Notes on some schizoid mechanisms. In M. Klein, P. Heimann, S. Isaacs & J. Riviere (Orgs.), *Developments in psycho-analysis* (pp. 1-25). The Hogarth Press & Institute of Psycho-Analysis.
- Klein, M. (1991). Uma contribuição à psicogênese dos estados maníaco-depressivos. In M. Klein, *Obras completas de Melanie Klein, vol. 1: Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)* (pp. 306-315). Imago. (Trabalho original publicado em 1935).
- Mitrani, J. L. (2001). "Taking the transference": Some technical implications in three papers by Bion. *The International Journal of Psychoanalysis*, (82)6, 1085-1104.
- Perrini, E. A. (2009). Uma aproximação ao mundo dos conteúdos oníricos e a cesura. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 43(3), 71-79.
- Poincaré, H. (1943). *La ciencia y la hipótesis*. Espasa Calpe.
- Quinodoz, J. M. (2002). *Dreams that turn over a page*. Routledge.
- Rank, O. (1971). *The double: a psychoanalytic study*. The University of Carolina Press. (Trabalho original publicado em 1925).
- Sandler, P. C. (2009). *A clinical application of Bion's concepts, vol. 1: Dreaming, transformation, containment and change*. Karnac.
- Sandler, P. C. (2021). *A linguagem de Bion: Um dicionário enciclopédico de conceitos*. Blucher.

Manola Vidal

- Segal, H. (1983). The function of the dreams. In H. Segal (Org.), *The work of Hanna Segal* (pp. 89-100). Jason Aronson.
- Sor, D. & Senet M. R. (2020). *Fanatismo: Uma mirada bioniana atual*. Ediciones Biebel.
- Stitzman, L. (2021). *Framework: un ensayo psicoanalítico*. Pontes Editora.
- Stuart, H. (1993). The experiencing of the dream and the transference. In H. Stuart, *The dream discourse today* (pp. 122-126). Routledge.
- Trachtenberg, R. (2013). Cesuras e des-cesuras: as fronteiras da(na) complexidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 47(2), 55-66.
- Zimmerman, D. (2008). *Vocabulário contemporâneo de psicanálise David Zimmerman*. Artmed.

Recebido: 31/03/2023

Aceito: 12/06/2023

Manola Vidal

manolavidal@gmail.com

O tempo da memória e do esquecimento

Maria Esther Mihich¹

RESUMO: Neste trabalho, propõe-se uma reflexão sobre o constructo de tempo, sua relação com a memória e com o binômio esquecimento e lembrança a partir de uma abordagem psicanalítica. Sabemos que essas questões dizem respeito a, praticamente, todo o corpo teórico da psicanálise e não é nosso objetivo cobri-lo, pois, além de ser uma tarefa muito ambiciosa, ela ultrapassaria o escopo deste trabalho. Nossa proposta, portanto, é fazer um recorte desses conceitos e conceder maior atenção à questão de que, para a teoria e prática psicanalíticas, grosso modo, e para a constituição do sujeito, em particular, não é apenas importante o que lembramos. É fundamental o que esquecemos.

PALAVRAS-CHAVE: memória; esquecimento; tempo; psicanálise.

*“Sob a história, a memória e o esquecimento
Sob a memória e o esquecimento, a vida
Mas escrever a vida é outra história”*

Ricoeur

*“O tempo é a substância da qual sou feito.
O tempo é um rio que me leva, mas eu sou o tempo;
É um tigre que me rasga, mas eu sou o tigre;
É um fogo que me consome, mas eu sou o fogo.”*

Jorge Luis Borges

1. Membro Associado da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro.

Introdução

As diversas formas de registro da memória, desde as mais organizadas até às traumáticas, não representadas, assim como as diferentes temporalidades nas quais habitamos – tempos cronológicos, tempos descontínuos, a temporalidade proferida por Aion, tempo do acontecimento, tempo de decisão, não esquecendo da vigência atemporal do inconsciente e da (re)significação produzida pelo tempo do *après-coup* –, todos fazem parte de nossa história e, portanto, da constituição da nossa subjetividade.

Conta-nos o mito de Cronos que ele usurpou o poder de seu pai, casou-se com a irmã Reia e governou durante a Idade Dourada da mitologia. Seu poder perdurou até ser derrubado pelos filhos Zeus, Poseidon e Hades. Cronos, considerado como a personificação do tempo, era filho de Urano (Céu) e Gaia (Terra) e o mais jovem da primeira geração de titãs. Ele temia uma profecia, segundo a qual seria tirado do poder por um de seus filhos. Sendo ele de temperamento violento e negativo, passou a matar e devorar todos os filhos gerados com Reia. Porém, a mãe conseguiu salvar um deles, Zeus, escondendo-o numa caverna da ilha de Creta. Para enganar Cronos, Reia deu a ele uma pedra embrulhada num pano, que ele comeu sem perceber o que era. Ao crescer, Zeus libertou os titãs e, com a ajuda deles, fez seu pai, Cronos, vomitar os irmãos (Hades, Hera, Héstita, Poseidon e Deméter). Em seguida, juntamente com os irmãos e os titãs, Zeus expulsou Cronos do Olimpo e governou como o rei dos deuses gregos. Como tinha derrotado o pai Cronos, que simbolizava o tempo, Zeus tornou-se imortal, poder estendido também aos irmãos.

Passado um tempo, Zeus conhece Mnemosine, deusa da lembrança e da memória, sente-se atraído pelo seu exímio talento de contadora de histórias. Ela também se apaixona por Zeus e o seduz por nove dias consecutivos. Meses depois, Mnemosine dará à luz às nove musas, também conhecidas como Filhas da Memória, as quais nasceram para serem as protetoras das artes, das ciências e das letras.

Conta-nos esse mito que Mnemosine descobriu o poder da memória, nomeou vários objetos e criou conceitos para que os mortais conversassem sem brigar e pudessem se entender. Por isso, ela é também considerada como aquela que tudo sabe e tudo lembra, sendo a criadora da linguagem.

A importância da deusa Mnemosine era tamanha para os gregos que, na Teogonia de Hesíodo (sobre a origem dos deuses), a imortal é não só citada, como seu nome está ligado ao termo grego *mimnéskein*, que significa “se lembrar”. Mnemosine nos impede de esquecer quem somos, de onde viemos,

além de nos ajudar com sua arte de contar histórias a sabermos onde e como queremos chegar. Ela era a personificação da memória para os gregos, enquanto Lethe era o espírito do esquecimento, que opera as engrenagens do esquecimento e da lembrança. Ambas estão associadas a rios antagônicos. Os mortos que bebessem da água do poço de Mnemosine relembavam sua vida, pois ela lhes outorgava uma memória total; enquanto que as águas do poço de Lethe – que passavam pela caverna de Hypnos, personificação do sonho – produziam o esquecimento absoluto. Assim, os gregos saudavam Mnemosine como benfeitora e invocavam seus favores. Quanto à Lethe, era evitada, e os mortos deviam beber de suas águas para esquecer sua vida pregressa, requisito necessário para a reencarnação.

A narrativa mitológica desses dois deuses, Cronos e Mnemosine, que não por acaso acabam por se juntar, reafirma a ideia de que memória e tempo estão entrelaçados e caminham juntos. A nossa percepção de tempo se dá através da nossa memória.

Santo Agostinho (2004) ressalta a relação da memória com o tempo ao mencionar o quanto ela torna aparente uma das formas basilares da nossa existência, que é a relação com o tempo. O teólogo diz ainda que o passado não existe mais, o futuro ainda não chegou e o presente se torna pretérito a cada instante. De modo que o que seria próprio do tempo seria o não ser. Assim, o tempo passado só existe por força da minha memória no tempo presente.

Tempo

Os babilônios, povo que viveu *circa* 1950 a.C. na Mesopotâmia, foram os primeiros a marcar a passagem do tempo. Ao construir o relógio do sol, eles dividiram o dia em 12 partes e, depois, em 24, formato horário que usamos até hoje.

Ainda na pré-história, a necessidade de contar o tempo surgiu para atender a questões de sobrevivência, como compreender o período entre o cultivo e a colheita, ou até mesmo para marcar o momento em que o sol vai se pôr. Pode-se dizer que tal necessidade continua existindo até os dias de hoje. Nossos afazeres, o lazer, o trabalho e o sono estão atrelados à contagem do tempo para cada uma dessas atividades. Apesar de a dimensão temporal estar implicada de todas as formas em nossas vidas, contudo, definir o que é tempo consiste numa tarefa complexa e arduosa. No século V, em seu livro *Confissões*, Santo Agostinho (2004) comentou que ele sabia muito bem o que o tempo era – até que alguém perguntasse.

O conceito de tempo atravessa praticamente todos os saberes – populares, míticos e o das ciências de modo geral. Há, portanto, diferentes formas de se pensar sobre o tempo. Sabemos que as tentativas de se querer dar um sentido único para o tempo fracassaram diante da dificuldade de traduzi-lo pela sua mensurabilidade. Talvez mais importante do que ter uma definição fechada do que seria o tempo, seja pensarmos para além da dimensão física e temporal, a saber, entender que o tempo tem um sentido psicológico e subjetivo, na medida em que cada indivíduo vai lidar com o tempo a partir de sua singularidade e da sua própria experiência emocional. A singularidade e o dinamismo de nossas psiques impossibilitam colocar os acontecimentos de nossas vidas em formatos estanques.

Freud nunca teve a intenção de formular um conceito do tempo. No entanto, o tempo está presente em toda sua teoria e é sobre o eixo do tempo que se pode pensar em memória, em transmissão, em repetição, em elaboração, em pulsão, dentre outros.

Em “Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental”, Freud (1911/1969) vai expor o diferencial entre os princípios reguladores do aparelho psíquico: o princípio do prazer e o princípio da realidade. O primeiro é regido pelos processos primários, ou seja, os mais “antigos”, resíduos de uma fase do desenvolvimento em que eram o único processo mental, e o segundo, pelos processos mentais secundários. Do ponto de vista tópico: o processo primário caracteriza o sistema inconsciente e o processo secundário caracteriza o sistema pré-consciente-consciente (Laplanche & Pontalis, 1967).

Ainda nesse trabalho, Freud (1911/1969) ressalta que o estabelecimento do princípio da realidade foi um movimento valioso. A crescente relevância da realidade externa enalteceu a importância dos órgãos sensoriais, que são direcionados para o mundo externo, e da consciência a eles associados. Sendo assim,

instituiu-se uma função especial, que periodicamente deveria pesquisar o mundo externo, a fim de que seus dados já pudessem ser conhecidos se uma necessidade interna surgisse; a função da atenção. Sua atividade vai encontrar as impressões sensoriais a meio caminho, ao invés de esperar pelo seu aparecimento. Ao mesmo tempo, provavelmente, foi introduzido um sistema de notação, cuja tarefa era assentar os resultados desta atividade periódica da consciência uma parte do que chamamos memória. (Freud, 1911/1969, p. 280)

Agora, sugiro pensarmos a seguinte questão: há, em alguma instância da psique, uma representação própria para tempo?

Como vimos, o que podemos considerar é que há um construto conceitual de grande complexidade, vinculado inclusive aos diversos modos de funcionamento das tópicas. Do ponto de vista metapsicológico, lidamos com instâncias regidas por diferentes modos de funcionamento: o funcionamento inconsciente, que opera com as representações mentais, segundo o processo primário; e o funcionamento consciente, o qual opera com as representações, segundo o processo secundário. Portanto, na clínica, vamos lidar com, pelo menos, dois modos de experiência temporal: a atemporalidade inconsciente e o tempo cronológico.

Gondar (1996) lembra que a construção das tópicas do aparelho psíquico não corresponde a uma espacialização, mas a uma distinção de lugares que não se baseia em localização, mas em modos de funcionamento. Dessa forma, o princípio de realidade, característico do sistema consciente, baseia-se no reconhecimento dos paradoxos e da causalidade. Ambos se relacionam e dependem diretamente do conceito de tempo para a própria existência, sobretudo a causalidade, a qual implica ver a causa sempre antes do efeito, uma relação, portanto, puramente temporal. Já o princípio do prazer, característico do sistema inconsciente, não reconhece causalidade, paradoxo ou morte. Sabemos que o sonho foi, para Freud, o caminho, por excelência, para a descoberta do inconsciente e, a partir de seu estudo, ele vai revelar o valor dinâmico dessa “estrada real”, como ele assim o chamou.

Segundo Laplanche & Pontalis (1967),

inconsciente, no sentido tópico, designa um dos sistemas definidos por Freud no quadro de sua primeira teoria do aparelho psíquico. É constituído de conteúdos recalçados, os quais não podem ter acesso ao sistema pré-consciente-consciente. Estes conteúdos são regidos pelos mecanismos específicos do processo primário, nomeadamente a condensação e o deslocamento. (p. 306)

O sistema inconsciente apresenta como características: ausência de negação, de dúvida, de grau de certeza e, como mencionado acima, é atemporal – o que se deve ao fato de que, no inconsciente, não há nada que possa corresponder à ideia de tempo, tal como concebido no sistema consciente.

Todos esses aspectos apontam para uma não linearidade do tempo, o que nos leva a um exame minucioso a respeito da conceitualização da *atemporalidade* do inconsciente. Sobre isso, diz Freud (1933[1932]/1976c):

No Id, não existe nada que corresponda à representação de tempo; não há reconhecimento da passagem do tempo, e – coisa muito notável e merecedora de estudo no pensamento filosófico – nenhuma alteração em seus processos mentais é produzida pela passagem do tempo. Impulsos de desejo que nunca saíram do id, mas também impressões que foram enterradas no id pela repressão, são virtualmente imortais, se comportam, durante décadas, como se fossem acontecimentos novos. Só podem ser reconhecidos como pertencentes ao passado, só podem perder sua importância e serem destituídos de seu investimento energético, quando tornados conscientes pelo trabalho analítico, e é nisto que, reside em grande parte o efeito terapêutico do tratamento analítico. (p. 95)

Para nós, o tempo é sempre e apenas um espaço de tempo, um intervalo de tempo mensurável enquanto medida espacial. Falamos em tempo longo ou curto, estabelecemos uma linha de tempo, atribuímos ao tempo uma velocidade no transcorrer que, por ser subjetivamente variável, de fato não existe. Em toda e qualquer circunstância na qual o tempo possa estar envolvido, sua representação, tanto imaginária quanto simbólica, é equivalente à do espaço. Do tempo, nós podemos ter uma noção, mas jamais um conceito ou uma definição.

O transcorrer do tempo é mais bem representado por uma sequência de cenas que se justapõem e, por vezes, se superpõem. Um dos artifícios escolares para o aprendizado, por parte de crianças, do tempo e da causalidade, são cartas com cenas que, se colocadas na ordem correta, descrevem uma ação ou história. Nada impede, no entanto, que possam ser embaralhadas novamente e colocadas em qualquer ordem ou misturadas com outras sequências, exatamente como ocorre em nosso inconsciente.

Nossa única forma de percepção do tempo é através das águas turvas da memória. É somente pela comparação entre o percebido no presente e a memória do passado que podemos ter noção de mudança, de intervalo e de diferença. Nossa memória certamente não é em si linear, mas implica uma representação do tempo a ser ordenado, embora este seja, a cada momento, sujeito a (re)transcrições e (re)significações.

Memória

A origem da palavra “memória” vem do latim *memoria*, de *memor*, “aquele que se lembra”, e cuja raiz é indo-europeia, *men*, que significa “pensar”, de onde surgiu também a palavra “mente” (Origem da palavra, 2023).

Aqui, convido-os a uma reflexão sobre a memória como dialética entre lembrança e esquecimento. A memória, portanto, não deve ser associada, metaforicamente, a um “espaço inerte”, no qual se depositam lembranças, devendo ser compreendida como espaço vivo e simbólico, no qual se lida, de maneira dinâmica e criativa, com as lembranças e com os esquecimentos que fazem parte da nossa identidade subjetiva e que, a partir do tempo, se (re)significam a cada instante.

O dismantelamento da consciência, a saber, o esquecimento, coloca em dúvida visões mais tradicionais de memória. E é com isso que Freud se defronta e, por isso, busca os modos pelos quais a memória se articula no psiquismo. Freud não elaborou nenhum trabalho específico sobre uma teoria psicanalítica da memória, mas suas considerações sobre o tema estão dispersas e atravessam toda a sua obra, tendo sido revisadas e modificadas ao longo de sua vida.

Sabemos que a psicanálise se ocupa da memória e de sua importância, não apenas a partir do “Projeto para uma psicologia científica”, texto no qual Freud (1950[1895]/1996b) especula sobre o mecanismo neuronal da memória, mas, sobretudo, a partir do momento em que ele postula que “os neuróticos sofrem de reminiscências” (Freud, 1896/1976a).

A teoria psicanalítica surge da busca por uma prática que permitisse o acesso das lembranças esquecidas à consciência, para (re)construir a história do sujeito. O recalque estaria ligado a lembranças infantis proibidas e seria responsável pelo esquecimento.

Nos *Estudos sobre a histeria* (Breuer & Freud, 1893-1895/1976), em que Freud procura entender o que provoca o sofrimento da histeria, já se observa que a memória não é uma função autônoma no psiquismo e que a lembrança considerada patógena tem uma relação com o afeto que a provoca. Freud elucida como a memória opera baseada na causalidade psíquica, como produz e organiza a percepção do presente e como o registro das experiências depende do aspecto afetivo.

Com a descoberta das fantasias inconscientes na origem das neuroses, foi necessário aprofundar a concepção de memória e, numa carta a Fliess, em 6 de dezembro de 1896, Freud apresenta sua busca pela construção de um modelo para a memória, como se pode ler a seguir:

o que há de essencialmente novo em minha teoria é a tese de que a memória não se faz presente de uma só vez, mas se repete, de que ela é consignada em diferentes espécies de signos... Não faço a menor ideia de qual seja o número de tais inscrições. (Freud, 1950[1896]/1989, p. 274)

Em 1925, em seu texto sobre o “Bloco mágico”, Freud faz uma analogia deste com o aparelho que constitui a base dos sistemas consciente, pré-consciente e perceptual, sublinhando a concordância entre ele e a estrutura hipotética do aparelho perceptual. Freud se ocupa em delinear o mecanismo da memória. Inicia o texto dizendo que, quando não confiamos em nossa memória, podemos garantir seu funcionamento tomando notas. A folha de papel, onde fazemos as anotações, representa uma parte materializada do nosso aparelho mnêmico, o qual, sob outros aspectos, levamos de forma invisível dentro de cada um de nós. Atualmente, podemos supor que a folha de papel foi substituída por outros recursos tecnológicos, como o celular e o computador, que representam nossa memória.

Mas, voltando a Freud, o bloco mágico é descrito como sendo formado por uma prancha de cera escura por cima da qual se sobrepõe um papel encerado e uma lâmina de celuloide. Assim, os traços escritos podem ser apagados em sua superfície para que novas inscrições sejam inseridas, mas eles permanecem fixos em outra superfície. Nesse modelo, o aparelho mental possui capacidade receptiva ilimitada para novas percepções, registrando seus traços mnêmicos permanentes, embora não inalteráveis (Freud, 1925[1924]/1976b). Conforme esclarece Casanave (*apud* Ferrarini & Magalhães, 2014):

Freud divide a maneira de captação e armazenamento das percepções entre o sistema perceptivo (Pcpt.) e o sistema mnêmico. O sistema Pcpt. recebe os estímulos perceptivos, sendo o responsável por suprir a consciência de toda diversidade das qualidades sensoriais. Já o segundo sistema possui memória e transforma as excitações momentâneas em traços permanentes. A memória é a função que se relaciona com esses traços mnêmicos, que são modificações permanentes dos elementos dos sistemas. Estes são responsáveis por registrar e manter as associações, pois as percepções estão mutuamente ligadas na memória, podendo tornar-se conscientes, mas que produzem seus efeitos quando em estado inconsciente. (p. 112)

Laplanche & Pontalis (1967) descreve o termo “traço mnêmico” como expressão utilizada por Freud, ao longo de sua obra, para designar a forma como os acontecimentos se inscrevem na memória. Os traços mnêmicos são depositados em diversos sistemas; subsistem de forma permanente, mas só são reativados depois de investidos.

O aparelho psíquico é, portanto, constituído de traços mnêmicos, onde a memória pode ser entendida como um texto a ser decifrado, fruto de uma escrita que se faz na condição de reminiscência (Farias, 2008). O conjunto de

traços mnêmicos seria, portanto, o lugar de nossa imortalidade, legado que oferecemos para nossos descendentes nas histórias que contamos, nos hábitos que tivemos e nas lembranças que deixamos como herança. É essa memória imortal que se perpetua na linguagem na forma da língua que falamos, e que está impregnada pelas culturas que compartilhamos.

Ainda nessa reflexão sobre a memória e o esquecimento, Freud (1914/1996a) acrescenta um novo elemento ao binômio lembrar-esquecer: o papel do analista e da transferência. Nele, as recordações e os esquecimentos passam a ser a matéria-prima do tratamento psicanalítico. A transferência tem papel fundamental, uma vez que ela é um fragmento da repetição, e sua possibilidade está também veiculada à repetição. É matéria determinante, pois o tratamento só acontecerá por conta da própria repetição.

A transferência então cria uma região intermediária entre o sintoma e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada. A partir das reações repetidas, exibidas pela transferência, o sujeito é levado, ao longo dos caminhos familiares, até o despertar das lembranças, que aparecem com pouca dificuldade, após a resistência ter sido superada. E esse primeiro passo para superar tal resistência e poder integrar as lembranças esquecidas à história do sujeito é dado na relação terapêutica.

Considerações finais

Desde a antiguidade, almejamos vencer o tempo, o sonho da imortalidade sempre nos perseguiu e nos moveu. Na atualidade, o advento da internet nos possibilitou estarmos conectados com o mundo. Um evento que aconteça do outro lado do mundo pode ser visualizado em nossos celulares, ao vivo e em cores, em tempo real. Esse excesso e essa diversidade de informações, que ocorrem simultaneamente, muitas vezes podem vir a causar fragmentação de nossa identidade.

Neste trabalho, ressaltai a importância da memória como espaço vivo e simbólico, no qual se lida, de maneira dinâmica e criativa, com as lembranças e com os esquecimentos que fazem parte da nossa identidade subjetiva e que, a partir do tempo, se (re)significam a cada instante.

Como vimos na narrativa dos mitos de Cronos e Mnemosine, tempo e memória caminham de mãos dadas. A nossa única forma de percepção do tempo é através da memória. Sabemos que há vários tipos de memória e que o papel dela é mais do que reviver o passado.

Algumas lembranças duram apenas alguns segundos ou minutos, outras podem durar muitos anos. Normalmente, quanto mais breve a memória, menos retemos dela ou, dito de outra forma, mais sujeita ela fica ao esquecimento. E, quando nos referimos ao início de nossas vidas, prevalece a chamada memória sensorial, que é tão fugaz quanto a água que escorre pelas mãos. O não lembrar desse processo é condição necessária para a formação de nosso mundo sensorial, que sempre será um constructo, assim como o tempo.

O processo analítico não consiste simplesmente na recuperação de uma lembrança passada, mas na oportunidade do infantil se instituir como uma memória viva do sujeito a partir da possibilidade de (re)significar o seu passado.

Para a criação de um passado (re)significado, precisamos “esquecer” e desapegar das persistentes memórias que retemos como muralhas de uma cômoda e confortável prisão. As memórias vinculadas à repetição e à formação sintomática devem ser revisadas e, se possível, abandonadas. O não recorrer a uma memória é, certamente, uma das formas do esquecimento. É preciso, portanto, que criemos um espaço vazio de memórias, um bloco mágico a ser preenchido, nos confrontarmos com o não saber, num tempo livre de amarras, possibilitando viver num presente eterno e mutante.

Assim como o esquecimento é necessário à memória, esse tempo que surge a partir do contato com o vazio e a estranheza é fundamental para que surja a centelha da criação e da vida. O futuro, tempo vindouro, não existe. É o presente misturado ao passado que nos torna capaz de (re)construí-lo e, junto com ele, nossas memórias, nossa história, e o que não conseguiremos lembrar.

The time of memory and forgetfulness

ABSTRACT: *In this work, we propose a reflection on the construct of time, its relationship with memory and with the binomial oblivion and remembrance from a psychoanalytical approach. We know that these questions concern practically the entire theoretical body of psychoanalysis and it is not our objective to cover it, because, in addition to being a very ambitious task, it would go beyond the scope of this work. Our proposal, therefore, it is to outline these concepts and give greater attention to the question that, for psychoanalytic theory and practice, roughly speaking, and for the constitution of the subject, in particular, it is not just important what we remember. It is fundamental what we forget.*

KEYWORDS: *memory; forgetfulness; time; psychoanalysis.*

El tiempo de la memoria y del olvido

RESUMEN: *En este trabajo proponemos una reflexión sobre el constructo tiempo, su relación con la memoria y con el binomio olvido y recuerdo desde un enfoque psicoanalítico. Es sabido que estas cuestiones atañen prácticamente a todo el cuerpo teórico del psicoanálisis y no es nuestro objetivo abarcarlas, ya que, además de ser una tarea muy ambiciosa, rebasaría los alcances de este trabajo. Nuestra propuesta, por lo tanto, es esbozar estos conceptos y dar mayor atención a la cuestión de que, para la teoría y la práctica psicoanalíticas, en términos generales, y para la constitución del sujeto, en particular, no sólo es importante lo que recordamos. Es fundamental lo que olvidamos.*

PALABRAS CLAVE: *memoria; olvido; tiempo; psicoanálisis.*

Referências

- Agostinho, A. (Santo Agostinho). (2004). *Confissões*. Nova Cultural.
- Breuer, J. & Freud, S. (1976). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. II. Imago. (Trabalho original publicado entre 1893 e 1895).
- Farias, F. R. (2008). Pensando a memória social a partir da noção de “a posteriori” de Sigmund Freud. *Revista Morpheus – Estudos Interdisciplinares em Memória Social*, 7(13).
- Ferrarini, P. & Magalhães, L. O conceito de memória na obra freudiana: breves explicações. *Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 5, n.1, p. 109-118, jun. 2014.
- Freud, S. (1969). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XII. Imago. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (1976a). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar. In J. Breuer & S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. II. Imago. (Trabalho original publicado em 1896).
- Freud, S. (1976b). Uma nota sobre o “bloco mágico”. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XIX. Imago. (Trabalho original escrito em 1924 e publicado em 1925).
- Freud, S. (1976c). Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: XXXI A dissecação da personalidade psíquica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XXII. Imago. (Trabalho original escrito em 1932 e publicado em 1933).
- Freud, S. (1989). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess: Carta 52 (6 de dezembro de 1896). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. I. Imago. (Trabalho original escrito em 1896 e publicado em 1950).

Maria Esther Mihich

- Freud, S. (1996a). Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. XII. Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996b). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Vol. I. Imago. (Trabalho original escrito em 1895 e publicado em 1950).
- Gondar, J. (1996). A multiplicidade de tempos na metapsicologia. In C. S. Katz (Org.), *Temporalidade e psicanálise*. Vozes.
- Laplanche, J. & Pontalis, J.-B. (1967). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes.
- Origem da palavra. (2023). Memória. Recuperado de <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/memoria/>

Recebido: 31/03/2023

Aceito: 13/06/2023

Maria Esther Mihich

mariaesthermihich@gmail.com

O que o psicanalista faz com o tempo?¹

Mariano Horenstein²

RESUMO: De uma forma livre e tributária da origem oral desta apresentação, o autor ensaia acerca de alguns aspectos do tempo em psicanálise. Por um lado, as suas concepções linear e circular, e a introdução original do conceito fundamental de *Nachträglichkeit* para pensar a temporalidade na análise. E também a dupla abordagem do tempo, como *cronos*, cronologia, ou como *kairos*, oportunidade. O tempo é também explorado a partir do triplo registo lacanianiano do imaginário, do simbólico e do real, e do modo como pode ser pensado tanto na neurose - as estratégias históricas e obsessivas frente ao tempo - como na psicose ou na perversão. A indagação do tempo tem também como horizonte o senhor absoluto, a morte, tanto no discurso psicanalítico como nas alusões literárias e artísticas que aqui servem de contraponto ao autor.

PALAVRAS-CHAVE: tempo; *kairos*; *cronos*; *Nachträglichkeit* (retroatividade); passado.

I)

A psicanálise sempre foi identificada com uma indagação sobre o passado, como uma busca pelos efeitos do passado no presente, e Freud é, sem dúvida, quem trouxe à tona a eficácia do passado na constituição dos sintomas. A metáfora do analista arqueólogo, do analista historiador ou do analista detetive nos são familiares: nós, analistas, somos vistos com frequência como especialistas no passado e prometemos a nossos pacientes – de um modo ou de outro – rastrear seus traços patógenos, aqueles em que seu presente e seu futuro estão comprometidos.

1. Este texto corresponde a uma conferência pronunciada no MASP (Museu de arte de São Paulo), em 22 de março de 2014. O estilo corresponde a uma versão originalmente oral.

2. Psicanalista, Membro titular com funções didáticas da Associação Psicanalítica de Córdoba.

Talvez convenha nos determos brevemente sobre quais concepções do tempo é possível identificar, tanto na história individual quanto na coletiva. E pensar a partir daí *de que passado falamos* na psicanálise.

1) Por um lado, há um tempo mítico, **circular**. Seu modelo é o da natureza com seus ciclos: os dias, as noites, as estações. É uma concepção do tempo em que tudo sucede várias vezes e indubitavelmente remete – aos ouvidos de um psicanalista – ao tempo da *repetição*, das reminiscências, mais que das recordações, tempo demoníaco ainda que tranquilizador: não haverá nada de novo sob o sol.

Aqui, na linha do circular, do que se reedita repetidamente, podemos situar o que Octave Mannoni (Mannoni, 1973) chamava de *análise original*, aquela que cada novo analista deve indispensavelmente recapitular em sua prática.

Sabemos – Foucault nos ensinou – que a Ciência tende a esquecer seus fundadores: ninguém passa pelas experiências de Newton ou de Lavoisier para se tornar físico ou químico. E ambos são apenas referências nos capítulos de história de suas respectivas ciências.

Na psicanálise não é assim. Há uma referência (oxalá não uma *reverência*) permanente e ineludível a Freud enquanto fundador de uma nova discursividade. Por isso nos repetimos tanto em nossas citações e, assim, irritamos muitos que prefeririam que, em nossos artigos, citássemos mais os últimos avanços da neurociência do que antiguidades como Freud, Lacan, Bion ou Winnicott... É outra relação com o tempo. E cada analista em formação, para tornar-se analista, é obrigado a repetir, a recapitular o caminho freudiano, a passar por um processo de análise, a reviver a experiência original e fundamental da primeira psicanálise – aqueles treze anos em que Freud analisou-se em transferência com um sujeito como Fliess.

Outro modo – conectado com o anterior – em que o passado está presente na análise, de um modo imperceptível, porém nem por isso menos eficaz, é através do *ritual*. Nossa prática é um verdadeiro ritual laico que atualiza, a cada momento em que um analisando se recosta e começa a falar ante a escuta atenta de seus analistas, a história inteira da disciplina. Todo ritual é memória em ato.

Neste registro também poderíamos situar algo sobre o tempo fora do tempo, fora do discurso, sobre a **psicose**. Lá, em geral não é fácil encontrar – nem exposta nem cifrada – uma história.

É o que me acontece com S., um paciente psicótico que acompanho há anos e que não conseguiu articular – para além de umas poucas indicações iniciais

– nada sobre as circunstâncias que desencadearam sua psicose ou sobre a sua história infantil, tampouco sobre sua história recente, muito menos sobre algum projeto. Só podemos especular a partir do discurso dos outros e a partir da teoria, reconstruir através de testemunhos indiretos algo que se assemelhe a uma história, construí-la como um curativo, implantando uma temporalidade artificial.

Também aqui poderíamos pensar algo sobre o tempo ligado à *Verleugnung*, o tempo da negação. Até mesmo a negação da própria passagem do tempo. Em sua relação íntima com a castração, o fluxo do tempo se torna outro alvo a ser refutado. A frase “Já sei que o tempo passa... mas mesmo assim...” pode enunciar, na paráfrase da frase de Mannoni que descreve o universo perverso, toda uma lógica da denegação que se situa em um arco que vai do mero traço ou comportamento ou estrutura até uma multidão de manifestações possíveis:, desde a ocultação dos sinais visíveis da idade ou o apreço por cirurgias estéticas até a escolha de objetos que ofereçam alguma imunidade ao passar do tempo (por que não, neste sentido, crianças?), ou até o desprezo pela velhice ou pela sabedoria que emana do perecível. De todo modo, não temos muita clínica aí, ainda que o renegador seja abundante no cenário social.

2) Há outra ideia do tempo, **linear**, contínua, quantificável e homogênea, que desenha a flecha do tempo traçada do passado rumo ao futuro. É o tempo do *progresso* (e, também, do *processo*, modo em que normalmente se descreve a evolução de uma cura analítica), no qual tanto se confiou e a partir do qual a ciência nos surpreende dia a dia com seus avanços. Para além de seu domínio, no entanto, em toda escala do humano, há razões suficientes para desconfiar do progresso, para desconfiar de que a mera passagem do tempo traga avanços.

Guardadas as suas diferenças, esses dois modos – o tempo como *circularidade* ou como *linearidade* – são formas convencionais de pensar o tempo, e têm consequências no modo como abordamos o humano em suas múltiplas dimensões e, também, na clínica. Ambos estão presentes em Freud. À ideia de um passado que se repete, opõe-se a ideia de um passado que pode ser apropriado – enquanto lembrança, evitando que invada, sob a forma de atuação ou sintoma, o presente. Em ambas as formas de conceber o tempo, no entanto, há um passado constituído, dado.

Estes dois modos de conceber o tempo, transmutados na teoria e na prática da análise, encerram uma virtude central na forma como se tem abordado o sofrimento humano. De fato, eles introduzem a *diacronia* onde havia apenas *sincronia*. Lembremos o que era a histeria antes de Freud e as apresentações de

casos que Charcot fazia em La Salpêtrière para toda a Paris: tratava-se de *quadros* oferecidos ao *olhar* em sua sincronicidade. Freud introduz aí a *diacronia*, torna falantes esses quadros imóveis, converte-os em *histórias*, até mesmo em romances. As histórias – como o relato através do qual são articuladas – são impensáveis sem uma dimensão diacrônica.

3) No entanto, há um terceiro modo de se pensar o tempo, que também está em Freud, e que constitui talvez sua concepção mais original, pois, nas formas anteriores, como dizíamos, o passado está dado: seja pulsando eternamente igual, seja recuperado como uma lembrança libertadora. Há um modo, porém, em que o passado se *reconfigura* a partir do futuro, aquilo que é implicado por esta palavra alemã usada por Freud, mas que teve de ser valorizada por Lacan: *Nachträglichkeit*. Não apenas ressignificação do passado, mas também – ainda que soe paradoxal – construção de um passado a partir do futuro.

Eis uma constatação acessível a qualquer psicanalista: ninguém que se disponha a se deitar em um divã durante um tempo considerável para falar de seus assuntos e passar em revista seu passado está verdadeiramente preocupado com sua história. Se há algo que o preocupa, é o seu *destino*, ou seja, seu futuro. Não há vocação autobiográfica alguma, analisar-se não é um *hobby* de burgueses ociosos: trata-se de acessar as hipotecas com as quais o passado condiciona tanto o sofrimento presente quanto as possibilidades de um futuro.

O passado, então, é objeto de uma paradoxal construção. Walter Benjamin o disse de uma forma muito bonita: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’” (Benjamin, 1993, p.224). Isso é claramente uma ilusão própria de uma concepção convencional do tempo. “Significa”, continua a citação, “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (idem, p.224). O passado é um texto aberto às leituras do futuro, e as leituras feitas a partir do futuro *modificam* o texto. Assim, tanto no reordenamento significativo dos textos fundacionais de cada sujeito, como no desprendimento de gozo envolvido em velhas leituras, residem as fontes de nossa eficácia.

O “instante de perigo” de que Benjamin fala remete, em nosso campo, a outro tema, não menos importante: o da instrumentalização do tempo em uma cura. Porque há uma *lógica* possível – Lacan a isolou através de três momentos: instante de ver, tempo de compreender, momento de concluir – que subverte qualquer *cronológica*. O instante de perigo chega quando o analista consegue capturar a fugitiva Oportunidade – aquela deusa quase careca e esquiva, difícil

de deter – no momento de uma interpretação fértil. Também ali ressoa a teoria do “instante decisivo” de Henri Cartier-Bresson, o magnífico fotógrafo francês (e a fotografia é fundamental para entender algo sobre o tempo, pois justamente se trata de uma arte que tenta capturar algo fugidio, condenado a desaparecer).

Lembro de um analisando que acompanho há anos, como S. Segundo filho homem de um importante empresário, ele veio se consultar comigo logo após a morte de seu pai. Na distribuição da herança, o filho mais novo havia sido deixado ao lado da mãe, a salvo da vida de negócios um tanto selvagem, porém cativo do desejo dela. O irmão mais velho, com o mesmo nome de seu pai, começa a apoiá-lo em suas atividades. Quando este morreu, apoderado de sua herança institucional, em poucos anos constrói uma posição de poder que lhe confere os cargos mais importantes do empresariado nacional. Enquanto isso, o irmão menor, meu paciente – que estava distanciado do pai na hora de sua morte –, assume uma posição distinta, dedicando-se sem entusiasmo a outro ofício, alimentando-se das sobras que o irmão mais velho lhe dava e rechaçando qualquer vocação ligada às empresas de seu pai.

Durante o trabalho analítico, surgem determinados significantes, supostamente escutados em um diálogo entre seus pais, segundo os quais, enquanto o filho mais velho era ungido com a herança paterna, o mais novo ficava “entregue” à mãe, quase como uma compensação pelo abandono de seu marido em nome da vida política, entre outras coisas (ao menos no fantasma do meu paciente; vê-se, pela exclusão, a importância da adoção como modo de exercício da paternidade entre os romanos: um pai ergue um filho e o faz seu... Um pai pode escolher não adotar um filho seu). Um desses significantes fazia alusão ao fato de que meu paciente ficaria responsável por uma pequena familiar, distanciado dos interesses do pai. Ao meu paciente foi assinalado o lugar da “reserva” – assim ele o disse e assim marcava seu lugar no mundo: sempre à espera do que viria, postergando recorrentemente qualquer ato possível – reserva que aludia tanto ao vinho (em que a *reserva* do gozo é a de melhor qualidade, aquela que traz prazer em ser guardada, mas cuja hora de ser tomada nunca chega) como à categoria esportiva (em que *reserva* é o lugar dos que não jogam na primeira divisão, como o irmão). Ele passou anos queixando-se de seu lugar degradado, e gozando dele, com pouca evolução. Até que, há menos de dois anos, uma reviravolta se dá, e parecem ser questionadas algumas dessas frases que marcaram sua história (ele ao lado da mãe; ele na reserva; ele viticultor e não político; ele, quase deserdado do nome paterno), e se dá uma apropriação particular de sua herança, com efeitos notáveis em muito pouco tempo: casa-

mento, paternidade, entrada na vida empresarial e uma incipiente, ainda que já meteórica, carreira.

Poderíamos nos perguntar se, nessa história que se conseguiu construir na análise, a de ser o filho da mãe e não do pai, a de estar destinado à *reserva* – também no sentido de sua loquacidade, pois é um analisando que demorou muito para poder associar livremente e ainda mais para falar publicamente –, trata-se de fatos reais ou conjecturais. Fazem parte de sua *história*, exumada na análise e permitindo, assim, a liberação das inibições concomitantes? Tratou-se do trabalho de arqueólogo com o qual Freud tantas vezes identificou nosso ofício? Tenho minhas dúvidas. Frequentemente penso que o relato que se pôde construir na sessão – relato *performativo*, eficaz porque, ao pretender contar a realidade, a modifica – questiona um lugar de gozo mortífero, gozo da exclusão, mas também gozo de ser o objeto materno, liberando seu desejo, apropriando-se de uma identificação anteriormente esquivada com o pai, conquistando o que herdou. Porém este relato – ancorado claramente no dizer do paciente e em suas “descobertas” – poderia muito bem ter sido outro.

Isso não quer dizer que *qualquer* relato seja possível, mas sim que há uma variedade de relatos possíveis, a serem fabricados com os significantes do analisando (oxalá não com os do analista ou de sua teoria), que funcionam como versões do passado. Todo relato, para ser eficaz, deve poder penetrar no real em torno do qual a história se constrói, mas há muitas maneiras de fazê-lo. Em certo sentido, então, uma pessoa constrói um passado para si mesma. Do mesmo modo que os povos inventam uma tradição ou que o advento de Kafka, no ensaio de Borges, dá lugar aos seus precursores. O passado, na psicanálise, é sempre a posteriori: *nächtraglich*.

II)

É sempre interessante considerar diversos aspectos da clínica a partir da perspectiva tripla dos registros, proposta por Lacan.

O tempo, enquanto experiência, tem uma evidente substância *imaginária*: uma hora de espera angustiada por um diagnóstico não transcorre da mesma maneira que uma hora de conversa animada com um amigo. Os anos da infância não passam da mesma maneira que os da velhice. O tédio, a excitação, a tristeza, a rotina afetam o modo como o tempo é experimentado, na textura imaginária com que ele nos aparece.

No entanto, ele inclui uma dimensão *simbólica*, e é, em si mesmo, como categoria, junto com o espaço, organizador central da experiência humana. Quase todas as variáveis que se analisem do humano, quase qualquer aspecto possível de ser analisado em um esquema de abscissas e ordenadas tem o tempo como protagonista.

Organizamos as curas em função do tempo: o de nossas agendas e obrigações, com turnos de 45, 50 ou 60 minutos; separamos o tempo das entrevistas dos das sessões; imaginamos os finais... A própria periodização do tempo em segundos, minutos, horas, dias, anos, séculos... implica um ordenamento simbólico. Uma grade com a qual enquadrámos, tornamos inteligível e operacional um fluxo que se apresenta como contínuo.

Como sempre, como em tudo: há um *real* em jogo. Indiscernível, inapreensível a não ser através do andaime simbólico e das roupagens imaginárias. Entretanto, há um tempo real, claro, que talvez não tenha expressão mais definitiva, mais clara, que a própria morte que o afeta *Nachträglichkeit*.

Há algo em relação ao tempo na análise que transcorre em silêncio – não só o que Santo Agostinho afirmou de modo definitivo (“se ninguém me pergunta, eu o sei; mas se me perguntam, e quero explicar, não sei mais nada”) –, não apenas no fato de que o tempo é uma das coordenadas a partir das quais tudo se lê, ainda que seja impossível que ele mesmo seja lido enquanto coordenada. Antes, ele é silencioso de uma forma sintomática. E isso, paradoxalmente, apesar de tudo o que é discutido, escrito e publicado sobre o tempo.

Nesse sentido, há um *silêncio* sobre o tempo e um *mutismo* sobre o tempo. O silêncio faz referência ao que M. Leivi (Leivi, 2013) e D. Sperling (Sperling, 2013) destacam acerca da impossibilidade de um saber sobre ele. O *mutismo*, por sua vez, remete ao que não se diz, ao que se evita, menos por uma impossibilidade estrutural do que para esquivar-se daquilo que é insuportável de ser pensado, a finitude.

Sabemos da não inscrição da morte no Inconsciente, ainda que não devessemos negá-la em nossa prática. E, assim, introduzir a ideia de finitude em terrenos onde – muitas vezes fazendo o jogo da procrastinação obsessiva – tende-se à infinitização: curas sem fim, processos de formação que começam e se estendem até idades inverossímeis...

As dimensões se misturam: o tempo do meu voo e a forma como essa experiência muda se eu tiver conseguido descansar antes ou não formam um tecido imaginário que se trama com o tempo do voo, a hora deste encontro e quantos minutos leva – além de toda imaginação – para atravessar o trânsito

de São Paulo, ou o tempo que me resta para falar-lhes. Fora isso, o tempo que passou desde a última vez que vim a esta cidade e, sobretudo, a incerteza – toda vez que viajamos a algum lugar – se haverá uma próxima vez. Ninguém sabe quando é a última vez que disse algo ou que pisou em uma cidade, e algo da realidade do tempo está em jogo nisso.

Sabemos que o início de uma análise, a instauração do dispositivo e, portanto, do discurso analítico, implica o estabelecimento, em condições artificiais, do discurso histórico: um sujeito dividido por seus sintomas – e desconhecendo aquilo que os causa – falando a Outro, com vistas a produzir um saber. Daí a abundância do “diagnóstico” de histeria em nossa clínica; muitos de nossos pacientes são histericizados artificialmente, e, assim, pesquisando o seu desejo nas trilhas do desejo do Outro, chegam a algum porto.

A *histérica* tem uma estratégia amigável com relação ao tempo: ela o usa, lida com suas intrigas em uma arte de *suspense* e, mesmo quando se frustra, insatisfeita ante seus fracassos, não o ignora de forma alguma. O *obsessivo*, por sua vez, é um especialista em fazer de conta que o tempo não existe, ou, ainda, que existe um tempo que não conhece qualquer limite. Em sua procrastinação eterna, evade a presença da morte. Ainda que a evadindo, torna-a mais presente que nunca, *matando* o que poderia viver – em termos do desejo – a partir de uma análise. *Habit is a great deadener*, escreveu Beckett, e a análise de um obsessivo, sempre em risco de se tornar um hábito, envolve esse risco.

Nosso fazer analítico tem dois mestres, se subordina a duas ordens por vezes conflitantes: por um lado, a da legalidade social, a do pré-consciente do relógio e do calendário e dos contratos egóicos por outro, o tempo caprichoso e inoxidável do desejo, do inconsciente e da pulsão de morte, o tempo sem tempo do gozo. Há um divisor de águas no “manejo técnico” do tempo, uma pedra de toque de rupturas cujos efeitos – por mais traumáticos que sejam – se deixam ouvir hoje como se tivessem acontecido ontem: trata-se da maneira de se usar o tempo nas sessões, cronometrado ou livre, lógico ou cronológico, a serviço do acordo social ou da aparição pulsional do inconsciente, ansioso para fazer presente o real ou para se apegar ao simbólico, com o risco, presente em ambos os casos, de coagular o imaginário. Movemo-nos como podemos entre *cronos* e *kairos*. Colocar essa questão espinhosa em termos de “sessões breves ou longas” é tirar o corpo fora do que está verdadeiramente em jogo no que diz respeito ao tempo.

E é certo que muitas vezes o fazemos, porque, no fundo, o que está verdadeiramente em jogo é a angústia, a angústia diante de um fim. E, então, trata-se de outra dimensão do ritual: por um lado, um modo necessário de regular o

tempo. Por outro, um modo defensivo em que o ritual nega o tempo, favorecendo a procrastinação.

Talvez o melhor modo de lidar com o tempo em psicanálise seja justamente inclui-lo, como se todos tivéssemos em nossos consultórios, tão visível quanto o relógio, uma caveira, como um lembrete. Seja a que aparece nua e anamorfoseada no quadro *Os embaixadores*, de Hans Holbein, seja o crânio quadriculado de Gabriel Orozco em *Black Kites*, ou o revestido de diamantes de Damien Hirst. Que nos lembre, a cada dia, em cada sessão, que não há tempo a perder. Que ninguém, nem nossos analisandos nem nós mesmos, temos tempo a perder.

Idioma original

I)

El psicoanálisis siempre ha sido identificado con una indagación sobre el pasado, como una búsqueda de los efectos del pasado en el presente y Freud es sin dudas quien rescató la eficacia del pasado en la constitución de los síntomas. La metáfora del analista arqueólogo, del analista historiador o del analista detective nos son familiares: los analistas somos vistos a menudo como especialistas en el pasado y prometemos a nuestros pacientes –de un modo u otro– rastrear sus huellas patógenas, aquellas en las que su presente y su futuro están comprometidos.

Quizás convenga detenernos sumariamente en qué concepciones del tiempo es posible identificar, tanto en la historia individual como en la colectiva. Y pensar a partir de ahí *de qué pasado hablamos* en psicoanálisis.

1) Por un lado, hay un tiempo mítico, **circular**. El modelo es el de la naturaleza con sus ciclos: los días, las noches, las estaciones. Es una concepción del tiempo donde todo sucede una y otra vez e indudablemente remite –en los oídos de un psicoanalista– al tiempo de la *repetición*, de las reminiscencias más que de los recuerdos, tiempo demoníaco aunque también tranquilizador: no habrá nada nuevo bajo el sol.

Aquí, en la línea de lo circular, de lo que se reedita una y otra vez, podemos ubicar lo que Octave Mannoni (Mannoni, 1973) llamaba el *análisis original*, aquel que indispensablemente debe recapitular cada nuevo analista en su práctica.

Sabemos –Foucault nos lo enseñó– que la Ciencia tiende a olvidar a sus fundadores: nadie pasa por la experiencia de Newton o de Lavoisier para hacer-

se físico o químico. Y ambos son apenas referencias en los capítulos de historia de las respectivas ciencias.

En psicoanálisis no es así. Hay una referencia (ojalá no *reverencia*) permanente e ineludible a Freud en tanto fundador de una nueva discursividad. Por eso nos repetimos tanto en nuestras citas y exasperamos así a muchos que preferirían que en nuestros artículos citáramos más los últimos avances en neurociencias que a antiguallas como Freud, Lacan, Bion o Winnicott... Es otra relación al tiempo. Y cada analista en ciernes está obligado a repetir, a recapitular el camino freudiano, pasar por un análisis, revivir la experiencia original y fundacional del primer psicoanálisis –aquellos trece años en que Freud se analizó en transferencia con un sujeto como Fliess- para advenir en tanto tal.

Otro modo–conectado con el anterior- en que el pasado está presente en el análisis, de un modo imperceptible pero no por ello menos eficaz, es a través del *ritual*. Nuestra práctica es un verdadero ritual laico que actualiza, en cada momento en que un analizante se recuesta y comienza a hablar ante el oído atento de su analista, la historia entera de la disciplina. Todo ritual es memoria en acto.

En este registro también podríamos ubicar algo del tiempo fuera del tiempo, fuera del discurso, de la **psicosis**. Allí no suele ser sencillo encontrar –ni expuesta ni cifrada- una *historia*.

Es lo que me sucede con S., un paciente psicótico a quien veo hace años y no ha podido articular –más allá de unas pocas indicaciones iniciales- nada de las circunstancias del desencadenamiento de su psicosis o de su historia infantil, ni tan siquiera de su historia reciente, mucho menos de un proyecto. Sólo podemos especular desde el discurso de otros y desde la teoría, reconstruir a través de testimonios indirectos algo parecido a una historia, construirla como un apósito, implante de una temporalidad artificial.

También aquí podríamos pensar algo del tiempo ligado a la *Verleugnung*, el tiempo de la desmentida. Incluso de la desmentida del mismo paso del tiempo. En su conexión íntima con la castración, el flujo del tiempo se convierte en otro *target* a desmentir. La frase “Ya sé que el tiempo pasa... pero aun así...” puede enunciar, en la paráfrasis de esa frase de Mannoni que describe el universo **perverso**, toda una lógica de la renegación que se encuentra en un arco que va del mero rasgo o conducta o estructura multitud de manifestaciones posibles: del ocultamiento de los signos visibles de la edad o la afición a las cirugías estéticas a la elección de objetos que ofrezcan alguna inmunidad al paso del tiempo (¿y por qué no, en esa carrera, niños?) o al desprecio por la vejez o la

sabiduría que emana de lo perecedero. De todos modos, no tenemos demasiado clínica allí, aunque lo renegatorio abunde en la escena de lo social.

2) Hay otra idea del tiempo, **lineal**, continuo, cuantificable y homogéneo, la que dibuja la flecha del tiempo trazada del pasado hacia el futuro. Es el tiempo del *progreso* (también del *proceso*, modo en que habitualmente se describe el devenir de una cura analítica) en el que tanto se ha confiado y a partir del cual la Ciencia nos asombra día a día con sus avances. Más allá de su dominio, sin embargo, a toda escala de lo humano, hay razones suficientes para desconfiar del progreso, para desconfiar de que el sólo paso del tiempo entrañe avances.

Pese a sus diferencias, estos dos modos –el tiempo como *circularidad* o como *linealidad*– son formas convencionales de pensar el tiempo y tienen consecuencias en cómo abordamos lo humano en sus múltiples dimensiones, también en la de la clínica. Ambas están presentes en Freud. Frente a la idea de un pasado que se repite, se opone la idea de un pasado que puede apropiarse –en tanto recuerdo– evitando que invada en forma de actuación o síntoma el presente. En ambas formas de concebir el tiempo, sin embargo, hay un pasado constituido, ya allí.

Estos dos modos de concebir el tiempo, transmutados en la teoría y práctica del análisis, encierran una virtud central en la forma en que se ha abordado al sufrimiento humano. Por lo pronto, introducen la *diacronía* allí donde sólo había *sincronía*. Recordemos qué era una histeria antes de Freud y las presentaciones de casos que Charcot hacía en La Salpêtrière ante el *tout Paris*: se trataba de *cuadros* dados a la *mirada* en su sincronicidad. Freud introduce allí la *diacronía*, hace hablar a esos cuadros inmóviles, los convierte en *historias*, en novelas incluso. Las historias –como el relato a través del cual se las articulan– son impensables sin una dimensión diacrónica.

3) Pero hay un tercer modo en que puede pensarse al tiempo, que también está en Freud, y constituye quizás su concepción más original. Pues en las formas anteriores, como decíamos, el pasado está allí: sea pulsando eternamente igual, sea recuperado como un recuerdo liberador. Hay un modo en cambio en que el pasado se *reconfigura* desde el futuro, aquello que implica esa palabra alemana usada por Freud pero que tuvo que ser puesta en valor por Lacan: ***Nachträglichkeit***. No sólo resignificación del pasado, sino –aunque suene paradójal– construcción de un pasado desde el porvenir.

Hay una constatación accesible a cualquier psicoanalista: nadie que se disponga a tenderse en un diván durante un tiempo considerable a hablar de sus asuntos y pasar revista a su pasado está verdaderamente preocupado por

su historia. Si hay algo que le preocupa es su *destino*, es decir su futuro. No hay vocación autobiográfica alguna, analizarse no es un *hobby* de burgueses ociosos: se trata de acceder a las hipotecas con que el pasado condiciona tanto el sufrimiento presente como las posibilidades de un porvenir.

El pasado, entonces, es materia de una construcción paradójica. Walter Benjamin lo dice de forma muy bella: “articular históricamente el pasado no significa conocerlo ‘como verdaderamente ha sido’” (Benjamin, 1993, p.224). Pues eso es claramente una ilusión propia de una concepción convencional del tiempo. “Significa –prosigue la cita– adueñarse de un recuerdo tal como éste relampaguea en un instante de peligro”. El pasado es un texto abierto a las lecturas del porvenir, y las lecturas hechas desde el porvenir *cambian* ese texto. Ahí, tanto en el reordenamiento significativo de los textos fundacionales de cada sujeto, como en el desprendimiento de goce implicados en viejas lecturas, anidan los resortes de nuestra eficacia.

El “instante de peligro” del que habla Benjamin remite en nuestro campo a otro tema, no menor: el de la instrumentación del tiempo en una cura. Pues hay una *lógica* posible –Lacan la aisló a través de tres momentos: instante de ver, tiempo de comprender, momento de concluir– que subvierte cualquier *cronológica*. El instante de peligro adviene cuando el analista logra apresar a la fugitiva Ocasión –aquella diosa casi calva y esquiva, difícil de atrapar– en el momento de una interpretación fértil. También allí resuena la teoría del “instante decisivo” de Henri Cartier-Bresson, el magnífico fotógrafo francés (y la fotografía es esencial para entender algo del tiempo, pues justamente se trata de un arte que intenta apresar algo fugitivo, condenado a desaparecer).

Recuerdo a un analizante a quien veo hace tantos años como a S. Segundo hijo varón de un importante empresario, me consulta luego de la muerte de su padre. En el reparto de cartas o lugares, el hijo menor había quedado del lado de la madre, a salvo de la un tanto salvaje vida empresarial pero cautivo de su deseo. El hermano mayor, llamado como el padre, comienza a secundarlo en sus actividades. Al morir éste, apoderado de su herencia institucional, en pocos años construye un lugar de poder que le augura los cargos más importantes en el empresariado nacional. Mientras tanto, el hermano menor, mi paciente –quien estaba distanciado del padre a la hora de su muerte– asume un lugar distinto, dedicándose sin entusiasmos a otro oficio, alimentándose de los “huesos” que le tira el hermano mayor y rechazando cualquier vocación ligada a las empresas de su padre.

Durante el trabajo analítico, surgen determinados significantes, supuestamente escuchados de un diálogo entre sus padres y donde, mientras el hijo ma-

yor quedaba ungido con la herencia paterna, el menor quedaba “entregado” a la madre, casi como una compensación por el abandono de su marido por la vida política, entre otras cosas (al menos en el fantasma de mi paciente; donde se ve, por exclusión, la importancia de la adopción como modo de ejercer la paternidad entre los romanos: un padre levanta a un hijo y lo hace suyo... Un padre puede elegir no adoptar a un hijo propio). Uno de esos significantes aludía a que mi paciente se encargaría de una pequeña bodega familiar, alejada de los intereses del padre. A mi paciente se le adjudicaba el lugar de la “reserva” –así lo dijo y así puntuaba su lugar en el mundo: siempre en espera de lo que vendría, postergando siempre cualquier acto posible- reserva que aludía tanto al vino (donde el *reserva* de su goce es el de mejor calidad, aquel que se complace en la guarda, pero que nunca llega el momento de ser tomado), como a la categoría deportiva (donde *reserva* es el lugar de los que no juegan en primera división, como el hermano). Años se pasó quejándose de su lugar degradado, y gozando de ello, con una pobre evolución. Hasta que, menos de dos años atrás, un viraje se produce, y parecen cuestionarse algunas de esas frases que han marcado su historia (él del lado de la madre, él en reserva, él pequeño bodeguero y no verdadero empresario, él casi desheredado del nombre paterno), y se produce una particular apropiación de su herencia, con efectos notables en muy poco tiempo: casamiento, paternidad, ingreso a la vida empresarial y una incipiente, aunque ya meteórica, carrera.

Podríamos preguntarnos si en esa historia que ha logrado construir en el análisis: la de ser el hijo de la madre y no del padre, la de estar destinado a la *reserva* –también en el sentido de su locuacidad, pues es un analizante que ha demorado mucho en poder asociar libremente y más aún en tomar la palabra públicamente- se trata de hechos reales o conjeturales. ¿Forman parte de su *historia*, exhumada en el análisis permitiendo así la liberación de las inhibiciones concomitantes? ¿Se trató aquí del trabajo de arqueólogo con el que Freud identificó tantas veces nuestro oficio? Tengo mis dudas. A menudo pienso que el relato que pudo construir en sesión –relato *performativo*, eficaz pues al pretender contar la realidad la modifica– cuestiona un lugar de goce mortífero, goce de la exclusión pero también goce de ser el objeto materno, liberando su deseo, apropiándose de una identificación al padre antes esquiva, ganándose lo heredado. Pero ese relato –anclado claramente en el decir del paciente y en sus “descubrimientos”- bien podría haber sido otro.

No quiere decir que *cualquier* relato sea posible, pero sí hay una variedad de relatos posibles, a fabricar con los significantes del analizante (ojalá no del analista o de su teoría), que funcionan como versiones del pasado. Cada relato,

para ser eficaz, ha de poder morder en lo real en torno al cual la historia se construye, pero hay muchas maneras de hacerlo. En cierto sentido entonces, uno se construye un pasado. Del mismo modo que los pueblos se inventan una tradición o que el advenimiento de Kafka, en el ensayo de Borges, daba lugar a sus precursores. El pasado en psicoanálisis siempre es a posteriori, *nachtraglich*.

II)

Siempre resulta interesante considerar distintos aspectos de la clínica desde la triple perspectiva –propuesta por Lacan– de los registros.

El tiempo, en tanto experiencia, tiene una evidente sustancia *imaginaria*: no transcurre igual una hora de espera angustiada de un diagnóstico que una hora de conversación animada con un amigo. No pasan igual los años de la infancia que los de la vejez. El aburrimiento, la excitación, la tristeza, la rutina, afectan el modo en que el tiempo es experimentado, en la textura imaginaria con que se nos aparece.

Pero incluye una dimensión *simbólica*, y es en sí mismo como categoría, junto a la de espacio, organizadores centrales de la experiencia humana. Casi cualquier variable que se analice de lo humano, casi cualquier aspecto pasible de ser analizado en un esquema de abscisas y ordenadas, tiene al tiempo como protagonista.

Organizamos las curas en función del tiempo: el de nuestras agendas y obligaciones, dando turnos cada 45, 50 o 60 minutos; escandimos el tiempo de las entrevistas del de las sesiones; imaginamos los finales... La misma periodización del tiempo en segundos, minutos, horas, días, años, siglos... implica un ordenamiento simbólico. Una grilla con la que cuadrículamos, hacemos inteligible y operacional un flujo que se presenta como continuo.

Como siempre, como en todo: hay un *real* en juego. Indiscernible, inapresable sino es a través del andamiaje simbólico y los ropajes imaginarios. Pero hay un tiempo real, claro, que quizás no tenga expresión más definitiva, más clara, que la misma muerte que lo afecta *Nachträglichkeit*.

Hay algo en relación al tiempo en el análisis que cursa en silencio –no sólo en aquello que San Agustín afirmaba de una vez para siempre (“si no me lo preguntan lo sé, si me lo preguntan no lo sé”)–, no sólo en cuanto a que el tiempo es una de las coordenadas a través de lo cual todo se lee aunque sea imposible que se lea él mismo en tanto coordenada. Más bien silencioso de modo sintomático. Y esto, paradójicamente, pese a todo lo que se discute, escribe y publica sobre el tiempo.

En ese sentido, hay un *silencio* sobre el tiempo y un *mutismo* sobre el tiempo. El silencio hace referencia a lo que M. Leivi (Leivi, 2013) y D. Sperling (Sperling, 2013) subrayan acerca de la imposibilidad de un saber acerca del mismo. El *mutismo* en cambio, remite a lo que no se dice, a lo que se evita menos por imposibilidad estructural que por esquivar lo insoportable de ser pensado, la finitud.

Sabemos de la no inscripción de la muerte en el Inconciente, aunque no deberíamos desmentirla en nuestra práctica. E incluir así la idea de finitud en terrenos donde –haciéndole muchas veces el juego a la procrastinación obsesiva– se tiende a la infinitización: las curas sin final, los procesos de formación que comienzan y se extienden hasta edades inverosímiles...

Las dimensiones se mezclan: la hora de mi vuelo y cómo cambia la vivencia de la misma si pude descansar o no antes forman un tejido imaginario que se trama con el tiempo de vuelo, la hora de este encuentro y cuántos minutos hacen falta –más allá de toda imaginación– para atravesar el tráfico de São Paulo o el tiempo que me queda para hablarles. Tras eso, el tiempo transcurrido desde la última vez que vine a esta ciudad y, sobre todo, la incertidumbre –cada vez que viajamos a algún lugar– de si habrá o no otra vez. Nadie sabe cuándo es la última vez que dice algo o pisa una ciudad, y algo de lo real del tiempo se juega allí.

Sabemos que el inicio de un análisis, la instauración del dispositivo y por ende del discurso analítico, implica el establecimiento, en condiciones artificiales, del discurso histórico: un sujeto dividido por sus síntomas –y desconociendo aquello que los causa– hablando a Otro, a fines de producir un saber. De ahí que el “diagnóstico” de histeria abunde en nuestra clínica; muchos de nuestros pacientes se histerizan artificialmente, y así, pesquisando su deseo tras la pista del deseo del Otro, arriban a algún puerto.

La *histérica* tiene una estrategia amigable en relación al tiempo: lo instrumenta, maneja sus intrigas en un arte del *suspense* y aun cuando se frustre, insatisfecha, ante sus fracasos, no lo ignora en absoluto. El *obsesivo* en cambio es un especialista en hacer de cuenta que el tiempo no existe, o más bien que existe un tiempo que no conoce ningún límite. En su eterno procrastinar, evade la presencia de la muerte. Aunque evadiéndola, la hace más presente que nunca, *matando* lo que podría vivir –en términos de deseo– a partir de un análisis. *Habit is a great deadener*, escribía Beckett, y el análisis de un obsesivo, siempre en riesgo de devenir hábito, implica ese riesgo.

Nuestra operatoria analítica tiene dos amos, se subordina a dos órdenes por momentos contrapuestos: el de la legalidad social, el del preconciente del

reloj y el calendario y los contratos yoicos por un lado; el tiempo caprichoso e inoxidable del deseo, del inconciente y de la pulsión de muerte, el tiempo sin tiempo del goce por el otro. Hay una divisoria de aguas en el “manejo técnico” del tiempo, piedra de toque de rupturas cuyos efectos –por lo traumáticos– se dejan oír hoy como si hubieran pasado apenas ayer: se trata del modo de utilizar el tiempo en las sesiones, cronometrado o libre, lógico o cronológico, servidor del acuerdo social o de la aparición pulsátil del inconciente, afanoso por hacer presente lo real o por aferrarse a lo simbólico, con el riesgo presente en ambos casos de coagular lo imaginario. Nos movemos como podemos entre *cronos* y *kairos*. Plantear esta espinosa cuestión en términos de “sesiones breves o largas” es sacarle el cuerpo a lo que está verdaderamente en juego en relación al tiempo.

Y lo cierto es que muchas veces lo hacemos, pues en el fondo, lo que está verdaderamente en juego es la angustia, la angustia ante un final. Y ahí se trata de otra dimensión del ritual: por un lado, un modo necesario de regular el tiempo. Por otro, un modo defensivo en el que el ritual niega al tiempo favoreciendo la procrastinación.

Quizás el mejor modo de hacer con el tiempo en psicoanálisis sea justamente incluirlo, como si todosuviéramos en nuestros consultorios, tan a la vista como el reloj, una calavera, a modo de recordatorio. Sea la que aparece desnuda y en anamorfosis en el cuadro Los Embajadores, de Hans Holbein, sea el cráneo cuadrículado de Gabriel Orozco en *Black Kites* o el revestido en diamantes de Damien Hirst, lo mismo da. Que nos recuerde, cada día, en cada sesión, que no hay tiempo para perder. Que nadie, ni nuestros analizantes ni nosotros mismos tenemos tiempo que perder.

Referências:

- Benjamin, W. (1993) Teses sobre o conceito de história. In: Benjamin, W. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense.
- Leivi, B.M. (2013). Vicissitudes do tempo. *Calibán: Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 11(1), pp.53-72.
- Mannoni, O. (1973). *Claves de lo imaginario*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Sperling, D. (2013). Restos de um naufrágio. *Calibán: Revista Latino-Americana de Psicanálise*, 11(1), pp.169-174.

¿Que hace el psicanalista con el tiempo?

RESUMEN: El autor ensaya, de un modo libre y tributario del origen oral de esta presentación, en algunos aspectos que cobra el tiempo en psicoanálisis. Por un lado, sus concepciones lineal y circular, y la original introducción del fundamental concepto de Nachträglichkeit a la hora de pensar la temporalidad en el análisis. Y también el doble enfoque del tiempo, en tanto cronos, la cronología, o en tanto kairos, la oportunidad. Se indaga también en el tiempo a partir del triple registro lacaniano de lo imaginario, lo simbólico y lo real, y del modo en que éste puede ser pensado tanto en la neurosis -las estrategias histéricas y obsesivas frente al tiempo- como en la psicosis o en la perversión. La indagación en torno al tiempo tiene como horizonte también al amo absoluto, la muerte, tanto en el discurso psicoanalítico como en alusiones literarias y artísticas que le sirven aquí al autor de contrapunto.

PALABRAS CLAVE: tiempo; kairos; cronos; Nachträglichkeit (retroactividad); pasado.

What does the psychoanalyst deal with time?

ABSTRACT: In a free way, tributary to the oral origin of this presentation, the author discusses some aspects of time in psychoanalysis. On the one hand, its linear and circular conceptions, and the original introduction of the fundamental concept of Nachträglichkeit when thinking about temporality in analysis. And also the double approach to time, as cronos, chronology, or as kairos, opportunity. Time is also explored on the basis of the Lacanian triple register of the imaginary, the symbolic and the real, and the way in which it can be thought both in neurosis - the hysterical and obsessive strategies in the face of time - and in psychosis or perversion. The inquiry into time also has as its horizon the absolute master, death, both in the psychoanalytic discourse and in the literary and artistic allusions that serve here as a counterpoint for the author.

KEYWORDS: time; kairos; cronos; Nachträglichkeit (retroaction); past.

Recebido: 06/05/2023

Aceito: 20/06/2023

Tradução: Tomás Sertã

Tomas.serta@gmail.com

Mariano Horenstein

mmhorenstein@gmail.com

Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica: a questão da psicose no caso do Dr. Schreber

Lazslo A. Ávila¹

RESUMO: Procuraremos neste trabalho discutir alguns aspectos das relações entre a psicopatologia psiquiátrica e a psicopatologia psicanalítica, propondo a utilização de um modelo de formação de sintomas mentais, desenvolvido na Escola de Psicopatologia de Cambridge, liderada por G. E. Berrios. Em seguida, utilizaremos esse modelo para a discussão da psicose, considerada psicanaliticamente, tendo o estranho caso do Dr. Daniel Paul Schreber como cenário expositivo. Buscamos aqui tanto uma reaproximação entre as formas psiquiátrica e psicanalítica de conceber e caracterizar a psicopatologia, quanto contribuir com uma representação da possível gênese do sintoma psicótico, que permita se acercar das contribuições de importantes autores psicanalíticos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise; psicopatologia psiquiátrica; psicopatologia psicanalítica; psicose; Schreber.

O presente trabalho foi parcialmente apresentado como uma das atividades do curso “Psicose na obra de Freud”, organizado pelos Drs. Ney Marinho e Carlos Fernando Motta, na Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 2021. Agradeço a eles o convite que me suscitou escrever as ideias aqui expostas.

1. Psicólogo, psicoterapeuta, grupanalista. Professor Livre Docente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, SP. Membro da Cambridge School of Psychopathology. Membro do Núcleo de Estudos em Saúde Mental e Psicanálise das Configurações Vinculares (NESME). Autor de: *Doenças do corpo e doenças da alma* (2002, 3ª ed., Escuta), *Isso é Groddeck* (1998, EDUSP), *O eu e o corpo* (2004, Escuta), *Grupos: uma perspectiva psicanalítica* (2016, Zagodoni), *7 - Bosch em mim* (2022, Escuta).

Procuraremos neste trabalho discutir alguns aspectos das relações entre a psicopatologia psiquiátrica e a psicopatologia psicanalítica, propondo a utilização de um modelo de formação de sintomas mentais, desenvolvido na Escola de Psicopatologia de Cambridge (Marková & Berrios, 1995; Berrios & Porter, 2012; Berrios, 2015; Marková & Chen, 2020). Em seguida, utilizaremos esse modelo para a discussão da psicose, considerada psicanaliticamente, tendo o estranho caso do Dr. Daniel Paul Schreber como cenário expositivo.

Buscamos aqui tanto uma reaproximação entre as formas psiquiátrica e psicanalítica de conceber e caracterizar a psicopatologia, quanto contribuir com uma representação da possível gênese do sintoma psicótico, que permita se acercar das contribuições de importantes autores psicanalíticos contemporâneos. Conscientes de que essa articulação vai muito além de nossas capacidades, dado que cada um dos autores aqui mencionados produziu vasta obra e que trabalhar dentro do enfoque de cada uma de suas perspectivas demandaria enorme esforço expositivo, e maior ainda seria o trabalho de inter-relacioná-las, queremos deixar claro que a presente proposta visa apenas, humildemente, a propor a conexão entre um modelo recente, derivado da neuropsiquiatria, com o modo psicanalítico de representar o sintoma psicótico. Essa, portanto, é uma proposta completamente aberta ao debate.

Começemos com uma metáfora. Imagine-se que uma pessoa, vinda de terras distantes e de uma cultura muito diferente da nossa, onde nunca se houvesse conhecido os relógios, fosse conduzida até uma grande loja de relógios e convidada a classificá-los. Ela veria uma profusão de formas, modelos, tamanhos, cores e modos de utilização. Provavelmente iniciaria sua classificação pelas cores, seguiria pelo tamanho, constatando que eles podem ser minúsculos ou gigantescos, podem ser usados no pulso, no bolso, na bolsa, na parede. Podem ser redondos, triangulares, ovais, quadrados, romboides. Podem ter ponteiros nos mais diferentes tamanhos e formatos, ou exibir apenas números. Podem produzir sons, inclusive alarmes, tocar músicas, ou serem completamente silenciosos. Ao cabo de um longo dia de separação e classificação, provavelmente poderia apresentar uma lista de algumas centenas de “tipos”, que poderiam estar subdivididos em “famílias”, “espécies”, “grupos” ou “ordens”.

Nesse momento, se ele perguntasse ao relojoeiro, este provavelmente lhe diria que os relógios se dividem em apenas dois tipos: podem ser analógicos ou digitais. Quanto ao seu mecanismo, eles podem ser mecânicos ou eletrônicos. Assim, duas formas muito distintas de classificar se apresentam. O mesmo se passa em psicopatologia.

A psicopatologia psiquiátrica vem se desenvolvendo continuamente desde o final do século XIX, e é apresentada nos sistemas de classificação oficiais: o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, APA, 2013) e a Classificação Internacional de Doenças (CID, OMS, 2019), atualmente em sua 5ª e 11ª edições, respectivamente. O primeiro deles é preparado por uma grande equipe de profissionais vinculados à American Psychiatric Association (APA) e o segundo por um conjunto internacional de especialistas convocados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Ambos manuais são o resultado de estudos profundos, de muita qualidade e rigor, e demonstram grande utilidade para a prática clínica psiquiátrica, sendo empregados em pesquisas epidemiológicas, clínicas, testes de resultados e desfechos de tratamentos, estudos transversais e longitudinais, embasando cientificamente os psiquiatras, além de diversos outros profissionais de saúde que os empregam para finalidades diagnósticas e de pesquisa.

Mas a sua organização e estrutura, seu método de seleção e apresentação, é o de nosografias baseadas, essencialmente, na taxonomia. O modo taxonômico de estudar o mundo é uma estratégia estabelecida, desde o século XVII, pelos estudos pioneiros na botânica. Tratava-se de conhecer o mundo natural através da observação e da descrição minuciosa, buscando caracterizar as formas individuais, estudar suas semelhanças e diferenças e agrupá-las então em categorias, que permitissem o estabelecimento de um quadro geral, que é aberto permanentemente ao ingresso de novos participantes, mas busca ser exaustivo, classificando a totalidade das formas daqueles seres naturais. O sucesso das taxonomias botânicas levou imediatamente às classificações biológicas em geral, e logo às taxonomias em medicina. Primeiro foram classificadas as doenças somáticas e, no século XIX, estabeleceram-se as primeiras nosografias psiquiátricas. Sua história pode ser amplamente reconhecida nos textos da *História da psiquiatria clínica*, de Berrios e Porter (2012).

O que caracteriza a psicopatologia psiquiátrica é que seus quadros, denominados hoje em dia como “transtornos”, são agrupamentos e conexões entre diversas expressões sintomáticas, buscando fundamentalmente uma *descrição* rigorosa e, tanto quanto possível, inequívoca. As ambiguidades são cuidadosamente retiradas, buscando-se a clareza, a consistência e a não sobreposição. Nos manuais DSM e CID, os sintomas são unidades de análise, blocos de construção para os transtornos.

Trata-se de uma caracterização extremamente minuciosa, uma análise refinada, mas destinada fundamentalmente a descrever, classificar, mensurar,

padronizar e universalizar. São guias para utilização no mundo todo, que uniformizam as descrições, permitem trocas entre os diversos profissionais dos diferentes países e culturas e pretendem estabelecer os padrões definidores de cada transtorno mental.

Uma vez classificados os quadros e sintomas, vem outra tarefa, intrinsecamente associada à produção dos próprios manuais: estabelecer os protocolos de conduta clínica e os medicamentos especificamente criados pela indústria farmacêutica e que serão prescritos pelos médicos. Aqui emerge uma das questões críticas que vem cercando o debate sobre essa forma de estabelecer a nosografia psiquiátrica: as indústrias farmacêuticas são empresas capitalistas, visam o lucro, e têm todo o interesse em que seus produtos possam ser amplamente vendidos. Caso tenham a chancela científica, o apoio da comunidade científica e pesquisas que comprovem sua validade, terão certamente seu mercado garantido. Nos últimos anos, o debate bioético tem aprofundado essa e outras questões acerca dos critérios que devem reger a produção científica para defender os interesses coletivos e assegurar o valor social dos cientistas, pesquisadores e profissionais de saúde mental.

Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica

Retomando a metáfora que propusemos inicialmente, verificamos que a psicopatologia descritiva (PD) é a própria linguagem da psiquiatria. As categorias nos manuais diagnósticos abrangem mais de 200 “tipos”. Essa forma de apresentar e discutir a doença mental parte da taxonomia e pretende fundamentalmente caracterizar a “forma” dos transtornos e dos seus blocos constitutivos, que são os sintomas. É com essa nosografia que se estabelece o diagnóstico em psiquiatria, claro que mediado pela observação clínica de cada paciente por cada profissional psiquiatra.

Já o diagnóstico em psicanálise é de outra natureza. O modelo psicanalítico de pensar os sintomas mentais parte de um método compreensivo, ou seja, hermenêutico e, por isso, limita-se a apenas três categorias (ou estruturas): neurose, psicose e perversão. Como o foco da nosologia psicanalítica é a compreensão dos mecanismos e dos modos de produção dos sintomas, e não a sua “forma”, a classificação se torna muito mais restrita, e a totalidade e diversidade das manifestações dos transtornos mentais passam a ser apresentados na chave da compreensão e não da descrição. O que deve ser compreendido é o que constitui, o que gera o sintoma, e qual a interação entre o sintoma e a personalidade total do sujeito, e não a forma em que o sintoma se apresenta.

Essas duas perspectivas devem ser articuladas, especialmente para o psicanalista de formação psiquiátrica, mas é de interesse teórico e clínico para a psicanálise enquanto ciência, quer já a consideramos como tal, quer a vejamos como ciência ainda em constituição.

A Escola de Psicopatologia de Cambridge

Vamos apresentar aqui, muito brevemente, a contribuição de German Elias Berrios e seu grupo de colaboradores, que vêm há vários anos discutindo a psiquiatria do ponto de vista histórico e epistemológico. Seu método é a pesquisa histórica e a construção de modelos genéticos para estudar a evolução das categorias empregadas em psiquiatria. A abordagem histórica dos sintomas visa permitir compreender a construção/reconstrução e a evolução conceitual dos termos da psiquiatria. Com isso, se pretende testar a validade epistemológica de cada conceito psiquiátrico e promover a “calibragem” periódica de seus termos, conceitos e práticas.

Uma das contribuições mais significativas da Escola de Psicopatologia de Cambridge foi a elaboração e posterior aplicação a diferentes campos de investigação de um novo modelo de formação dos sintomas mentais, que detalharemos logo adiante. Nos últimos anos, o Dr. Berrios tem se dedicado especialmente a elaborar uma nova epistemologia para a psiquiatria (2015). Para esse empreendimento histórico-crítico, a psicopatologia psiquiátrica deve ser escrutinada. Vejamos como isso se apresenta, utilizando suas próprias formulações:

A história da psiquiatria clínica pode ser definida como o estudo da forma na qual sinais clínicos e sua descrição interagiram em períodos históricos sucessivos, em seu contexto psicossocial. Para estimar a extensão na qual significados anteriores (termos, conceitos e comportamentos) foram preservados quando as categorias clínicas foram transferidas desde um discurso para o seguinte, historiadores e clínicos necessitam saber como as regras descritivas e nosográficas são formuladas. Por exemplo, pode ser assumido que “mania”, “melancolia” ou “hipocondria” signifiquem hoje o mesmo que elas significavam em 1800? Como podem ser explicitadas as diferenças? Um dos objetivos da nosografia histórica é decodificar as regras que controlam o discurso psiquiátrico, e tornar explícitos os moldes sobre os quais ele se baseia. (Berrios & Porter, 2012, p. 33-4)

Um aspecto muito significativo da perspectiva histórico-filosófica da Escola de Cambridge é a tomada de posição de que os quadros dos transtornos mentais não podem ser tomados como “fatos da natureza” ou “objetos” fixos, a-históri-

cos, por exemplo, quando se tenta reduzir um quadro psiquiátrico a suas características anatomopatológicas ou bioquímicas.

Duas metáforas parecem controlar o entendimento da nosologia histórica. Uma mostra o clínico catalogando espécies (doenças) em um jardim (isto é, assumindo a invariância ontológica); a outra vê o clínico como um escultor esculpindo formas da matéria informe, isto é, criando “formas clínicas”. A perspectiva do jardim encoraja a busca de um “descobridor”, o qual com sua potente mirada supera todas as descrições enganosas. A abordagem criacionista requer que a visão que guia o escultor seja “contextualizada”. Essa última atividade pode variar de um forte “sócio-construcionismo” até formas mais tênues de explicação social que deixam lugar para noções tais como a de progresso científico. (Berrios & Porter, 2012, p. 34-5)

Para concluir essa sumária apresentação, vejamos como esses autores definem a tarefa da articulação conceitual dos dados biológicos com os dados semiológicos na construção dos conceitos da psicopatologia psiquiátrica:

Junto à pesquisa clínica e estatística, a história da psiquiatria clínica é essencial para a calibragem da nosologia psiquiátrica. Calibragem aqui significa os reajustes das descrições a: 1. mudanças que afetam as fundações biológicas dos sintomas (causadas, por exemplo, por mutação genética), 2. mudanças na teoria psicológica levando a novas conceituações de comportamentos e 3. variações na significação social da doença. Historiadores profissionais têm uma contribuição a fazer não apenas para a cultura psiquiátrica, mas também para o conhecimento clínico. Construindo sobre a noção de que os transtornos mentais são reflexos complexos e distorcidos de localizações cerebrais disfuncionais, eles devem buscar determinar quais fenômenos “psiquiátricos” passados eram apenas ruído, e quais eram expressões reais de sinais biológicos modulados por gramáticas individuais e códigos culturais. (Berrios & Porter, 2012, p. 35)

Este último ponto, ou seja, a vinculação das dimensões biológica e psicossocial na constituição dos conceitos e quadros psiquiátricos é que conduziu ao desenvolvimento de uma inédita formulação sobre a origem dos sintomas mentais, que se materializou no Modelo de Formação de Sintomas (Marková & Berrios, 1995; Berrios, 2015).

Proposta para reaproximar a psicopatologia psicanalítica da psicopatologia psiquiátrica

À primeira vista, a classificação nosográfica apresentada na CID e no DSM diverge tanto da que se pratica em psicanálise, com suas poucas, mas densas estruturas, que pode levar os profissionais da saúde mental, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas a uma escolha exclusiva por uma dessas duas psicopatologias. Observando-se a história recente desses manuais, observa-se claramente que, ao longo das sucessivas edições, vários termos que as duas perspectivas psicopatológicas tinham em comum foram sendo retirados. O exemplo mais notório desse processo é a completa remoção da categoria “neurose” nas edições atuais dos dois manuais. Igualmente significativo foi a decisão anterior de retirar de circulação todas as menções à “histeria”, que é talvez o termo mais caro aos psicanalistas, por ter sido a primeira das psicopatologias que recebeu tratamento efetivo pela psicanálise. Outros termos ainda, com grande importância para a compreensão psicodinâmica dos sintomas mentais, também vêm sendo retirados ou substituídos por descrições mais “objetivas” e desvestidas de qualquer “penumbra” de significações múltiplas.

A consequência é que essas duas perspectivas psicopatológicas parecem se opor, ao invés de surgirem como complementares. Uma alternativa a essa distância é uma revisão da própria história de constituição das categorias psicopatológicas, tal como vem sendo realizada pela Escola de Psicopatologia de Cambridge. De acordo com essa releitura histórica e epistemológica, os sintomas mentais podem ser compreendidos tanto do ponto de vista descritivo quanto do ponto de vista semiológico, que possibilita relacionar questões sociais com questões biológicas.

Em 1995, foi apresentado, pela primeira vez, o modelo de formação de sintomas, ou modelo de Cambridge (“modelo do Eco”), por I. Marková e G. E. Berrios. Esse modelo foi desde então investigado em relação a inúmeras áreas da psiquiatria, desde seus conceitos mais centrais, até diferentes áreas de aplicação clínica (Marková & Chen, 2020). No ano de 2000, ao lado de outros pesquisadores de diferentes regiões do mundo, fomos convidados a integrar o projeto “The insight and monitoring of the bodily and mental functions”, que se desenvolvia nos departamentos de Psiquiatria e de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Cambridge, UK. Ali, buscamos fazer a adaptação desse modelo para a investigação da gênese e do desenvolvimento dos sintomas psicossomáticos, que apresentamos posteriormente (Ávila, 2004, 2005, 2016, 2019, 2020).

Entendendo que esse modelo dá nova flexibilidade para tornar possível uma reaproximação entre a psicopatologia psiquiátrica e a psicanalítica, já que uma abordagem descritiva não impede uma abordagem hermenêutica para os mesmos fenômenos, propomos aqui uma nova utilização para o Modelo de Formação de Sintomas, da Escola de Psicopatologia de Cambridge: pensar a construção dos sintomas, tal como se a representa em psicanálise, nas suas três categorias constitutivas: a neurose (histeria e neurose obsessiva), a perversão e a psicose.

Para iniciar essa tarefa, primeiro vamos apresentar as linhas gerais do Modelo do Eco, para depois buscar integrar o mesmo na análise dos sintomas psicóticos, tendo como paradigma a psicanálise que Freud empreendeu sobre a autobiografia do Dr. Schreber. A tarefa mais ampla de pensar as outras duas estruturas da psicopatologia psicanalítica fica para o futuro, e mesmo a que se refere à psicose, aqui faremos apenas o primeiro esboço de aplicação e discussão, esperando prosseguir com essa análise a partir de maior aprofundamento teórico e discussão ampliada com a comunidade científica psiquiátrica e psicanalítica.

A “construção” dos sintomas mentais

O modelo de Cambridge propõe a seguinte estrutura para representar a “formação” ou, poderíamos também dizer, a “formatação” dos sintomas mentais: existem cinco estágios de formação, ao longo dos quais e por diferentes vias, um dado biológico proveniente do cérebro irá se constituir em um ato de fala, que será articulado em um intercâmbio entre o portador do sintoma e o clínico (psiquiatra, psicólogo ou psicanalista) que o atende.

Os cinco estágios são: 1) o sinal biológico ou sinal cerebral, 2) a barreira de consciência, 3) a “sopa primordial”, 4) a conceituação e 5) o ato de enunciação, apresentação, ou “ato de fala”. O caminho mais usual de “construção” do sintoma é denominado como via (a). Por essa via se entende que o sintoma sempre parte de uma sinalização do cérebro que deve ser percebida pelo sujeito. Tal sinalização tende a ser imprecisa, “crua”, informe, e tão logo seja percebida pelo sujeito, ou seja, atravesse a barreira de consciência, ela emerge em uma área em que será comparada a moldes subjetivos e sociais, experiências prévias do sujeito e/ou modelos derivados de sua cultura circundante. Nessa “sopa primordial”, o sinal ganha uma expressão, uma “forma”, uma pré-significação. Então, ele pode passar para o estágio seguinte e ser trabalhado para ganhar um significado definido, uma forma linguística, um “nome” – e poder ser conceituado. É só então que finalmente ele será enunciado numa entrevista clínica. Vamos detalhar como tudo isso ocorre.

Através da via (a), um sinal neurobiológico (normal ou patológico) passa pela barreira de consciência e ingressa na “sopa primordial”, para receber uma pré-conceituação. Nesse processo, o sinal é comparado a modelos prévios de vivência do sujeito, de sua história pessoal, bem como dos modelos culturalmente disponíveis para a representação de seu estado subjetivo. Após essa pré-conceituação, o sintoma passa a ser representado, ganhando aquele estado mental um conceito, o que lhe permitirá emergir como um ato de fala ou de comportamento expresso. Uma vez conceituado, o sintoma pode ser objeto de reconceituações, o que se dará no diálogo clínico-paciente. Este será o processo de modelagem final do sintoma pela via (a).

Porém, esse não é o único caminho possível para a construção dos sintomas. Há uma via (b), em que o sinal cerebral vai contornar todo esse percurso, desviando-se dos três estágios intermediários. Na via (b), o sinal neurobiológico evita a barreira da consciência e, por esse motivo, não ingressa na “sopa primordial”. Este sintoma não recebe, assim, nenhuma pré-conceituação e não poderá, portanto, ganhar uma representação para aquela determinada vivência subjetiva ou estado mental. Este sintoma emergirá como ato de fala ou de comportamento, mas só poderá ser conceituado pelo clínico e pelo paciente uma vez já constituído e expresso, ou seja, exteriormente.

Há ainda uma via (c) e uma via (d). Na primeira, existem duas possibilidades, c1 e c2. C1 ocorre quando o sujeito apresenta um sintoma que nasce secundariamente: não provém de um sinal biológico, e sim, é produzido pelo sujeito a partir de suas próprias ideias, ou seja, ocorre no nível 4, de conceituação. Pode se dar através de um ingresso na “sopa primordial” (c1), ou nascer no próprio nível das ideias, no estágio das conceituações (c2).

Finalmente, o modelo admite ainda uma quarta via, ou via (d): por esse caminho, o sintoma não emerge como ato de fala, porque após emergir enquanto sinal cerebral, ele ingressa diretamente na “sopa primordial”, mas não emerge dela. Permanece como um estado subjetivo vago, até mesmo ignorado pelo sujeito.

Passemos a citar o mesmo processo nas palavras do autor:

Os sintomas mentais são atos de fala que transportam queixas subjetivas reconstruídas. De acordo com esta via (a), a formação dos sintomas mentais começa com uma região do cérebro que expressa sua perturbação com um sinal que, eventualmente, atinge a consciência do sujeito. Esta experiência é pré-linguística e pré-conceitual, no sentido de que não pode ser posta em palavras – pode não ser claro se é uma imagem, uma emoção, um pensamento, etc. Esta experiência informe denominamos

“sopa primordial” para enfatizar sua natureza rudimentar e seu cru imediatismo. A consciência dessa protoexperiência pode afetar o indivíduo de muitas maneiras, causando perplexidade, medo, etc. O indivíduo tem de manejar essa experiência e as respostas variam entre ignorá-la, contemplá-la ou precisar comunicá-la. Neste último caso, o indivíduo tem que transformar uma experiência inefável em uma transmissível. Ele o faz sujeitando a experiência a um conjunto de configuradores que incluem estilos pessoais, familiares, sociais e culturais de formação e nomeação de experiências. (Berrios, 2015, p. 182)

Quanto à via (b), Berrios esclarece que, nela, o sinal neurobiológico não é formatado e emerge no exterior da pessoa como transtornos de pensamento, neologismos, desinibição, discinesia tardia, dentre outros sintomas. Assim, não ocorre o processamento semântico que o sinal deveria receber. Em nossa própria concepção, como acima dissemos, essa via (b) é a via privilegiada para a construção do sintoma psicossomático (Ávila, 2004, 2016, 2019, 2020). Agora busquemos outra aplicação.

Adaptação do modelo de Cambridge para pensar psicanaliticamente o sintoma psicótico: a sopa primordial

A ideia da “sopa primordial” não é totalmente original, pois aparece como metáfora em diferentes produções artísticas e literárias, por exemplo, na forma da “salada de palavras”, ou no jogo infantil com letras e sílabas isoladas. Mas é, em nossa opinião, uma sugestão extraordinariamente fecunda para o pensamento psicanalítico. Na forma como Berrios a apresentou, a “sopa primordial” é a matriz para os pensamentos, mas uma matriz em que pensamento não se distingue de emoção ou de sensação. É o local onde as vivências subjetivas são formadas, é o berço das ideias, dos sentimentos e das percepções significativas. Um comum sedimento de onde se originam os produtos mais refinados que serão as ideias bem formuladas, os nomes das coisas, a tradução verbal compreensível das experiências subjetivas. Os órgãos dos sentidos captam os estímulos do mundo: cores, formas, cheiros, sons, sensações corporais. Mas é a mente que os ordena, os significa. O “local” onde isso se realiza é a “sopa primordial”: local de produção dos produtos mentais que ganharão sentido e significado, se forem adequadamente “formatados” para serem expressos.

A significação desse modelo para a psicanálise pode ser estabelecida se apontarmos sua proximidade com determinadas contribuições psicanalíticas,

desde Freud até os contemporâneos. A “sopa primordial” pode ser pensada como um reservatório, à semelhança do id, mas situada no sistema pré-consciente, e constituída por muitos fragmentos da biografia pessoal, da cultura e da língua. O id seria, neste modelo, a fonte do sinal biológico, enquanto na concepção freudiana é o reservatório pulsional, que fornece ao ego a energia para os processos psíquicos. Cabe ao pré-consciente a tarefa de articular as representações-coisa provenientes do id, com as representações-palavra, que poderão dar acesso à consciência. Se conectarmos a “sopa primordial” ao modelo do aparelho psíquico freudiano, contudo, teremos que é nela que se encontram depositados todos os recursos necessários para as representações, pois aí se encontra um sortimento de imagens, de signos, de “moldes” estabelecidos ao longo da biografia do sujeito, ou seja, elementos de seu percurso pessoal, de sua história de vida; paralelamente aos recursos muito diversificados de sua cultura em sentido amplo: os símbolos circulantes em seu meio social, os muitos elementos que fazem parte do acervo linguístico empregado por seu grupo familiar ou social mais amplo e os modelos de configuração para as vivências subjetivas. Tudo isso em livre disponibilidade, mas em condição “líquida”, fluida: são pré-concepções que darão origem a formas conceituais se e após serem formatadas.

São, portanto, imagens e signos, tanto próprios ao sujeito, quanto parte do acervo cultural que o circunda, que podem ser correlacionados às imagens oníricas (como na *Interpretação dos sonhos*), aos protopensamentos e às pré-concepções (tal como em Bion, os elementos das colunas A, B, C e D da Grade), ou à “colcha de retalhos”, de Groddeck, e também, de forma quase exata, correspondendo ao “tesouro dos significantes”, de Lacan.

Se situarmos a “sopa primordial” no limiar do componente topográfico do pré-consciente, tal como Freud o caracterizou, podemos aproximar o modelo de formação dos sintomas das elaborações psicanalíticas, talvez até as enriquecendo. Pois, algumas das complexas questões que permanecem em aberto sobre a origem dos sintomas podem ser pensadas com base nessa chave: os sintomas mentais são formações “híbridas”: partem de um sinal biológico, mas são recobertos por camadas de “sentido”, capas semiológicas que têm origem em processos de representação pessoais e coletivos, originados da “sopa primordial” e formatados de forma singularizada por cada sujeito.

Vamos agora buscar aplicar essa tentativa de articulação com uma questão fundamental: como se origina o sintoma psicótico?

De acordo com o modelo de Cambridge, o sintoma mental sempre parte de uma fonte neurobiológica, o próprio cérebro, centro do sistema nervoso. O

sinal biológico, fonte de qualquer sintoma, é muito provavelmente disfuncional nos casos de psicose, muito embora seja, em geral, um sinal bastante genérico, impreciso, insuficiente para se determinar objetivamente, tal como se espera com base no modelo anátomo-clínico prevalecente em medicina. Embora seja um sinal biológico vago, ele é patológico, e existem diversas possibilidades que vêm sendo consideradas para a disfunção cerebral específica associada aos sintomas psicóticos: disfunção na recaptção de dopamina? Alterações características em algum setor da anatomia cerebral? Desorganização na arquitetura neuronal? Desregulação em diversos neurotransmissores? Perturbação metabólica? Causas médicas? Há muitos anos investiga-se também a genética relacionada aos quadros psicóticos. A Escola de Psicopatologia de Cambridge defende que se prossiga na busca desses componentes biológicos, mas que se busque concomitantemente entender a participação dos componentes de significação, parte inerente da construção dos sintomas mentais.

E é nesse ponto que a discussão entre a “sopa primordial” e a formação do sintoma psicótico pode ganhar um novo elemento de análise, que é a noção do “pensamento incorporado” (*embodied thought*), introduzida pela antropóloga Michelle Rosaldo (1980, 1984), autora importante dentro da perspectiva conceitual, que recebeu o nome de “Antropologia do self” (Heelas & Lock, 1981; Shweder & LeVine, 1984; Lynch, 1990).

O “pensamento incorporado” é uma noção em que as emoções e os pensamentos são representados enquanto experiências indissociáveis, fusionadas. Tomando por base grupos étnicos e linguísticos muito distintos do ocidental, Rosaldo postulou que os indivíduos de uma cultura, tal como os Ilongot da Polinésia, não concebem os seus pensamentos como entidades distintas dos seus sentimentos. Assim, noções como amor, medo, raiva etc., não podem ser entendidas como “naturais” e universais, mas sim como experiências subjetivas que são possibilitadas pelos moldes culturais e tornadas “pensáveis” e/ou “faláveis” em função de seu contexto linguístico-cultural específico. Apresentamos as ideias dessa autora e de outros autores da mesma orientação metodológica (Ávila, 2003) buscando demonstrar sua aplicabilidade no campo psicanalítico. O “pensamento incorporado” é uma noção muito similar aos processos que ocorrem na “sopa primordial”.

Na mente humana, as experiências buscam por um molde cultural já elaborado, o qual permita ao sujeito entender a si mesmo, “lendo” a sua experiência de acordo com a gramática de emoções e significados que o contexto cultural lhe oferece. Esse processo visa tornar a “sua” experiência, uma experiência

conceitualizável e compartilhável, para não viver a solidão do “irrepresentado”: a experiência de um sintoma-coisa.

Cada experiência subjetiva que não encontra “tradução” nos moldes pessoais e culturais disponíveis precisa ser manejada de alguma forma. Na psicose, elas são lançadas fora, na forma dos delírios e das alucinações. O sintoma psicótico emerge incompreensível, porque emerge diretamente da “sopa primordial”, sem mediação nenhuma, sem “conceituação” socialmente reconhecível. Ele pode se apresentar como delírio ou alucinação, e ambos encontram expressão adequada quando colocados em relação com o modelo de formação de sintomas.

O delírio corresponde à linha C(2) do modelo, porque o sujeito, ao invés de percorrer o caminho habitual de formatar sua experiência pessoal com os elementos biográficos e culturais compartilháveis, utiliza os componentes da “sopa primordial” e cria um sintoma inédito, psicótico. De acordo com Freud (1911/1980a, 1923/1980b, 1924/1980c), o delírio visa sempre atuar como um “remendo” para consertar a fissura criada na relação do sujeito com a realidade e possibilitar a reconstrução da parte do mundo que foi perdida pela cisão psicótica. Em termos do modelo de formação de sintomas, podemos representar esse processo como um sinal neurobiológico particularmente intenso e constante, que sobrecarrega a “sopa primordial” e não encontra nela nem a contenção, nem a formatação adequada para uma expressão compatível na comunicação social. Tais sinais, fortes e talvez incessantes, vão desorganizando a capacidade de o sujeito articular suas vivências subjetivas com os padrões sociais de representação, nomeação e significação, até que o sujeito, inundado e dilacerado por suas experiências internas, termina por romper de alguma forma sua relação com a realidade, atacando sua própria percepção do mundo, desorganizando seu juízo de realidade, terminando por vivenciar seu surto psicótico. A profunda cisão psíquica que o surto implica, deixa o mundo “esburacado”, e o psiquismo invadido por sensações, sentimentos e pensamentos fusionados (pensamentos incorporados), aos quais o sujeito reage com a construção de seu delírio, para consertar a si mesmo e ao mundo. Assim, o delírio é uma sopa primordial diretamente despejada no mundo: estranha, intragável, mas, de alguma forma, ainda passível de ser reconhecida como uma experiência humana possível.

Já a alucinação, pensada a partir do mesmo modelo, pode ser entendida como uma emersão direta de fragmentos de imagens presentes fluidamente na “sopa primordial”. Sua forma visual corresponde a fragmentos de imagens provenientes tanto das experiências subjetivas daquele sujeito em particular, quanto de pedaços de representações visuais de sua coletividade, partes dos

bens culturais disponíveis para todos. Seu caráter estranho e produtor de grande ansiedade para o psicótico é que são imagens desconexas, cujo significado foi alterado: não servem mais para a expressão simbólica compartilhável, são símbolos próprios, solipsistas, que o sujeito produz, mas que vivencia como se lhe fossem impostos, agredindo o sujeito com sua aparição, sentidas como provindas de fora.

O estranho caso do Dr. Schreber

Passemos agora a um intento de discussão do famoso caso de paranoia, apresentado por Freud, em 1911, através da análise da autobiografia do Dr. Daniel Paul Schreber. Não vou me estender aqui nos muitos detalhes do histórico clínico ou nos inúmeros estudos dedicados a esse trabalho de Freud, nem vou me referir aos autores que investigaram o livro *Memórias de um doente dos nervos*, escrito por Schreber em 1903, tanto a partir da perspectiva psicanalítica quanto das análises históricas e sociológicas.

Vou me dedicar a três pontos: 1) o surto psicótico após ser promovido para a corte suprema de apelações de Dresden, 2) o pai de Schreber e seus “instrumentos” de higiene e moralização, e 3) o ponto central da análise, realizada por Freud: – Eu (um homem) amo ele (um outro homem), e sua proposição do mecanismo básico da psicose: a rejeição. Na paranoia de Schreber, esse mecanismo atua como rejeição das tendências homossexuais.

Em sua detalhada análise, Freud considera como “disparador” da primeira crise psicótica do juiz Daniel Paul Schreber sua indicação como presidente da corte de apelações da cidade de Dresden, alto posto da magistratura alemã. Pouco após assumir essa função, para a qual fora indicado pelo próprio Kaiser, o paciente se interna na clínica do Prof. Flechsig, da Universidade de Leipzig. O primeiro tratamento tem relativo sucesso, mas já então a figura de seu psiquiatra, o eminente Dr. Flechsig, vai ganhar extrema importância na vida psíquica de Schreber.

Se pensarmos esse precursor da psicose indicado por Freud com os critérios do modelo de Cambridge, consideraríamos que a indicação sendo do “pai da pátria” (o Kaiser), para um posto eminentemente paterno, como o de juiz presidente, provocou em Daniel Paul Schreber um estado de intensa agitação interna, com todos os seus componentes psíquicos em severa perturbação. Podemos representar esse momento como a “sopa” agitada por (proto)pensamentos, (proto)emoções e (proto)sensações mutuamente ativados. Junto a isso,

muito provavelmente a mente e o cérebro de Schreber se desorganizam um ao outro. Schreber tem insônia, seu estado de saúde física é afetado, sua homeostase corporal provavelmente mostra grande desequilíbrio. Talvez o cérebro do juiz, agitado por sua mente, passe a enviar uma série de estímulos perturbados para a “sopa primordial” do paciente. Entre o cérebro e a mente trava-se uma batalha, um mútuo bombardeio, em consequência mais e mais sinais neurobiológicos serão enviados para uma “sopa primordial” já sobrecarregada que, por conta própria, vai produzindo sensações subjetivas bizarras, pensamentos incorporados de expressão muito problemática e novas sensações que retroagem sobre o cérebro.

O resultado de tudo isso é um estado explosivo que em algum momento eclode como o surto psicótico, atacando a realidade onde ela mais dói: esse cargo para o qual Schreber se sente obrigado a assumir. Essa cadeira de juiz ferve, o homem atormentado simultaneamente pelo mundo e por seu cérebro junto com sua mente (“sopa primordial”), e o resultado é a manifestação dos primeiros sintomas psicóticos. Muito pior será a segunda crise psicótica, após um breve intervalo de alguns anos de vida “normal”.

O segundo surto é definitivo e se estabelecem todas as características de uma psicose exuberante. É extremamente florido o sistema delirante de Schreber: há um Deus indiferente, cruel e voluptuoso; as árvores, os pássaros e os raios do sol “falam”; há sensações físicas extremamente dolorosas ou transcendentemente prazerosas; os nervos são transformados em nervos femininos, “nascem” seios, uma gravidez divina está se preparando; a ordem do mundo anda muito perturbada, mas um messias está a caminho e fará a redenção da humanidade.

Não podemos deixar de relacionar a riqueza de seu sistema delirante com a riqueza da formação intelectual, tanto do Dr. Schreber, como de sua longa lista de antepassados, composta de importantes pensadores, artistas, juristas ou pedagogos, como seu pai. A mente desse psicótico é uma mente refinada, sofisticada, ele fala diversos idiomas, tem sólida composição intelectual, ao mesmo tempo em que tem uma vida emocional bastante conturbada. Dois aspectos são marcantes: seu casamento, embora com uma mulher que ele estima, é marcado pela infertilidade – nada menos que seis abortos sucessivos. O outro aspecto é sua trajetória pessoal em sua família de origem.

O pai de Schreber foi bastante famoso em seu tempo, e sua influência se faz sentir até hoje em certos aspectos da vida alemã. Foi um homem extremamente severo consigo mesmo e com seus filhos. Adotava uma rígida discipli-

na, tanto mais forte quanto mais houvesse para corrigir, e desde a mais tenra infância de seus filhos. Criou, visando finalidades higiênicas e moralizantes, inúmeros aparelhos e instrumentos, próteses que visavam manter a coluna ereta, os ombros e maxilares na posição correta, aparelhos de ginástica para o desenvolvimento corporal e instrumentos para impedir que a criança se masturbasse. Assim, adotava os mais diversos meios para a “postura correta”, tanto a postura física quanto a postura moral. Parece que era homem demasiadamente autoritário, que sofria de ideias obsessivas e que chegava a apresentar tendências homicidas. De todos os modos, muito provavelmente fosse um severo caso de neurose obsessiva, regulando o mundo ao seu redor com “mão de ferro”, dominando e afligindo sua família até morrer aos 56 anos de idade de “obstrução intestinal” – do ponto de vista psicanalítico, um sintoma de interpretação óbvia.

Deve ter sido muito difícil ser seu filho, e o suicídio de um dos irmãos de Daniel Paul Schreber pode ser uma indicação disso. De todas as maneiras, apresentava-se como um pai para ser amado e ser odiado. Quando esse seu filho cresce, admirando e temendo essa figura de tão alta autoridade, torna-se ele próprio uma autoridade, mas não pode atingir o posto mais alto: isso o tornaria igual a seu pai. Na verdade, Schreber não pode, biologicamente, ser pai, mas sua trajetória o levou de encontro a seu destino: seu pai.

Na psicose paranoica de Schreber, duas figuras irão dominar: o seu psiquiatra e o “pai de todos”, Deus. Falemos primeiro deste. O Deus de Schreber é libidinoso: quer, a todo custo, o corpo do pobre homem. Quer convertê-lo em mulher, muito embora nunca tenha se importado com a humanidade. Schreber percebe, muito dolorosamente, que ele tem que aceitar essa dominação, precisa se submeter sexualmente, e mais, precisa ceder em sua identidade masculina, poder ser mulher para poder gerar. Deus fará, com a participação de Schreber, uma nova e melhor humanidade.

Quanto ao Dr. Flechsig, este entra na história tanto como substituto do pai real de seu paciente, como objeto de seu amor. A figura autoritária de Flechsig é perfeita para encarnar transferencialmente (transferência psicótica) a figura de um pai sexualizado. Um pai que vai exigir, para seu próprio prazer, que seu filho seja emasculado e se submeta como mulher no ato sexual. Recordemos que, nas memórias de Schreber, este salienta que sua primeira ideia estranha foi a de que deveria ser muito prazeroso se sentir como a mulher durante o ato sexual. Para Freud, o centro da “equação psicótica” de Schreber poderia ser resumido na fórmula: Eu (um homem) amo ele (um outro homem).

A violenta defesa contra essa ideia-sentimento é: não amo, isso é impossível. Esse é o conteúdo que deve ser repudiado, recusado, e Freud o denomina como rejeição. Algo seu não pode ser seu, será expelido de si – Schreber adota a forma paranoica com a qual concretizará a total rejeição de seu desejo. Flechsig passa a ser seu perseguidor, perseguidor amado. Seu corpo, desejado por Deus, já está se feminilizando. No entanto, Flechsig o recusa e quer ver nele apenas o paciente difícil, obstinado, irremediavelmente psicótico. Daí o ex-juiz se decide a escrever sua própria peça de defesa jurídica e conseguir receber alta de sua internação. Readquirir seus direitos civis, voltar para casa, escrever suas memórias e seguir como um psicótico que mantém seu delírio, mas já consegue retomar daí em diante a vida que lhe seja possível.

Utilizando novamente o modelo de formação de sintomas, consideramos que o processo de relativa “cura” de Schreber será alcançado quando este encontra a via literária como recurso sublimatório para sua convulsa “sopa primordial”. À medida que esse homem capacitado intelectualmente vai conseguindo achar “moldes” mais estruturados e compreensíveis, ele pode simultaneamente consertar parte do mundo externo que a psicose havia destruído, reassumindo sua família e vida social, ao mesmo tempo em que destina para o seu livro suas pulsões – sublimando-as ele pode finalmente encontrar um caminho melhor do que delirar. A arte o auxilia a separar suas produções psíquicas, torna-se capaz de “pensar”, “falar” e escrever. Consegue encontrar conceitos para suas vivências, consegue compará-los com moldes culturais mais facilmente comunicáveis e chega assim a produzir uma obra, seu livro, que encaderna (contém, no sentido bioniano) as suas vivências psicóticas.

Referências

- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>
- Ávila, L. A. (2003). Antropologia do self e psicanálise: um diálogo. *Percurso*, 30, 79-90.
- Ávila, L. A. (2004). *O eu e o corpo*. Escuta.
- Ávila, L. A. (2005). Uma proposta para representar o “irrepresentado” na mente. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, VIII, 187-203.
- Ávila, L. A. (2016). Corpo e mente em questão: Em busca da gênese dos sintomas psicossomáticos. *IDE*, 61, 51-61.
- Ávila, L. A. (2019). Psicanálise e neurociência. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 54(2), 141-159.

- Ávila, L. A. (2020). The contribution of the Cambridge School of Psychopathology for the understanding of psychosomatic symptoms. In I. S. Marková & E. Chen (Eds.), *Rethinking psychopathology: Creative convergences* (pp. 255-265). Springer.
- Berrios, G. E. (2015). *Rumo a uma nova epistemologia da psiquiatria*. Escuta.
- Berrios, G. E. & Porter, R. (2012). *Uma história da psiquiatria clínica*. Escuta.
- Freud, S. (1980a). Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (Caso Schreber). In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XII (pp. 23-110). Imago. (Trabalho original publicado em 1911).
- Freud, S. (1980b). Neurose e psicose. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XIX (pp. 189-198). Imago. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (1980c). A perda da realidade na neurose e na psicose. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XIX (pp. 229-238). Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Heelas, P. & Lock, A. (1981). *Indigenous psychologies: The anthropology of the self*. Academic Press.
- Lynch, O. M. (1990). *Divine passions: The social construction of emotion in India*. University of California Press.
- Marková, I. S. & Berrios, G. E. (1995). Mental symptoms: Are they similar phenomena? *Psychopathology*, 28, 147-157.
- Marková, I. S. & Chen, E. (2020). *Rethinking psychopathology: Creative convergences*. Springer.
- Organização Mundial de Saúde. (2019). *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde* (11ª ed.). <https://icd.who.int/>
- Rosaldo, M. Z. (1980). *Knowledge and passion: Ilongot notions of self and social life*. Cambridge University Press.
- Rosaldo, M. Z. (1984). Towards an anthropology of self and feeling. In R. Shweder & R. LeVine (Eds.), *Culture theory: Essays on mind, self and emotion*. Cambridge University Press.
- Shweder, R. & LeVine, R. (1984). *Culture theory: Essays on mind, self and emotion*. Cambridge University Press.

Psychiatric psychopathology and psychoanalytic psychopathology: the question of psychosis in the case of Dr. Schreber

ABSTRACT: *We will seek in this work to discuss some aspects of the relations between psychiatric psychopathology and psychoanalytical psychopathology, proposing the use of a model of mental symptoms formation, developed at the Cambridge School of Psychopathology, led by G. E. Berrios. Then we will use this model for the discussion of psychosis, psychoanalytically considered, having the strange case of Dr. Daniel Paul Schreber as an exhibition scenario. We seek here both a rapprochement between these two ways of conceiving and characterizing*

psychopathology, the psychiatric and the psychoanalytic, as to contribute to a representation of the possible genesis of the psychotic symptom in order to combine it to the contributions of important contemporary psychoanalytic authors.

KEYWORDS: *Psychoanalysis; psychiatric psychopathology; psychoanalytical psychopathology; psychosis; Schreber.*

Psicopatología psiquiátrica y psicopatología psicoanalítica: la cuestión de la psicosis en el caso del Dr. Schreber

RESUMEN: *Buscaremos en este trabajo discutir algunos aspectos de las relaciones entre la psicopatología psiquiátrica y la psicopatología psicoanalítica, proponiendo el uso de un modelo de formación de síntomas mentales, desarrollado en la Escuela de Psicopatología de Cambridge, dirigida por G. E. Berrios. Luego usaremos este modelo para la discusión de la psicosis, considerada psicoanalíticamente, teniendo el extraño caso del Dr. Daniel Paul Schreber como escenario de exposición. Buscamos aquí un acercamiento entre estas dos formas de concebir y caracterizar a la psicopatología, que son la psiquiátrica y la psicoanalítica, cómo contribuir a una representación de la posible génesis del síntoma psicótico para combinar con las contribuciones de importantes autores psicoanalíticos contemporáneos.*

PALABRAS CLAVE: *Psicoanálisis; psicopatología psiquiátrica; psicopatología psicoanalítica; psicosis; Schreber.*

Recebido: 22/12/2022

Aceito: 02/07/2023

Lazlo A. Ávila

lazlo@terra.com.br

Comentários ao trabalho do Dr. Lazslo A. Ávila

Sergio Costa de Almeida²

Introdução

Senti-me muito honrado e agradecido com o convite dos editores da *Trieb*, publicação da SBPRJ, para “avaliar” o artigo que o professor Lazslo Antônio Ávila, da Faculdade de Medicina da Universidade de São José do Rio Preto, publicaria nesta revista. Conhecedor de alguns textos de sua lavra e já havendo participado de debates em sua companhia, foi um prazer sua leitura, sobretudo pela oportunidade que tive para melhor refletir sobre suas ideias, o que acabou por estabelecer novos diálogos com minhas inquietações e questionamentos que me acompanham ao longo dos meus estudos e prática de psiquiatra e psicanalista.

Em resumo, a partir da apresentação das concepções psicopatológicas desenvolvidas por estudiosos como Berrios, Marcová e outros da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, o professor e pesquisador paulista instalará forte e consistente diálogo entre a Psicanálise e a Psiquiatria, que permitiria a leitores desprovidos de preconceitos escolásticos encontrar não apenas reflexões originais e bastante interessantes, mas construir válidos e vigorosos pontos de contato e operacionalidade clínica entre tais ramos da teoria e terapêutica das enfermidades mentais.

Comentários

A leitura da referida obra nos apresenta uma produção teórica substancial com a qual não estamos familiarizados devido a um despotismo cultural das teorias psicodinâmicas de base lacaniana ou dos seus derivados aplicados a outros campos das ciências humanas em vigor no meio intelectual carioca. O texto do professor Ávila fornece um panorama compreensível das concepções da escola

2. Membro da ABP. Psicanalista, Membro efetivo com funções específicas do Instituto da SBPRJ. sergio8almeida@gmail.com

de Cambridge e seria desnecessário determo-nos no assunto. Optei por considerar que os leitores se familiarizaram com as explicações do autor, e darei início às minhas próprias reflexões em um imaginário diálogo com o mestre paulista.

Inicialmente, surge uma questão. Se a Psiquiatria procura descrever e classificar os sintomas e os sinais psicopatológicos das enfermidades neuromentais baseada no ideal taxionômico da Botânica a partir do século XVIII – portanto explicá-los – e a Psicanálise, através da psicodinâmica freudiana, compreendê-los, seria a primeira uma ciência da Natureza (*Naturwissenschaft*) e esta última uma ciência do Espírito (*Geistwissenschaft*)? Ora, o originalíssimo conceito dos cinco estágios descritos pelo professor Berrios e colaboradores para a formação do fenômeno psíquico – e fundamentalmente o terceiro deles, “a sopa primordial” – parece-me consoante com a ideia de “unidade psico-soma”, termo criado no século XIX por Ernest von Feuchtersleben, aliás autor citado pelo professor Lazslo no capítulo “Apresentação”, de sua autoria e que dá início a obra magistral e épica dos professores Berrios e Porter em três volumes e por ele traduzida para o português, *Uma história da psiquiatria clínica* (2012).

Pelo que percebi dos cinco estágios descritos por Berrios, o que mais se destaca na etiopatogenia das afecções psíquicas seria a sopa primordial, pois a partir daí o inefável de uma experiência neuromental, isto é, o sinal neurobiológico (primeiro estágio), através de sua apropriação pela linguagem, adquiriria possibilidade de conceituação e, logo, seria transmissível. Indago, professor Lazslo: – No caso das esquizofrenias incipientes, ali se localizaria a matriz do fenômeno psicótico?

Gostaria, neste momento, de esboçar-lhe algumas especulações. Pelo que entendi de suas formulações, o sinal neurobiológico seria inespecífico, embora alguns autores dele partam para encontrar uma legítima associação entre o somático e o psíquico na gênese das psicoses. Aqui situaria a teoria do dualismo hierarquizado de Henry Ey, que sustenta não existir psicogênese pura dos transtornos mentais – no que concordo – pois o que surge primariamente seria um comprometimento energético nas funções cognitivas e afetivas corticais. Consequente a tais alterações na circuitaria neuronal, haveria liberação das manifestações pulsionais carentes do controle do consciente. Análogo ponto de vista encontro em Dejours (1988), com sua noção de “inconsciente primário”, sede por excelência da força e pressão (*Drang*) pulsionais e onde atuariam os psicofármacos, quer dizer, modificando as intensidades (quantidades?) pulsionais. É a primeira vez que constatei um psicanalista francês atual elaborar tal pensamento. Analogamente, esses estudiosos fariam coro Murray e Bramon

(2005), que apresentam como hipótese da gênese da esquizofrenia a teoria do *synaptic pruning*, de Keshavan. Seus escritos, professor, cativaram-me, pois ao apresentar-me aquelas ideias de Berrios, convenceram-me de que não faz o menor sentido afirmar a psicogênese exclusiva das doenças mentais. A propósito, tal enunciado já está presente na obra do nosso pai fundador com sua noção, infelizmente pouco considerada na atualidade, das séries complementares.

Continuemos mais um pouco. Tenho defendido a ideia de um fenômeno psicótico essencial após ter conhecido o pensamento de Klaus Conrad sobre as fases dos processos esquizofrênicos. Percebe que empreguei um conceito jaspersiano, pois este autor faz toda diferença quando tento entender as esquizofrenias. E o que teria haver Conrad e Jaspers com a sopa primordial? Tudo. Não estaria nela presente e borbulhante aquilo que no início desses quadros percebemos como vivências de angústias insopitáveis e desassossego (o trema conradiano), a perplexidade (*Ratlosigkeit*) de Störring, ou o humor delirante difuso de Jaspers, e que seriam pré-psíquicas? Conforme suas ideias, estes fenômenos teriam em comum o inefável da experiência, e que posteriormente a sintomatologia propriamente dita, isto é, a atividade alucinatório-delirante conferiria o critério do transmissível?

Entretanto, há outro problema que vem a ser, pelo menos no que sei em psicanálise, pensar psicanaliticamente a sintomatologia negativa esquizofrênica, os distúrbios formais de pensamento, de linguagem e da psicomotricidade com que nos deparamos nas formas graves, tais como nas catatonias e hebefrenias. Seria realmente o caso Schreber um bom exemplo para teorizar a psicose esquizofrênica? Freud denominou a doença do infeliz magistrado de demência paranoide. Mas e o triste e desagregado fim do velho jurista, como concebê-lo? Há uma pequena referência que Freud faz sobre a retirada da libido da representação-coisa nas páginas finais do “O inconsciente” (1915/1974a) e, após, um reinvestimento libidinal nas representações-palavra como tentativa de cura. Seu texto seguinte, “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (1917[1915]/1974b) fornece novos subsídios ao estudo das psicoses que parece não terem sido mais desenvolvidos e elaborados ao longo de sua obra. Este é justamente o problema: o venerado e extraordinário professor vienense não desenvolveu uma “psicótica”, como fez com a sua “neurótica”. As diferentes escolas psicanalíticas que surgiram após Freud limitaram-se ao estudo dos sinais e sintomas positivos, ou seja, detiveram-se principalmente no ponto de vista qualitativo, esquecendo-se talvez das quantidades. Não seria o momento de retomar esta questão? Exemplifico. Habitualmente, após um surto psicótico

endógeno, o paciente é capaz de recordar-se da ideação delirante-alucinatória do seu período de estado sem, contudo, delirar ou alucinar. O que aconteceu, entretanto, que transformou uma representação-delirante num representante-representação apenas mnêmico? Atuação dos psicofármacos nas intensidades supracitadas?

Parabéns, mestre Lazslo! E reconhecido fico pela chance de partilhar consigo as inquietações referidas no parágrafo inicial. Para mim, o valor de uma leitura situa-se no que ela me atinge, na razão e no coração.

Muito obrigado.

Referências

- Berrios, G. & Porter, R. (2012). *Uma história da psiquiatria clínica: a origem e a história dos transtornos psiquiátricos*. Escuta.
- Dejours, C. (1988). *O corpo entre biologia e psicanálise*. Artes Médicas.
- Freud, S. (1974a). O inconsciente. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XV. Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1974b). Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XV. Imago. (Trabalho original escrito em 1915 e publicado em 1917).
- Murray R., Bramon E. (2005). Developmental model of schizophrenia. In Kaplan & Sadock's. *Comprehensive textbook of Psychiatry*. Lippincott Williams & Wilkins.

Recebido: 26/04/2023

Aceito: 02/07/2023

Sergio Costa de Almeida
Sergio8almeida@gmail.com

Resposta ao comentário do Dr. Sérgio C. Almeida

Caríssimo Dr. Sérgio,

Maior honra e alegria é a minha ao ler os seus comentários, que considero profundos, densos, relevantes e provocadores de novas reflexões. Agradeço à *Trieb* e a você pela oportunidade do diálogo fecundo.

Li com grande interesse as suas colocações. Da mesma forma que você, considero suas ideias tão claras e pertinentes que seria redundante retomá-las. Prefiro então tentar expandir essa “clareira” que você abre ao discutir a problemática fronteira (tanto conceitual como vinculada à prática profissional dos psicanalistas, dos psicólogos, dos médicos em geral e dos psiquiatras) do corpo-mente.

Mas, primeiro, gostaria de discutir sua questão: “Se a Psiquiatria procura descrever e classificar os sintomas e os sinais psicopatológicos das enfermidades neuromentais baseada no ideal taxionômico da Botânica a partir do século XVIII – portanto explicá-los – e a Psicanálise, através da psicodinâmica freudiana, compreendê-los, seria a primeira uma ciência da Natureza (*Naturwissenschaft*) e esta última uma ciência do Espírito (*Geistwissenschaft*)?”

Creio que essa questão essencial abrange a maior parte das suas considerações posteriores, pois, de fato, aponta para a complexa (e milenar) discussão sobre a relação mente-corpo, sempre relançada pela Filosofia, e que configurou, a partir da dicotomia cartesiana da *res extensa* versus *res cogitans*, todo o desenvolvimento das ciências contemporâneas, criando o fosso que separa as ciências naturais das humanas.

A Escola de Psicopatologia de Cambridge insiste sobre a ideia de que a Psiquiatria é uma prática social e um campo de conhecimento inerente e inevitavelmente híbrido. Com essa expressão, o que se busca salientar é o caráter irrevogavelmente duplo da Psiquiatria: enquanto parte da Medicina, deve apoiar-se no estudo das estruturas e funções do corpo (cérebro e sistema nervoso) e, portanto, principalmente na Biologia, na Biofísica, na Bioquímica. Porém, enquanto campo de investigação e intervenção sobre a mente, mundo psíquico, necessita conjugar-se às Ciências Humanas, pois o seu objeto é o sujeito biopsicossocial, vivo e interativo, imerso na sociedade e na cultura. Essa discussão encontra-se muito bem desenvolvida no livro de G. E. Berrios, *Rumo a uma nova epistemologia da psiquiatria* (2015), e na coletânea de artigos que enfeixa os

trabalhos dos membros da Escola de Psicopatologia de Cambridge, *Rethinking psychopathology: creative convergences* (2020).

De minha parte, penso que a Psicanálise é uma nova e revolucionária maneira de equacionar o enigma da relação mente-corpo, embora mantendo o mistério que cerca inúmeros aspectos de cada um desses domínios, mas escapando tanto do monismo (pan-psiquismo/pan-fisicalismo) quanto do dualismo irreduzível – ao propor a unidade dual do corpo-mente. O corpo humano, em sua expressão no mundo, nunca é só organismo, ele é sempre também mental. O corpo é imagem e esquema mental, é construído na mente com o material apresentado pela Natureza. Não é só representado, ele é literalmente um corpo trabalhado, um corpo pulsional, parte inalienável do que chamamos sujeito humano. Somos nosso corpo, tanto quanto nos reconhecemos em nossa mente. Basta recordar a célebre formulação freudiana: “O Ego é antes de tudo um ego corporal”.

A pulsão, que Freud denominava como “mítica”, é produto da fronteira entre o corpo e a mente. Nasce nesse encontro entre o natural e o social, entre o biológico e o cultural. É um “ser-de-fronteira”, um produto híbrido, composto, dual. Não pode ser reduzida ao biológico, nem pode ser assimilada ao representacional.

Penso que não exista distinção essencial entre o que no homem é sua experiência corporal, seu Eu concreto, existencial, e suas percepções, representações, sensações e apreensões.

Certa vez, humoristicamente, cunhei o seguinte aforismo: “O homem é o animal contrariado”. De fato, contrariamos continuamente nossas disposições naturais. Não dormimos quando temos sono, não comemos quando temos fome, não praticamos sexo quando a Natureza assim nos convoca. Nossa “natureza” é contranatural. O que chamamos de “natureza humana” são nossos desejos, nossos sonhos, nossos projetos, tudo aquilo que nos dirige para o mundo da intersubjetividade e da cultura.

Dessa forma, o dilema do que une e separa o cérebro e a mente, os neurônios, sinapses e neurotransmissores com a subjetividade, é que o todo que é o ser humano, essa unidade dual, existencialmente, no mundo, sempre se apresenta com um corpo e uma mente. Simultâneos e interativos. Não há um só fenômeno humano em que vivenciemos qualquer situação sem corpo. Nunca descorporalizamos. Mas também não há nenhum fenômeno ou situação humana, incluindo o coma profundo, em que a mente, o psiquismo, esteja ausente.

Assim, se considerarmos a psicose (e aqui eu me refiro à estrutura psicanaliticamente considerada, e não às categorias psiquiátricas), como uma das

inúmeras possibilidades de expressão existencial humana, nela, a mente e o corpo estão em uma forma particularíssima de interação. Penso que na circunstância do surto, na irrupção dos produtos do inconsciente, o que está em jogo é tanto da ordem do biológico, na forma do “sinal cerebral disfuncional”, quanto é subjetivo e cultural, na forma da “sopa primordial”, onde reinam os pré-pensamentos, as protossensações.

Retomando, então, a questão da separação epistemológica das ciências do espírito frente às ciências naturais, eu considero a psicanálise como o saber e a prática clínica que talvez não as unifique, mas que permite uma superação dialética da dicotomia, e converte o dilema em problema. Aplicada às complexas questões da psicose, a perspectiva psicanalítica não exclui o biológico do cérebro e sistema nervoso, mas o pressupõe e o conjuga com sua expressão, o sistema psíquico, consciente e inconsciente. As pulsões são, nesses sistemas, o físico e o mental, a torção da banda de Möbius – a comutação do interior ao exterior, a continuidade que une, ao mesmo tempo em que distingue.

Espero que essas discussões prossigam e frutifiquem.

Um abraço.

Lazslo

Interface

O tempo e suas vicissitudes

Luiz Alberto Oliveira¹

RESUMO: Um exame rápido dos conceitos que fundamentam a concepção de mundo vigente na atualidade indica que há uma Imagem do Tempo com características bem definidas operando globalmente, tendo como núcleo essencial a figura da mobilidade do Presente. Todavia, para as Ciências contemporâneas essa Imagem não é “objetiva”, pois não corresponde a nenhum atributo fundamental da realidade natural. Esse interessante paradoxo permite compreender essa Imagem como um sofisticado artefato cultural que, em geral de modo inconsciente, projetamos sobre os acontecimentos para coordená-los e lhes conferir sentido. No presente artigo, buscamos explorar algumas das possibilidades conceituais, éticas e políticas associadas a outras modalidades, diversas, de temporalidade, que esse paradoxo nos permite vislumbrar.

PALAVRAS-CHAVE: tempo; ciências; subjetividade; capitalismo; mutação.

A comunidade dos filósofos e historiadores da Ciência costuma ser o palco de polêmicas turbulentas e divergências agudas, mas talvez nenhum de seus praticantes se opusesse à afirmação de que o campo problemático determinado pelo conceito de Tempo e suas categorias associadas é dos mais profundos e complexos de toda a história do pensamento. Linhagens augustas de pensadores, de Heráclito a Whitehead, afirmam a essencialidade do Tempo na definição do que é Existir; estirpes igualmente nobres, de Parmênides a Einstein, negam-lhe qualquer caráter fundamental. Nosso modesto objetivo

1. Físico, doutor em Cosmologia, foi pesquisador do Grupo de Cosmologia, Relatividade e Astrofísica do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF/MCTI), onde também atuou como professor de História e Filosofia da Ciência. Pesquisador associado do Programa Idea da Escola de Comunicação da UFRJ, foi o primeiro Curador Geral do Museu do Amanhã do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisador, palestrante e consultor de diversas instituições brasileiras e internacionais.

aqui será o de procurar explorar um particular aspecto dentre essas vastas controvérsias: o de que, na civilização contemporânea, vigora uma Imagem do Tempo bem definida e sumamente eficaz, um dos eixos capitais de nossas concepções e práticas do que seja a realidade – embora um outro operador decisivo da cultura moderna, as Ciências, não confira qualquer objetividade a essa mesma Imagem. Se habitamos o Tempo, o que seria então o chão dessa nossa moradia – um abismo?!

Nossa exploração deve se iniciar pela demarcação clara dos termos do problema. Os estudiosos dos mitos costumam chamar de “Imagens de Mundo” certas constelações de ideias pelas quais as diferentes sociedades humanas baseiam, tanto coletiva quanto individualmente, a experiência de viver. Historicamente, essas Imagens foram geradas quer pelas tradições étnicas, locais, de cada povo, quer pelas grandes tradições religiosas. No Ocidente, primeiramente, desde os últimos três séculos, e em seguida em todo o globo, estabeleceu-se uma noção de Tempo específica e bem definida, que passamos a empregar quotidianamente – e, em geral, inconscientemente – para organizar de modo generalizado nossas práticas e mentalidades. Com efeito, a vastíssima maioria dos humanos acatamos, e exercemos, a Imagem de que o Tempo é como uma espécie de estrada sobre a qual se desloca, sempre em ritmo uniforme, uma nave, ou veículo, chamado “agora” ou “presente”. Esse veículo se move sempre de modo uniforme, orientado na mesma direção: não acelera nem freia, e em especial não para e retorna. E o que chamamos de Real, ou seja, o conjunto dos fatos, de tudo o que acontece, viaja embarcado nessa nave. Eis, de modo resumido, a figura do “Presente Móvel”; e dizemos, como o poeta nos diz, que “o tempo não para”, ou seja, o tempo passa, pois com facilidade concebemos a associação dos acontecimentos a diferentes marcos ou ocasiões, assinaladas ao longo dessa estrada. Os marcos que a nave do Presente já ultrapassou, chamamos de Passado; os locais que a nave não alcançou ainda, chamamos de Futuro. Um aspecto particularmente significativo desta Imagem é o de que o tempo já está consolidado, ou seja, a estrada *já está lá*, já está dada. Tudo que fazemos é percorrê-la, embarcados na nave perpetuamente deslizante do presente, recuperando pela memória os marcos já vencidos, antecipando pela imaginação os marcos ainda por vir.¹

Esta concepção do Tempo centrada na figura do Presente Móvel – ou, como chamaremos, “Imagem Cronal” – está hoje tão próxima de nós que adquiriu a invisibilidade das coisas demasiado íntimas. De modo comparável ao de uma ideologia, tomamos essa concepção como se fosse espon-

taneamente dada na natureza; como se, desde sempre, o Tempo tivesse essa única modalidade. Assim, não nos damos conta do caráter verdadeiramente assombroso de que ela de fato se reveste. Por exemplo, de um ponto de vista vivencial, o momento presente tem como limiar um piscar de olhos: uma piscadela e o presente já passou. Do ponto de vista conceitual, porém, Descartes fez o presente corresponder, em última instância, a um instante, isto é, a um ponto infinitesimal de tempo, uma *unidade de tempo de extensão nula*. A estrada do tempo se converte na figura ainda mais abstrata de uma linha, e o marcador do agora viajaria sobre essa linha, passando de instante a instante, de ponto a ponto. Mas isso significa que, no limite, todo o Real habita um infinitésimo de tempo de cada vez; ou seja, todos os corpos, quem sabe inumeráveis, que se distribuem por todo o espaço, quem sabe infinito, *cabem em um ponto*. Esta é sem dúvida uma noção espantosa! Estamos tão familiarizados com ela, contudo, tão acostumados a irrefletidamente exercê-la, que a tratamos como perfeitamente natural.²

Não podemos abordar em detalhe, aqui, o fascinante percurso de constituição dessa sofisticada concepção; basta que observemos o papel crucial que uma invenção decisiva – o relógio mecânico – teve em seu desenvolvimento. Este artefato extraordinário permitiu fracionar o fluir contínuo dos acontecimentos em uma sequência de etapas, de modo análogo à segmentação de uma linha em comprimentos menores. Ou seja, o relógio mecânico converteu a antiquíssima noção do Tempo como um fluxo em uma *sucessão* de períodos discretos. O resultado prático dessa transformação prodigiosa foi tornar o Tempo semelhante ao Espaço: o ciclo do dia e da noite, que era determinado pelo nascer e pôr do Sol, ganha um comprimento definido – o de 24 horas idênticas. Doravante, serão os crepúsculos matutino e vespertino que ocorrerão em diferentes horários; como assinala Daniel Boorstin³, a Humanidade então se liberta do Sol. E a atividade humana ganha uma *medida* – quantas horas (fixas) se trabalhou para se produzir um dado bem. Mais que a bússola, que reorganiza o Espaço; que a pólvora, que reorganiza o Movimento; e que o livro, que reorganiza a Memória, pode-se dizer que o relógio mecânico foi o principal facilitador técnico para a instauração do Capitalismo.

No entanto, mesmo num exame ligeiro, verificaremos que tanto para a Antiguidade, quanto para as culturas ditas “primitivas”, essa Imagem Cronal de nenhum modo foi prevalente. Por exemplo, os índios Navajo norte-americanos denominam de “agora” ou “presente” o período que transcorre entre dois ciclos da Lua, correspondente a 28 dias. Tudo o que suceder durante uma luação será

para eles, de certo modo, simultâneo ou, mais precisamente, contemporâneo. Desnecessário ressaltar que esta noção de um presente “extenso” difere por completo da ideia de uma unidade temporal básica colapsada em um infinitésimo. Ou seja, um breve percurso pelo repertório das diversas culturas humanas basta para se comprovar que a Imagem Cronal de maneira alguma é “natural”. Concluiremos, pelo contrário, que ela é de fato uma construção histórica, um dispositivo cultural extremamente sofisticado que emergiu num contexto específico.

Esta consideração abre caminho para duas consequências importantes para nossa exploração: em primeiro lugar, para as Ciências contemporâneas, a Imagem Cronal, ainda que funcional, não é “objetiva”, não corresponde a nenhum atributo fundamental da realidade natural. Isto é, não encontramos e recolhemos a Cronalidade desde o plano dos fenômenos; na qualidade de um artefato historicamente produzido, nós a *aplicamos* operacionalmente ao mundo, que assim passa a ser concebido e experimentado segundo os quadros e parâmetros resultantes desta operação.

E, em segundo lugar, as Ciências contemporâneas exibem *diversas* noções ou operadores denotados pelo *mesmo* termo “tempo” – indicando, paradoxalmente, uma *incompletude* em nossa apreensão costumeira desse(s) conceito(s) tão básico(s). Há, de fato, uma série de outros tipos não-cronais de temporalidade que as Ciências contemporâneas entendem ocorrer “objetivamente”, sendo encontrados numa variedade de sistemas naturais. Estas temporalidades não-cronais compartilham certas características com a Imagem predominante, mas não todas; e são postas em cena por explorações de diferentes domínios de saber – Biologia, Ecologia, Química, Física, Cosmologia. Em resumo, a Imagem do tempo que praticamos, objetiva e subjetivamente, que vivenciamos de modo tão íntimo e profundo, *não é natural*. Tem o estatuto de um aparelho de regulação, com o qual implementamos nossas existências, mas não é um fenômeno do mundo; não é da ordem dos granitos, e sim das locomotivas. Em consequência, para as Ciências contemporâneas, o termo “Tempo” adquire uma espécie de equivocidade, pois passa a designar diversas noções distintas de temporalidade, cada qual associada a um dado domínio do mundo natural.⁴

Um breve inventário das características da Cronalidade certamente envolveria a noção de três dimensões: Passado, Presente e Futuro; em particular, o Presente é móvel, o Passado é composto de presentes antigos, e o Futuro de presentes inéditos. O movimento do Presente é sempre uniforme, não acelera, ou desacelera, ou se inverte; assim, é orientado, ou direcional. Toda a realidade cabe inteira de uma vez em cada momento ou, o que dá no mesmo, esse tempo

é tanto único quanto universal. Tudo o que acontece, acontece sempre com referência a um mesmo tempo; não há diferentes linhas temporais de referência. Admitamos que essas categorias são válidas e necessárias para a definição da Cronalidade. Para principiar um exame sumário das várias noções de tempos acronais, façamos então o exercício de progressivamente retirar esses atributos e verificar se as figuras de temporalidade assim obtidas podem ser encontradas em algum domínio do mundo natural.

Consideremos um exemplo concreto: os organismos vivos. Evidentemente, a Vida é uma noção extremamente complexa, pois diferentes aspectos do problema do Tempo estarão necessariamente envolvidos – para começar, pelo fato de que a Vida pode ser entendida como um tipo de sistema material organizado que realiza o prodígio de colocar em contato as durações microscópicas, os períodos de frações de segundo dos processos químicos e bioquímicos que ocorrem em escala molecular no interior das células vivas, com as vastas durações das transformações ambientais, os milhares de anos dos ciclos do clima, os milhões de anos das transformações geológicas, as centenas de milhões de anos das transformações astrofísicas. Tanto do ponto de vista da composição básica (os compostos orgânicos e, em última instância, os elementos da tabela periódica) quanto da regra de transformação (a evolução por seleção natural), a Vida só pode ser compreendida a partir da conjunção que genes, organismos, espécies e ecossistemas realizam entre essas durações de escala muito diferente. Todavia, para o que nos importa aqui, vamos nos concentrar na unidade estrutural e funcional básica dos seres vivos: a célula.

Toda célula viva exhibe uma invenção decisiva: a membrana. Trata-se de um envoltório, feito de gordura insolúvel, que separa uma porção de fluido rico em moléculas orgânicas – antigamente chamado de “protoplasma” – do restante do ambiente. Todas as membranas são similares, mas as células de diferentes organismos encerram variados componentes, ordenados numa arquitetura diversa de acordo com a espécie. Uma vez que a membrana é a separação física entre o organismo e o meio, tendemos a encará-la como um operador espacial ou, antes, topológico, que permite a dissociação entre as matérias que se encontram *dentro* do vivo e *fora* dele. Ora, dentro do vivo se acha um manual de instruções, escrito na linguagem bioquímica do DNA, onde estão codificados os procedimentos para a construção dos equipamentos requeridos para a reimpressão deste manual. Isto é, um sistema cuja atuação dobra-se sobre ele mesmo; um *loop* lógico em que um conjunto de instruções é empregado para instaurar e regular um processo de fabricação, cujo objetivo

é a repetição do conjunto de instruções. Esse manual de instruções chama-se *genoma*, e a reprodução do organismo, do ponto de vista do genoma, não é senão a montagem do parque gráfico destinado a reimprimir um novo volume, uma nova cópia do texto bioquímico que especifica a constituição de cada exemplar de cada espécie.

Afortunadamente, o pergaminho bioquímico em que os genomas são escritos é frágil. Ou seja, as ligações químicas entre as “letras” do texto em DNA são fáceis de fazer e de desfazer, sendo ambas as operações indispensáveis durante o processo de reprodução. Isto quer dizer que é fácil sucederem *erros* quando das sucessivas reimpressões – uma linha trocada, uma palavra faltando, uma página repetida... Graças à fragilidade do suporte desoxirribonucleico da escritura, surgem novas versões, modificadas, do manual; se a alteração não for drástica a ponto de impedir o processo de replicação, daí em diante haverá duas edições *diferentes* do texto em circulação. Entendemos então que a Vida é capaz não só de repetir formas antigas, mas também de engendrar novas; trata-se, de fato, de um sistema autonomizado de diferenciação que multiplica aceleradamente o número e a variedade dos modos de organização dos sistemas físicos de base.⁵

O que é decisivo para nossa discussão, porém, é o entendimento de que a membrana *separa*, mas também *une*. Se a membrana fosse intransponível, o ser vivo inevitavelmente degeneraria, pois se envenenaria de desordem, de acordo com o Segundo Princípio da Termodinâmica (“qualquer sistema material fechado tende à homogeneidade, isto é, à desorganização”). É a transparência, ainda que seletiva, da membrana que permite que fluxos de matérias e atividade oriundos do meio exterior continuamente adentrem o organismo, participem dos ciclos energéticos que realizam o metabolismo da célula, e eventualmente sejam devolvidos ao exterior, sempre mantendo, enquanto isto for possível, uma unidade global que identificamos ao próprio organismo. Como se houvesse um edifício, uma catedral, digamos, e periodicamente todos os seus tijolos fossem trocados, e ainda assim, e sempre, ela continuaria uma catedral – com a diferença de que uma célula típica tem o mesmo número de componentes de um jato transcontinental de grande porte, condensados em umas poucas frações de milímetro, onde ocorrem descargas elétricas proporcionalmente mais intensas que as de uma tempestade, e ondas de choque supersônicas! Mal podemos discernir o prodigioso concerto dos processos de substituição contínua de componentes moleculares que não obstante mantém, razoavelmente inalterada, a integridade do conjunto.⁶

Eis então uma célula viva, demarcada por sua membrana, dentro dela está o núcleo, onde habita o genoma. Assim, no interior do ser vivo reside seu passado; ali se encontram os princípios, os planos e organogramas, que dirigirão o processo de reelaboração deste indivíduo quando se reproduzir. Dentro do vivo, o Passado. Fora do vivo, no exterior da membrana, se distribuem elementos com que o vivo ainda irá se encontrar; em alguns casos serão nutrientes, que ele assimilará e que vão mantê-lo, em outros casos, serão venenos, que em última instância acabarão por decompô-lo, isto é, por desfazer a unidade coletiva que chamamos de indivíduo, restando apenas blocos estruturais menores. Fora do vivo, o Futuro.

Portanto, ao realizar as operações topológicas de separar e de unir o dentro e o fora do vivo, a membrana cumpre também, e inseparavelmente, uma função *temporal*: conectar o dentro do vivo, o Passado, com o fora do vivo, o Futuro. Podemos assim imaginar que a membrana atua como um Presente, uma dimensão entre o passado e o futuro, mas aqui não se trata de um Presente Móvel, que viaja numa estrada já dada, e sim do território ou instância onde tem lugar um *nó*, um dobramento, onde o passado e o futuro se emaranham. Ao conectar o Passado e o Futuro do vivo, a membrana eventualmente permite que o Futuro, os encontros que o vivo vai ter, altere o Passado, ou seja, que substâncias assimiladas desde o meio modifiquem o DNA que carrega consigo de tal maneira que, ao se reproduzir, a cópia resultante seja diferente. Ao vincular Passado e Futuro, o “Presente Imóvel” encarnado na membrana dá lugar a uma dupla orientação, pois agora *o futuro pode agir e alterar o passado*. Portanto, dentro dos nossos próprios corpos vivos não vigora a imagem do Presente Móvel: na célula, o componente estrutural básico da Vida, encontramos as três dimensões do Tempo, mas o Presente do Vivo não se move; ele enlaça.⁷

Temos assim um desdobramento essencial de nosso problema. Se reunirmos as características que, por hipótese, definem o tempo Cronal – a saber, universalidade, unicidade, linearidade, continuidade, orientação, momento preferencial (agora), mobilidade do agora –, verificamos que diferentes domínios da Ciência abordarão seus respectivos campos de estudo empregando diversas figuras de temporalidade, nas quais esse conjunto de atributos não estará inteiramente presente (por exemplo: tempo da Biologia: sem mobilidade do agora; tempo da Termodinâmica: sem momento preferencial; tempo da Mecânica Newtoniana: sem orientação; tempo da Relatividade Especial: sem unicidade; tempo da Relatividade Geral: sem universalidade; tempo da Cosmologia Quân-

tica: sem unidimensionalidade...). Não podemos abordar aqui, em qualquer detalhe, essa plethora de temporalidades acronais; basta, para nossos propósitos, que admitamos suas ocorrências, e nos interroguemos, por conseguinte, sobre o que há de distintivo na Cronalidade ela mesma.⁸

Ora, a resposta é imediata: sendo um dispositivo cultural, isto é, um artefato elaborado historicamente, a Cronalidade é efetiva na Cultura, e pressupõe portanto *um sujeito que a instaure e a opere*. A Imagem do Presente Móvel só é eficaz por ser um diagrama subjetivo *projetado* sobre o mundo natural e ideologicamente validado para poder ser tomado como “natural” – único, universal, invariante. Todo dispositivo cultural requer condições de possibilidade para sua implantação; no caso de um diagrama subjetivo, são seus pressupostos a Linguagem, a Memória e a Imaginação. Todavia, como a diversidade de culturas humanas inequivocamente testemunha, cada grupo social modalizará seus modos de subjetivação de acordo com seus próprios ritmos e formas. Pode-se imaginar, como Jorge Luis Borges, uma língua em que o tempo flui desde o futuro, despedaçando-se no presente e remanescendo em fragmentos na memória.⁹ A elaboração de temporalidades, lineares ou não, seria assim uma capacidade pós-linguística compartilhada por todas as sociedades. Os signos não-gramaticais que os !Kung lêem no deserto ou os Yanomami na floresta, por exemplo, constituem bibliotecas tão densas quanto as de Alexandria, e remetem a modos de subjetivação francamente não-Ocidentais. Seus corações e suas vidas não estarão reguladas pela cadência uniforme dos mostradores que, modernos irremediáveis, nos hipnotizam. Essa constatação, é certo, exige que coloquemos em análise nossa própria atualidade.

Como observou com agudeza Paul Virilio¹⁰, nossa época seria marcada pela *aceleração*. Com efeito, seu traço distintivo com respeito a outros períodos históricos seria não o poder de deslocar grandes massas materiais (o que os Antigos já faziam) mas sim o de manipular instantaneamente, sem qualquer retardo apreciável, quantidades maciças de *informação*. O século XX testemunhou o surgimento e difusão de próteses de cognição – objetos técnicos dotados de larga capacidade de processamento de informação – que vieram suplementar as próteses de movimento e de sensibilidade que as eras tecnológicas anteriores haviam gerado. O suporte empírico do processo de integração desterritorializante que procuramos apreender sob o termo *globalização*, por exemplo, seria justamente o complexo mundial de redes telemáticas, operando em tempo “real”: global *porque* instantâneo. Multiplicam-se assim, em quantidade e variedade, os fluxos de objetos técnicos que atravessam o corpo das

sociedades atuais, induzindo a constituição de um inédito campo de mediação generalizada, em cujo centro está instalada a própria tecnologia.

A principal consequência desse processo de tecnificação cada vez mais abrangente é a de pôr à prova a solidez dos sistemas tradicionais de valores, obrigando-os a um regime de reajustes tão incessante quanto indeterminado. Ora, a aceleração consiste, antes de mais nada, numa operação *temporal*: a intensificação de ritmos, culturais, individuais e mesmo orgânicos, encarnada na crescente interpolação de interfaces sucessivas de integração (geratrizes de novas relações e conexões) entre a interioridade e a exterioridade dos agentes sociais – indivíduos, comunidades, massas. Ultrapassando os limites que dantes demarcavam o natural e o artificial, o objetivo e o subjetivo, a generalização da mediação técnica acarreta transformações profundas nos modos de estruturação das atividades produtivas contemporâneas; trata-se doravante do poder de agir em domínios virtuais, isto é, sobre *possibilidades*.¹¹

Por outro lado, orientando os eixos da inovação econômica, a Tecnociência regula a produção concreta de bens e artefatos através da contração dos ritmos dos sistemas de organização da produção; todo o planeta, incluindo seus biomas, se acha hoje submetido a uma gama de intervenções tecnoeconômicas que, em conjunto, correspondem a uma força de transformação de alcance global, e cujas repercussões terão muito longa duração: chamamos de *Antropoceno* esse modo, assaz inédito, de os humanos tripularmos a espaçonave Terra.¹²

Desse ponto de vista, o império da Imagem habitual do tempo – o apego ao “bom senso” cronal, refutado, como vimos, pelas Ciências contemporâneas – deixa de ser uma mera ilusão mistificadora e deve ser encarado como uma evidência de *complexidade*. Pode-se vislumbrar uma hierarquia de modos de organização naturais (e também técnicos) correspondentes a diferentes “tempos”, segundo diferentes níveis de inventividade, isto é, de geração de novas formas. Desse modo, a diversidade de noções de tempo na Ciência constituiria um índice da dificuldade grandiosa dos problemas envolvidos – e, em contrapartida, compreendemos que a ideologia cronal se vincula a um particular modo de diálogo material com o mundo, um impulsor infinitizante que, nos últimos três séculos, assumiu a coordenação dos afazeres humanos em múltiplos domínios e dimensões, e ao qual a Civilização global contemporânea parece exibir sintomas nítidos de adicção – o Capitalismo.¹³ Ao reger as atividades econômicas, o Sistema-Capital açambarcou também o controle das diretrizes práticas e simbólicas pelas quais as sociedades atuais (se) subjetivam. Se o Inconsciente se estrutura como uma linguagem, então o Capital nos diz *como* dizer. Sem

dúvida, o imperativo totalitário – totalizante e unitário – do Tempo Cronal em nosso mundo reflete o predomínio ilimitado das formas do Capital, afundando os horizontes na mesmidade da repetição, adestrando os corpos, formatando as mentes, subordinando os espíritos. O diagnóstico de Michel Serres¹⁴ descreve cruamente essa dupla compulsão: “Vivemos drogados de semelhança e de reversível. Nos precipitando na reversibilidade, nossas sociedades de trabalho e repartição das horas e dos dias tentam nos roubar a morte e nos fazer esquecer ou perder nossos muitos Tempos” (p. 67, “Espace et Temps”).

Tendo colocado, ainda que em esboço, alguns dos aspectos principais que configuram o campo problemático das Imagens do Tempo no pensamento corrente, talvez convenha assinalarmos que essa marcante incompatibilidade que a Cronalidade parece ter com relação à Vida pode de fato indicar que há potencialidades ainda submersas na vasta incompletude entre o que somos e o que podemos ser. Pois certamente o programa de pesquisa para o presente século, e quiçá ainda muitos outros, inclui pelo menos dois problemas de fundo: o de determinar a natureza desta Matéria Pensante que somos, e o de compreender as naturezas dos Tempos. Recordemos aqui que os Gregos, que tinham deuses para tudo, legaram-nos três divindades da temporalidade: *Aiôn* (a “eterna presença”, a perenidade imóvel que abarca o passado e o futuro), *Kronos* (o deus das sucessões dinásticas, que encarna a consecutividade das épocas) e *Kairós* (o deus das encruzilhadas, das bifurcações que se abrem para diferentes futuros, o deus portanto do “momento oportuno” de que se aproveita o artilheiro na área). Talvez nossa época esteja testemunhando o deslocamento do foco da pesquisa sobre a temporalidade, de *Kronos* para *Aiôn* e *Kairós* – do tempo que passa para o tempo que dura e para o tempo do encontro.¹⁵

Ou, como Jorge Luis Borges¹⁶ constata (ou sugere), a existência flui pelos múltiplos braços dos múltiplos rios do tempo. Mirando-nos nessas águas, reconhecemos que, sim, “O tempo é um rio que me arrebatou, mas eu sou esse rio; é um tigre que me dilacera, mas eu sou esse tigre; é um fogo que me consome, mas eu sou esse fogo” (p. 771).

O que mais poderíamos ser?

Time and its Vicissitudes

Abstract: A quick examination of the concepts that underlie the current conception of the world indicates that there is an Image of Time with well-defined characteristics operating globally, having as its essential nucleus the figure of the mobility of the Present. However,

for contemporary Sciences this Image is not “objective”, as it does not correspond to any fundamental attribute of natural reality. This interesting paradox allows us to understand this Image as a sophisticated cultural artifact that, usually unconsciously, we project onto events to coordinate them and give them meaning. In this article, we seek to explore some of the conceptual, ethical and political possibilities associated with other, diverse modalities of temporality, which this paradox allows us to envision.

Keywords: time; sciences; subjectivity; capitalism; mutation.

El Tiempo y sus Vicisitudes

Resumen: Un examen rápido de los conceptos que subyacen en la concepción actual del mundo indica que existe una Imagen del Tiempo con características bien definidas operando globalmente, teniendo como núcleo esencial la figura de la movilidad del Presente. Sin embargo, para las Ciencias contemporáneas esta Imagen no es “objetiva”, ya que no corresponde a ningún atributo fundamental de la realidad natural. Esta interesante paradoja nos permite entender esta Imagen como un sofisticado artefacto cultural que, normalmente de forma inconsciente, proyectamos sobre los acontecimientos para coordinarlos y dotarlos de sentido. En este artículo buscamos explorar algunas de las posibilidades conceptuales, éticas y políticas asociadas a otras diversas modalidades de temporalidad, que esta paradoja nos permite vislumbrar.

Palabras-llave: tiempo; ciencias; subjetividad; capitalismo; mutación.

Referências

1. Luiz Alberto Oliveira, *Imagens do Tempo*, in Marcio Doctors, Org., *Tempo dos Tempos* (Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, 2003).
2. G. J. Withrow, *O Tempo na História* (Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997).
3. Daniel Boorstin, *Os Descobridores* (Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1989).
4. Luiz Alberto Oliveira, *Caos, Acaso, Tempo*, in Adauto Novaes, Org., *A Crise da Razão* (Companhia das Letras, São Paulo, 1996).
5. Lynn Margulis & Dorion Sagan, *O que é a Vida?* (Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2002).
6. Bill Bryson, *Uma Breve História de Quase Tudo* (Cia das Letras, São Paulo, 2005).
7. Gilbert Simondon, *L'Individu et sa Gènese Physico-Biologique* (Millon, Grenoble, 1995).
8. Luiz Alberto Oliveira, *O Tempo em Fluxo*, in Adauto Novaes, Org., *Mutações – O Futuro Não É Mais O Que Era* (Ed. SESC-SP, São Paulo, 2013).
9. Jorge Luis Borges, *História da Eternidade* (Cia das Letras, São Paulo, 2010).

10. Paul Virilio, *Velocidade e Política* (Estação Liberdade, São Paulo, 1996).
11. Manuel De Landa, *A Thousand Years of Nonlinear History* (Swerve Editions, New York, 2000).
12. Luiz Alberto Oliveira, *Novas Ecologias Políticas & Antropoceno*, in Lucia Santaella, Org., *Simbioses do Humano & Tecnologias* (Instituto de Estudos Avançados – USP/EdUSP, São Paulo, 2022).
13. Peter Frase, *Four Futures - Life after Capitalism* (Verso Books, London, 2016).
14. Michel Serres, *Le Passage du Nord-Ouest*, (Minuit, Paris, 1980).
15. Luiz Alberto Oliveira, *Biontes, Bióides e Borgues*, in Adauto Novaes, Org., *O Homem-Máquina* (Cia das Letras, São Paulo, 2003).
16. Jorge Luís Borges, *Nueva Refutación del Tiempo*, in *Otras Inquisiciones* (Obras Completas, Emecé, Buenos Aires, 1960).

Recebido: 03/07/2023

Aceito: 12/07/2023

Luiz Alberto Oliveira

luiz.alberto.oliveira.244@gmail.com

Conferências

A ética da psicanálise hoje

Cláudio Laks Eizirik¹

Agradeço o amável convite de Ana Sabrosa, Bernard Miodownik, Nazli Sasson e da SBPRJ para esta aula de abertura dos cursos de 2023, com um tema que está no próprio cerne da teoria, da clínica e da vida institucional da psicanálise, bem como de sua relação com o mundo em que vivemos.

Ao saudar os analistas em formação e as/os colegas e amigos de várias gerações da SBPRJ, desejo recordar a querida Sonia Eva Tucherman que, dentre outras qualidades, era uma analista essencialmente ética.

A dimensão ética diz respeito ao campo de nossas relações conosco mesmos e com os outros, mediada, explícita ou implicitamente, por códigos de prescrições e proibições, que visam a legitimar padrões de conduta. Mais especificamente, a ética envolve os seres humanos em relações reflexivas, consigo mesmos e com os outros. A figura metafórica da dimensão ética é a casa, o lar, o espaço em que vivemos. Etimologicamente, *ethos* é a raiz de hábito, práticas, caráter, residência. O lar é um lugar de abrigo, contendo as condições para a possibilidade de proteção, alimentação e prazer. Tomar posse de nosso trabalho é adquirir alguma forma de serenidade em experimentar a vida fora desse abrigo, viver os desafios e as possibilidades de uma dupla condição de existência, sendo jogados num mundo que não foi escolhido e reconhecer a necessidade de construir, ao mesmo tempo, um mundo interno e um mundo externo nos quais viver. As relações com os outros são construídas nessa mediação, em que há, ao mesmo tempo, confiança e risco, diferenciação e proteção, responsabilidade e desafios (Figueiredo, 1995).

Assim, vou utilizar essa metáfora de lar, de casa, de espaço em que vivemos, num sentido psicanalítico: vivemos num mundo externo e num mundo interno; na nossa mente e no nosso corpo; no passado e no presente; nos so-

1. Membro Efetivo e Analista Didata da SPPA; Professor Emérito de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

nhos que sonhamos enquanto dormimos ou estamos acordados; nas relações amorosas que tivemos ao longo da vida, que temos hoje e que fantasiamos ainda ter ou nunca ter tido; nas vidas, nas fantasias, nos sonhos e nas lembranças que compartilhamos com nossos pacientes; no método psicanalítico; em nossas instituições; nas cidades em que vivemos, ontem e hoje, ou viveram nossos pais e antepassados, ou que apenas imaginamos, e assim por diante.

A ética, como sabemos, tem sido, ao longo da história, um tema de reflexão por inúmeros filósofos e pensadores, dos quais destacarei algumas ideias que me parecem relevantes para a psicanálise.

Para Aristóteles (1987), a ética compreende três aspectos: a *phronésis*, que significa sabedoria e competência; *arété*, honestidade e sinceridade; e *eunoia*, que inclui gentileza, boa vontade e complacência.

Muitos séculos depois, Foucault (1994) destacou que não é possível cuidar de si sem se conhecer; o cuidado de si é o conhecimento de si – buscando fundamentos em Sócrates e Platão –, mas também o conhecimento de regras de conduta ou princípios que são, ao mesmo tempo, verdades e prescrições. Cuidar de si é se apropriar dessas verdades. A pessoa que tem um belo *ethos* (que se traduz pelos hábitos, pelo porte, pela maneira de caminhar, pela calma com que responde aos acontecimentos), que pode ser admirada e citada como exemplo, é alguém que pratica a liberdade, mas para isto é preciso um trabalho de si sobre si mesmo.

A tarefa mais importante, segundo este autor, é desafiar o modo como pensamos e nos pensamos, frutos de uma complexa rede de práticas sociais e técnicas de autoconhecimento de si e dos outros, que foram dando forma a diferentes modos de existência. Foucault (1994) utiliza o conceito de cuidado de si para pesquisar o modo pelo qual um sujeito pode se constituir. Encara a questão do cuidado de si como uma forma de síntese, como um cruzamento entre a história da subjetividade e a análise das formas de governabilidade: o governo de si por si, em sua articulação com as relações com os outros – formas éticas de relacionamento.

Foucault (1994) destaca que, para os gregos, não é por cuidar dos outros que uma pessoa é ética. O cuidado de si também é ético em si mesmo, porém implica relações complexas com os outros. Além disto, o cuidado de si implica também uma relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, pois a relação consigo mesmo é ontologicamente primária (Eizirik, M. F., 2013).

Outro filósofo que pensou a ética foi Lévinas (1961), enfatizando a importância do cuidado, do respeito e da responsabilidade para com o outro. Sua proposta evidencia uma tentativa de sair do ser, rompendo com o círculo tradicional da filosofia clássica, que não concebe o outro como relação. Lévinas não recua face às desafiadoras e conflitantes realidades sociais, políticas, religiosas, econômicas e étnicas, marcadas fortemente pela ausência de uma ética como responsabilidade. Sua postura humanista enfatiza que somos responsáveis pelo outro, que está exposto em sua nudez à violência, à dor, à fome, à morte e ao extermínio produzidos pela ganância exacerbada do ter e do poder.

Desenvolve uma ética do cuidado, numa sociedade pluralista e individualista. Lévinas (1961) gostava de citar uma frase de Dostoiévski (2009): “Somos todos culpados de tudo e de todos ante todos, e eu mais que os outros” (p. 319). Sua ética radical da responsabilidade pelo outro não exige qualquer reciprocidade. É só através dessa responsabilidade total e infinita que o eu pode se despojar de seu imperialismo dominador e acolher o outro. Mas essa responsabilidade, que coloca o egoísmo do eu pelo avesso, não o destrói. Ao contrário, ela é o testemunho do lugar central que ocupa dentro da ética a pessoa que não é ela mesma a não ser se colocando no lugar do outro (tomando como suas as faltas e sofrimentos do outro), o que ninguém poderia fazer em seu lugar.

Esses elementos da ética recém-sumarizados (o cuidado de si e do outro, a responsabilidade pelo outro, a necessidade de um mestre ou um guia, as qualidades descritas por Aristóteles) estão presentes, implícita ou explicitamente, sob várias formas, por exemplo, nos trajetos da pulsão e em suas diferentes possibilidades de satisfação ou frustração, na tensão entre o narcisismo e o amor objetal, na luta entre o princípio do prazer e o da realidade, nas oscilações e conflitos que percorrem a obra de Freud, ou ainda no que Melanie Klein descreveu como as dramáticas oscilações entre as posições esquizo paranoide e depressiva e, mais especificamente, na maneira de definir a maturidade emocional como consistindo na capacidade de tolerar e admirar as realizações dos outros, principalmente os nossos pares, e até se identificar com elas, sem ser invadido por um excesso de inveja, com sua natureza maligna e destrutiva.

Os aspectos da alteridade como centrais para a ética foram estudados por Laplanche (1997) como o primado do outro, ou descritos por André Green (2007), para quem os cristais do material analítico revelam diferentes eixos, dentre os quais destaca: 1. O corpo e suas impregnações eróticas ou destrutivas; 2. O modo como pretende fazer vir a si a graça que pretende dizer; 3. Os registros que participam do discurso, o pensamento-afeto, ao lado do pensamento

conceito; 4. As circulações, intrincações, anastomoses das vias que levam ao outro; 5. A direção ao objeto, pois é através do objeto que a pessoa chega ao seu corpo como ao mundo; 6. As figuras do outro que correm o risco de sucumbir à tentação da desencarnação.

A visão de alguns autores sobre a ética psicanalítica

Em várias passagens de sua obra, Freud (1915/1974, 1933/1976) destaca que, construída sobre a renúncia à satisfação instintual, a civilização cobra de cada pessoa a mesma renúncia, destacando que nossa consciência não é o juiz inflexível que os professores de ética declaram, mas é, em sua origem, ansiedade social e nada mais. Estudando os primórdios da civilização, a origem e a natureza da consciência moral no homem e o preço pago em termos de sofrimento e adoecimento psíquico pelas interdições e renúncias instintuais que tornam possível essa mesma civilização, afirma que a ética é uma limitação do instinto. Compara essa situação à de uma pessoa que vive acima de seus próprios meios, descrevendo-a como hipocrisia; considera, assim, que a civilização está alicerçada sobre essa hipocrisia, como a favorece; caso contrário, mudanças extensas teriam que ocorrer. A conclusão inevitável é que a civilização repousa sobre uma base muito duvidosa, é frágil e instável, como vemos continuamente, aliás, nas salas de análise, nas famílias e nos grupos sociais e nas diferentes nações, como estamos testemunhando a cada dia, tanto hoje como ao longo da história da humanidade.

À medida que sua teorização evoluía, Freud deu cada vez mais destaque à pulsão de morte ou destrutividade, como desenvolveu André Green (2007). A consideração e o respeito pelo outro, e pela própria espécie, são estranhos a este aspecto do ser humano, provocando grande desilusão posterior. Outro elemento destacado por Freud (1937/1974), que tem a ver com a ética, é que o trabalho analítico está fundado sobre o amor e o reconhecimento da verdade.

Bion (1962/1991) levou essa questão além: em seu modelo digestivo de mente, considera a verdade como o alimento do aparelho para pensar que, sem ela, sofre de inanição. Ora, essa convicção acaba por se transformar em um imperativo ético que vale para o nosso relacionamento com o paciente e conosco mesmos. Mas a verdade, como diz Mondrzac (2012), precisa de condições para ser recebida e contida, senão sua imposição pode ser um ato de violência. Assim, o amor à verdade precisa estar associado à consideração pelo outro, para que seu uso não se transforme numa arbitrariedade.

Outra contribuição relevante de Bion, que Sandler (2012) considera mais frutífera que a de Freud sobre as pulsões, é uma divisão entre narcisismo e socialismo, cujas tendências são iguais em quantidade e opostas em sinal: essa bipolaridade dos instintos refere-se a sua operação como elementos de satisfação da vida do indivíduo como tal e a sua operação como elementos na sua vida social ou, como descreveria Aristóteles, como um animal político.

Os dois polos fazem com que a situação de conflito seja ubíqua, pois o socialismo do paciente o ameaça como indivíduo, enquanto o grupo requer que ele se subordine a objetivos que se situam fora de sua personalidade, o que é especialmente verdadeiro com respeito à agressão. E Bion se pergunta: será também quanto à moralidade? E que faz o paciente ser impelido a direções conflitantes, pois seu ponto de vista moral individual conflita com o que ele mantém como membro do grupo?

Segundo Meltzer (1992), os traços principais de uma postura ética compatível com os princípios psicanalíticos consistiriam em seguir, não conduzir, na busca da (inalcançável) verdade; construir e preservar um enquadre no qual isso possa ocorrer; possibilitar a evolução do paciente sem impor-lhe metas; buscar o significado e não o exercício do juízo moral sobre a conduta; estar preparado para o sacrifício pessoal da busca dessas aspirações, sem impor aos outros esses sacrifícios; restringir a influência de si mesmo sobre o paciente à clareza que a comunicação irradia e não à ação; falar de forma verdadeira.

Ogden (2005) destacou alguns valores que considera fundamentais para a prática da psicanálise, e que favorecem a busca da verdade e da autenticidade do paciente. Considera que essas capacidades, das quais não se pode abrir mão, se a psicanálise é nossa meta, são: ser humano, ser capaz de enfrentar a verdade, ser responsável, ser capaz de pensar em voz alta, de não saber e de sonhar.

Num trabalho em defesa de certa ética imprescindível, Mondrzac (2012) busca elencar invariantes da ética psicanalítica, se é que existem, que deveríamos manter em qualquer tempo e em qualquer cultura: “Um analista precisa ser uma boa pessoa; ter um respeito visceral pela verdade; acreditar na existência de processos inconscientes; ser neutro; não transgredir” (p.18-24)

Para outro autor contemporâneo, Milmaniene (2012), que se inspira nas ideias de Lévinas, a ética consiste em assumir com dignidade esse destino obrigatório que nos conduz ao encontro do Outro e não ao eterno retorno sobre si mesmo, a partir da visão inaugural de seu rosto, tendo por horizonte a fidelidade à autoridade do simbólico depurado.

Um olhar pessoal sobre a ética psicanalítica

Como um analista que se aproxima de sua oitava década, lanço um olhar retrospectivo sobre minha própria trajetória e tento contextualizar e colocar em palavras as vastas emoções e pensamentos imperfeitos que me acompanham ao longo do ciclo vital analítico. Dois aspectos chamam a atenção: as transformações e evoluções em minha visão da psicanálise e um olhar mais pessoal sobre o que me parece essencial no seu exercício e na sua ética.

Sobre minha visão da psicanálise, observo que a noção de um campo analítico, a partir do trabalho pioneiro dos Baranger (1961-2), em que as interações das mentes do analista e do paciente ocupam nossa atenção e observação, sem negar a inevitável assimetria, é uma importante mudança paradigmática; que a presença do analista na pólis é uma realidade inegável, que a nova configuração trazida pela pandemia, a análise à distância, se tornou algo presente na vida de todos os analistas, que a escuta analítica merece uma consideração mais detida, e que após milhares de horas de voo pelos mais diversos cenários dos dramas da existência humana, é possível ter uma visão mais realista, menos idealizada ou pessimista, sobre os inegáveis alcances e as inevitáveis limitações da psicanálise.

A seguir, vou descrever qual é minha atual visão do exercício e da ética psicanalíticos hoje.

A psicanálise é, ao mesmo tempo, uma ciência e uma arte

Existem elementos de uma ciência na psicanálise, como seus fundamentos teóricos, sua teoria da técnica, o próprio método analítico com suas invariantes, sua capacidade de ser replicada e produzir efeitos terapêuticos, transformações ou mudança psíquica. E elementos de uma arte, que fazem de cada relação analítica algo único e irrepetível, de cada sessão analítica sempre algo potencialmente surpreendente e imprevisível, de cada momento da sessão algo que é construído por duas mentes, que buscam estar vivas e criativas. Essa natureza imprevisível, ao mesmo tempo em que a simplicidade e a estabilidade necessárias, levaram Meltzer (1967, 1988) a destacar a misteriosa função da criatividade que pode surgir na relação analítica e seu impacto estético, e Ogden a dar a um de seus livros o título de “Esta arte da psicanálise” (2005). Assim, uma postura ética me parece aceitar nossa inevitável oscilação entre esses dois campos, sem precisar negar a complexidade dessa dupla condição.

A psicanálise é um tratamento

Nunca é demais destacar que estamos falando de um tratamento, e como tal é preciso considerar indicações, motivação, contraindicações, psicopatologia, disponibilidade emocional e experiência clínica de cada analista para aceitar e dar início à análise de cada paciente. No que se refere aos analistas em formação, penso que sua análise pessoal é o elemento central da formação analítica. Trata-se sempre de uma análise que requer do analista bastante experiência, profunda identidade analítica e identificação com a psicanálise, e uma grande disposição à maternidade, como descreveu Chasseguet-Smirgel (1988): a capacidade de esperar, acompanhar que se forme e desenvolva um campo analítico, escutar as diversas expressões do inconsciente e as vicissitudes da formação, e que algum dia nasça uma nova analista. E, da analista em formação, paciência, esperança, coragem para mergulhar no seu próprio inconsciente, tolerância com o não saber e capacidade de ouvir, sentir e pensar sobre aspectos desconhecidos de si mesma e que provocam vergonha, culpa, ódio e todas as emoções amorosas e destrutivas que nos habitam.

A responsabilidade do analista é de cuidar e de estimular a individualidade, a subjetividade, o desejo e as escolhas de cada paciente

Toda pessoa que procura análise encontra-se num estado de grande desamparo e fragilidade emocional, em que a idealização e a busca de soluções mágicas costumam dominar a relação analítica. Tanto nesse período inicial, como nos posteriores, a função do analista é a de um objeto transicional na vida do paciente, ajudando-o, como diriam os gregos, conforme Foucault, ou o próprio Freud, como uma espécie de guia acompanhante na escalada de uma montanha. Ou como Virgílio, que acompanhava Dante, na “Divina comédia”, em seus percursos pelos infernos, o purgatório e alguns paraísos possíveis.

A responsabilidade do analista é de cuidar de sua própria mente e de seu próprio corpo, e de se manter atento ao seu inevitável narcisismo e seu desejo de interferir e moldar as vidas de seus pacientes, tendo um olhar contínuo sobre a sua neutralidade possível

Meltzer (1967) descreve a prática da psicanálise como um ato ao mesmo tempo artístico e atlético. Destaca a importância da condição do analista, diferente de sua habilidade, seu conhecimento ou seu caráter. De acordo com ele, da mesma forma que a condição de um atleta se baseia no seu constante treinamento, e a de um violinista em sua prática, nossa condição deve se basear numa programação diária, semanal, e assim por diante, de atividades que visem a uma performance de qualidade. Deve haver um princípio guia, próximo do limite, equilibrando estabilidade e simplicidade.

Um dos elementos que protege essa condição é a neutralidade analítica, que está presente explicitamente tanto nos nossos códigos de ética como nas distintas teorizações sobre a postura ética do analista. Este é um conceito controverso, mas creio ser um elemento central da postura analítica. Para mim (Eizirik, C. L., 1993, 2021), a neutralidade analítica é a posição, tanto comportamental quanto emocional, a partir da qual o analista, em sua relação com o paciente, observa, sem perder a necessária empatia, mantendo certa distância possível em relação: 1. ao material do paciente e a sua transferência; 2. à contratransferência e a sua própria personalidade; 3. aos seus próprios valores; 4. às expectativas e pressões do meio externo e 5. à(s) teoria(s) psicanalítica(s). Tal posição não implica ausência de espontaneidade ou naturalidade, mas o reconhecimento de que a manutenção de certa distância possível em relação a esses cinco aspectos é o elemento que nos permite contato e comunicação crescentes e mais profundos com o mundo interno do paciente, com o objetivo de atingir os fins terapêuticos a que ambos nos propomos. Certa distância possível é uma expressão propositalmente ambígua. Admite a necessidade de uma distância, mas reconhece que é relativa; ao mesmo tempo, com o possível, pretende-se enfatizar que estamos tratando de uma posição constantemente ameaçada, por influências internas e externas, e que tentamos manter dentro das possibilidades (Eizirik, C. L., 1993).

Cabe hoje também considerar o analista como pessoa e cidadão, e discutir um problema que afetou o movimento psicanalítico ao longo de sua história, que foi a confusão entre a possível neutralidade dentro do *setting* e a nossa vida na pólis, como se a primeira impedisse a segunda. Diversos erros, omissões, covardias e silêncios ocorreram ao longo de nossa história institucional, utilizando de forma racionalizada essas prescrições, ou melhor, recomendações técnicas, que Freud sempre foi muito cauteloso ao caracterizar que se aplicavam a sua própria individualidade e não poderiam ser generalizadas dogmaticamente.

Assim, para mim, cada analista, ou cada cidadão, tem pleno direito de expressar suas posições ideológicas, políticas, religiosas, futebolísticas, artísticas ou

quaisquer outras, e cada instituição psicanalítica pode e deve, quando assim decidir, manifestar-se na cena pública, como tem feito de forma admirável a IPA, a FEPAL e a Febrapsi e nossas instituições locais, bem como tantas outras. Reconheço a liberdade de cada pessoa ou de cada analista, de querer ou não querer, de gostar ou não gostar, de se manifestar abertamente, e este é um direito inalienável.

Poderíamos dispensar este conceito? Sim, poderíamos, mas aí perderíamos uma das palavras que todos os analistas conhecem, e com isto uma forma de diálogo e comunicação. Inúmeros autores, há décadas, têm reconhecido a natureza ambígua e problemática desta noção, e isto os levou a adjectivá-lo, como a “neutralidade benevolente”, de Loewald (1960) a “neutralidade compassiva”, de Greenson (1967), a “neutralidade técnica”, de Kernberg (1980) E a “neutralidade possível”, por que não?

Afinal, não podemos ou não conseguimos ficar ou ser neutros face ao sofrimento psíquico, às diversas e quase infinitas expressões da pulsão de morte e da destrutividade, nem às variadas e emocionantes manifestações da beleza, da criatividade e do muitas vezes inacreditável espírito humano que resiste, corajosamente, aos ataques externos e internos, e ressurgir disposto a continuar essa tarefa infundável de viver e de buscar o prazer e o convívio.

A formação de novos analistas, com o rigor e o cuidado necessários, é uma responsabilidade ética das instituições e dos seus membros

A formação analítica é uma área que encerra inúmeros desafios éticos às nossas instituições e aos colegas envolvidos nessa tarefa, que inclui as chamadas profissões impossíveis por Freud: educar, governar e analisar. Uma formação sólida necessita de procedimentos claros e objetivos, que sejam do conhecimento de todos, critérios de seleção e avaliação contínua de professores e alunos, currículos consistentes e ao mesmo tempo flexíveis para incluir novos desenvolvimentos, estímulo à participação dos analistas em formação, inclusão de novos autores e ideias produzidas, tanto na literatura psicanalítica, quanto nas áreas científicas e humanísticas. Também é necessário discutir, revisar e modificar critérios de seleção, numa atitude inclusiva e acolhedora das diferenças e da capacidade de ouvir o outro.

A função de nossas instituições nessa delicadíssima tarefa lembra as noções de Winnicott (1951) sobre a dupla mãe-bebê, a responsabilidade materna primária, as tarefas de integração e personalização. A unidade formada pela

dupla mãe-bebê possibilita o movimento em direção à constituição do *self*. Essa ação, o gesto espontâneo, nasce do *self* verdadeiro, sendo sua expressão no mundo, podendo ser criativo e sentir-se real.

A confidencialidade com o material dos pacientes, com os temas tratados em reuniões de avaliação e com a vida institucional, é uma responsabilidade ética compartilhada por todos

O Relatório do Comitê de Confidencialidade da IPA de novembro de 2018 afirma que ela é um dos fundamentos da psicanálise, afirmado pela IPA em seu Código de Ética, e isso tem consequências, tanto para a IPA como organização profissional, quanto para seus membros individuais. A confidencialidade é uma questão tanto de ética quanto de técnica. É essencial para o bem-estar e desenvolvimento futuro da psicanálise, bem como para o bem-estar e benefício dos pacientes. Garantir a manutenção da confidencialidade pode ser uma tarefa complexa, difícil e desafiadora. O Comitê considera que em nossa cultura profissional atual existem lacunas entre a teoria e a prática do sigilo, pois sabemos, mesmo que apenas de forma anedótica, que na prática psicanalítica atual o rigor com que o sigilo é mantido é altamente variável.

Neste relatório, foram descritos riscos à confidencialidade em três áreas: 1. compartilhamento de material clínico com colegas, que é para o benefício de pacientes individuais e de pacientes em geral, mas que pode entrar em conflito inevitável e, em última análise, insolúvel com a necessidade de preservar a confidencialidade; 2. telecomunicações e uso de tecnologia, especialmente, mas não exclusivamente, em “análise remota”, que está criando novos riscos para os quais apenas proteção parcial é possível; 3. solicitações de pacientes e de terceiros para acesso às anotações do processo, em que considerações éticas e técnicas correm o risco de serem subordinadas às legais ou políticas.

Além disso, em todas essas três áreas, surgem problemas relativos à possibilidade de obtenção do “consentimento informado”, dadas as complicações decorrentes da transferência em qualquer situação psicanalítica e da inerente imprevisibilidade do conteúdo psíquico inconsciente em todas as etapas de uma análise.

A recomendação geral do Comitê de Confidencialidade é que a IPA promova e fortaleça uma cultura de confidencialidade em todos os aspectos de suas operações.

Considerações finais

Se a noção de *ethos* inclui os significados de ser, fazer, residir, costumes, práticas, e se as várias visões da ética que destaquei enfatizam o cuidado de si e a responsabilidade pelos outros, podemos seguir dois caminhos: o da prescrição, que nos leva a códigos de procedimento, tão necessários quanto potencialmente superegoicos; e o da busca de compreensão do que seria, afinal, a ética psicanalítica e onde ela se encontra nos fundamentos da IPA. Neste segundo sentido, que foi o que privilegiei aqui, penso que a noção de preocupação e cuidado consigo e com o outro é tão central quanto a de responsabilidade.

Observamos o conflito entre o narcisismo e as relações objetais, ou entre o imperialismo do eu dominador e o acolhimento do outro, como diria Lévinas (1961). Esses aspectos emergem claramente, por exemplo, na história da psicanálise, quando vemos Freud e seus colegas buscando chegar a um acordo para criar a IPA, e os fatos, conflitos e soluções encontradas para estabelecer, desenvolver e manter cada nova instituição psicanalítica por todas as regiões do mundo. Um elemento comum entre esses primeiros momentos e as etapas sucessivas é justamente essa relação dialética entre tentativas de organização e ruptura, preocupação com a associação e seu desmembramento, a busca de elementos comuns e a negação de qualquer possibilidade de convivência com o outro, o diferente, o estrangeiro, entre tentativas de ligar e desligar, como diria Green (Eizirik, C. L., 2011, 2023).

Se há algo que podemos aprender acompanhando nossa história centenária, que é realmente apenas um fragmento da grande história de ideias revolucionárias que moldam a mentalidade humana e lhe dão sentido, penso que os fundamentos éticos da IPA e de todas as sociedades a ela filiadas encontram-se no árduo trabalho diário que nos faz enfrentar desilusões, regressões, conflitos, limitações, resistências e obter inegáveis ganhos e mudanças psíquicas nesse processo interminável de cuidado e aceitação de uma responsabilidade compartilhada pelo outro, esse outro que não é apenas o paciente em análise, mas o próprio objeto psicanalítico, em sua dimensão teórica, clínica, institucional e como forma de pensar a cultura.

A forma como cuidamos e nos responsabilizamos por este objeto elusivo, estimulante, tantas vezes frustrante, sempre exigente, que por vezes também nos mostra o seu esplendor e a sua capacidade de produzir beleza e de reduzir o sofrimento psíquico, em cada campo analítico e em cada experiência institucional, é talvez a melhor forma de exercer a ética psicanalítica hoje.

Referências

- Aristóteles (1987) *Ética a Nicômaco*. In Coleção Os pensadores, São Paulo, Abril Cultural (publicado originalmente em 300 a.C.)
- Baranger, W. & Baranger, M. (1961-62). La situación analítica como campo dinámico. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis*, 4 (1), 3-54.
- Bion, W. (1991). *O aprender com a experiência*. Imago. (Trabalho original publicado em 1962.)
- Chasseguet-Smirgel, J. (1988). *As duas árvores do jardim*. Artes Médicas.
- Dostoiévski, F. (2009) *Os Irmãos Karamazov*, São Paulo, Editora 34 (Publicado originalmente em 1880)
- Eizirik, C. L. (1993). Entre a escuta e a interpretação: um estudo evolutivo sobre a neutralidade psicanalítica. *Revista de Psicanálise da SPPA*, I(1), 19-42.
- Eizirik, C. L. (2011) *L'étique aux fondements de l'ÁPI*. In B. Chervet. et J.M. Porte, *L'étique du psychanalyste*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Eizirik, C. L. (2021). Dear candidate. In F. Busch, *Dear candidate: Analysts from around the world offer personal reflections on psychoanalytic training, education and the profession*. Routledge.
- Eizirik, C. L. (2023). Developing, holding and containing new psychoanalytic groups. In G. Junkers, *Living and containing psychoanalysis in institutions*. Routledge.
- Eizirik, M. F. (2013). O cuidado de si: uma perspectiva filosófica. In C. L. Eizirik & A. M. Bassols, *O ciclo da vida humana*. Artmed.
- Figueiredo, L. C. (1995). Foucault e Heidegger: A ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar). *Tempo Social*, 7(1-2), 136-149.
- Foucault, M. (1994) *L'étique du souci de soi comme pratique de la liberté* In Foucault, M. *Dits et Écrits*. Paris, Gallimard, p.708-29
- Freud, S. (1974). Reflexões sobre os tempos de guerra e morte. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XIV, Imago. (Trabalho original publicado em 1915.)
- Freud, S. (1974) *Análise terminável e interminável*. In S. Freud Edição *standard* Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol.XXIII, Imago. (Trabalho original publicado em 1937.)
- Freud, S. (1976). Por que a guerra? In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XVIII. Imago. (Trabalho original publicado em 1933.)
- Green, A. (2007). *Pourquoi les pulsions de destruction ou de mort?* Editions du Panamá.
- Laplanche, J. (1997) *A primazia do outro em psicanálise*. Paris, Flammarion
- Lévinas, E. (1961). *Totalité et infini : Essais sur l'exteriorité*. Martinus Nijhoff.
- Loewald, H. (1960) On the Therapeutic Action of Psycho-Analysis, *Int.J.Psycho-anal.*, 32:32-43
- Kernberg, O. (1980) *Mundo Interior e Realidade Exterior*. Rio de Janeiro, Imago Ed.

- Meltzer, D. (1967). *The psycho-analytical process*. William Heinemann Medical Books Limited.
- Meltzer, D. (1992). *Clastrum: una investigación sobre los fenómenos claustrofóbicos*. Spatia Editorial.
- Meltzer, D. & Williams, M. H. (1988). *The apprehension of beauty*. The Clunie Press.
- Mondrzac, V. (2012). Em defesa de uma certa ética imprescindível. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 17-26.
- Milmaniene, J. (2012). Ética e moral na atualidade. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 27-38.
- Ogden, T. (2005). *This art of psychoanalysis*. Routledge.
- Sandler, E. H. (2012). O plural no singular: uma contribuição à reflexão sobre ética e psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 46(1), 39-51.
- Winnicott, D.W. (1951) Objetos transicionais e fenômenos transicionais In Da pediatria à psicanálise. Rio de Janeiro, Imago

Recebido: 03/05/2023

Aceito: 22/05/2023

Cláudio Laks Eizirik
cleizirik@gmail.com

Formação Psicanalítica

Trocando experiências

Alícia Beatriz Dorado de Lisondo¹

Maria Cristina Leão²

Encontro virtual em 11/06/2023 às 10 horas.

*Qualquer tempo é tempo.
A hora mesma da morte
é hora de nascer.*

*Nenhum tempo é tempo
bastante para a ciência
de ver, rever.*

*Tempo, contratempo
anulam-se, mas o sonho
resta, de viver.*

Qualquer tempo
Carlos Drummond de Andrade

1. Analista Didata e Docente da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Campinas (SBPCamp) e da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) - Filiada à International Psychoanalytical Association (IPA); Co-Fundadora do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Campinas; Analista de Crianças, Adolescentes pela International Psychoanalytical Association (IPA); Membro da Associação Latino-americana de Observação de Bebês Método Esther Bick (ALOB); Participante do Grupo Prisma Psicanálise y Autismo (GPA) Protocolo Prisma; Coordenadora do Projeto S.O.S. Brasil com respaldo da Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI), Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) e International Psychoanalytical Association (IPA); Co-Coordenadora do Grupo de Estudo sobre Adoção e Parentalidade na SBPSP; Coordenadora do Grupo de Estudo Autismo: Clínica e Investigação na SBPSP.

2. Psicóloga, Aluna do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRU; Psicóloga clínica - Psicóloga Judicial (TJMG); Especialista em Direitos Humanos, em Mediação de Conflitos e em Psicologia Jurídica; Especialista em Arteterapia; Membro do grupo de estudos Sankofa: Psicanálise e Relações Étnico-raciais; Co-Fundadora do Coletivo Mådàrà: território de afetos e aprendizados.

— Oi, Cristina.

— Oi, Alicia. Bom dia!

— Então, eu te encaminhei a poesia do Drummond, porque acho que seria uma forma de iniciar o artigo, se você concordar.

— Sim, eu recebi o poema como uma grande inspiração! Drummond foi um escritor, mineiro, um grande poeta, que se movimentou e atravessou muitos tempos em sua existência. Ele foi longo e sua obra se faz presente entre nós. Os tempos da cronologia e os tempos da alma... Ter Drummond iluminando nossa conversa, com certeza, será muito interessante e enriquecedor, sobretudo porque é um encontro de gerações. Eu sou aluna do Instituto de Formação Psicanalítica da SBPRJ e você é uma analista didata, com um longo percurso, na clínica, pesquisa e transmissão da psicanálise.

— Algo importante nesta conversa é considerar que um analista está permanentemente em formação.

— Sim. Desde o início desse percurso, nos deparamos com esta constatação inevitável e fundamental.

— E é muito importante, mesmo com os quilômetros rodados de cada um, se manter permanentemente em movimento, porque os mistérios do ser humano não permitem pensar que uma só teoria dá conta. Por isso, a formação precisa ser uma formação plural, respeitando as tendências singulares de cada colega. Obviamente que a identificação com uma determinada teoria tem a ver com a análise pessoal, com as supervisões, com a história de vida, é uma questão de identidade, de ser. Uma formação suficientemente boa implica ter, na caixa de ferramentas do analista, diversas escolas de pensamento e uma consciência crítica, aberta, uma clínica revisitada, refletida. Ela nos desafia. Os conceitos de “campo analítico” dos Baranger e de “terceiro analítico” de Ogden nos convocam e responsabilizam a assumir nosso compromisso como protagonistas de cada processo em curso. O compromisso ético do analista implicado no percurso é potencializado. Por isso, a formação do analista precisa ser cuidadosa, demorada, de alta frequência. Nossa mente é nosso instrumento privilegiado. Nosso trabalho é insalubre, apaixonante e muito exigente. O mais sagrado da vida do paciente está em jogo: as dores da alma. Por isso, a reanálise faz parte da formação permanente. O fanatismo e os “ismos” abortam a criatividade, a liberdade.

— O ser em movimento é uma ideia que acredito ser importante para pensarmos o processo de formação em psicanálise. Não somos sujeitos unificados, vivemos conflitos, angústias, temos ambivalências. As tensões perpassam nossa relação com o Outro e são fundamentais para a formação do Eu.

Estudando a obra freudiana na formação, constatei que, desde o início, Freud relaciona a experiência subjetiva à ideia de cultura. Para o pai da psicanálise, a referência do sujeito a um Outro que pode ser objeto de amor e/ou ódio é constitutiva do humano. O destino dado às tensões deste encontro pode remeter a dimensões criativas do ser ou, se destrutivamente, podem causar adoecimentos e sofrimentos psíquicos. Os movimentos do indivíduo ou da coletividade, a meu ver, possuem um potencial de crítica social, ou melhor, podem ser escutados pelos psicanalistas como uma crítica aos extremos da nossa época, tal como Ferenczi escudou os combatentes da guerra. Cuidar das implicações do nosso fazer clínico é um compromisso ético do qual não podemos nos afastar. Creio que a psicanálise dispõe de diversas ferramentas para a compreensão da complexidade dos tempos atuais.

— E porque temos pontos cegos no nosso inconsciente importa estar em movimento, alimentar a curiosidade pelos mistérios do nosso ser e dos outros, buscar reanálise, discutir nosso trabalho, principalmente os impasses com colegas, nutrir nossa identidade profissional com todas as manifestações culturais para dispor, no nosso repertório, de um vocabulário poético, dosar os tempos, incluir o lazer.

— Sim, e tem a própria ideia, como no poema, “o tempo, o contratempo, mas que resta o sonho de viver”. O sonho impulsiona e é impulsionado por esses encontros do tempo e do contratempo. Precisamos sonhar nossa experiência, elaborar emocionalmente nossas ambivalências, conhecer nossos pontos cegos e transformá-los. Isso é matéria-prima do trabalho analítico na clínica. Também tem o trabalho que fazemos como partícipes de um tempo histórico e das construções da cultura. Nos tempos que estamos vivendo, muitos são os desafios. Quando pensamos que alcançamos um grau de compreensão sobre um determinado fenômeno ou um aspecto da realidade, por exemplo, a violência, somos desafiados com retornos de processos que aparentemente estariam superados.

— Eu acho que, sem dúvida, nós estamos em um momento histórico extremamente complexo, com terríveis desafios na construção da subjetividade: a onipotência nesta era em que facilmente somos alienígenas digitais, com o vertiginoso avanço tecnológico, como a inteligência artificial; a intolerância à frustração; a incapacidade da espera e a exigência da imediatez; a globalização que dificulta a aceitação das diferenças, numa horda coletiva; a intimidade exibida numa pantalha pública; o individualismo; o fanatismo; o deterioro da qualidade da vida humana, dentre tantos outros acontecimentos. A construção

da personalidade de bebês, crianças e adolescentes padece em um ambiente sociocultural hostil. Há uma tentação cultural de acelerar os tempos, como se isso fosse possível. Uma exigência de sobreadaptação, que sufoca o *self* em formação, para atender a estrutura dos ideais parentais e sociais. Bebês, de todas as classes sociais, em creches durante muitas horas, por inúmeros fatores sociais, culturais e econômicos sofrem os riscos da institucionalização, privados da relação íntima, singular com o responsável de exercer as funções parentais. Meninas/os maquiadas/os com a própria maquiagem que o mercado oferece, não é a maquiagem emprestada pelo adulto. A inquietante questão é que o projeto sobre o futuro, na esteira da construção da identidade, do brincar simbólico, do sonhar “Quando crescer, eu quero ser como a mamãe, a professora/or” é alucinadamente transformado em “eu já sou grande”. Pais preocupados para que os filhos pequenos estejam preparados e possam entrar no mercado de trabalho, com ideais intelectuais extremamente exigentes. Em certas escolas, a prova para o ingresso no ensino fundamental é chamada de “vestibulinho”. Uma aposta que não leva em conta o SER, a formação harmônica e integrada da personalidade. Em determinadas classes sociais, o ideal é que o filho possa aplicar para estudar em uma universidade de excelência fora do país, sem avaliar as verdadeiras condições emocionais do adolescente para se lançar ao mundo. O mito da eficiência, da meritocracia e a conquista de resultados intelectuais podem sufocar a formação do ser e propiciar cisões subjetivas entre o emocional e o intelectual. A escola pública está defasada no tempo, sofre de anacronismo, com professores mal remunerados, sem formação permanente, sem recursos pedagógicos e tecnológicos para poder formar seres com alegria de viver, pensantes, criativos. O professor desvalorizado, que cumpre burocraticamente sua tarefa, desvitalizado, sem reconhecimento social, não é um bom modelo de identificação para seus alunos. Não só o número de aulas é muito menor do que deveria ser, a qualidade do ensino é muito insuficiente. A escola não cumpre funções formativas para promover o desenvolvimento mental e prevenir perturbações. A população vulnerável sofre de “anemia psíquica”. As instituições que cuidam de bebês, crianças e adolescentes deveriam ser verdadeiros abrigos psíquicos para promover a saúde mental. A violência escolar é uma das trágicas consequências das falhas no sistema. O assassinato de alunos e professores no cenário escolar é um protesto, uma denúncia, um sintoma da estrutura escolar e social. A história do adolescente que matou uma professora na escola estadual de SP nos mostra que ele é também vítima. Ele mostrou de várias formas o quanto ele estava psiquicamente perturbado. Ninguém escutou seu pedido de ajuda.

Às vezes, ser um assassino, aparecer nos jornais, é uma forma de conquistar a mirada dos outros, alcançar um lugar narcísico. É preferível ser um infrator em vez de nada ser. É uma forma de ser visto, quando faltou a mirada, a atenção parental num momento crucial, no início da vida. E o tempo? Os traumas não elaborados tendem a se repetir vida afora. No presente palpita o passado e se anuncia o futuro. Quando o ambiente familiar, escolar, social, cultural é tóxico, os traumas são potencializados. A destrutividade do animal da horda, presente em todos nós, tal o legado de Freud, não encontra o caminho da simbolização, do sonho, da convivência na alteridade. Esse adolescente não aprendeu a respeitar o outro na sua diferença, em variadas experiências emocionais. Esse outro é o inimigo, o adversário a eliminar. Ante as muitas mentiras institucionalizadas, o adolescente, ao invés do necessário confronto com o mundo adulto no embate geracional, apela à violência destrutiva. A ética da psicanálise, na sua procura da verdade possível, cumpre um dever social transcendente quando leva seu pensamento, sua prática clínica à comunidade. Um exemplo. Hoje nós estamos atentos aos sinais de risco de bebês que poderão, num futuro, estar dentro do espectro autista. Estes sinais são um alerta quando percebidos. A avaliação psicanalítica oportuna da relação do bebê na família e a intervenção oportuna nesse vínculo podem mudar o destino do *infans*. A plasticidade cerebral, as possibilidades de intervir no epigenético, a mudança nas relações emocionais, podem prevenir a cristalização dos perigosos transtornos na construção da subjetividade. Se o pensamento psicanalítico alcança e conclama os profissionais da saúde que trabalham com bebês a observarem estes sinais de risco, a alertarem às famílias sobre a importância da urgente avaliação psicanalítica e a propiciarem o encaminhamento condizente, estas criaturas e suas famílias poderão conquistar a alegria de viver sem sepultar a vida psíquica, nos refúgios autísticos, nas doenças do psicossoma, nos transtornos do aprendizado, nas condutas antissociais, nas psicoses. E, falando do tempo, na primeira infância, o tempo é ouro! Quanto antes os fatores de risco forem detectados, já na gravidez, e se intervirem, melhor será o prognóstico. O tempo não resolve os transtornos emocionais. O tempo complica e potencializa os transtornos. Numa analogia com o câncer, sabemos sobre a importância da prevenção, a detecção precoce e o tratamento preciso!

— É, Alicia, você levantou muitas indagações e que demandam mais tempo, atenção e estudos. O tempo nos atravessa... Ouvindo você, fui remetida às questões que vivenciei mais de perto em minha experiência como psicóloga judicial, em que trabalhei com processos de separação litigiosa de casais e proces-

sos de violência contra crianças, adolescentes e adultos, violência entre vizinhos e violência contra a mulher. Estando na justiça, me deparava com muitos conflitos da esfera pessoal que eram atravessados pelas questões da cultura e do tempo em que vivemos. Problemas que eram endereçados a um juiz no intuito de que ele oferecesse uma solução, uma saída. Não raro, tais problemas revelavam a incapacidade de as pessoas lidarem com suas diferenças, sofrimentos subjetivos subjacentes banalizados por uma sociedade de indivíduos intolerantes à frustração, imediatistas e individualistas, como você disse. Sujeitos cujas vivências primárias podem ter falhado em proporcionar experiências de formação e integração harmônica da personalidade, de diálogo e convivência na alteridade. Quer seja pela “anemia psíquica” – que você propôs, ou, na mesma lógica, pelo seu oposto, uma polissemia de estímulos. Em meu percurso no judiciário, atuei junto a muitas pessoas que eram destinatárias das políticas públicas, e que ainda o são, em razão de condutas, comportamentos e situações que envolvem violações e violências, sobretudo. Nesse sentido, pensei sobre a política de cotas e sua importância. Ao longo de 20 anos, desde que o Brasil foi instado, na Conferência de Durban, a implementar políticas de inclusão na educação, temos assistido a inclusão de pessoas negras, indígenas e pessoas de maior vulnerabilidade econômica nas universidades; o reconhecimento da diversidade como fonte de criatividade nas empresas; a ampliação da presença de pessoas negras; comunidade LGBTQIA+; deficientes; dentre outros, em programas de TV, em filmes, na mídia de um modo geral. Eu penso que esta é uma mudança cujos resultados positivos já colhemos. Eu não sei se você tem esse dado, mas na América Latina, no conjunto de sociedades vinculadas à IPA, encontramos poucos psicanalistas negros, sendo que, no Brasil, o país com a maior população negra fora da África, não chegamos nem perto de uma representação significativa de psicanalistas negros. Eu mesma estou aqui, conversando com você, como aluna do Instituto de Formação Psicanalítica da turma inaugural do programa de ação afirmativa, proposto pela SBPRJ, de ampliação do acesso à formação para negros, indígenas e refugiados, além das cotas sociais. Ações afirmativas, dentro de instituições públicas e privadas, desde que implicadas com a realidade e comprometidas com o enfrentamento e a modificação da realidade desigual que vivemos, são essenciais, a meu ver. Todos esses problemas, aos quais você se referiu, estão intimamente ligados à estrutura do sistema público em seus vários âmbitos: educação, saúde, segurança, lazer e tudo o que perpassa nossa vida em sociedade. Uma grande maioria da população que está sujeita a esses espaços formativos, espaços de cuidado, cuidado com a saúde integral, com a

saúde mental, recebem serviços menos qualificados. E aí você falou do tempo, e eu imaginei a qual tempo do funcionamento psíquico essa dinâmica contraditória entre o público e o privado se refere em nossa história comum, se, de um lado, pensar o ser dito civilizado é pensar o ser inserido, um ser como sujeito de direitos, com determinados acessos a campos do conhecimento, inclusive à psicanálise. Nesse sentido, penso que foi a potência do meu contato com as mazelas humanas o que me aproximou da psicanálise. Creio que as mudanças em muitos âmbitos da vida social desafia-nos, como já falamos. E os esforços para encontrar o sentido na própria existência como um ser inserido na cultura vêm de muitos lados. Em um tempo passado, a psicanálise era restrita a uma parte da população que tinha acesso e podia pagar pelos serviços de um bom profissional. E, vejo, que o curso do tempo tem alterado, ainda que minimamente, esta realidade. Como beneficiária do programa da SBPRJ, eu reconheço uma implicação dessa instituição com as transformações que a sociedade vem passando e demandando.

— Uma das questões importantes é ter em conta que Freud foi abalado pela guerra e pela perda de sua filha nos anos 1920. Ele foi um visionário que nos encorajou a trabalhar com a população, dizendo que a psicanálise deveria ter uma propagação como tinha a vacina contra a tuberculose. Nesse momento, surgem as policlínicas públicas. O Brasil tem uma tradição escravagista. Esse é um fator, dentre muitos outros, para perceber que certos colegas desvalorizam o trabalho psicanalítico na comunidade, que ainda hoje não é estimulado nem prestigiado, como se ele fosse um desvio, uma aberração da nossa ciência-arte. O ouro seria a psicanálise tradicional. O debate, a crítica, as divergências epistemológicas podem nos ajudar a crescer e a esculpir a sempre inacabada identidade analítica. Para tanto, é preciso focar no nosso vértice, sem desvios. O Projeto SOS Brasil³ tem hoje mais de 60 profissionais trabalhando. Todos os analistas pertencem à FEBRAPSI. Este é um convite para todos os colegas participarem deste projeto emergencial que não pode ter lista de espera, quando a dor mental é impensável. O tempo é regido por Kairós⁴ e não por Cronos. Oferecemos entre três e oito sessões, ou seja, um tempo limitado. Através desse pro-

3. <https://vimeo.com/574029396>

4. Kairós é a palavra grega para dizer o tempo oportuno, o tempo de plenitude (*telos*) a que algo chegou e vai eclodir, é todo nascimento no seu tempo de vir à luz. Kairós funda as diferentes oportunidades que nos aparecem na vida, em nosso tempo próprio. Todo momento de Kairós é uma oportunidade.

jeto, nós podemos atingir todo o Brasil, porque o atendimento é on-line; os analistas também são de todo o Brasil. Essa população sabe muito do sofrimento psíquico, encravado na alma, mas não sabia que existia um caminho chamado psicanálise. Então, esse projeto busca que essas pessoas sejam atendidas dentro do possível, nas redes gratuitas das clínicas sociais, das diferentes sociedades; e nos serviços públicos, quando necessário, após as oito sessões, como ascende a pré-concepção psicanalítica da personalidade que está presente em todos nós. As conquistas terapêuticas, como mostramos no livro que será lançado no Congresso da FEBRAPSI em Campinas⁵, têm muitos efeitos no *après-coup*. Por exemplo, que uma família saiba que o filho não é débil mental, que ele está dentro do espectro autista e que é importante que ele não seja colocado na APAE, e sim incluído numa escola pública normal, respeitando todos os méritos que a APAE possa ter. Evitar que esta criança seja estigmatizada como débil mental é algo revolucionário. Esta abertura permite que os pais o interpretem de outra forma, busquem, com a ajuda do Grupo Corpo do Projeto⁶, os direitos que esse sujeito tem, e que os pais nem sabem que tem, e possam tentar uma escola inclusiva onde essa criança possa ter um assistente educacional especializado, direito determinado por lei. Tratamos de uma população quase despojada da condição humana.

— Temos muitos campos de atuação, sobretudo porque, fora das instituições, temos uma população que vive precariamente e demanda muitos serviços. Para quem sofre a exclusão, creio que o tempo da espera pode ter outro significado. Além disso, considero importante levar em conta a responsabilidade social dos analistas e a premência de que estas ações sejam entendidas a partir desta perspectiva ética.

— Esses seres não sabem sobre seus os direitos ou não têm como acessar esses benefícios. Hoje, há 200 mil órfãos da pandemia registrados. O projeto, no EIXO V, trabalha com as instituições que solicitam a intervenção psicanalítica. Os albergues, orfanatos, abrigos, casas intermediárias, creches, escolas deveriam ser lugares de excelência para promover o desenvolvimento mental. Não podem ser depósitos, porque esse ser humano está em formação e é muito

5. *SOS BRASIL: Atendimento psicanalítico emergencial* (2023, Blucher).

6. O Grupo Corpo do Projeto SOS Brasil está coordenado pelo psicanalista Luís Tadeu Pessuto e permite o diálogo interdisciplinar, já que os transtornos e sintomas emocionais são multifatoriais. Este Grupo está formado por profissionais de várias áreas: pediatria, psiquiatria, fonoaudiologia, osteopatia, assistência social, psicomotricidade.

importante investir em todos os sentidos para que os traumas não marquem o destino. É preciso lidar com as feridas na alma para evitar a trágica repetição, inclusive numa telescopagem transgeracional.

— A ideia de alteridade, a meu ver, pode nos guiar nessas reflexões. Eu me questiono a respeito do que torna uma pessoa sensível à dor do Outro. Quais deslocamentos psíquicos são necessários para que uma pessoa se sinta comprometida com uma sociedade mais justa, igualitária, mesmo sabendo que esse horizonte é utópico? Volto a dizer: o tempo para uma pessoa que sofre o impacto das fraturas sociais é diferente do tempo de quem teoriza e problematiza tais processos à “distância”. Mas, como o próprio Drummond fala no poema: “tempo/contratempo, anulam-se, mas o sonho resta, de viver”. Sonhos que eu encontro em programas como o da sociedade a qual eu pertença, o de Porto Alegre, projetos como o que você coordena e outros da minha sociedade, e que me fazem acreditar nas transformações humanas.

— O psicanalista precisa ter paciência, suportar as frustrações, saber que as transformações são muito resistidas e não desistir. É possível plantar nossas sementes com humildade, sem a onipotência do *furor curandis*, sabendo que nosso vértice é limitado. A miséria existencial, a orfandade, o abuso sexual, o desemprego, o analfabetismo, o racismo, a drogadicção, as condutas antissociais, o suicídio, os transtornos no desenvolvimento emocional e tantas outras mazelas sociais são complexas e multifatoriais. Outras ciências precisam ser convocadas: história, antropologia, ciências políticas, economia, sociologia, fonoaudiologia, osteopatia, psicomotricidade, pedagogia, neurologia, psiquiatria, terapia ocupacional. A psicanálise tem a possibilidade de oferecer a essa população uma experiência inédita e transformadora. Nós podemos propiciar uma experiência psicanalítica usando nossas ferramentas: a construção de um *setting* metapsicológico, atenção qualificada, paixão pelo método, escuta psíquica, fé nas transformações, a enunciação de uma narrativa, uma companhia viva, nosso investimento libidinal, nossa capacidade de sonhar e brincar, a comunicação inconsciente, conectiva e por entrelaçamento, a convocação do paciente, interpretações inspiradas, os encaminhamentos necessários para continuar o trabalho analítico fora do projeto... O diálogo com a clínica tradicional ajuda a aprofundar os alicerces de nossa ciência, sempre que seja possível discriminar os diferentes campos, sem prejuízos de valor. Os pacientes atendidos tomaram certa consciência de que existem outras abordagens para enfrentar a dor mental, além do medicamentoso, além dos tratamentos mágicos, da severidade disciplinar, do apelo religioso, da violência. O projeto pode ser promissor,

porque acende uma chama que ilumina, vitaliza, ascende a pré-concepção psicanalítica da personalidade, *EROS*, os tropismos criativos, a esperança.

— Sim, Alicia. É nesse sentido que a formação em psicanálise em seu caráter permanente, como você disse no início, se coloca como uma necessidade, especialmente no que se refere à abertura ao encontro com a alteridade, a esse permanente processo, inclusive quando pensamos na análise pessoal. Falando a partir da minha experiência como aluna de um instituto de formação em psicanálise, como negra e parte de um grupo que até então não frequentava os institutos tradicionais, essa tem sido uma experiência bastante transformadora, mas ao mesmo tempo com muitas complexidades. Em vários momentos, a experiência nos coloca como estrangeiros, em um contexto que se reflete, se problematiza sobre a experiência dos refugiados, expatriados, imigrantes... Algo tão profundamente discutido por Freud em sua obra... O estranho, o Outro que nos habita e o outro que me interpela a um encontro. Eu também entendo ser necessário dizer que uma ação afirmativa é uma oportunidade e também uma reparação, mas também acredito que as ações que promovem a diversidade de um grupo acarretam ganhos ao processo formativo de todos os envolvidos, sobretudo em uma área em que a formação não se esgota, como é a psicanálise. A meu ver, a ideia de trazer a “margem para o centro” é um grande avanço nas sociedades que estão comprometidas com os valores democráticos.

— A abertura para o candidato negro, indígenas, refugiado é uma mudança louvável na cultura institucional, que muito enriquecerá a todos. A condição econômica e social tem sido um forte entrave que abortou o sonho de muitos colegas, com excelentes aptidões, de ousar o ingresso a uma instituição da IPA. Como zelar pela qualidade da análise pessoal de alta frequência, prolongado de um futuro analista? Nossa mente é a ferramenta privilegiada. A cultura institucional precisa contemplar a análise de formação a preços acessíveis, para abrir as portas aos bons profissionais outrora marginalizados. Também para o trabalho de excelência, na comunidade, é importante que os institutos possam oferecer ferramentas específicas e uma cuidadosa reflexão sobre essa clínica. A exigência e o dever éticos precisam estar encarnados ante um ser que carrega tantos traumas cumulativos: o candidato negro, refugiado, indígenas, economicamente pobre, o ser despojado da condição subjetiva na sociedade, no Estado. Nós não podemos, como diz Lazslo⁷,

7. Lazslo Antonio Ávila, psicólogo, formação em psicanálise pelo Centro de Estudos Freudianos (CEF), livre docente da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto.

oferecer ao pobre, uma pobre psicanálise. Essa cultura institucional não é mudada por abrir as portas, num gesto de hospitalidade, para “n” colegas negros, brancos, indígenas, refugiados, estrangeiros. Isto seria uma grosseira simplificação, um pecado epistemológico!!

— Certamente. Uma mudança estrutural não se faz com números, mas quando trazemos quem está à margem para se integrar ao centro, eu creio que promovemos condições favoráveis para novos diálogos, para a emergência do novo. E aqueles que chegam, sejam negros, indígenas ou refugiados, ao se interessarem por uma formação psicanalítica, vêm, pelo que podemos observar, de uma trajetória de reflexões críticas acerca do mundo, da cultura e da responsabilidade social das instituições com as populações vulnerabilizadas, ou seja, muitas vezes, um aluno ou aluna chega com um contato com o mundo “lá de fora” que pode ser bem distante da realidade de outros que acessam a formação psicanalítica pelas vias tradicionais, tendo em vista os altos custos financeiros praticados.

— O negro tem direito, por ser humano, a ter acesso à formação analítica, sempre que tenha aptidões pessoais para a profissão impossível. Um negro será um bom músico, se tiver condições para desenvolver seus talentos. Então, ser negro, branco, pobre, rico economicamente, não garante o vir a ser um bom analista. A seleção do futuro candidato nunca será neutra, porque é realizada por analistas que também têm no seu inconsciente seus pontos cegos.

—Concordo com você, Alícia. Eu penso, no entanto, que aquilo que os postulantes negros reivindicam não é que todos sejam aceitos para se formarem psicanalistas, assim como nem todos os brancos o são. Há, no entanto, uma expectativa de que possa existir um reconhecimento institucional dos obstáculos impostos àquela população para se chegar a disputar esses lugares, mesmo quando há aptidão inegável para tal. A abertura à alteridade pressupõe disposição para receber o Outro como alguém que é portador de conhecimentos, saberes e experiências que eu posso não ter. E, para que sejam adquiridos falamos da necessidade de outros letramentos, para que, sobretudo, aqueles que têm a tarefa de selecionar e transmitir a psicanálise, o façam sem reproduzir as expressões de um inconsciente marcado pelo legado escravagista que dividimos coletivamente. As pessoas precisam estar receptivas para integrar e não reduzir, porque, não raramente, é comum diante do estranho, tentar se fazer prevalecer a lógica universalista. De fato, somos todos humanos, mas, ao mesmo tempo, as complexidades que compõem a nossa história de vida, o ambiente no qual nos constituímos, as heranças transgeracionais nos destinam lugares distintos. E, como você disse, uma sociedade cuja constituição inicial se dá no sistema

escravocrata, que perdurou por quase 350 anos, impõe, de forma inequívoca, os ecos do passado no presente.

— Cristina, eu acho muito importante ter em conta que a cultura nos atravessa. Não resta dúvida que é importante, na formação de um psicanalista, ter uma cultura literária, uma sensibilidade social, uma perspectiva histórica. Mas não podemos perder o vértice psicanalítico, influenciado, sem dúvida, pelas dimensões do político, do social, do antropológico, do histórico, do econômico. Mas nós não somos economistas, sociólogos, políticos. Nosso fato selecionado é o objeto analítico, o contato com nosso inconsciente em relação dialética com nossa consciência, no vínculo com o paciente e seu padecimento. Nós estamos num momento de efervescência, nós tomamos consciência que há no Brasil um racismo estrutural. A alucinação negativa, a denegação, os interesses de classe, a história escravagista, dentre tantos outros fatores, cegou essa percepção. Não se trata só de abrir as portas das instituições analíticas para os negros ou sair à comunidade. Estas são iniciativas louváveis, mas exigem amadurecimento, reflexão. Nós precisamos criar e refletir sobre critérios norteadores, dinâmicos, flexíveis, bem fundamentados. Que analista a instituição sonha formar? Que aspectos da personalidade de um candidato seriam necessários para a formação analítica? Que aspectos seriam impeditivos para vir a ser um analista? Que outros seriam obstáculos? Porque a psicanálise é limitada. Certamente, se Saddam Houssein houvesse postulado a fazer a formação analítica, não teria sido aceito em qualquer latitude. Claro que ele poderia vir a ser analisado, sempre que o suposto colega houvesse tido interesse, compaixão, curiosidade. Não há critérios de analisabilidade a aplicar. Eles nascem no campo das entrevistas iniciais, terreno onde se constrói o objeto analítico. Estes critérios visam à continuidade da prática analítica e a uma verdadeira inclusão da psicanálise no pensamento complexo transdisciplinar.

— Os critérios são necessários, até porque eles existem desde sempre. As ações afirmativas, em qualquer âmbito nas quais são utilizadas para enfrentar realidades excludentes, também se fazem com base em critérios. Há uma seleção que leva em conta requisitos para que sejam selecionados aqueles que melhor preenchem os critérios dentro de cada grupo. Certamente, não se trata aqui, e este pode até ser um mal-entendido (ou uma fantasia?) comum, de aprovar, simples e automaticamente em qualquer processo seletivo que utilize, dentre seus critérios, as ações afirmativas, qualquer pessoa que pertença a um grupo considerado minoritário. A ideia é a de possibilitar uma disputa menos desigual e nivelar oportunidades em todos os campos da vida social.

— Mas o que é ser melhor? Melhor para quê? Que condições de personalidade seriam necessárias para vir a ser analista? O perigo é a comparação com os critérios da branquitude. Essas questões exigem muita reflexão e nós precisamos de tempo de amadurecimento.

— Sim, Alícia, eu penso que, nesse sentido, voltamos para a questão do tempo, que é o tempo da construção, por exemplo, que além de ser praticado exatamente no momento desse nosso diálogo, também ocorre, simultaneamente, em áreas de atuação profissional das mais diversas no que se refere ao campo da saúde como um todo. E, dentro desse campo diverso, podemos vislumbrar vários processos contínuos de impactos positivos no que diz respeito às políticas de inclusão.

— Eu te diria que não é um tempo passivo. A questão do tempo me é muito cara e, por isso, nós precisamos ter um tempo de trabalho e um tempo de reflexão. Por exemplo, eu trabalho com bebês e trabalho com crianças no espectro autista. E praticamente todos os pais me contam que, em algum momento, eles levaram o neonato logo ao pediatra – seja no posto de saúde, no serviço público, seja na consulta privada – com uma preocupação, porque o filho não olhava nos olhos da mãe, não balbuciava, porque o filho era muito quieto, porque não sorria, não brincava, o comparavam com o filho da vizinha, da comadre, com o primo, e o filho era diferente. E o que eles escutavam? Ah, o tempo! Você tem que dar tempo, porque ele é muito pequeno, você mãe está ansiosa! Este é um discurso médico que desautoriza a preciosa percepção dos pais. Mas é também uma grave omissão, um crime não realizar uma avaliação, no tempo oportuno, para intervir com urgência no vínculo do bebê e da família. Os pais têm direito a estar ansiosos, preocupados, tristes! Não é por decreto lei que mudarão estes estados emocionais, e sim com trabalho analítico. Não tem ginecologista que veja uma mulher com um nódulo no seio e que diga, vamos esperar!

— São questões delicadas. A partir do exemplo dado por você sobre “a preciosa percepção dos pais” de crianças dentro do espectro autista, podemos levantar possibilidades de existência de outras “preciosas percepções” que também não são levadas em conta por outros campos profissionais. Tais analogias teriam a mesma aplicação em todos os processos? Novamente, o elemento da temporalidade, seja ligado às diferentes percepções acerca do tempo, bem como simultaneamente relativo à dinâmica interna de cada indivíduo, grupo ou campo profissional.

— Ele faz é um diagnóstico, porque ele tem em mente a possibilidade de câncer. Então, é importante que o psicanalista de bebês, crianças e adolescentes possa alertar todos os profissionais da saúde, enfermeiras, neonatologistas, pediatras

tras, de que tempo é ouro! Com um bebê, nós temos a nosso favor a plasticidade cerebral e epigenética para mudar um destino. Então, o analista capacitado pode intervir e transformar fatores de risco. Nós não podemos deixar que eles cristalizem. Nós temos que trabalhar na prevenção. Hoje está provado por neurocientistas que, com quatro meses de idade, é possível detectar riscos de autismo. Então importa divulgar esse conhecimento, essas fascinantes pesquisas, para alcançar a comunidade com abordagens precisas. Nós precisamos entender que estas doenças da alma em *infans* e crianças são multifatoriais. Ter a humildade para trabalhar em equipes multidisciplinares. O ego é um ego corporal. A presença de um osteopata é fundamental para lidar com esse corpo, com os movimentos gerais, a postura, a bilateralidade, a simetria, a integração corporal. O tempo é precioso. Muitas vezes o tempo é usado para procrastinar decisões importantes.

— É possível extrair de sua fala que está sendo exposto, cada vez mais, o desafio de refletir sobre a urgência relativa ao tempo de espera, que quase nunca é o mesmo por parte das pessoas que interagem nos processos. E, dependendo da espera por respostas e/ou ações efetivas, poderia intensificar inclusive o sofrimento das pessoas. Eu fico pensando nessas questões e o que impulsionou meu movimento em direção à formação psicanalítica. Reflito sobre um determinado tipo de sofrimento psíquico que chega até mim cotidianamente. Por exemplo, as pessoas negras, sobretudo, chegam até mim e revelam que gostariam, naquele momento, de serem atendidas por uma profissional negra, porque passaram por uma experiência de não se sentirem escutadas... Isso me interpela como uma aluna de um instituto de formação em psicanálise. Qual forma de sofrimento foi ignorada ou não ouvida e que a paciente acredita que eu escutarei? Quais identificações estão colocadas nesta demanda? E a transferência, a contratransferência? Este sofrimento, a princípio, poderia ser um ponto de partida para que esta pessoa possa chegar até ela mesma e pensar outras dimensões, outras camadas da sua existência. Enfim, são questões cujas respostas, eu acredito poder construir, elaborar em diálogos como este que estamos tendo e em outros espaços em que a Psicanálise seja um ponto de convergência.

— É preciso ter muito cuidado! O analista negro que está atendendo um paciente negro está em mundos superpostos. É um trabalho, que nos alerta sobre estes perigos, de Janine Puget e Wender⁸. Cabe indagar com essa paciente, para

8. Puget, J. & Wender, L. (2007). Mundo superpuesto entre paciente y analista revisitado al cabo de los años. *Revista Asociación Escuela Argentina de Psicoterapia para Graduados*, 30, 69-90.

não cair na simplificação de escutar só o discurso manifesto, consciente, quais são as questões que foram deixadas de lado, que sentia nessas relações analíticas, por que as continuou ou as interrompeu, que acontece na sua vida além de ser negra, quanto pode aceitar e conviver com a alteridade, o analista diferente, de outra raça, e tantas outras questões. O analista precisa ter disciplina analítica para construir seu objeto analítico. A história de vida do analista precisa estar tão analisada quanto possível, para ser um patrimônio, um repertório próprio que faz parte do campo analítico. Distinguir a problemática interna do analista mobilizada pela experiência, daquilo que é do paciente. A raça pode ter muitas funções na relação analítica, também pode ser usada como resistência. Para poder entender os impasses e ter consciência dos conluios, é preciso ter tempo. A formação analítica é artesanal e leva muito tempo. O tempo para a análise pessoal, o tempo das sessões, o tempo para registrar as sessões, o tempo do encontro com outro colega para escutar outra visão, o tempo para os seminários, jornadas, congressos, conferências, grupos de estudo, participação na vida institucional. E o analista também precisa cuidar da sua vida privada, seu descanso, seus prazeres, sua saúde. Hoje nós estamos trabalhando em um domingo.

— Pois é! Na noite anterior a este domingo, minha família celebrou os 90 anos de vida do meu pai. Ontem foi uma noite de festa! E, hoje, estamos pensando as questões do tempo a partir da psicanálise. Falamos de cronologia, mas especialmente, fomos atraídas a refletir sobre os atravessamentos de outras temporalidades, como a que se refere ao inconsciente, porque os registros das nossas experiências estão ali colocados. Todavia, podemos indagar sobre como analistas não-racializados podem escutar estando alheios às reflexões e conhecimentos produzidos sobre questões raciais e suas implicações na nossa história, quer seja a história de vida de um sujeito, quer seja a coletiva. Como poderão ajudar sujeitos racializados a sonharem os sonhos não sonhados dos seus ancestrais?

— Nossa história de vida é um patrimônio que nós precisamos poder usar a serviço da análise e da criação do objeto analítico. Há um tempo *Cronos* enraizado na realidade, por isso que se pauta em tempos, num regimento, uma formação. Há outro tempo, que é o tempo de *Kairós*, mítico, poético, psíquico.

— E podemos também falar sobre o conceito de tempo espiralar, mencionado pela professora e pesquisadora da UFMG de Belo Horizonte. Para ela, esta temporalidade é pensada a partir das tradições afro-brasileiras. Ao mencionarmos o tempo espiralar, nos referimos à ideia de um tempo que é circular, que segue seu curso, mas que sempre retorna. Até mesmo para ser

revisto. Temos, ainda, um símbolo africano, a Sankofa – que, inclusive, nomeia algumas comissões das quais fazemos parte, e no qual está contida a ideia de que sempre há um tempo para se retornar às experiências vividas anteriormente por nós, rever o que, no meu entendimento, tem relação também com as construções em análise psicanalítica, bem como as construções dos projetos institucionais ou aqueles referentes à cultura. Portanto, nada é imutável, a princípio. A construção, como você disse, demanda uma humildade para reconhecer que, em muitos momentos, é necessário voltar, rever o passado para projetar novos futuros.

— Inclusive, é importante não ter pressa. É importante ter em conta que, pela natureza do inconsciente atemporal e infinito, nós precisamos de análises e reanálises. Porque nós nunca vamos ter o inconsciente na palma da mão, porque nós sempre teremos pontos cegos. O analista tem deveres éticos. Quando um paciente interrompe o trabalho analítico antes da hora, nós transitamos um luto, é preciso nos perguntar o que aconteceu para aprender; podemos sentir culpa; após um tempo, nós preenchemos nossa agenda. Agora, nós não sabemos se o paciente que saiu antes da hora, com um impasse engasgado, vai ter chances de bater na porta de outro analista. Então, nós temos a responsabilidade de manter acesa a chama de análise. Eu sempre digo para meus pacientes que não precisam continuar ou voltar para se analisar com a Alicia; importa que esse paciente saiba e procure o promissor caminho analítico, tendo tido a oportunidade de introjetar a função. Então, essas questões do tempo nos entrecruzam de várias formas. Cristina, está na hora, eu tenho que te deixar, se você achar necessário outro encontro, entre em contato comigo, veja o que é possível editar dessa nossa conversa, eu estou aberta, é um prazer enorme ter te conhecido e poder trocar com você experiências, tá bom?

— Eu quero lhe dizer que foi um grande prazer ouvi-la. A Noel sugeriu entre 50 e 60 minutos de conversa... Então acredito que estamos no limite... São muitas as questões que uma conversa sobre o “tempo” nos remete... Mas somos interpeladas por Cronos.

— Se ela, você, a equipe, enfim, acharem que a gente pode abordar algum outro tema, fiquem muito à vontade. Muito agradecida pelo convite.

— Eu que agradeço.

— Obrigada por te conhecer e te esperamos no SOS.

— Agradeço muito por esse bom encontro, num domingo pela manhã.

— E espero te abraçar em Campinas, no Congresso.

— Será um prazer e depois vamos conversar sobre seu projeto, pois tenho certeza de que eu posso contribuir.

— Vai ser uma alegria te receber. Até sempre. Que bom.

— Um grande abraço para você, Alícia.

Alicia Beatriz Dorado de Lisondo

alicia.beatriz.lisondo@gmail.com

Maria Cristina Leão

cris.leao22@gmail.com

Psicanálise e Cinema

Resenha “45 anos”

Susana Muszkat¹

O filme “45 anos” (2015), do roteirista, produtor e diretor inglês, Andrew Haigh, pode parecer, à primeira vista, um filme lento, tedioso, repetitivo. Isso se deve, a meu ver, exatamente pela maneira como o cineasta faz uso do elemento TEMPO em sua polissemia como significante no relacionamento de um casal, que tem como história que dá título ao filme a preparação da festa de celebração de seus 45 anos de casamento.

Temos aí um primeiro marcador de passagem do tempo, que carrega um sentido imaginário, podemos dizer, de estabilidade, intimidade, construção de experiências e vida afetiva compartilhadas, parceria. Uma rotina bem estabelecida, sem percalços significativos ou acontecimentos disruptivos vindos de um ou outro cônjuge. Ou seja, a confortável “previsibilidade” parece revelar uma dinâmica entre eles, de uma vida conjunta preenchida por alianças não exclusivamente conscientes – aliás, como em todos os relacionamentos. Mas disso ainda não sabemos a essa altura do filme, em que o que predomina são as cenas da pacata rotina desses 45 anos de vida comum. Como psicanalistas de casal, observaríamos essa dinâmica e poderíamos já suspeitar que tal estabilidade compartilhada estivesse a serviço de alguma aliança inconsciente ou pacto denegativo, como denomina Kaës (1989), em que uma espécie de congelamento do tempo poderá ter como função impedir a vivência da passagem do tempo, não fosse pela marca da celebração que se avizinha.

Kaës, citado por Pablo Castanho (2015), assim o descreve:

A especificidade deste pacto é que ele é constituído para assegurar as necessidades defensivas dos sujeitos quando estes formam um vínculo e para manter esse vínculo... Portanto, deve ser visto como uma modalidade de resolução de conflitos intrapsíquicos e de conflitos que atravessam uma configuração vincular. (p. 106)

1. Psicanalista, membro efetivo e docente da SBPSP, mestre em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP, autora do livro *Violência e Masculinidade* (2011), ed. Casa do Psicólogo, e coautora de *Violência Familiar* (2016), ed. Blucher, e de artigos e capítulos de livros sobre psicanálise de casal e família e questões de gênero.

O casal, Kate e Geoff Mercer, maravilhosamente interpretado pelos atores Charlotte Rampling e Tom Courtenay, rendeu a ambos premiações tais como Oscar de melhor atriz para Rampling, e ainda de melhor atriz e melhor ator para ela e ele no Festival de Berlim.

Assistimos a este casal idoso, aposentado, sem filhos por consenso entre ambos, sem fotos ou porta-retratos que marquem sua história pelas paredes da casa, novamente afirmada como uma decisão consensual, aparentemente sem outros familiares próximos, apenas o cão, ao qual Kate se dedica em passeios diários.

Há, ainda, um casal de amigos com quem mantém certa convivência, mas, ao longo dos diálogos, vamos tendo evidências de que as relações com outros são principalmente protocolares, em tons pastéis.

Vemos uma cena em que Kate, distraída em si mesma, se dá conta de ter completamente esquecido de que seu antigo aluno da escola, que diariamente lhe entrega os jornais, acabara de se tornar pai de gêmeos. Mais uma vez temos a impressão de que preferem manter-se numa existência separada, isolados, sustentados por um sentimento que nos vai sendo transmitido, de certa superioridade no que tange a temas da vida ordinária.

E é nesse tom que Kate se dedica, quase como um dever, sem revelar qualquer emoção maior, a algo que parece querer imprimir um caráter “menor”: a celebração do casamento, um ritual supérfluo, prescindindo de detalhes que pudessem lhe conferir mais emotividade.

Desse modo, assistimos, durante um tempo que parece arrastado, às cenas de uma vida calma, previsível, harmoniosa e realizada. O casal parece ter sido feito um para o outro – e talvez tenham sido, mas não da forma que pensam –, estão muito à vontade e confortáveis um com o outro, parecendo saber do que cada um gosta ou não gosta, não há conflitos aparentes – ou diferenças significativas. Poderíamos pensar em intimidade... ou, talvez, em aspectos congelados, evitando a percepção de diferenças, elementos potencialmente perturbadores. É um tempo suspenso.

Parecem ter alcançado uma desejada estabilidade em que tudo está absolutamente no lugar e nada os vai perturbar. Mas o filme é extraordinário exatamente por nos fazer surpreender pelo inesperado, àquilo a qual todas as relações íntimas estão sujeitas. Relações de intimidade, em que o espaço para as singularidades se constrói lentamente. Em que o outro não é redutível a um objeto do meu conhecimento, mas é antes uma alteridade que introduz novidades que têm como efeito vivências de descontinuidade (Puget, 2015). O “princípio da incerteza”, propõe a autora, é a certeza da presença do inesperado nos víncu-

los de intimidade, disruptiva da ilusão de continuidade e estabilidade ao qual este casal parece ter se dedicado a manter.

Assim, sem maior estardalhaço, sentados calmamente à mesa como de costume, surge a notícia, o disruptivo, por meio de um telegrama: o aquecimento global movera os glaciares, e a então namorada de Geoff, Katya, que estivera submersa e congelada entre dois glaciares por mais de 45 anos, se descongela, ressurgindo à superfície com exatamente a mesma idade em que fora congelada ao cair, quando de uma excursão que fizera com Geoff na juventude. O mal-estar vai progressivamente se instalando entre eles, tal qual o descongelamento, ao ser introduzido no interior desse casal uma história anterior, não compartilhada, não completamente sabida, de uma Katya (quase homônima de Kate), jovem e grávida, com quem Geoff teria tido outra vida, caso ela não tivesse tido tal destino dramático.

O descongelamento dos glaciares obriga-os a um descongelamento de seus pactos idealizados sobre quem são, acerca de um mito de origem de ambos, e sobre o que Kate imaginara serem desejos compartilhados. Ela sente perder suas referências identitárias construídas a partir deste casamento, duvidando de tudo em que acreditara, tomada por vivências paranoides, sente-se sozinha.

A dor de Kate, dentre tantas que não nos é dado esgotar, é a de perceber que há um Geoff que ela não conhece, alguém que teria tido e teria desejado um filho em outro relacionamento, que congelara um luto por sua antiga namorada e por um filho não nascido. Traduz esse acontecimento como sinal de falta de amor da parte dele. Como se o casamento deles e tudo o que ela sempre acreditara ser compartilhado por ambos até aquele momento corresse risco de se esfacelar em mera ilusão, numa mentira. É uma experiência terrivelmente dolorosa, obrigando-a a reformular suas certezas, seus alicerces emocionais e subjetivos. Implica um profundo processo de luto, possivelmente atualizando lutos anteriores não inteiramente metabolizados.

A partir daí o filme toma novo rumo, o casal já não funciona em uníssono, mas vemos sujeitos singulares vivendo dramas distintos, buscas individuais, no interior do casamento que lhes dá, ainda assim, contornos.

Em 1914, Freud escreve no seu ensaio "Sobre o narcisismo", que o ideal do ego é o que o indivíduo procura na tentativa de recuperar o seu ego ideal há muito perdido, momento mítico de realização com a mãe da sua infância. Muito antes disso, Platão descreve como os amantes, tendo sido divididos em dois, procuram sua cara metade a fim de tornarem-se um só. O desejo da vivência de completude, de semelhança, de fazer parte do mesmo, apaixonar-se, é o que marca as relações modernas e contemporâneas. A procura desse outro que, ao

partilhar a sua vida, fará, ainda que de forma fantasiada, com que o casal se torne um e não dois. Esta é a ilusão que pode ser confundida com intimidade.

É a ilusão de ter a mesma ilusão.

Gostaria de pensar que, neste filme, o realizador, lentamente, através do descongelamento dos pedaços das histórias, desencadeado pelo telegrama da namorada descongelada e pela potencial vida passada não acontecida, obriga-os a outro casamento, outro tipo de relacionamento, e esse vai se dando enquanto, como pano de fundo, Kate prossegue de forma mecânica com os preparativos, e o espectador fica em estado de suspense em relação a se haverá a celebração ou o rompimento deste novo casamento que se dá a conhecer.

Numa nota que me pareceu mais otimista do diretor, este abre, juntamente com a crise, o ineditismo não apenas da perda e do luto, mas também de elementos de vida que ambos haviam eliminado de seus cotidianos: partituras de piano para Kate, observação de pássaros para Geoff.

Agora são pessoas diferentes e este é um casamento diferente. O que farão com isso não sabemos, o tempo dirá. Mas está vivo, não mais congelado.

Referências

- Castanho, P. (2015). O conceito de alianças inconscientes como fundamento para o trabalho vincular em psicanálise. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 6(2), 92-112.
- Freud, S. (1994). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud: Vol. XIV. Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Kaës, R. (1989). El pacto denegativo em los conjuntos transubjetivos. In M. Meissenard (Org.), *Lo negativo: figuras y modalidades*. Amorrortu.
- Puget, J. (2015). *Subjetivación discontinua y psicoanálisis: incertidumbre y certezas*. Lugar editorial.

Recebido: 03/05/2023

Aceito: 25/05/2023

Susana Muszkat

sumuszkat@gmail.com

Psicanálise e Literatura

Resenha do livro “Sonhos de Einstein”

Autor Alan Lightman

103 páginas

Ano de publicação 1993

Ano de edição 2014

Editora Companhia das Letras

Evelyze Garioli Louzada¹

“Somos feitos da mesma matéria dos sonhos,
e nossa pequena vida é cercada pelo sono”.

Disse Próspero,

em *A Tempestade*, escrita por Shakespeare.

Alan Lightman, renomado professor de física, realizou seu doutorado com o ganhador do Prêmio Nobel de 2017. O que um pesquisador sobre o buraco negro nos teria a falar sobre os sonhos?

O título do livro me atraiu, justamente, por tratar de algo caro à psicanálise. Assim, para escrever a resenha do livro, lançarei mão de algumas orientações propostas por Freud (1900/2001), em *Interpretação dos Sonhos*, para a análise de sonhos: fragmentar os conteúdos do livro, como os de um sonho; em seguida, ligar cada fragmento por meio da associação livre ou de analogias; e, posteriormente, organizar as ideias em torno de certos temas.

Sonhos de Einstein é apresentado como um diário, no qual cada capítulo apresenta relatos de ‘possibilidades de mundos’. Em um deles, há “um mundo em que o tempo era um círculo fechado sobre si mesmo. O mundo se repete, de forma precisa e infinitamente. No mundo em que o tempo é um

1. Membro Provisório do Instituto de Formação da SBPRJ.

círculo, cada aperto de mão, cada beijo, cada nascimento, cada palavra serão precisamente repetidos” (p.8-9).

Em outro, existe “um mundo em que o tempo fica parado. Pingos de chuva permanecem inertes no ar. Pêndulos de relógios estacionam no meio do seu ciclo. Cães empinam seus focinhos em uivos silenciosos” (p.41). Cada um destes ‘mundos’ aparentemente apartados entre si, estanques, às vezes como em dissenso, sem uma relação óbvia entre si, provoca, sorratamente, uma sensação de desordem. Penso que essa aleatoriedade nos aproxima do que Freud descreve como característico da estrutura dos sonhos. Ademais, os relatos são concisos e de uma densidade semelhante ao processo de condensações ao qual os sonhos são submetidos. Diante disso, o leitor é instigado a usar a sua criatividade e sua imaginação para estabelecer pontes e ligações entre os distintos ‘cada dia’ e os mundos diferentes neles descritos. Estes, ao mesmo tempo que familiares e estranhos, de sutil e intensa carga afetiva, provocam um certo desconforto emocional, assim como o par analítico em sessões de análise ao contar/elaborar os sonhos.

À medida que a leitura avança, por meio das associações e aproximações, se evidencia o tema principal do livro: o conceito de tempo para a física, e como ele se relaciona com outras grandezas como a velocidade, a gravidade e o espaço. O autor percorre caminhos possíveis das naturezas do tempo, o que, talvez, Einstein tenha vivido para desenvolver a sua teoria que revolucionou a física.

Em assim fazendo, o livro passeia por uma dimensão do tempo pensada na psicanálise. Há um capítulo que discorre sobre a história de um homem de meia idade, trabalhador, casado, com dois filhos, que, “quando passa pelas pessoas na rua seus olhos estão pregados no chão”, pois, 40 anos antes, ele se urinou em sala de aula e “essa lembrança tornou-se sua vida” (p.97). Emerge no texto então a questão:

o que é o passado? Poderia a fixidez do passado ser apenas uma ilusão? Poderia o passado ser um caleidoscópio, um conjunto de imagens que muda a cada distúrbio provocado por uma brisa súbita, uma risada, um pensamento? Se a mudança está em todos os lugares, como sabê-lo? Mas, em um mundo do passado mutante, (...) lembranças são como trigo no vento, sonhos fugidos, formas de nuvem. (p.97-98)

Marcada a vida do personagem, indexada que se constituiu a partir da lembrança, o autor descreve uma maneira como os processos psíquicos criam a sua própria gestão do tempo, em função de três possibilidades que constituem a regressão, a fixação, a antecipação.

Sigmund Freud e Albert Einstein viveram em Viena durante o apogeu intelectual da cidade no final do século XIX e início do século XX. O físico, que pareceria tecer apreço pelo médico, tanto que o convidou a responder à carta “Por que a Guerra?”, relatou em sua biografia e em entrevistas que um sonho de sua infância o inspirou em sua busca pela teoria da relatividade. Ambos questionaram ideias comuns, firmemente estabelecidas, dentre as quais destaco aquelas sobre o tempo. Einstein propôs, para além da física newtoniana clássica, a teoria da relatividade especial, que descreve a relação na qual o espaço e o tempo são relativos e dependentes da velocidade do observador. Dois eventos que parecem acontecer simultaneamente para um observador podem não assim parecer para um outro observador que esteja se movendo em relação a eles. Embora Freud nunca tenha escrito especificamente sobre o tempo, sua obra contém interesse por essa questão, que está espalhada por toda ela. Em relação ao inconsciente, sua postulação fundamental é que este é atemporal, ou seja, não ordenado temporalmente e não afetado pelo tempo. Nesse sentido, em *Além do princípio do prazer*, Freud discorda da proposição de Kant de que o espaço e o tempo são formas necessárias do pensamento, afirmando que essa universalidade não se aplica aos pensamentos inconscientes. Cada instância psíquica tem seu próprio tempo e a atemporalidade do inconsciente está relacionada à referência ao tempo cronológico do consciente (Mijola, 2005).

Voltando ao livro, cabe ainda ressaltar, creio, que em seu conteúdo latente, além de provocar o leitor a pensar nas naturezas possíveis do tempo na física (e, por que não, na psicanálise), vai se desnovelando, de forma poética, em cada mundo proposto, tanto a dimensão do sensível, de “uma neblina cor de salmão trazida pelo vapor do rio” ou “o sol que espera do outro lado da ponte” (p.40), quanto, igualmente remarcável ao longo do livro, a descrição de situações corriqueiras, do amiúde e aparentemente banal do cotidiano, trama que indaga o quanto somos regidos pelo tempo e pela nossa finitude enquanto seres a cada amanhecer, e, nos meandros das madrugadas, somos lançados aos desafios do acaso.

Dessa maneira, o autor traz à consciência o que, segundo Freud, são nossas feridas narcísicas da humanidade, regidas por forças magníficas do universo, traduzidas pela física; da nossa natureza animal, sobre determinados que somos pela nossa dimensão bioquímica, e do vasto e complexo que nos tece enquanto humanos, e que, sempre presente, nos escapa e nos enreda, como o tempo.

Referências

Mijola, Alain (2005). Dicionário internacional de psicanálise. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (2001) – Interpretação dos sonhos - edição comemorativa 100anos. Rio de Janeiro: Imago (original publicado em 1900).

Recebido: 19/4/2023

Aceito: 15/5/2023

Evelyze Garioli Louzada

evelouzada@gmail.com

Memória *TRIEB*

Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise¹

Anna-Maria de Lemos Bittencourt²

RESUMO: O artigo aborda as dificuldades do psicanalista, ao narrar a experiência clínica, de encontrar a linguagem capaz de urdir os fios antitéticos do sensível e do racional, de transformar em discurso uma experiência afetiva intensiva. Este processo assemelha-se ao da criação da obra de arte, não por se tratar de fenômeno da mesma ordem, mas por se encontrar presente, em ambos, o que se convencionou chamar de experiência estética. O vigor da narrativa clínica vai depender da vivência emocional encarnada, ancorada num estado de contemplação dos próprios afetos, que só num segundo momento poderá ser transformada em relato, ainda assim de caráter fragmentário e ficcional em relação à experiência vivida. A autora propõe ainda reflexões sobre possíveis relações, dentro da instituição psicanalítica, que podem funcionar como entraves à produção escrita dos seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa clínica; relatórios; experiência estética; estado de contemplação; pensamento estético.

Em um artigo de jornal no início dos anos 2000, o poeta e cronista Affonso Romano Sant'Anna (2004), discorrendo sobre os sortilégios das palavras, contou uma curiosa lenda, oriunda da tribo africana dos dogons³. Refere-se ela à figura mítica de Nommo que, encontrando-se um dia assentado sobre a água primordial, expectorou repentinamente alguns fios de algodão, começando em seguida

1. Trabalho apresentado na SBPRJ em 17 de abril de 2004, no Simpósio "O que é um relatório clínico", organizado em parceria do Conselho Científico com o Instituto da SBPRJ. Publicado na *TRIEB I* - nova série - (vol1) p. 79-86, 2006.

2. Membro efetivo da SBPRJ. Professora do Instituto de Formação da SBPRJ.

3. Tribo que há muitos séculos se estabeleceu em Mali, na África Ocidental. É comum ver-se ali homens trabalhando em tecelagem.

a tecê-los, com sua língua fendida, como se fora ela navete de tear. Enquanto tecia, Nommo falava, e sua linguagem foi, deste modo, fixando-se nas tramas do tear. Vê-se assim que falar, para os dogons, é processo similar a elaborar, fabricar, dar sentido ao informal, e é certamente este o motivo que os faz acreditar que a linguagem foi revelada aos homens junto com a tecelagem.

Urdir os fios antitéticos, do sensível e do racional, do informe e do formal, foi tarefa realizada através dos séculos pelos mitos e pelas artes, algumas das formas que o homem encontrou de buscar acesso ao conhecimento da realidade. Nos albores do século XX, entretanto, emerge um novo saber propondo-se a similar tarefa. Escapando ao paradigma da racionalidade, prevalente no pensamento moderno, desde Descartes, a psicanálise apresenta uma forma de conhecimento que não opõe à razão os afetos; muito pelo contrário, descentra a razão e considera os afetos um modo de conhecer o mundo e a si mesmo. A língua bífida da pulsão, ancorada no corpo, tece outro tipo de linguagem, ligando os fios dos desejos e afetos ao pensamento – melhor dizendo, cria um novo tipo de pensamento, fundado no inconsciente.

Partindo de tais premissas, Freud elabora o corpo teórico que fundamenta a psicanálise, criando simultaneamente novo método de trabalho terapêutico. Os dois campos da teoria e da clínica psicanalítica estarão desde então imbricados, servindo as questões clínicas de estímulo para reformulações teóricas que, por sua vez, promovem novos enfoques clínicos.

As conversas fiadas

A leitura dos relatos clínicos de Freud poderá ser útil, quando se tenta responder a pergunta-tema da mesa, “o que é um relatório clínico?”. Observa-se ali a miscigenação do factual e do literário, contrariando os padrões da ciência vigente, que requeria exposições lineares e conclusivas, correspondendo aos acontecimentos, com o máximo de objetividade, e que funcionavam muito bem, quando o objetivo pretendido era o de relatar experimentos observados. Ao se pretender descrever experiências vividas, este estilo mostrava-se inadequado. Na discussão do caso Elisabeth, Freud (1893-95/1990) vê-se tomado de espanto, ao verificar o quanto suas histórias clínicas assemelhavam-se a novelas breves, das quais estaria ausente a seriedade normalmente requerida de uma produção científica. Qualificando-se como formado em diagnósticos locais e em eletro-diagnóstico, ele acredita que tal estilo se deve mais à natureza mesma do assunto, do que a qualquer predileção pessoal sua, e chega à conclusão de

que a exposição dos processos anímicos, oferecida por um escritor criativo, traz maior compreensão da histeria do que os exames médicos da sua época.

A percepção da experiência clínica como fato inenarrável foi certamente o que motivou Freud a introduzir o estilo literário em seus escritos, para fazer face ao forçoso caráter ficcional dos relatos, quando então a imaginação dá força ao que escapou à razão.

O caráter ficcional dos relatórios clínicos não escapou a Pontalis (2002) que, em entrevista ao *Jornal Brasileiro de Psicanálise*, afirmou que a melhor forma de apresentá-los seria inventando um caso imaginário, à maneira de Borges, porque deste modo os candidatos criariam uma distância ficcional, e não mais se sustentaria a crença de ser possível a descrição fiel da eficácia de um tratamento.

O pendor literário de Freud, que tão bem lhe serviu para relatar a clínica, teve reconhecimento universal, valendo-lhe o conceituado prêmio Goethe de literatura. Suas qualidades de romancista foram ainda destacadas pelo cineasta Pier Paolo Pasolini (2002), que comenta, ao se referir ao texto freudiano do *Homem dos Lobos*: “há ali um algo que nos toca desde dentro, acende festivamente todas as luzes da nossa inteligência” (p. 32).

A natureza do relatório clínico, como a da escrita literária e da própria experiência psicanalítica, deveria ter, como corolário, a condição de provocar a inteligência, partindo da emoção. Tal tarefa não é fácil, pois exige uma linguagem capaz de ligar experiências vividas, simultaneamente, em diferentes registros psíquicos (do afeto e da razão), e ainda transcorridas em diferentes tempos (o tempo da experiência vivida e aquele em que se a colocou em palavras). Há que se buscar assim uma nova “língua”, capaz de dar forma a matérias heterogêneas, os afetos e as palavras, tecendo-as e transformando-as em “conversa fiada”. Este é o desafio que o psicanalista, tal como a figura mítica de Nommo, deverá enfrentar.

A metaforização exposta no mito africano traz-nos benefícios como, por exemplo, o de lembrar que tecer não é emendar fios, mas, com fios fazer trama, deixando necessariamente entre eles espaços vazios. A linguagem, como a tecelagem, não é capaz de formar tramas sem furos ou, dito de outro modo, as expressões do processo secundário não são capazes de preencher as lacunas deixadas pelas formações inconscientes. Como já nos ensinara Freud, sonho não é processo primário, mas produto da elaboração secundária, que preenche furos deixados pelo pensamento onírico, e um relato clínico não poderá, igualmente, ser relatório de acontecimentos, porque os desejos inconscientes, regidos pelo processo primário, não se deixam jamais ser transpostos, como tais,

para a consciência, coisa que os psicanalistas, de há muito, sabem. A linguagem escrita não é capaz de abarcar as impressões sensíveis ou marcas inconscientes e, deste modo, todo relato clínico terá sempre caráter ficcional, tratando-se, assim, de “conversa fiada”.

A partir das ideias expostas, preferi utilizar, em vez do já consagrado relatório clínico, o termo “narrativa” para referir-me à escrita clínica em psicanálise. O vernáculo (Houaiss, 2001) parece apoiar esta escolha, pois dá ao termo “narrativa” o sentido de imaginário e ficcional, ausente da palavra relatório, mais ligada a uma exposição fechada e linear, a um processo conclusivo.

O relatório ou a narrativa clínica, em resumo, é algo que se propõe à transmissão de uma experiência vivida, abrangendo afetos e desejos inconscientes que, por sua origem pulsional, encontram-se ancorados no corpo. Em se tratando de experiências intensivas, sua captura pela linguagem é difícil, obrigando àqueles que querem descrevê-las a realizar um processo de transformação criativa.

A experiência psicanalítica, sua narrativa e a imaginação criativa

Apontar na escrita clínica freudiana o estilo literário não é equivaler experiências psicanalíticas e artísticas, mas destacar o fato de que, em ambas, ao se pretender dar forma à condição inefável dos afetos, faz-se necessário convocar, não apenas o pensamento racional, mas também a imaginação criativa. “A impressão é para o escritor o mesmo que a experimentação é para o sábio, com a diferença de neste ser anterior e naquele posterior o trabalho da inteligência” (Proust, 1970, p. 130). Vi, nesta preciosa descrição proustiana do trabalho do artista, semelhanças com o do analista, tendo proposto (Bittencourt, 2003) que se considerassem ambos experiências estéticas.

O anterior ao trabalho da inteligência, Proust definiu como estado de contemplação das impressões sensíveis ou, como o chamaríamos na psicanálise, “afetos inconscientes”. Tal estado produziria o que se convencionou chamar de pensamento estético, fruto deste tipo de afecção (da contemplação), mas também, ele próprio, capaz de gerar novos afetos. Poder-se-ia dizer que, antes de dirigir-se à obra, tal pensamento encontra-se em estado potencial (fora da ação, portanto) e, apenas num segundo momento, ele se aplica à obra. Este processo de conhecimento, oriundo do caráter contemplativo dos afetos seria, segundo Proust, o que confere à produção artística o seu caráter criativo.

Considerarei, naquele mesmo trabalho, a experiência psicanalítica como experiência estética, no sentido de que tanto o analista quanto o analisando

precisam ser afetados, deixarem-se invadir pelas paixões, contemplá-las, para só então lhes dar forma pelo trabalho da inteligência. Trata-se de uma experiência encarnada.

A possibilidade do fazer interpretativo partindo da experiência estética – o fazer partindo da experiência de ser, como formulou Winnicott (1971) – caracteriza o trabalho do analista que, tal qual Nommo, partindo dos fios que emanam do corpo, tece a linguagem. É verdade que a contemplação, apenas, não é capaz de pôr em ação o pensamento estético e produzir transformações psíquicas; é preciso uma elaboração e uma ação (daí a necessidade do trabalho interpretativo), mas, se em seu lugar precipita-se o pensamento racional, a análise torna-se “anestésica” e o processo, estéril.

Ao se falar em trabalho analítico, deve-se ter em mente a necessidade de contextualizar os processos descritos como acontecendo dentro do campo transferencial. É isto que dá especificidade à experiência psicanalítica. A transferência é o suporte para a experiência psicanalítica, do mesmo modo que a tela ou a tinta o é para o artista. É ela que torna possível o conhecimento de si e do mundo através do ato interpretativo que, como na experiência artística, é posterior ao estado de suspensão e de contemplação das vivências afetivas do analisando e do analista. A interpretação permite que as intensidades emocionais, próprias dos desejos inconscientes, sendo expectoradas pela força pulsional, sejam urdidas em linguagem que, ligando o afeto à palavra, dá-lhes forma. A união de diferentes experiências, de passado e presente, de interno e externo, pode ser vivida no espaço potencial da análise, gerando uma tensão produtiva que permitirá o trabalho de ressignificação da história do sujeito (Bittencourt, 2003).

Falávamos até aqui dos fenômenos ocorridos com o analista e o analisando dentro do campo transferencial de uma análise. Outro campo relacional se forma quando a proposta é a da narrativa de uma experiência clínica. O ponto de encontro aqui é entre um autor e alguém que o lê ou escuta. Há evidentemente um distanciamento entre a cena vivida e a narrada, apesar de que, de algum modo, uma dê notícia da outra. A narrativa não é relatório da experiência vivida, mas uma nova experiência; o acontecimento passou-se em um determinado momento, mas é contado no depois, quando então se transforma em novo acontecimento.

Algumas ideias de Blanchot (1984), expostas em seu artigo “O canto da sereia” podem tornar mais claras estas ideias. Ele faz uma análise do encontro de Ulisses com as sereias, conforme escrito por Homero, na Odisseia. O personagem Ulisses, amarrado ao mastro, conseguiu escapar da queda abissal ao

fundo do mar, mas isto não o livrou, contudo, de encontrar a morte no interior da Odisseia, porque ali as sereias arrastaram-no para seu túmulo, que é a narrativa. Ulisses agora é Homero e aqui não há mais canto imediato, apenas canto contado: “A imagem da experiência que um dia foi presente está sempre longe do momento em que se a afirma, pois e precisamente do afastamento, dessa distância onde a ausência se realiza, é que nasce a palavra que o pronuncia” (Blanchot, 1984, p. 13).

O relato clínico aproximará o analista narrador, ao mesmo tempo sujeito e objeto do seu relato, a Homero, que conta a Odisseia de Ulisses como se sua fora. Se, contudo, a Odisseia é capaz de nos afetar, é porque, ainda que formalizada em palavras de Homero, ela deixa pulsar as paixões de Ulisses em sua trama.

Infelizmente (ou felizmente) nosso sonho de transmissão mágica e direta dos nossos mergulhos inconscientes só se torna possível pela intermediação da fala, se há alguém que fale e alguém que escute, um ao outro e também a si próprio. Considerando-se, então, que ainda que fosse possível a transmissão direta de inconsciente para inconsciente, só a narrativa, ainda que com furos, ainda que ficcional e distanciada do acontecimento, será capaz de transmitir uma experiência. Assim, o ato de não escrever é furtar-se, de algum modo, a transmiti-la.

A organização desta mesa deu-se a partir da constatação de dificuldades, nesta instituição, na produção de relatórios clínicos. A consideração de que a experiência narrativa também se passa num campo relacional, implica que se examinem as interações estabelecidas neste campo, em que estão imersos os candidatos narradores e os “escutadores”, que poderão ser eventualmente seus avaliadores. Sabendo-se que a razão da emoção está no encontro, e não no sujeito ou no objeto, é sempre bom que se examinem possíveis fatores institucionais que podem estar interferindo negativamente nos encontros, inibindo a imaginação criativa necessária para a produção de trabalhos ou relatórios (Bittencourt, 1996). Que possíveis falências podem existir: deficiências no programa de ensino, nas supervisões, nas avaliações, nas análises, ou quais outras?

Acho que todos estes aspectos deverão ser examinados com cuidado especial e, se não me detive neles, foi por ter preferido, neste momento, destacar a vertente da experiência emocional como produtora de pensamento criativo. A transmissão da psicanálise se fará privilegiadamente pelo contato de cada analista com seu inconsciente, e a narrativa clínica estará indissolúvelmente ligada à experiência analítica de cada um, experiência que nos torna mais aptos a encontrar o próprio modo de criar.

Pode ser que entre nós existam alguns artistas criativos, mas todos nós analistas que, em algum momento de nossas vidas, nos deparamos com mais ou menos graves inibições sintomáticas, escolhemos fazer nossa busca da verdade através da experiência psicanalítica. E, se formos bem sucedidos, saberemos que esta experiência, mais do que qualquer outro saber, é o que dará vitalidade aos nossos escritos clínicos.

Constituir um novo campo relacional entre o autor e quem o escuta é abrir-se para o enriquecimento que uma troca de ideias supõe. Considerando-se que a trama da linguagem deixará sempre furos, a apresentação de um relatório torna possível que um outro seja afetado pela fala do autor e que alguns furos da narrativa possam ser complementados, para que novas tramas se formem. Nada disto é tarefa fácil e, de acordo com a dinâmica que se estabelece nestes campos relacionais, maiores ou menores angústias podem ser experimentadas. Quando fazemos uma narrativa, estamos sempre nos expondo a avaliações, e isto independentemente do nosso grau de experiência clínica.

O objetivo destas mesas redondas é o de estimular discussões e, assim, esta conversa fiada, que de há muito se alonga, deverá a outras ceder lugar.

Idle talk: clinical narrative in psychoanalysis

ABSTRACT: *This paper addresses the analyst's difficulties, when it comes to transmit his clinical experience, to find the language capable of weaving the antithetical threads of what pertains to the senses and what is rational, of transforming an intensive affective experience into discourse. This process resembles that of the creation of a work of art, not because it is of the same order but because in both we find what came to be called aesthetic experience. The vigour of the clinical narrative will depend on the embodied emotional experience, anchored in a state of contemplation of one's own affects, that only in a second moment will be transformed in an account which, inescapably, has a fragmentary and fictional character in relation to the lived experience. The author offers further ideas about possible relationships inside the psychoanalytical institution that may hinder the written production of its members.*

KEYWORDS: *clinical narrative; reports; aesthetic experience; state of contemplation; aesthetic thought.*

Charla barata: la narrativa clínica en psicoanálisis

RESUMEN: *El artículo aborda las dificultades del psicoanalista, al narrar la experiencia clínica, para encontrar el lenguaje capaz de tejer los hilos antitéticos de lo sensible y de lo racional, de transformar en discurso una experiencia afectiva intensiva. Este proceso es similar al de crear*

una obra de arte, no porque sea un fenómeno del mismo orden, sino porque está presente, en ambos, lo que se convencionó llamar experiencia estética. La fuerza de la narrativa clínica dependerá de la experiencia emocional encarnada, anclada en un estado de contemplación de los propios afectos, que sólo en un segundo momento podrá ser transformada en relato, aun así, con un carácter fragmentario y ficcional con relación a la experiencia vivida. La autora también propone reflexiones sobre posibles relaciones, dentro de la institución psicoanalítica, que pueden actuar como obstáculos para la producción escrita por sus miembros.

PALABRAS CLAVE: narrativa clínica; relatos; experiencia estética; estado de contemplación; pensamiento estético.

Referências

- Bittencourt, A.-M. (1996). *O campo da transferência e da contratransferência na instituição psicanalítica*. Relatório Oficial da SBPRJ no XVI Pré-Congresso Didático da FEPAL, Monterrey, México.
- Bittencourt, A.-M. (2003). O espaço potencial como campo germinativo do processo psicanalítico: Caminhando entre Proust e a psicanálise. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 37(2/3), 429-442.
- Blanchot, M. (1984). O canto da sereia. In M. Blanchot, *O livro por vir*. Relógio d'Água.
- Freud, S. (1990). Estudos sobre a histeria. In S. Freud, *Obras completas*: Vol. II. Amorrortu. (Trabalho original publicado entre 1893 e 1895).
- Houaiss, A. (2001). *Dicionário da língua portuguesa*. Objetiva.
- Pasolini, P.P. (2002). Freud conhece as astúcias do grande narrador. *Jornal de Psicanálise*, 35(64/65), 109-113.
- Pontalis, J.-B. (2002). Entrevista com J.-B. Pontalis. *Jornal de Psicanálise*, 35(64/65), 29-47.
- Proust, M. (1970). *O tempo redescoberto*. Globo.
- Sant'anna, A. R. (2004, 10 de janeiro). A cura do real pela ficção. *O Globo*, Rio de Janeiro, Caderno Prosa e Verso.
- Winnicott, D. W. (1971). Creativity and its origins. In D. W. Winnicott, *Playing and reality* (pp. 65-85). Tavistock.

Comentário sobre *Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise*

Betty Fuks¹

Escrever um comentário nunca é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata de comentar um texto ousado. É este o caso de *Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise*, escrito por uma psicanalista que - na esteira do verso de Goethe, citado em *Totem e tabu* (1913) - se apropriou do legado freudiano de maneira absolutamente singular. Por isso mesmo, interessa destacar, de saída, a capacidade de Anna-Maria de Lemos Bittencourt de indagar-se sobre a escrita do caso clínico e sua importância à transmissão da psicanálise. Ela o faz pela via do diálogo da psicanálise com outros campos do conhecimento, sempre refletindo sobre as resistências que se erguem a esse dispositivo nas instituições psicanalíticas.

A arte que permite Anna-Maria expor sua confiança no futuro da transmissão da psicanálise consiste em saber, como Freud bem mostrou a todos nós, que há coisas que só a poesia, com seus meios específicos, pode indicar. Logo no início do texto, ela se faz acompanhar da escrita do poeta e cronista Affonso Romano de Sant'Anna - que, por sua vez, busca numa curiosa lenda africana elementos para discorrer sobre o poder mágico das palavras -, oferecendo ao leitor uma informação preciosa: o povo *Dogon*, séculos antes de Freud, intuía que a existência de uma aliança indelével entre linguagem e tecelagem é o que nos torna seres falantes. Na trilha de Nommo - a figura mítica desse povo indígena da África Ocidental que, enquanto falava, tecia os fios de algodão expectorados do próprio corpo e fixava a linguagem -, a autora propõe que a psicanálise trouxe para o saber moderno uma tarefa similar: entrelaçar os fios do sensível, do racional e do reflexivo, inviabilizando, assim, qualquer oposição entre a razão e o afeto, seja na clínica, seja na teoria psicanalítica.

1. Psicanalista. Doutora em Comunicação e Cultura. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Saúde e Sociedade da Universidade Veiga de Almeida.

Recorrendo à literatura e ao mito para traçar os elementos necessários à reflexão sobre o tema que atinge diretamente a alma da psicanálise - a prática clínica - Anna-Maria vai de encontro ao clássico conceito de relatório clínico, por se tratar de uma expressão que reduz a magnitude da transmissão desse ofício. Não há outro fazer como esse: escutar o incoerente, o não-idêntico, o que não tem nome nem nunca terá, o indizível que constitui o próprio tear da palavra por vir. Esse paradoxo apontaria, então, para uma escrita na qual as marcas do inconsciente estariam presentes, salientando, assim, a necessidade de se estreitar relações entre o fazer psicanalítico e o fazer estético.

De maneira concisa, Anna-Maria passa, então, a defender a tese de que a natureza da transmissão de uma análise é a de provocar, no leitor, a sensação de estranheza e o afeto que dela decorre. Isto se dá porque, em seu relato, o sujeito do inconsciente necessariamente se fará sempre presente. Não sem razão, ela escolhe como paradigma de sua proposta o caso de Elizabeth, exposto nos *Estudos sobre a histeria* (1893-95), texto no qual Freud se dá conta de ter imprimido em seus relatos clínicos um gênero de escrita extraordinário: “Surpreende-me perceber que as histórias de pacientes que escrevi sejam lidas como novelas e que desses relatos esteja ausente, por assim dizer, o selo de seriedade do caráter de cientificidade” (Freud, 1893-95/1976, p.174). A escuta do discurso da histérica levou o inventor da psicanálise a questionar a temporalidade do trauma e perceber que a memória do evento traumático faz oscilar o factual e o ficcional. Mais tarde, em *O poeta e o fantasiar*, esse cientista, com a alma de poeta, mostra que a relação da fantasia com o tempo é muito significativa: “Deve-se dizer: uma fantasia ‘paira’ entre três tempos, os três momentos temporais de nossa imaginação [...] Ou seja, passado, presente, futuro, se alinham como um cordão percorrido pelo desejo”. (Freud, 1908/2020, p.58). O *Ditcher* (que, no sentido mais amplo, designa o poeta criador, o escritor, o romancista), em seu trabalho de criação é, então, comparado por Freud à criança que brinca e ao adulto que, em seu fantasiar, cria cenas que encobrem o Real ali subjacente. Todavia, o escritor expõe a sua fantasia em cumplicidade com o leitor, que dela usufrui e com ela realiza seus próprios desejos.

Privilegiando a surpresa de Freud ao se dar conta da cumplicidade da escrita de um caso clínico com o escrito de um romancista criador, Anna-Maria encontra subsídios para designar a transmissão das experiências vividas no campo transferencial. A “narrativa clínica” – sempre perpassada pelo presente, pelo passado e pelo devir – reitera, assim, o caráter ficcional da escrita de uma análise. As tramas desejantes dos personagens envolvidos na história clínica ne-

cessariamente atestam a ligação dos “fios do desejo e dos afetos ao pensamento” (Bittencourt, 2006, p.80), permitindo a aproximação da verdade do sujeito.

Um outro aspecto presente em *Conversa fiada* que merece ser destacado é a ideia de que a contextualização do acontecimento transferencial exige do analista, a cada caso, narrar uma experiência única e singular. Apoiada na letra de Marcel Proust, a autora propõe considerar o trabalho do artista e do analista como experiências estéticas, sendo que, em psicanálise, o modelo estético implica na afetação do analista e do analisando. Ambos se deixam “invadir pelas paixões, contemplá-las, para, só então, dar-lhes formas pelo trabalho da inteligência. Trata-se de uma experiência encarnada” (Bittencourt, 2006, p.83). A construção da narrativa de um caso clínico deve, então, obedecer ao curso dessa experiência, pois, de outra forma, observa Anna-Maria, o relato se torna estéril.

Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise despertou em mim o desejo de reler *Seis propostas para o próximo Milênio* (1988), obra na qual Ítalo Calvino propõe que o trabalho do escritor é tecer palavras de modo a dizer, com precisão, as nuances da imaginação e do pensamento. Reaparecem no texto do escritor as figuras perseguidas por Anna-Maria - tear, tecelagem, fios. Elas vão ao encontro do que o presente comentário já fez notar sobre os casos clínicos de Freud: a tecitura miscigenada do factual e do literário, uma prática que contraria os padrões científicos de linearidade e da objetividade no relatar dos experimentos observados. E, como a teoria freudiana advém clínica do um a um, não é surpreendente o fato de Freud ter se referido a um gênero literário, a ficção, para definir o estatuto de sua metapsicologia - a bruxa do poema *Fausto* de Goethe. No caldeirão da bruxa, os elementos advindos da experiência transferencial, os conceitos, tornam-se inteligíveis.

A partir dessa dupla natureza da escrita freudiana - conjugar o relato de uma experiência única e singular e dela deduzir, pela lógica, conceitos fundamentais -, identifico no ensaio de Anna-Maria o testemunho de uma analista experiente, pois, de outra forma, ela não teria conseguido amalgamar, com tanta precisão, a experiência clínica ao literário, ao mito e às lendas. E por que também não dizer o mesmo sobre seu ato de misturar fato clínico com linguagem coloquial? “Conversa fiada”! Invenção é um dos possíveis sentidos dessa expressão. Uma vez escolhida, “conversa fiada” define uma escrita clínica inventiva, isto é, que escapa do “paradigma da racionalidade” (Bittencourt, 2006, p.80), e, portanto, incompatível com a fórmula “relatório clínico”. Incompatível porque “relatório” é um significante ligado “à uma exposição fechada, linear, a um processo conclusivo” (Idem, p.82), conflitante com a natureza da Outra cena.

Cabe aqui um breve reexame da análise do romance de W. Jensen, *Grádiva uma fantasia pompeiana*. Freud reconhece que, lendo-o, foi invadido por um forte sentimento de estranheza ao se deparar com a construção e desenrolar de uma obra, cujo autor, desconhecendo tudo sobre psicanálise, confirmava o que tão arduamente ele próprio conceituara e teorizara. Apesar de considerar o texto do escritor como um verdadeiro “estudo psiquiátrico”, Freud se abstém de reduzi-lo a um mero protocolo da “enfermidade” de Norbert. Freud colhe desse enredo - o enamoramento do protagonista por uma imagem de mármore, Grádiva, a cativante figura feminina de Pompéia - elementos bastante significativos, com os quais cria um caso clínico de um historial de “uma cura como destinada a recomendar certas doutrinas fundamentais da ciência médica da alma” (Freud, 1906/1992, p.37). Sua pena não se precipita: segue o curso da escrita que revela uma forma de cura próxima à prática clínica.

Mais uma vez, então, Anna-Maria vai ao encontro de um escritor que lhe rendeu achados preciosos na elaboração do distanciamento entre a cena analítica vivida e a contada: Maurice Blanchot, o crítico literário que soube reconhecer no instrumento clínico da associação livre um aprendizado de alteridade (Blanchot, 1969/1986, p.185). Para que haja uma narrativa, escreve em seu *O livro por vir*, é preciso que alguém tenha vivido o acontecimento e o conte. Evocando a *Odisseia* de Homero, Blanchot vale-se do encontro de Ulisses com o “canto das sereias” - canto de seres sobrenaturais, ancestrais e exteriores à lógica humana de exclusão - para narrar o embate do escritor com a voz que o obriga a escrever. O crítico literário considera que o poeta, o escritor, é, ao mesmo tempo, Ulisses e Homero. A partir dessa alegoria blanchotiana da literatura, nossa autora propõe que o relato clínico “aproximará o analista narrador, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do seu relato, a Homero, que conta a *Odisseia* de Ulisses como se sua fora” (Bittencourt, 2006, p.84). Continuando, ela observa que, formalizada nas palavras do cronista, a *Odisseia* nos afeta, deixando pulsar as paixões de Ulisses em suas tramas. Metaforizando a condenação de Homero - contar o acontecido e revivê-lo constantemente - a função da narrativa clínica seria provocar o afeto como “aquilo que não se descobre, não se justifica jamais diretamente” (Blanchot, 1959/2005, p.193), transmitindo, ainda que parcialmente, um vivido intraduzível. Ora, em função desse resto, conforme deixa transparecer o ensaio de Anna-Maria, a não escrita de um caso clínico significa, de algum modo, furtar-se ao imperativo ético da transmissão da psicanálise às futuras gerações.

Tendo como pano de fundo essa ideia de imperativo da escrita, e reiterando o parentesco do fazer psicanalítico e o fazer estético, gostaria de me

aproximar de *O homem Moisés e o monoteísmo*, o testamento de Freud, uma “ficção teórica”, algo que transgrede a regra de cientificidade; que se assemelha a uma obra de imaginação. “Meu romance” nomeia Freud, ao apresentar o projeto de escrever a saga do profeta maior do judaísmo a Arnold Zweig. Se, por um lado, ele desistiu do gênero literário, deixando a Thomas Mann tal tarefa, por outro, é com a força de um escritor que reconhece que a escrita de *Moisés* ultrapassa e que nem sempre o obedece, muitas vezes se colocando como algo independente, e, até mesmo estranho (Freud, 1939/2014, p.147). Assim, retomando a questão da transmissão a partir da construção do mito de *Totem e Tabu* – como se transmite, de geração em geração, uma herança arcaica? –, Freud desconstrói o texto bíblico, escrito por autor desconhecido, convoca palavras, reinscreve traços, corta as letras, dá corpo aos brancos de um pergaminho ancestral, ressignifica genialmente o Livro dos livros, para produzir um saber que concerne à psicanálise. Move-se apenas no campo do inapreensível, do Outro e, com isso, cria uma narrativa magistral, simultaneamente científica, ficcional e clínica, na medida em que a construção da história do judaísmo traduz do que se trata o processo de leitura psicanalítica de uma escritura.

O homem Moisés e o monoteísmo favorece situar, nas entrelinhas de *Conversa fiada: a narrativa clínica*, o quanto a escrita da clínica é, a um só tempo, a guardiã da transmissão de um ofício impossível - a função do analista como crítico da cultura que testemunha –, e o quanto sua montagem dá lugar à revisão sistemática periódica do “caldeirão da bruxa”. Repete-se, desse modo, o gesto freudiano de extrair da clínica do um a um e dos sintomas culturais de sua época consequências teóricas.

Assim, chegamos à enfática observação da autora, ao final de seu ensaio, de que a exposição de um caso clínico na instituição muitas vezes pode ser ameaçada pelas interferências que chegam a inibir negativamente a imaginação necessária à produção de escritos que contribuam à transmissão da psicanálise. As inibições podem ocorrer quando a Instituição impõe normas extremamente obsessivas, as quais impedem a criação da liberdade de escrita “capaz de ligar experiências vividas, simultaneamente, em diferentes registros psíquicos (dos afetos e da razão)” (Bittencourt, 2006, p.81), ou por conta da posição subjetiva do candidato frente àqueles que o escutam. Apesar de todos os obstáculos enumerados, é visível a confiança da autora no processo analítico do psicanalista, a via régia pela qual se apreende a especificidade da experiência analítica como experiência estética, fundamental à transmissão

criativa de seu fazer enquanto psicanalista. Aí reside a aposta incontestada de Anna-Maria no inconsciente, essa terra de asilo interior, que faz com que a posição da psicanálise na cultura seja a de se movimentar em muitos espaços, entre eles o campo da estética, da literatura e o da arte.

Referências:

- Bittencourt, A.-M. L. (2006). Conversa fiada: a narrativa clínica em Psicanálise. *Trieb Nova Série*, 5(1),79-86.
- Blanchot, M. (1969). La parole analytique. In M. Blanchot, *L'entretien infini*. Paris: Gallimard.
- Blanchot, M. (2005). O canto das sereias. In M. Blanchot, *O livro por vir*. Tradução de Leyla Perro-ne-Moisés. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1959.)
- Calvino, I. (1988). *Seis propostas para o próximo milênio*. Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. & Joseph B. (1976). Estudios sobre la histeria. In S. Freud, *Obras Completas* (vol. 2). Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. (Originalmente publicado em 1893-95.)
- Freud, S. (2020). O poeta e o fantasiar. In S. Freud, *Arte, literatura e os artistas*. Obras Incompletas de Sigmund Freud. Tradução de Ernani Chaves. Belo Horizonte: Autêntica. (Originalmente publicado em 1908.)
- Freud, S. (1992). El delirio y los sueños en la «Gradiva» de W. Jensen. In S. Freud, *Obras Completas* (vol. 9). Tradução de José L. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu. (Originalmente publicado em 1906.)
- Freud, S. (2014). *O homem Moisés e o monoteísmo. Três ensaios*. Tradução de Renato Zweig. Porto Alegre: L&PM. (Originalmente publicado em 1939.)

Recebido: 06/06/2023

Aceito: 12/06/23

Betty Fuks

betty.fuks@gmail.com

Agradecimento aos pareceristas

Mais uma vez, nosso especial agradecimento aos colegas que generosamente nos ofereceram parte de seu tempo para avaliar os manuscritos.
A qualidade do número deve-se, também, a esse minucioso trabalho.

Alice Lewkowicz

Augusto Paim

Arnaldo Chuster

Carlos Fernando dos Santos Motta

Ignácio Alvez Paim Filho

João Carlos Braga

José Renato Avzaradel

Margarida Cavalcanti

Maria Cristina Brandão Lobato Cunha

Michelle Gorin Zaidhaft

Sara Kislánov

Tereza Estarque

LINHA EDITORIAL

A Revista **TRIEB**, publicação oficial da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, filiada à Associação Psicanalítica Internacional, vem sendo editada regularmente desde 1991. Sua proposta editorial caracteriza-se pela divulgação de artigos inéditos referidos ao campo teórico e clínico da psicanálise e às suas articulações com outros campos do saber. Os artigos sobre clínica são necessariamente acompanhados por uma discussão teórica e/ou crítica. As edições podem ser organizadas tematicamente e sua periodicidade é semestral. Publica, ainda, conferências, entrevistas, traduções, artigos de valor histórico e resenhas de interesse para o campo da psicanálise.

PROCEDIMENTOS DO CORPO EDITORIAL

Os editores apreciarão os trabalhos quanto à sua originalidade e adequação à linha editorial, podendo, a seu critério, submetê-los à apreciação de consultores *ad hoc* sem divulgação da identidade dos autores e vice-versa. Após análise do material, os autores recebem por escrito o resultado da avaliação: recomendado; recomendado com modificações; ou não recomendado para publicação. Caso seja necessário fazer modificações no texto, o autor será encarregado de providenciá-las, devolvendo o manuscrito reformulado no prazo indicado pelos editores em comunicação escrita. Caberá ao Corpo Editorial a decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito, bem como a data de sua publicação. O Corpo Editorial reserva-se ainda o direito de introduzir pequenas modificações no texto aceito para publicação, com vistas a adequá-lo aos critérios de coerência, clareza, fluidez, correção gramatical e padronização editorial adotados pela revista. O trabalho enviado para publicação deverá ser encaminhado de acordo com as instruções abaixo enunciadas. Recomenda-se a todos os autores que guardem consigo uma cópia do trabalho, uma vez que a **TRIEB** não se responsabilizará por devolvê-lo, mesmo no caso de manuscritos não aceitos para publicação.

DIREITOS AUTORAIS

O conteúdo do material enviado para publicação deve ser inédito e não pode ser submetido simultaneamente para publicação em outros locais. A exatidão das informações é de responsabilidade do autor. Os trabalhos aceitos e publicados tornam-se propriedade da *TRIEB*, sendo vedada a sua reprodução. Para serem publicados em outros locais, ainda que parcialmente, necessitam da autorização por escrito dos editores. Os autores deverão anexar ao manuscrito uma carta de autorização, de acordo com o modelo a seguir representado, que trata do termo de transferência de direitos autorais. Deverão constar também nome completo, telefone, *e-mail* de todos os autores e a(s) sua(s) respectiva(s) assinatura(s).

O(s) autor(es) abaixo assinado(s) concede(m) uma licença exclusiva de primeira publicação à Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro - SBPRJ, autorizando a reprodução, publicação e distribuição, nas versões impressas e digitais da Revista *TRIEB*, o trabalho intitulado “ _____”, podendo a SBPRJ divulgar e promover o artigo em todos e quaisquer meios, inclusive em seu *website*, *blogs*, *mailing lists* e redes sociais, sendo o(s) Autor(es) inteira e exclusivamente responsável(is) pelo conteúdo do referido artigo.

Data:

Autor(es):

Endereço(s) postal(ais):

Telefone(s):

E-mail(s):

O artigo deve ser encaminhado à Revista *TRIEB* em arquivo eletrônico Word, letra Times New Roman, corpo 12, entrelinha 1,5, formato *.doc. Deve ter no máximo 40 mil caracteres, incluídos os espaços. Deve ser enviado por correio eletrônico para o endereço revistatrieb@sbprj.org.br. A apresentação do manuscrito deve obedecer às regras e normas que estão disponíveis no *site* da SBPRJ <http://www.sbprj.org.br/publicações-trieb>.



EDITORIAL

Neste instante

ENTREVISTAS

Jorge Bruce

Maria Inês Lamy

Marília Aisenstein

CORRESPONDÊNCIA

40 minutos antes do nada

Miguel Calmon du Pin e Almeida

Pedro Duarte

ARTIGOS TEMÁTICOS

A temporalidade da *Nachtraglichkeit* de Freud em uma vinheta clínica: uma retranscrição *a posteriori* sobre a interpretação, a sugestão e a construção em psicanálise

Eduardo Zaidhaft

Monah Winograd

Os jogos virtuais e as novas realidades: o uso possível do objeto

Gizela Turkiewicz

Sobre os sonhos de futuro

Manola Vidal

O tempo da memória e do esquecimento

Maria Esther Mihich Ribeiro de Castro

O que o psicanalista faz com o tempo?

Mariano Horenstein

ARTIGO ORIGINAL

Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica: a questão da psicose no caso Schreber
Lazlo A. Ávila

Comentário sobre *Psicopatologia psiquiátrica e psicopatologia psicanalítica: a questão da psicose no caso Schreber*

Sérgio Costa de Almeida

INTERFACE

O tempo e suas vicissitudes

Luiz Alberto Oliveira

CONFERÊNCIAS

A ética da psicanálise hoje

Cláudio Laks Eizirik

FORMAÇÃO PSICANALÍTICA

Trocando experiências

Alícia Beatriz Dorado de Lisondo

Maria Cristina Leão

PSICANÁLISE E CINEMA

45 anos

Susana Muszkat

PSICANÁLISE E LITERATURA

Resenha: Sonhos de Einstein

Evelyze Garioli Louzada

MEMÓRIA *TRIEB*

Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise

Anna-Maria de Lemos Bittencourt

Comentário sobre *Conversa fiada: a narrativa clínica em psicanálise*

Betty Fuks



SBPRJ
Sociedade Brasileira de Psicanálise
do Rio de Janeiro

ISSN 1517-185X



9 771517 185009